

Universidade Estadual Paulista

“Júlio de Mesquita Filho”

MARLYSON JUNIO ALVARENGA PEREIRA

**MULHERES TRANS UNIVERSITÁRIAS: A EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
NO UNIVERSO ACADÊMICO**

Marília - SP
2020

MARLYSON JUNIO ALVARENGA PEREIRA

**MULHERES TRANS UNIVERSITÁRIAS: A EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
NO UNIVERSO ACADÊMICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor.

Área de Concentração: Cultura, Identidade e Memória.

Orientadora Prof^ª. Livre Docente: Larissa Maués Pelúcio Silva

MARÍLIA - SP
2020

P436m

Pereira, Marlyson Junio Alvarenga

Mulheres trans universitárias : a emergência de políticas públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico / Marlyson Junio Alvarenga Pereira. -- Marília, 2020

196 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

1. Antropologia. 2. Políticas Públicas. 3. Universidades
Públicas. 4. Gênero. 5. Transexualidade. I. Título.

MARLYSON JUNIO ALVARENGA PEREIRA

MULHERES TRANS UNIVERSITÁRIAS: A EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO UNIVERSO ACADÊMICO

Tese para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília, na área de concentração em Cultura, Identidade e Memória.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Livre Docente Larissa Maués Pelúcio Silva (orientadora)
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Universidade Estadual Paulista - FFC/UNESP

Prof. Livre Docente Luís Antônio Francisco de Souza
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Universidade Estadual Paulista - FFC/UNESP

Prof^ª Dr^ª. Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Bauru

Prof^ª. Titular Cláudia Maria Ribeiro
Professora aposentada do Programa de Pós-graduação em Educação
Universidade Federal de Lavras - UFLA - MG

Prof. Dr. Leandro Colling
Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Marília, _____ de _____ de 2020.

Dedico este trabalho àquelas e àqueles que lutam. Dedico às Deusas dos bosques, dos campos e do povo simples, que querem um mundo mais alegre.

Dedico à minha mãe Maria Aparecida e ao meu pai Laerso a quem uma vida não seria suficiente para agradecer o que fazem por mim, muito obrigado.

Dedico às Marias desta tese, às mulheres trans que, com muita generosidade, concederem-me as entrevistas sobre suas vidas.

Dedico às minhas amigas e amigos que me mostram que cada vez mais amar é devir juntos...

Dedico ao Pedro, meu companheiro de muitas aventuras e prazeres... Te quero!

Dedico à natureza, ao vento, ao tempo...

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à professora e orientadora desta tese, Larissa Pelúcio, por todo o tempo dedicado a me ouvir e a dividir seu conhecimento na composição deste trabalho, que há quatro anos se iniciava. Depois de muitas indicações de leituras e correções e novamente de mais leituras, hoje o vejo neste formato. Agradeço-lhe pela inspiração que me incentivou por seus textos e sua forma de escrever. O meu sentimento de gratidão não é possível traduzir nestas palavras, mas tento: meu muitíssimo obrigado!

Ao Professor Leandro Colling, que, no exame de qualificação, trouxe-me inspirações para que pudesse terminar este trabalho. Suas orientações sensíveis à Universidade “transexualizadora” foram de extrema importância para que chegasse ao fim deste processo. Agradeço por suas importantes contribuições neste exame de defesa, obrigado, Professor!

Ao Professor Luís Antônio que desde a disciplina “Teoria Social e Reflexões sobre Crime, Violência e Punição”, para o cumprimento dos créditos, inspirou-me com sua forma de ministrar as aulas e sua sabedoria no trato de temas, muitas vezes, tão fortes. Ainda, no exame de qualificação, orientou-me em importantes questões que foram de grande utilidade na composição desta tese; agradeço-lhe pelas grandiosas contribuições neste exame de defesa; por sua generosidade, meu muito obrigado!

À Professora Cláudia Ribeiro pelas imensas contribuições neste exame de defesa. Por tanta inspiração e incentivo a traçar outras rotas, por sua generosidade em compreender que aquele menino tímido queria falar. Obrigado por me oferecer esta oportunidade e por me apresentar a teoria sobre gênero, sexualidade e *queer*. Ainda me lembro das leituras em suas aulas sobre o *queer*. Agradeço-lhe por me apresentar uma Educação que gosta de cantar, de dançar, de sorrir. Obrigado pelas rodas de danças circulares, pelas horas de estudos no FESEX e por me desafiar a buscar o processo. Agradeço por me ensinar que “enfim não tem fim”.

À Professora Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen, por suas pontuais contribuições nesta defesa, pela generosidade a ler este trabalho e dividir comigo um pouco de sua imensa sabedoria. Meus mais sinceros agradecimentos.

Ao Professor Antônio Braga por ter concordado tão gentilmente em participar desta banca de defesa como suplente e, também, por suas aulas, ainda quando estava cumprindo os créditos, em que me ensinou a ver a pesquisa com olhos mais sensíveis.

À Professora Anna Paula Vencato por tão prontamente aceitar meu convite para atuar como suplente nesta banca. Meu muito obrigado!

Ao Professor Fábio Pinto Gonçalves dos Reis, por concordar em fazer parte desta banca de defesa, sendo suplente; pelas boas risadas e pelos importantes momentos de estudos no FESEX. Minha gratidão!

Agradeço pela imensa generosidade às interlocutoras desta tese. Às mulheres trans que me concederam suas narrativas, com quem aprendi que precisamos lutar pela vida e que essa batalha deve ser diária. Aprendi que o outro nunca pode sair de meu horizonte próximo e que juntos somos mais fortes. Obrigado por suas coragens que me inspiram a cada dia! Obrigado, Maria Eduarda, Maria Clara, Maria Augusta, Anne Ranyelle, Beatriz Pagliarini, minha eterna gratidão!

Ao Pedro, meu companheiro de prazeres e de sonhos, por me inspirar a caminhar, a buscar um mundo maior e melhor a cada dia. Obrigado por ser quem é: viajado (literalmente), fetichista, amante da fotografia. Obrigado por me mostrar meus preconceitos e dizer que a vida pode ser mais leve. Obrigado pelos debates sobre sexo, drogas e *rock n' roll*. Sobre as viagens que ainda faremos e pelas amenidades de que todos precisamos. Obrigado por me apresentar vinhos, principalmente os *Malbec*. Obrigado Pedro, *te quiero!*

À querida amiga Tatinha pelas boas risadas e toda a sabedoria que me inspira, pelos calorosos abraços e por toda a luta que me apresenta. Obrigado, minha querida amiga!

À Silmara-Silmaríssima, grande amiga e companheira de bons *drinks*, agradeço pelas risadas e inspiração pela mulher que é.

Ao Breno, à Andressa, Luciene, Gislaine, Ailton, Alessandro pelas boas risadas, por dividir ansiedades e pelas trocas de saber. Meu muito obrigado.

Aos amigos que fiz no doutorado; pela acolhida em Marília de Laís e Patrícia e ao Guto pelos bons papos e ajuda na pesquisa.

Aos meus amigos Fernando (Nando) e Taís por me ouvirem e me fazerem esquecer os anseios deste processo, sempre regado de muitas risadas e de boas cervejas. Com vocês a vida fica mais leve, muito obrigado.

Ao Paulo Henrique e ao Marcos Paulo, meus amigos de longa data que me inspiram um mundo melhor. Que esse mundo possa ser mais alegre e diverso.

Aos meus queridos pais, Laerso e Maria Aparecida, sem os quais nada teria sido possível. Amo vocês!

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, por me oportunizar este processo.

Às pessoas que trabalham na Secretaria do Programa pela ajuda tão importante e por toda a atenção. Meu muito obrigado.

Agradeço ao Vento, ao Tempo e à Natureza!

Trata-se sempre de liberar a vida lá onde ela é
prisioneira, ou de tentar fazê-lo num combate
incerto.

Gilles Deleuze e Felix Guattari

“aos que veem a insurreição como uma brecha, sobretudo no reino organizado da estupidez, da mentira e da confusão;

[...] aos que suportam golpes;

aos que espreitam o momento propício;

aos que buscam cúmplices;

aos que desertam;

aos que resistem com firmeza;

aos que se organizam;

aos que querem construir uma força revolucionária, revolucionária porque sensível”.

Comitê Invisível.

RESUMO

Nesta tese traço um histórico da emergência de Políticas de governo e de Estado que levaram mulheres trans às Universidades Públicas brasileiras, resultante de um movimento que propicia três vias construídas entre Universidades Públicas, Movimento Social de Travestis e Transexuais. As interlocutoras da pesquisa são mulheres trans que são sujeitos destas mudanças. A Universidade aparece como espaço possível à composição de outros caminhos para as entrevistadas, mas também como lócus de crítica em que teoria e prática fomentam tensões internas, assim como provocam a sociedade abrangente. Neste processo, conceitos como gênero e sexualidade passaram a ser pensados como construtos sociais, provocando torções epistemológicas as quais possibilitaram mais que novas teorias, mas também a constituição de novas subjetividades. A inserção de Mulheres Trans na Universidade Pública brasileira é resultado de transformações que as Instituições de Ensino Superior passaram, nos últimos anos, acompanhando e respondendo às mudanças macrossociais, às quais, de certa maneira, o campo acadêmico também ajudou a fomentar. Programas como REUNI e SISU ampliam vagas, mas a permanência estudantil está associada a fatores múltiplos, incluindo a pressão de movimentos sociais. Assim, traço as rotas construídas pelo Movimento Social das Travestis e, posteriormente das Transexuais, desde sua origem, passando pela explosão da AIDS no Brasil e as buscas deste mesmo movimento para barrar a propagação do vírus, do preconceito que ele suscitou e, no limite, das mortes. Aposto nessas forças rizomáticas como vetores capazes de construir saberes e produzir poderes. Saberes esses, que nascem do fazer, da experiência (LARROSA, 2002). Busco, por isso, compor um mapa das insurgências, ou seja, utilizo-me da cartografia como metodologia de pesquisa. Essas insurgências foram sendo criadas pelo Movimento Social, pela Universidade Pública e pelas Mulheres Trans ao entrarem no ambiente acadêmico. Assim, tracejo essas rotas, por meio de entrevistas que foram obtidas, a partir da invenção do que convencionei denominar de rede de afetos; uma apropriação com referências à metodologia bola de neve, que tem como objetivo cartografar essa micropolítica dos desejos, confrontando-os com a macropolítica, produzindo mais micropolítica.

Palavras-chave: Políticas de Governo e Estado. Universidade Pública. Mulheres Trans. Movimento Social de Travestis e Transexuais. Cartografia.

ABSTRACT

In this thesis I draw a historic of the emergence of Government and State Policies that led trans women to Brazilian Public Universities, resulting from a movement that provides three paths which goes to Public Universities, the Transvestite and Transsexual Social Movement. The interlocutors' research are trans women who are the main characters of these changes. The University appears as a possible space for the composition of other paths for the interviewees, but also as a locus of criticism in which theory and practice foster internal tensions, as well as provoke a comprehensive society. In this process, concepts such as gender and sexuality came to be thought of as social constructs, causing epistemological torsions which enabled more than new theories, but also the constitution of new subjectivities. The admission of Trans Women in the Brazilian Public University is the result of changes these education institutions have undergone in recent years, following and responding to macrosocial changes, which, in a way, the academic field has also helped to improve. Programs like REUNI and SISU increase vacancies, but the permanency of these students are associated with multiple factors, including pressure from social movements. Thus, I draw the routes built by the Social Movement of Transvestites and, later, Transsexuals, since the beginning, going through the explosion of AIDS in Brazil and the search for this same movement to stop the spread of the virus, the prejudice it has raised and, at the limit, of deaths. I bet on these rhizomatic forces as vectors capable of building knowledge and producing powers. These knowledges, which are born from doing, from experience (LARROSA, 2002). Therefore, I try to compose a map of the insurgencies, that is, I use cartography as a research methodology. These insurgencies were created by the Social Movement, the Public University and Trans Women when they entered the academic environment. Thus, I trace these routes, through interviews that were obtained, from the invention of what I call the "network of affections"; an appropriation with references to the snowball methodology, which aims to map this micropolitics of desires, confronting them with macropolitics, producing more micropolitics.

Keywords: Government and State Policies. Public university. Trans women. Transvestite and Transsexual Social Movement. Cartography.

LISTA DE SIGLAS

ABEH	Associação Brasileira de Estudos da Homocultura
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Intersexos
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASSTRAV	Associação das Travestis de Minas Gerais
BI	Bacharelado Interdisciplinar
BSH	Programa Brasil sem Homofobia
CLAM	Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos
CNDC	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNT	Coletivo Nacional de Transexuais
CRDHCH	Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS
EPI	Educação Preventiva Integral
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
GAPA	Grupo de Apoio e Prevenção à Aids
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICASO	International Council of Aids Services Organizations
IES	Instituições de Educação Superior no Brasil
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
ISER	Instituto Superior de Estudos da Religião
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MTC	Movimento Transexual de Campinas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

PNDH I	Programa Nacional em Direitos Humanos
PNDH II	Plano Nacional Direitos Humanos II
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEPPIR	Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPM	Secretaria Especial de Política para as Mulheres
UAB	Universidade Aberta do Brasil.
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC Paulista
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Acompanhando o processo: a metodologia	29
1.2	As linhas: dura, maleável e de fuga	37
2	TRAÇANDO PERFIS: AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA	41
2.1	Maria Clara	41
2.2	Maria Augusta	42
2.3	Anne Ranyelle	44
2.4	Maria Eduarda	47
2.5	Beatriz Pagliarini	49
3	CAPÍTULO I: O MOVIMENTO SOCIAL - ABRINDO ROTAS DE FUGA	52
3.1	Movimento Social e Educação - novas entrâncias	60
3.2	Os Parâmetros Curriculares Nacionais - o debate emerge	65
3.3	Das Conferências Internacionais ao Programa Brasil Sem Homofobia - BSH	67
3.4	A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	72
3.5	Gênero e Diversidade Sexual na Escola - GDE como Política Pública	75
4	CAPÍTULO II: AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES	78
4.1	O Gênero como constructo	79
4.2	Novas reivindicações: outros sujeitos	82
4.3	A Universidade Pública e suas transformações físicas	90
4.4	As Mulheres Trans e a Universidade: desterritorializações	98
4.5	A Construção de Direitos e Outras Garantias	101
4.6	O Nome Social: Inclusão ou Paliativo?	103
4.7	(Des)Afetos: Sobre Cisgeneridades e Vidas Trans	110
5	CAPÍTULO III: AS MULHERES TRANS: MARIAS E OUTRAS INTERLOCUTORAS	116
5.1	O cotidiano da Universidade: propondo novas problematizações	120
5.2	Experiências na educação básica: resistências que incitam rotas de fuga	138
5.3	“As bichas, adoram ser rasgadas”: Gênero e Sexualidade na sala de aula	148
5.4	Táticas de autoproteção: ou trapaças que produzem desejos	151
5.5	As interlocutoras e suas famílias: afetos e alegria	157
6	DOS PONTOS ÀS LINHAS: TRAÇANDO CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS	168

1 INTRODUÇÃO

Era o ano de 2015 e, durante todo o tempo, ficava a olhar o sítio na internet sobre a Universidade Estadual Paulista - Unesp e o Programa de Pós-Graduação nas Ciências Sociais de Marília. Era tão distante, territorial e afetivamente, mas coloquei-me a ir, a tentar. Ainda me lembro de ficar alguns minutos parado em frente à placa Unesp, Campus de Marília. Estava a contemplar e, naquele momento, a me imaginar passando por aqueles portões. Era uma manhã quente. A terra estava molhada e eu usava uma camisa verde. Gosto do verde, pois ele me dá vontade de ir além. Associo-o à alguma divindade de quem não sei o nome, mas sei que existe. Naquele momento, ouvia mantras tibetanos e cantava-os bem baixinho, para mim. Acalmava-me.

Estava um pouco em transe, pois havia passado a noite, em um ônibus, que ia para Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, saindo de Belo Horizonte. Ele passa por tantas cidades, mas, como era a primeira de inúmeras viagens, estava empolgado, tudo era novidade. Parecia uma criança que nunca havia saído de casa e essa era a primeira vez. Estava a olhar tudo, por isso, o transe no dia seguinte, eu não dormira tamanha minha empolgação. Desci, em todos os postos de paradas do ônibus, enfim, Marília.

Essa viagem aconteceu, porque faria a entrevista que correspondia à segunda etapa do processo seletivo, para ingresso no doutorado, porém ainda faria muitas viagens. Mas assim propus-me. Viagens, canaviais, estrada e mais estrada e, logo após, mais canaviais. Posso chamar de um doutorado-viagem, ou de uma viagem-doutorado. Certamente é uma modificação, um ex-por, um andar. Assim, esta tese tem muito do caminhar, do ir. Um processo longo, que se iniciou com a escritura do pré-projeto, em meio a tantas incertezas e medos, mas decerto é uma tese-modificação. Penso que, em todos os textos que escrevemos, algo em nós se modifica. Vamos formando-nos, à medida que nos deparamos com encruzilhadas epistemológicas, com novos conceitos e vamos traçando nossas linhas na vida, pondo-nos e fazendo-nos, mas sempre em processo. Mesmo que o sempre seja uma generalização e aqui é o processo que mais importa. Um processo do viajar, do estudar, do construir conceitos, do construir rotas, linhas que são traçadas a esmo, muitas vezes. E, assim, voltamos à rota: os conceitos se tornam nebulosos, o afeto parece não existir. É “um viver perigoso”, como nos ensina Guimarães Rosa. No entanto é justamente esse fascínio do perigo, esse pôr-se a caminhar que produz todos os afetos que procuro. Mesmo que trace rotas com pré-projetos, discussões, modificações e, logo depois tudo novamente. Mesmo que construa hipóteses, busque metodologias, estabeleça conceitos, ainda é no caminhar do

caminho, no alinhar os pontos, para construir as linhas é que tudo se passa. Foi no perigoso caminhar dos canaviais que esta tese se fez.

O ano de 2016 foi um período de muitas mudanças. Tive de deixar minha casa e minha família e mudar-me para Marília e fazer as disciplinas obrigatórias do doutorado. Mas, para isso, precisava deixar um cargo de professor na Secretaria Estadual de Educação em Minas Gerais. Entretanto penso que, em toda a minha vida, esta vontade, naquele momento, me movia e, foi o que sempre me guiou. Era um sonho que buscava o qual era o início da realização deste trabalho. Essas reflexões surgem, quando, já em Marília, fazendo as disciplinas do programa, deparei-me com as primeiras grandes dificuldades financeiras do percurso. Embora tenha me preparado, eu possuía uma quantia em dinheiro suficiente para apenas seis meses.

Consegui me estabelecer em uma república, morando com um rapaz que também fazia Pós-Graduação em Ciências Sociais. O Cortiço, como costumávamos chamá-lo, tratava-se de um local com várias casas pequenas, em sua grande parte com estudantes da UNESP. Era, depois da graduação, uma nova experiência longe de casa, dividindo apartamento e morando em uma cidade completamente desconhecida para mim. Parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade (2012, p. 10) “Marília era apenas uma fotografia na parede”, algo como muito distante, mas que agora se fazia real. Foram tempos de incerteza, entretanto momentos de dar os primeiros passos no caminho do projeto. Lembro-me de percorrer algumas rotas a passos largos, mas sem muita direção. E assim ocorreu, nas semanas que se seguiram, estudando as disciplinas do doutorado, preparando trabalhos, pois o final do semestre chegava como também o fim de meu dinheiro. Fiquei alguns dias angustiado, até que procurei na secretaria da Pós-Graduação verificar se poderia fazer o restante dos créditos, em outras universidades. Responderam-me que eu devia um mínimo a cumprir em Marília e depois, com o aval de minha orientadora, poderia fazê-lo em outros lugares e assim o fiz.

No entanto, ao deixar as minhas aulas na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, pleiteava uma bolsa de estudos no programa, mas, ao chegar deparei-me com a realidade que se instalara, naquele momento de mudanças políticas e do próprio programa quanto a essas ajudas de custeio da pesquisa. Enfim, não desisti. Alternativas eu precisava buscar, para terminar os créditos e o doutorado. No entanto os acontecimentos me ajudaram, mais uma vez, positivamente, pois, ao retornar da secretaria da pós-graduação, onde fora questionar sobre fazer os créditos fora do programa, ao chegar em casa, recebi a ligação de um número desconhecido de Minas Gerais. Era o coordenador de recursos humanos, questionando-me sobre um processo seletivo que eu havia feito, em meados de 2015 e eu

conquistara o segundo lugar, e a pessoa que assumira as aulas precisara sair e ele perguntava-me se gostaria de ter um contrato com vigência de dois anos, naquela instituição, que é o Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET. Naquele momento, parecia que estava a salvo.

Enfim, assumi essas aulas e iniciei uma disciplina na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, onde estudaria o ensino superior como uma problematização da sociologia. Pensei que muito iria aproveitar nesta disciplina e, assim sucedeu, porém precisei de um tempo maior a fim de levar o referencial de estudos ao que buscava e assim se fez. Ao estudar trajetórias escolares, pude perceber que meu objetivo passava por elas, queria pensar as mulheres trans na universidade, suas rotas traçadas. Depois, em conversas com Larissa Pelúcio, visualizei que necessitava pensar desde o ensino médio, pois havia todo um processo de alijamento, que ocorria desde aquele tempo.

O período passado na UFMG e trabalhando em uma cidade relativamente próxima de onde habitava foi um momento muito intenso, de muitas viagens, idas e vindas a Belo Horizonte, a Divinópolis (onde trabalhava). Chegava ao fim da semana muito cansado e acredito que novamente é essa dor e alegria, esse sangrar dos pés no caminhar do caminho, as novas rotas que se construíam eram tempos de descobertas. E foi assim que o primeiro afeto da pesquisa, enquanto encontro aconteceu.

Nesse canário, chamo de afetos, segundo o filósofo Benedicto de Espinosa: “por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada” (ESPINOZA, 2008, p. 98). Em vista disso, para Espinosa, as afecções do corpo podem tornar-se afetos, ou seja, nossa potência de agir pode ser aumentada ou diminuída. Para o filósofo, ela será aumentada, quando, em um encontro com outro corpo, existir conveniência e produzir um bom encontro, logo alegria.

O afeto de que me utilizo, nesse contexto, tem o sentido de afetar. Muito menos uma emoção psicológica, mas, “sim, uma emoção vital”, segundo Suely Rolnik (2018, p. 53). Tem o sentido de “tocar, perturbar, abalar, atingir; [...] não tem imagem, nem palavra, nem gesto que lhe corresponda, no entanto são reais, pois dizem respeito ao vivo em nós mesmos e fora de nós” (ROLNIK, 2018, p. 53). É esse produzir algo, essa vontade sem nome, esse desejo que surge de existir, o pulsar de uma vontade que está nascendo. E esta tese descreve essas vontades que nasceram, desses desejos que foram materializados, desses afetos que se insurgiram.

Reporto-me a uma sexta-feira que antecede ao carnaval do ano de 2016. Combinei com a professora Larissa Pelúcio, minha orientadora nesta tese, de nos encontrar em Marília e

construir os primeiros planos e traçar as primeiras linhas. Estava muito ansioso por encontrá-la, uma professora de quem eu havia lido muitos textos e por quem tenho grande admiração pelo seu trabalho. Confesso que sentia medo. Mas ouvi-la foi bom: animador e desafiador ao mesmo tempo. Animador, porque agora tinha a certeza de que estava no doutorado e desafiador porque seria orientando de Larissa Pelúcio, uma pesquisadora importante no campo o qual busco me estabelecer. Mas, apesar do susto, saí dali com a certeza de que tinha construído o primeiro afeto da pesquisa.

E é uma busca por afetos que intento estabelecer aqui. Durante o mestrado, que fiz na Educação pela Universidade Federal de Lavras - UFLA - Minas Gerais, ouvi duas travestis e suas experiências com a escola. Elas relataram-me vários episódios vexatórios, de grande dor e que as fizeram abandonar a escola, o que aconteceu ao longo dos anos. Nenhuma das duas terminou o ensino médio. E tencionei que, apesar da escola, elas se construíram, estabeleceram-se.

E este tema surgiu ainda em uma antiga Especialização em Educação que a Universidade Federal de Lavras - UFLA - oferecia. Iniciei meus estudos sobre os temas referentes ao gênero e à sexualidade, ainda no ano de 2010. Comecei a fazer parte do grupo de pesquisas da professora Cláudia Ribeiro que se intitulava “Relações entre a filosofia e a educação para a sexualidade na contemporaneidade: a problemática da formação docente” (FESEX). Assim, comecei a construir a minha trajetória de pesquisa, participando de Congressos, projetos de extensão nas temáticas do gênero e da sexualidade, voltados para a formação continuada de professores e professoras, além de reuniões semanais do grupo de estudos. Foram anos muito produtivos, de viagens, de descobertas epistemológicas, de debates acalorados nas reuniões do Grupo e de querer sempre mais, estudar mais, querer entender mais essas teorias. E experimentei algo que até então não havia experimentado, um sentimento de pertencimento. Era esse o sentimento que me deliciava, de descoberta de algo que eu estivera procurando.

Havia terminado minha graduação em Filosofia e começara a atuar na educação básica como professor, e o encontro com esses temas fez-me muito repensar sobre como me entendia e como existiam questões com as quais ainda precisava lidar. Porém, durante a graduação, aconteceu o que gosto muito de chamar de um encontro filosófico, a descoberta da obra do pensador francês Michel Foucault, filósofo que problematizara as muitas solidões criadas, os sujeitos que são nominados inferiores em uma lógica binária do certo e do errado. E esse encontro veio marcar profundamente minha trajetória de estudos. Assim, quando busquei voltar à Universidade, na especialização e me deparei com uma disciplina oferecida pela

professora Cláudia, na UFLA, Temas em Educação Sexual, os estudos de gênero e sexualidade me tomaram por inteiro. Estudá-los inicialmente, tinha um sentido de buscar me entender, busca na qual consegui compreender muito do que passei em relação a xingamentos, ofensas e uma não aceitação do meu desejo, que, também, é uma criação discursiva de uma sexualidade que fora criada como menor. Portanto os desejos que advêm dessa criação precisavam ser silenciados e o vexame, a chacota, a humilhação pública foram reiterados em uma lógica macabra de reprodução de um discurso normalizador.

Ademais, ao pensar essa minha vontade, esse meu desejo de ver como se está inscrito em um discurso que o diminui, que o coloca como inferior, consigo entender porque precisamos calar os/as diferentes, pois, em vista de uma norma, de uma idealização, todo o restante que não se encaixar, à chacota será destinado. Ao entender-me enquanto o errado, o portador de algo que precisava ser evitado, o que fazia era incorporar esse discurso e repeti-lo a mim mesmo. E poder libertar-me dessas amarras, a partir dessas leituras e problematizações, conferiu-me mais vontade de entender essas teorias.

Defendi a Especialização e adentrei ao mestrado em Educação pela UFLA, com a também orientação da professora Cláudia Ribeiro e fui a campo pesquisar duas mulheres trans. Produzi uma dissertação em que entrevisto essas mulheres que se identificam enquanto travestis. Voltei a perceber o quanto seus corpos eram marcados por um discurso que as colocava como seres abjetos, a partir de Judith Butler (2003). Conceito esse que designa “precisamente aquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, que são densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do inabitável é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (BUTLER, 2003, p. 155). E, ao não gozarem do lugar de sujeito, de um lugar “circunscrito”, ou seja, produzido nas tramas do discurso, elas são colocadas em uma vulnerabilidade inerente à condição de abjeto, o qual designa a condição de uma vida precária. Outro conceito também pensado por Butler (2016) foi o que ela se pergunta quais vidas são passíveis de serem apreendidas. Assim, nessa apreensão, quais vidas serão reconhecidas, tomando o sujeito definido por normas e convenções.

Portanto, nessas entrevistas, foram vários os momentos em que me relataram violência simbólica, humilhações e episódios de violência física. E pensado, em meio à escola, em como ela fora presente em suas vidas e o quanto muitos desses episódios são sentidos dentro de seus muros. A escola fora tencionada como um lugar que pode ser muito opressor e silenciador, mas, mesmo assim, elas buscaram construir seus corpos e viver suas identidades.

E pensar a escola, seu cotidiano, fora muito importante para que pudesse ver minha prática enquanto professor na educação básica. Desde que terminei a graduação pelos idos de 2008, comecei a lecionar no ensino médio em escolas da rede estadual de Minas Gerais. Minha experiência demonstra que nunca tive uma colega/professora travesti, ou ainda nunca lecionei a uma menina trans ou em fase de transição. Mas, ao mesmo tempo, lembro que minhas entrevistadas no mestrado fizeram sua educação básica, na década de 1990, período em que começaram a surgir políticas públicas voltadas ao debate sobre gênero e diversidade sexual. No entanto hoje consigo ver com mais clareza, na escola, os jovens lidando com sua sexualidade, porque penso em como foi difícil, para mim, lidar com a minha sexualidade nos anos de 1990. Contudo a questão é se problematizei uma escola, que apareceu nas falas das interlocutoras, como segregadora, pouco inclusiva. Talvez, agora, eu precise pensá-la como um lugar que ainda tem dificuldades, mas que pode apresentar algumas possibilidades. E são esses possíveis que vou buscar, quando intento fazer um projeto que pense mulheres trans que estão na Universidade, pois, para que elas cheguem à Universidade, necessitam ter passado por essa escola.

Fora durante a minha primeira conversa com Larissa Pelúcio, decidimos que o foco seria mulheres trans que estão na Universidade pública brasileira. A partir de então, comecei a traçar as linhas que futuramente viriam a se tornar o projeto desta tese. Como todo caminho, o início é um pouco desconhecido, canaviais e mais canaviais¹ de uma escrita dolorida, que deixava feridas nas mãos. E penso que seja assim, perigoso, amedrontador, dolorido. Esse é o meu processo de criação, de incorporação dos conceitos, de produção da escrita. E, à medida, está dentro, está pronto para sair. É nesse entra e sai que vou produzindo, criando, pois penso o dentro como um prolongamento do fora, por isso, necessita estar dentro para estar fora e assim se fazer. O processo, o deslocar-se está intimamente ligado ao que proponho no projeto, sendo assim, estabeleço um lugar que é o de pensar a recente chegada de mulheres trans² às universidades brasileiras. Mas, por onde iniciar?

Durante as pesquisas, para a construção do projeto, deparei-me com uma notícia já antiga, datada de onze de abril de 2012. O sítio da internet “Diálogos Políticos” noticiou que, pela primeira vez, uma travesti iria concluir um doutorado no país. A notícia referia-se à Luma Andrade, que estava prestes a defender sua tese no Programa de Pós-Graduação em

¹ Uso aqui uma metáfora sobre os canaviais. Durante as viagens de ônibus, esse passa por um longo trecho, mais da metade do caminho entre Formiga – MG e Marília - SP, por estradas que recortam os milhares de canaviais usados na produção de etanol. Ressaltam toda a beleza dos canaviais paulistas e uso essa metáfora para trazer certa longevidade. Algo como um alongar-se do tempo.

² Aqui me utilizarei do termo mulheres transexuais, ou mulheres trans. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2015, p. 8) “mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento enquanto mulher”.

Educação da Universidade Federal do Ceará. Ao informar, em tom de grande novidade, o jornal queria dizer de um espaço, de um lugar que elas ainda não ocupavam e que agora estavam prestes a fazer parte. O inusitado do fato revelou mais sobre as recusas sociais às mulheres trans que sobre as capacidades intelectuais de Andrade.

O tom de grande novidade, empregado pelo jornalista, levou-me a pensar que esse não era um caso muito comum. A notícia destacava a primeira travesti a concluir um doutorado no país. Se Luma era a primeira, podemos pensar que a Universidade Pública não era uma realidade para essas pessoas, como não era para pretos/as, pobres. E a pós-graduação era algo mais distante a muitas mulheres trans. Porém, explico um processo, um deslocamento, uma (s) mudança (s), percebo essa realidade segregadora, em que as Universidades Públicas eram lugares destinados às elites deste país, o que vem mudando. Por exemplo, no ano de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados que mostram que negros compõem a maioria nas universidades públicas (falarei desses números mais adiante). E, durante as entrevistas com as interlocutoras desta tese, muitas me narraram que estão cursando a Pós-Graduação em importantes centros de pesquisa do país.

Assim, retomando o processo de início desta pesquisa, após ler a notícia de que Luma fora a primeira travesti a conquistar um doutorado no país, algumas questões começaram a surgir e parece que o caminho um tanto desconhecido, um tanto amedrontador, iniciava sua rota. A pesquisa começou a tomar contornos para mim. Surgiu-me o primeiro eixo a pensar: a Universidade. E uma primeira pergunta: por que ainda causa espanto termos mulheres trans nas Universidades? Contudo, para pensar as Universidades Públicas brasileiras, preciso observar as Políticas Públicas do Estado brasileiro voltadas ao gênero, à sexualidade e à atuação do movimento social das Travestis e ao movimento LGBT. O movimento de travestis foi se fazendo à parte. Ele surgiu como um movimento de prostitutas, as quais reivindicavam o fim da violência sexual praticada pela polícia, segundo Mário Carvalho (2015), ainda no início dos anos de 1990 e, depois, tornou-se mais organizado quando a epidemia de AIDS deixou seu rastro de morte. Mas elas tinham dificuldades em acessar o Movimento Homossexual Brasileiro - MHB -composto, sobretudo, por homens de classe média. Por conseguinte, o fazer metodológico iniciava seu processo. E essa palavra é muito importante para esta tese, o processo.

Para propô-lo, cheguei aos objetivos mais gerais que são cartografar trajetórias de mulheres trans, as quais seriam confrontadas com um cenário macropolítico, buscando-se compreender como o desejo de construir uma trajetória acadêmica se constrói e se viabiliza dentro das Universidades públicas, ou seja, tencionei a sua inserção e a sua permanência

nessas instituições. E, ainda, como objetivos específicos, busquei revisitar as produções do movimento social de mulheres trans e do MHB, depois LGBT, por meio de extensa bibliografia produzida sobre as conquistas nesse processo de ganhos e perdas, estabelecendo muitas tensões entre sociedade civil e Estado. E problematizar o contexto macrossocial, estrutural, no qual as políticas públicas em educação, especificamente as que são voltadas para as questões de gêneros, sexualidades e direitos sexuais, funcionavam e funcionam, estabelecendo um corte histórico, para discutir a “recente” chegada de mulheres trans ao espaço das Universidades Públicas.

Com o surgimento do Movimento de travestis, no início dos anos de 1990, quando apareceram as primeiras organizações de militantes, iniciei este estudo. Segundo o pesquisador Carvalho (2015), existiram dois modelos pelos quais as travestis se organizavam: um contra “a violência policial nos locais de prostituição, outro a partir da ação de ONGs vinculadas ao movimento homossexual ou ao movimento de luta contra a AIDS” (CARVALHO, 2015, p. 19). Ele afirma que as duas bandeiras, AIDS e violência, eram o que organizavam as travestis. Gilson Goulart Carrijo, juntamente com Keila Simpson, Marco Aurélio Máximo Prado e outros autores trazem uma visão mais ampliada:

A marcha realizada no final do III Encontro Nacional de Travestis e Transexuais na luta contra a aids (Entlaids) no Rio de Janeiro, em 1995, e recontada por Jovanna Baby, denunciava o assassinato de oito travestis e parece remeter a um cenário ainda contemporâneo: ‘as travestis saíram da Candelária gritando em coro as palavras de ordem: ata ata ata a polícia que nos mata... ina ina ina a polícia é assassina’ (CARRIJO, 2019, p. 4).

Nesse texto, os/as pesquisadores/as recontam a história do movimento de travestis e transexuais, com base em um documentário produzido sobre a vida de Keila Simpson e sua articulação junto ao movimento e declaram que a AIDS não foi o primeiro articulador, em torno da busca por direitos das travestis e transexuais e, sim, o “embate com a polícia e o enfrentamento contra violência estatal” (CARRIJO, 2019, p. 4). Assim, faz-se necessário contar um pouco desta história e de como ela não está ligada ao Movimento Homossexual Brasileiro - MHB. As organizações de travestis e transexuais apenas serão ligadas ao MHB na criação da Associação Brasileira Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT, em 1995 (CARVALHO, 2015). Mas foi contra a epidemia de AIDS que o movimento de travestis e transexuais ou “movimento trans”³ teve a construção de seus “sujeitos políticos” (CARVALHO, 2015, p. 42). Portanto a epidemia é uma tragédia que aproximou sujeitos, mas

³ O movimento de travestis e transexuais somente vai incorporar esse nome nos anos de 2000, segundo Carvalho (2015).

sem nunca os irmanar. Esses vão buscar formas de construir interlocuções com o Estado para enfrentar essa doença.

Então, com o fim da ditadura militar, houve um crescimento de movimentos que reivindicavam direitos civis. O surgimento do movimento homossexual brasileiro, MHB, como era denominado à época com a criação do grupo “Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, em fevereiro de 1979 e o jornal “O Lampion da Esquina, melhor conhecido como Lampion, apareceu em finais dos anos de 1970”, segundo Edward Macrae (2018, p. 42-43). Nesse período de abertura, alguns sujeitos políticos adentraram a cena e buscaram construir suas participações, como fizeram o movimento negro, o movimento feminista e o recém-criado MHB, em um cenário um pouco à parte “nas bordas das políticas, nas fissuras entre o Estado e a Sociedade Civil” (CARRIJO et al., 2018, p. 10). Esse movimento de travestis não surgiu tutelado, mas se fez solidário a um ativismo emaranhado de tênues linhas (idem, *ibidem*), as quais foram construídas entre a sociedade civil, ONGs, comitês e o Estado. Assim, o traçar destas rotas abertas por estas atuações, por estes processos, buscarei compor as mudanças a partir do micropolítico. Portanto interessa-me pensar, como em um cenário macropolítico, lembrando que micropolítica e macropolítica são indissociáveis, por isso, quais mudanças sustentaram esses sujeitos, para considerar a inserção e permanência de pessoas até então alijadas do cenário da Universidade Pública brasileira, ou seja, como se vai da AIDS à Universidade Pública.

O conceito de micropolítica que utilizo, nessa ótica, tenciono a partir de Michel Foucault, o qual, está associado à resistência. “É comum relacionar micropolíticas a resistências e à própria noção de micropolítica ser uma resistência”, segundo disserta Edson Passetti (2017, p. 59). Isto posto, começo por pensar a resistência em Michel Foucault, a qual tem um caráter “coextensivo ao poder” (FOUCAULT, 2009, p. 29). Por ter esse caráter, poder e resistência não estão em uma “unidade dialética de contrários, mas se realizam na mesma materialidade de corpos históricos” é o que indica Simone Sobral Sampaio (2006, p. 67). Poder e resistência não se dissociam e estão buscando táticas estratégicas, no campo das relações de forças.

Em Foucault (1988), vemos que o poder assume formas diversas. Não há um lugar de onde provém toda a interdição, mas o poder se dissemina por toda uma rede de “mecanismos ininterruptos, de vigilância e controle, inseridos no corpo social, de modo a não parecer arbitrário, mas necessário à sociedade” (SAMPAIO, 2006, p. 31). Assim, o poder opera, criando instâncias múltiplas na realidade social, sendo dinâmico, capaz de criar muitas tecnologias para se propagar, adentrando os corpos dos indivíduos, domesticando-os para

controlá-los. Foucault (1998) constrói uma analítica do poder que se diferencia da ideia de uma teoria do poder. “Uma nova concepção de poder em que esse não é propriedade de uma classe, mas estratégia, poder operatório com suas manobras, táticas, disposições, técnicas, funcionamentos. O poder é exercido” (SAMPAIO, 2006, p. 47). Foucault problematiza que o poder “não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas” (FOUCAULT, 2009, p. 29). O filósofo não nega as classes antagônicas e as lutas que elas operam, mas afirma que “o poder não é algo que se adquira” (FOUCAULT, 1988, p. 89), pois ocorre em uma relação, e as classes não são homogêneas, “não são unívocas, definem inúmeros pontos de lutas, focos de instabilidade, comportando cada um seus riscos de conflito, de luta” (FOUCAULT, 2009, p. 29). O processo geral de dominação é produto de muitos e constantes confrontos, segundo Sampaio (2006). Se o poder é uma relação de forças e aí ele é exercido, pressupõem-se os contra-ataques a ele, por meio da resistência, como sendo parte desse mesmo poder. Foucault (2009), ainda, assinala-nos que a resistência seria o que obriga as relações de poder a mudarem, portanto a resistência é fundamental, segundo Sampaio (2006).

Em sua analítica do poder, o filósofo nos mostra quais são os mecanismos operativos do poder. Em vez de uma interdição, o poder mostrado, a partir do primeiro volume da *História da Sexualidade* (1988), é incitação. O poder é produtivo e, segundo Davis Moreira Alvim (2009, p. 4), “não mais se contenta com mecanismos de barragem ou proibição, mas organiza-se em linhas de penetração intermináveis, em formas produtivas e inventivas de atuação”. Desse modo, se a resistência é inerente ao poder que é inventivo, a resistência também o será. Para Foucault, “as resistências decorrem de enfrentamentos, de práticas sujeitadas diante das técnicas de governo da política, intrínsecas aos componentes totalitários e individualizantes do poder derivados da razão de Estado” (PASSETTI, 2017, p. 59). Assim, busco pensar nestas formas inventivas de atuação construindo suas rotas outras e provocando rachaduras na ordem.

Sendo assim, tenho como tese pensar quais processos sociais contribuíram para que existam outros modos de subjetivação de pessoas trans, que não apenas os ligados às margens. Quais as condições de emergência desses processos para a entrada e permanência de mulheres trans às Universidades públicas brasileiras. Por condições de emergência, penso um traçar de rotas criadas pelo movimento de travestis e transexuais, pela própria academia em um processo de reflexão e elaboração de conceitos que, levados ao movimento, atuam na construção de políticas públicas. E a atuação das sujeitas desta tese, as mulheres trans, pressionando ações, fazendo vigorar as portarias, para uso do nome social dentro desses

lugares, ao construir conceitos, tencionando outros, criando encruzilhadas epistemológicas. Traçaram estratégias que elas acionaram para chegar até as Universidades Públicas e para resistir neste espaço.

Problematizar as Universidades públicas é propor suas críticas, a partir das análises que elabora, dos conceitos que cria e busca intervir na sociedade em que está. Assim, ao elaborar análises sobre a construção histórica e social, os “Estudos de Gênero criaram um paradigma metodológico, no que tange à ruptura com o sexo biológico e com a dessubstancialização das categorias naturalizadas de homens e mulheres”, segundo destaca Machado (1998, p. 108). Assim sendo, romperam com a linha sexo-gênero, a partir de Gayle Rubin, ou ainda problematizaram uma sexualidade central e outra periférica (RUBIN, 1993). Ademais, sugeriram esse desconstrucionismo derrideano, pensar os corpos inscritos, em uma cultura criando sujeitos e abjetos, aqui citando Butler (2003). Esses, os abjetos, vistos como um oposto discursivo ao que denominamos de sujeito, ou seja, alguém que não detém direitos, que está à margem de um gênero inteligível e de uma boa sexualidade.

Pensar as atuações dessas mulheres trans, compondo outros territórios, é também um objetivo desta pesquisa, no sentido de traçar suas rotas outras, suas estratégias de sobrevivência; acionando discussões sobre o contexto de formação do Movimento Social de travestis e transexuais e como ele se relaciona com as suas possibilidades, das mulheres trans que aqui entrevistei, ao chegarem às Universidades públicas. Para isso, utilizo-me da cartografia pensando nas possibilidades de construções que me oferece.

A cartografia é uma metodologia de pesquisa, proposta por Deleuze e Guattari, que busca privilegia o processo, o fazer. Busca traçar as linhas compositoras do real, “que são linhas de desterritorialização⁴ pelas quais um pensamento foge sem parar, uma linha pela qual se foge e faz fugir” (OLIVEIRA; PARAISO, 2012, p. 167), para depois construir-se, em outro território, em um movimento micropolítico. O processo que aqui procuro pensar de construção de outras rotas, de estratégias de sobrevivência dessas mulheres trans que entrevistei, faz-nos (re)pensar que existam fissuras na constituição da ordem, a qual se faz branca, heterossexual, masculina, pequeno burguesa. Essas trajetórias me ajudaram a cartografar outros espaços: da sexualidade, do gênero, do saber, da raça, da identidade, da classe social. Seus corpos estigmatizados propõem questionamentos, estranhamentos, lutas, vontades, desejos. A partir de suas trajetórias, pensamos a Universidade pública e a própria

⁴ Aqui uso desterritorialização, a partir de Rogério Haesbaert (2014, p. 100), como a passagem de um território para a construção de um outro.

sociedade. E surgem estas perguntas: por que o acesso um pouco maior⁵ se dá muito recentemente? Que se passa/passou no país para que as mulheres trans pudessem chegar à Universidade pública? Como conseguem (conseguiram) se manter nas instituições de ensino? Qual são as Universidades públicas? Foram perguntas motivadoras para a construção desta tese.

Essas perguntas são problemas que se formaram quando pensamos em quem são estas pessoas. Fazem parte de quais classes de nossa sociedade? São pretas? Pardas? Brancas? Indígenas? Quais cursos frequentam nas instituições? E o importante de pensar neste processo, nesta cartografia, é justamente enquanto tal, acontecendo. Assim, cartografei linhas que se formam na constituição de paisagens provocadas por esse movimento micropolítico do Movimento Social de travestis e transexuais, da Universidade Pública e das interlocutoras desta tese.

Reporto-me, ao fim de 2016, quando aconteceu, na Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, o VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos em Homocultura - ABEH, de que participei em um eixo-temático e fiz alguns afetos que, futuramente, foram úteis para começar minha rede de afetos. Nesse eixo temático, fui um dos propositores, juntamente com a professora Cláudia Ribeiro, à época, docente no Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras, hoje aposentada e Alessandro Paulino, um jovem pesquisador dos estudos de gênero e sexualidade. Nosso eixo temático buscou trabalhos que versavam sobre as resistências à ordem normativa, sobre uma perspectiva da transgressão. Encontramos trabalhos que destacavam algumas formas mais combativas de estar no mundo. Foram dias de intensas discussões, tanto entre os/as debatedores/as, como entre as pessoas que vieram assistir a essas apresentações. Alguns trabalhos se mostravam próximos ao que gostaria de fazer. Em consequência, comecei a construir a rede de afetos desta pesquisa.

Chamo de rede de afetos os encontros que esta pesquisa me permitiu, ou seja, fui acionando, a partir dos eventos, como o congresso da ABEH, pela rede social *Facebook*, pessoas que já conhecia e que poderiam me oportunizar bons encontros. Em outro congresso, agora menor e mais local, na XVII Semana da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Araraquara - FCLAr, também pude fazer bons encontros e pelo sítio de compartilhamento de vídeos, o *Youtube* e, assim, fui construindo, aos poucos, essa rede.

⁵ Ao afirmar em maior quantidade, refiro-me a um período anterior, por exemplo, a primeira década do século XXI, em que algumas pesquisas foram feitas por estudiosas/os do gênero e da sexualidade, e o fenômeno mais visível naquele momento era o da prostituição, mesmo que esses/as pesquisadores/as não estivessem investigando a prostituição. Ver Benedetti (2005), Kulick (2008) e Pelúcio (2007).

O início da rede, a princípio, foi entre amigos e amigas e conhecidos/as, que faziam parte da rede social *Facebook*. Ademais, esse foi o local que mais me utilizo para fazer os contatos iniciais. Sendo assim, acionava esses contatos e tentava que me passassem outros nomes e endereços, na rede social, de mulheres trans, que pudessem falar comigo. Inicialmente foram tantas recusas, tantas visualizações de minhas mensagens sem resposta alguma, ou ainda, respostas grosseiras, que precisei mudar minha estratégia de procura. Foi nesse momento que descobri a plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube*, em que algumas mulheres trans contavam suas experiências em seus canais e pareciam ser mais acessíveis.

Dessa forma, encontrei o canal de Ane Rannyele⁶, uma jovem mulher trans, estudante de arquitetura da cidade de Belo Horizonte. Assisti a alguns de seus vídeos e fui ao seu *Facebook* para fazer o contato. Deixei-lhe minha mensagem e, depois de alguns dias, ela me respondeu, positivamente. Lembro-me de que, em uma tarde de domingo, fiz uma entrevista com ela. No entanto, como as dificuldades existem e pelo fato de não ter bolsa, tampouco financiamento para obter as entrevistas, obrigava-me a fazê-las por um lugar em que não houvesse ônus. Optei por entrevistá-las pelo aplicativo de mensagens sincrônicas *WhatsApp*. Nesse *Software*, existe a ferramenta de ligação por voz, que é feita pela internet, sendo assim, as pessoas poderiam utilizar a rede *Wi-fi* em suas casas, sem custos para o pesquisador e para a interlocutora. Anne Rannyele apareceu *On-line* no aplicativo, uma hora depois que tínhamos combinado, mas faz questão, segundo ela, de falar comigo. Ela contou-me de seus primeiros tempos na escola, na faculdade e de seus sonhos para o futuro. Dos medos que enfrentaria depois que terminasse a faculdade, de sua família e sua criação religiosa; de suas muitas mudanças, quando o pai era minerador, ou ainda, de suas experiências, no canal criado, para “*poder ajudar algumas outras pessoas a se entenderem melhor*”⁷.

A segunda interlocutora foi Maria Eduarda (nome fictício criado a pedido da interlocutora). Psicóloga, negra, moradora do Nordeste brasileiro. Cheguei até ela, por meio de um amigo que a conhecia e passou-me seu contato. Conversamos por uma hora. Ela relatou-me as experiências de uma criança tímida até a mulher forte em que se tornou. Maria Eduarda, talvez, tenha sido a que mais interagiu comigo, tendo me concedido uma entrevista de mais de uma hora de duração, com suas análises sobre seu processo de transição. Relatou-me a vida escolar de uma criança retraída, mas “*muito protegida*”, suas mudanças de cidade,

⁶ Durante a entrevista, questioneei se era necessário trocar seu nome por um nome fictício. Ela me respondeu que não, pois, publicizava sua experiência no sítio *Youtube*, em seu canal particular.

⁷ Aqui utilizarei as falas das interlocutoras entre aspas e em itálico para dar mais ênfase a seus relatos.

seu isolamento social e para o que ela denomina de “*volta da Tieta*”⁸. Uma referência à personagem de Jorge Amado (2009), *Tieta*, do livro *Tieta do Agreste*, ela (Maria Eduarda) conta sua volta à sua cidade natal, já “*cirurgiada*” (Maria Eduarda).

A terceira entrevista foi com Maria Clara, também nome fictício, a pedido. Uma mulher trans, estudante da Universidade Federal de São Paulo. Está cursando o Pós-doutorado e com sua forma mais objetiva respondeu às minhas perguntas. Essa era a primeira mulher trans que entrevistei que não era da área de humanas. Demonstrava uma forma mais prática de ser. Suas respostas não eram muito longas e bem mais precisas. Maria Clara é da região Sul do país, nasceu no Paraná, mas cursava em São Paulo o pós-doutoramento. De uma família de classe média, buscou, em sua ida para São Paulo, “*um lugar para poder se encontrar*”, segundo relata.

A quarta entrevista foi com Maria Augusta, mais uma vez utilizo “*Marias*” para nomear as entrevistadas. Paulista, cursando mestrado na área da saúde, uma fala envolvente e carismática. Contou-me parte de sua trajetória escolar que lhe trouxe um pouco do sofrimento no ensino médio. Diz que muita “*transfobia sofreu*” e vários xingamentos, ofensas, até que resolveu contar a seus pais e assim seu processo tornou-se “*menos solitário*”. Ela declara “*que falar comigo é uma forma de militar*”. Aqui ela se referia a contar suas experiências enquanto mulher trans, o seu processo de entendimento sobre seu corpo e sua identidade é uma forma de ajudar as pessoas como ela mesma.

A quinta entrevista foi feita com Beatriz Pagliarini, criadora do sítio na internet Transfeminismo⁹ em que ela e outras mulheres trans debatem questões ligadas ao transfeminismo, como um feminismo interseccional ligado às questões trans. Com vários artigos publicados em revistas acadêmicas e no sítio Transfeminismo, em que problematiza as questões da transexualidade, trazer seu nome é uma forma de potencializar suas discussões, a partir desse debate micropolítico que proponho. Paulista do interior do estado, afirma-se branca, classe média e com grande aceitação por parte de seus pais. Estudou grande parte de sua vida escolar, em um colégio privado católico, segundo me conta. Ela estudante do mestrado (à época, nesta data já concluído) em Letras no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Sua fala foi bastante questionadora a partir das perguntas que elaborei. Nesses questionamentos, narrou-me um problema no uso dos banheiros e “*quem*” poderia usá-lo, a partir de um episódio que aconteceu nas dependências

⁸ Uma referência a Jorge Amado em sua obra *Tieta do Agreste* (1977), tendo adaptações para a televisão e cinema. Em 1989, a Rede Globo de televisão fez uma adaptação da obra para um folhetim televisivo de nome *Tieta*. Em 1996, foi realizado o filme *Tieta do Agreste*, dirigido por Cacá Diegues (TIETA..., 2019).

⁹ Pagliarini, Kass e Vergueiro (2011).

da Unicamp. Conversamos por um período e, em suas respostas, foi me trazendo questionamentos, por exemplo, a sua *passabilidade*¹⁰ que ela diz ter mesmo antes de seu transicionar. Contou-me de sua *saga*, para conseguir usar o nome social, pois já existia uma portaria reguladora, mas ainda não estava em vigor na Unicamp. Assim, foco minhas análises na permanência dessas mulheres trans nas Universidades em que estudam ou estudaram. Embora eu disserte sobre as condições de emergência de Políticas Públicas que levaram essas mulheres às Universidades Públicas, as interlocutoras desta pesquisa não adentraram a Universidade, utilizando algumas dessas políticas que são criadas, a partir de 2003. Vindas de setores economicamente privilegiados, elas acionaram essas políticas, quando, já nas Universidades em que ingressam ou ingressaram, buscaram pelo nome social, pelo uso do banheiro, já dentro dessas instituições.

Argumento, nestas páginas que se seguem sobre um processo micropolítico de produção de condições materiais, para que essas mulheres cheguem até as Universidades, mesmo que, nesta pesquisa, as interlocutoras que me narram suas experiências não tenham diretamente se utilizado das Políticas Públicas, para seus ingressos, mas muito tenham feito uso nas suas trajetórias universitárias. No entanto suas permanências estão diretamente ligadas a todo o processo de criação dessas rotas outras, ou seja, dessas Políticas Públicas que produziram outras possibilidades de subjetivação, como tracejo aqui.

Pensando em manter o anonimato de algumas interlocutoras, opto por trocar alguns de seus nomes, a pedido e uso o pseudônimo Maria (Clara, Eduarda, Augusta), fazendo uma referência à música de Milton Nascimento “Maria Maria” em que o compositor escreve: “que misturam dor e alegria [...] que merecem viver e amar como outra qualquer no planeta”¹¹. Assim, para pensar juntamente com essas mulheres trans, evoco a poesia de Milton Nascimento e Fernando Brant, para nomear boa parte desta cartografia. Marias são mulheres comuns, mas mulheres de força. São seguidoras da roda da vida e, como proponho nesta cartografia, fazem a roda girar. A roda do caminho, o caminho da estrada, as rotas dos mundos, tantos quantos tiverem criatividade para inventar e forças para se manter. Nessas roda-rotas, ou nessas rota-rodas, é o caminhar que nos importa. Não há chegada, porque está no deslocamento, na construção, esse tencionar que aqui se faz. Pensar as Marias, em seus “fazimentos”, usando um neologismo, para dizer esse fazer cotidiano, mas que não é comum,

¹⁰ “passar por homem e/ou mulher se dá pela agência, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente” (PISCITELLI, 2008, p. 267). Isso ocorre diante de vários elementos de identificação e da busca por reconhecimento, em um contexto de valorização das diferenças, mas, principalmente, de rechaços e discriminações aos diferentes em demasiado” (DUQUE, 2017, p. 40).

¹¹ (TRANSEXUAISSP..., 2015).

porque provoca um deslocamento. E com a intenção de fazê-lo, constroem outro território, resistem à ordem dura, normativa e fazem rotas novas. E, nesse cenário, descrevemos a metodologia desta tese, cujo traçar das rotas, das linhas é explicado. Vejamos a cartografia como uma problematização.

1.1 Acompanhando o processo: a metodologia

Nessa perspectiva, busco trazer a cartografia como metodologia desta pesquisa. Ademais, para compô-la, preciso pensá-la como metodologia de pesquisa e, logo depois, pensar no seu uso ao traçar linhas, construindo paisagens, estabelecendo redes, desterritorializando territórios na construção de outros.

Na tradição científica ocidental, o método como um caminho firme, seguro e eficaz, para se chegar a uma conclusão, é algo que privilegiamos. Somos cientistas que buscam seus objetos de análise. No legado da ciência ocidental, existe um objeto a ser analisado, um plano traçado para se chegar a um fim. Esse método científico remonta a Galileu. Segundo Barros e Kastrup, Passos e Escócia (2015, p. 54), a ciência moderna desponta “como uma invenção singular, configurando-se de determinada maneira e portando, como uma de suas principais características, a separação entre o objeto científico e o cientista”. E, ao citarem Isabelle Strengers, dirão de um “dispositivo experimental” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓCIA, 2015, p. 54)), criado por Galileu e teria como fundamento a “separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓCIA, 2015, p. 54)). Ao citar essa criação, essa experimentação, as autoras enunciam que sujeito e objeto não são categorias transcendentais, mas que se configuram no traçado da história. A invenção desse dispositivo serve para proferir que “tais invenções não são invenções quaisquer, mas verdadeiras descobertas” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓCIA, 2015, p. 55). Kastrup, Passos e Escócia, ao citar Strengers, asseveram-nos que a invenção da ciência moderna e a “atividade apaixonada do cientista de tornar ‘verdadeiramente verdadeiros’, descobertos e não inventados, os seres cujo testemunho fidedigno o laboratório produz” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓCIA, 2015, p. 56). Assim, a autora demonstra que há zonas de interstícios, pequenas rachaduras na história da ciência, “que nos fazem perceber uma espécie de rizoma” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓCIA, 2015, p. 56) e não que a ciência seja feita por continuidade e rupturas, mas toda a criação inventiva da ciência dá a ela uma capacidade de se inovar e criar ainda mais. “Há uma inventividade dispersa, contínua e incessante de toda prática científica” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓCIA, 2015, p. 56), refazendo, propondo, subvertendo, revolucionando

“exigindo práticas originais de investigação” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓCIA, 2015, p. 56). Assim sendo, podemos pensar a cartografia ou a esquizoanálise com uma forma de trazer essa contínua criação da ciência.

Propôs-se, nesta pesquisa, acompanhar um processo que é a recente chegada de mulheres trans à Universidade pública brasileira. Esse processo micropolítico é tencionado pela criação de um outro território. Assim, ao ir a campo buscar suas experiências dentro da Universidade, penso-a dentro de uma sociedade e, assim, trazendo-a como outro território possível. Assim sendo, busquei traçar essa processualidade a partir de suas trajetórias. Evoco o singular de suas experiências para mostrar esse acontecimento espaço-territorial: outras formas de sexualidades, de identidades de gêneros, de cores, de raças, de saberes, contestando o sujeito universal. Por exemplo, ao entrevistar Maria Clara, ela me relata:

Eu fiz minha graduação em farmácia na Federal do Paraná, daí eu fiz meu mestrado em bioquímica na Universidade de São Paulo, meu doutorado foi em psicobiologia na Universidade Federal de São Paulo e agora estou fazendo meu pós-doc na psicobiologia também (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, UNESP, 2018a).

No discurso de Maria Clara, sua formação acadêmica, cursando o pós-doutorado, em uma importante Universidade Pública brasileira, busco, assim, pensar nessa experiência que contesta esse sujeito universal, masculino, heterossexual, branco, como previamente dado e imutável. Ao pensar essa Universidade pública, aqui sempre plural, como outro espaço possível, ajudou-me a elucidar esse processo, que chamo por mudança nas subjetivações. Assim sendo, hoje encontrar uma mulher trans, em um grande centro de produção científica, em um pós-doutorado, faz-nos pensar que é algo novo, pois esse fenômeno não pôde ser observado nas pesquisas que foram realizadas na primeira década desse século.

Nos últimos anos, foram realizadas muitas pesquisas sobre travestis e transexuais no Brasil. Pelúcio (2009, p. 33) elenca, até a data da publicação de sua tese, que se trata de uma etnografia sobre travestis, uma vasta bibliografia sobre este tema: “Silva. 1993, Kulick. 1998, Oliveira. 1994, Oliveira. 1997, Denizart. 1997, Jayme. 2001, Patrício. 2002, Peres. 2005, Benedetti. 2005, Vale. 2005, Cardozo. 2006”. E acrescidas a essas, temos Barbosa (2017), Bento (2006), Carvalho (2015), Duque (2009), Melo (2017), Modesto (2018), Nogueira (2013), Sabatine (2012, 2017) e Vieira Junior (2018), uma expressiva bibliografia sendo produzida sobre mulheres trans. Muitas dessas pesquisas foram feitas, a partir do fenômeno da prostituição, envolvendo travestis e transexuais. As etnografias de Benedetti (2005), Denizart (1997), Kulick (1998), Pelúcio (2007) e Silva (1993) mostram que a prostituição compunha

grandemente o cotidiano das travestis a qual considerada como elemento constituidor de suas identidades. Apenas mais recentemente, nas pesquisas de Andrade (2012), Reidel (2013) e Sales (2012, 2018), a escola passa a ser o foco de análise. É importante ressaltar, nessas pesquisas, que têm a escola como campo, que foram realizadas por pessoas que se identificam enquanto travestis. Somam-se àquelas, as pesquisas de Barbosa (2017), Melo (2016), Modesto (2018), Oliveira (2017), as quais problematizam outros espaços, como cursinhos para pessoas travestis e transexuais, o que fez Barbosa (2017). A pesquisa de Modesto (2018) problematiza o cotidiano de uma professora transexual na rede de ensino de Congonhas - MG que revela outros espaços possíveis, que, agora, passam a ser foco de análise.

Virgínia Kastrup, Eduardo Passos e Liliana da Escóssia (2015, p. 10), em *Pistas do método cartográfico*, propõem pensar a palavra metodologia - “*metá-hódos*”. Trata-se de um caminho (*hódos*) determinado pelas metas (*metá*) que são estabelecidas para que o próprio caminhar seja feito”. A “cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *meta-hódos* em *hódos-meta*” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2015, p. 10), para que se use a experimentação em vez da aplicação. Muito mais que chegar, o importante é caminhar. “Com isso, não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2015, p. 11). Propõe-se dar abertura aos afetos, ou seja, aos encontros. Na cartografia, não se quer ir até o objeto de estudo, para analisá-lo e, assim, revelar o que ele é. Mas a cartografia quer traçar as linhas, o movimento, quer pensá-los entre lugares em que se encontram. Como é sempre produção, devir, a cartografia traça esses acidentes do terreno, esses desníveis e acompanha processos. O cartógrafo é o que vai traçar esse movimento do real, pois o que “importa para o cartógrafo é que teoria é sempre cartografia - e, sendo assim, ela se faz juntamente com as paisagens cuja formação ele acompanha” (ROLNIK, 2011, p. 65). Portanto é esse processo que nunca é retilíneo, que se faz na multiplicidade do real com que o cartógrafo se ocupa.

A cartografia tem uma linguagem especial, como os carpinteiros, quer saber quais ferramentas usar, como elas funcionam, o que podem criar, nunca por que construir. “Toma emprestado dos objetos apenas suas forças, não as formas, mas o material para fazer formas; não sua história e cenários, mas os elementos de sua matéria” (OLIVEIRA; PARAÍSO, 2012, p. 165).

Assim, um cartógrafo é um construtor, um compositor dessa paisagem que se forma em muitas direções e de muitas maneiras. A preocupação do cartógrafo é com o *como* e não com o *que*. Portanto foi o “como” que problematizei aqui. Desde a criação de Políticas

Públicas, para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS, no início dos anos de 1990 (CARVALHO, 2015), a partir das tensões criadas entre Movimento Social de travestis e transexuais e o Estado inserido no movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT, à época). Começo com o aparecimento da AIDS, a partir da qual há a criação de um diálogo com o governo Brasileiro, na proposição de programas de combate à epidemia. Há importante atuação de Organizações Não Governamentais, as ONGs, no fornecimento de suportes, para as organizações da sociedade civil, que primeiro se preocuparam com a epidemia. Para fazer um recorte temporal na pesquisa sobre as Políticas Públicas, estimo os governos Fernando Henrique Cardoso e, depois, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro governo Dilma Rousseff. Ou seja, dos anos de 1990 até 2014, quando Dilma Rousseff terminou seu mandato, ganhou as próximas eleições, mas ficou apenas até 11 de abril de 2016, quando foi retirada do cargo por um processo de *impeachment*. Não se pode afirmar, nesse contexto, se temos mais ou menos políticas públicas, mas em enunciar esse movimento de constituição de outra paisagem, de um outro território. Compor significa exatamente um fazer-se com. Trazer o acontecimento das micropolíticas, das experiências historicamente subalternizadas.

Para trazer as falas das mulheres trans, utilizei-me de entrevistas de história de vida:

A história de vida, [...] se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. [...] Através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar (QUEIROZ et al., 1988, p. 20).

E o que se fez foi buscar suas histórias, suas experiências singulares, mesmo que não histórias de toda a vida, mas um pouco mais focal, abordando seu processo de educação básica até suas entradas na universidade e a sua permanência nesse lugar, seja na graduação ou na pós-graduação; sua relação com a escola básica e como eram essas relações; sua chegada à universidade enquanto estudante e sua estadia neste lugar.

E essa forma de abordagem é escolhida, pois “quem decide o que vai relatar é o narrador, diante do qual o pesquisador deve se conservar tanto quanto possível, silencioso” (QUEIROZ et al., 1988, p. 21). Um cartógrafo deve manter sua atenção no que Kastrup, Passos e Escóssia (2015) chama de atenção flutuante. Focada, mas ao mesmo tempo dispersa.

Como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo se volta à exploração assistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias. “Tudo caminha até que a atenção, numa

atitude de ativa receptividade, é tocada por algo” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2015, p. 42).

Esse movimento de exploração do terreno, de se fazer a medida do movimento, de prestar atenção, a partir do acontecimento, caracteriza-se como a prática cartográfica, por isso, a atenção precisa estar centralizada aberta a ser tocada a qualquer momento. E de infinitas formas esse tocar pode acontecer. Desse modo, o contato com o campo é fundamental para a prática cartográfica.

E essa prática se faz com as entrevistas de história de vida, mas como encontrei essas pessoas? Em quais Universidades elas estudam/estudaram? O percurso começou no seminário internacional da Associação Brasileira de Estudos em Homocultura, a ABEH, realizado em Juiz de Fora. Participante de um eixo-temático, durante três dias, debatemos sobre as sexualidades e identidades de gênero e sexuais. Havia ali uma estudante do doutorado da Universidade Federal de Juiz de Fora que apresentou seu trabalho debatendo a patologização de corpos transexuais. Ela apresentou sua pesquisa desenvolvida no mestrado. Conversamos muito sobre nossos trabalhos e, em seguida ao seminário, entro em contato para que pudéssemos conversar.

Desde o início, ela colocou-se disponível a ler o meu projeto, pois, ao entrar em contato via e-mail (no caso dela, as outras entrei em contato via rede social *Facebook* e *WhatsApp*), explicava rapidamente sobre o projeto e propunha que lhe enviar o plano de tese, para que o lesse antes e apenas assim pudesse falar comigo, ou não. Prontamente ela respondeu, enviei-lhe a proposta e ela retornou-me positivamente e com um questionamento: a cisnormatividade. Na primeira proposta que havia elaborado, trouxera o conceito de heteronormatividade¹² como um conjunto de discursos que elaboram verdades sobre os sujeitos. Porém, ela questionou sobre o conceito, que melhor a problematizaria, que seria a cisnormatividade. No entanto, como são muitos os percalços de uma pesquisa, os meandros pelos quais passamos até o final do processo, depois de toda a conversa inicial, da leitura do projeto e questionamentos, em torno desse projeto, ela me disse que não queria mais participar. Questionei se algo havia se passado com relação à minha abordagem, ou sobre o projeto, mas ela gentilmente me disse que tivera um problema e que não gostaria mais de conceder-me a entrevista. Agradei-lhe e disse que talvez pudéssemos conversar em outro momento, com que ela concordou, mas isso não ocorreu, visto que, em outro momento,

¹² “heteronormatividade ou norma heterossexual refere-se a um arsenal de valores, normas, dispositivos, por meio dos quais a heterossexualidade é instituída, como a única possibilidade legítima e natural de expressão identitária e sexual” (WARNER, 1993 apud JUNQUEIRA, 2010, p. 124).

enviei-lhe uma mensagem, mas me respondeu negativamente. Esse foi um bom momento de reflexão sobre alguns pontos que precisava revisitar, e a lembrança dela ao termo cisnormatividade fora um deles.

Jaqueline de Jesus (2012, 14) assinala que o termo “cisgênero é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado, ao nascer, ou seja, as pessoas não transgênero”. E esse termo é cunhado, a partir do final dos anos 1990, segundo Bonazzi (2017). Os primeiros aparecimentos do termo cis “são atribuídos à professora de biologia Dana Leland Defosse, em um fórum da Universidade de Minnesota, no ano de 1994” (BONAZZI, 2017, p. 23). Essa professora queria um termo que pudesse fazer oposição justamente ao trans, em seus estudos sobre a transexualidade, a universidade e as violências (BONAZZI, 2017, p. 23).

Dumaresq (2014) pontua que o termo tem sua origem na “comunidade trans, desde a década de 90” é o que consta em seu artigo “O cisgênero existe”, que ela escreve para o *blog* Transliteração. Ademais, nesse artigo que é uma resposta à professora Carla Rodrigues sobre o texto “O (cis) gênero não existe”, Rodrigues (2014) salienta que trazer a cisgeneridade é colocar em perfeita harmonia, “sexo e gênero” como se isso fosse possível. Entendendo o gênero como um constructo social, não faz sentido criar mais um dualismo cisgênero/transgênero, segundo Rodrigues (2014). É nesse momento que Dumaresq (2014) argumenta que não se trata apenas de criar mais um par opositivo, mas de colocar em debate o conceito de cisgeneridade, para justamente pensar a transexualidade, como criação patológica, periférica e aquela como central, “normal”. Assim, ao debater sobre a cisgeneridade, se quer justamente tencionar que a transexualidade existe como um fora, uma criação do saber médico impondo uma verdade sobre essas mulheres. Hailey Kaas (2011) propõe em seu *blog* Transfeminismo:

A pessoa que é percebida como cis e mantém status cis em documentos oficiais não é passível de análise patologizante e nem precisa ter seu gênero legitimado. Ora, homens são homens, mulheres são mulheres e trans* são trans* correto? Não. Historicamente a ciência criou as identidades trans* (e, por isso, já nasceram marginalizadas), mas não criou nenhum termo para as identidades consideradas ‘naturais’ (KAAS, 2011).

Portanto é na tentativa de estranhar o “normal”, de apresentá-lo sob um viés analítico e, com isso, repensar a transexualidade como uma criação fora, destoante e patológica. Assim se constrói a categoria cisgeneridade. Vejamos o que registra Viviane Vergueiro, em uma entrevista a Boris Ramírez Guzmán:

Cisgeneridade eu entendo como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgeneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque essa posição naturalizada (GUZMÁN, 2014, p. 15-21).

Nomear, nesse cenário, é criar um contraponto à essa normalidade e declarar que ela também é uma criação. É afirmar que há um discurso que classifica a transexualidade pela negação, ou seja, o normal é aquele que não é transexual. Nessa lógica, podemos buscar uma problematização, em Foucault (1988), na criação do perverso. Pela medicina instituiu-se uma sexualidade “normal” e o contrário o sujeito do erro, doentio, marginal, inumano, que sempre será dito pelo outro: o saber médico, jurídico, social e antropológico (DUMARESQ, 2014). É nessa perspectiva que as intelectuais e ativistas trans buscam repensar a transexualidade e a cisgeneridade. Elas observam que corpos trans são sempre vistos sob uma ótica do anormal, por esse olhar taxativo. Mas o que estou chamando de normal e anormal?

Segundo Michel Foucault (1988), houve a criação de uma normativa discursiva em torno do sexo. Judith Butler, algumas décadas depois, inspirada em Foucault, entre outras/os, propôs o que ela denomina de “matriz heterossexual”, na qual há uma pressuposição naturalizada de que a genitália já “fala” de gênero, de forma que sexo genital já é percebido como gênero social. O sexo “normal” estaria de acordo com o gênero “natural” designado ao nascimento. Pênis e vagina precisam corresponder respectivamente ao homem e à mulher, ao masculino e ao feminino (BUTLER, 2003), em um percurso coerente e sem fissuras que apontaria para a heterossexualidade. Ao não cumprimento dessas regras, que designam uma verdade sobre o sexo (FOUCAULT, 1988), violências serão produzidas com pessoas que não se adequam à essa ordem. De uma única forma, de um único jeito, repetindo até se tornar verdade o binarismo de gênero. Essa norma instituiu-se no que Foucault (1980) vai chamar da criação de um verdadeiro sexo.

Apresentou-nos Foucault que o ocidente se obstinou a responder afirmativamente à questão se precisávamos de um verdadeiro sexo. Devíamos encontrar a verdade sobre o sexo, que devia ser classificado e estabelecido, assim, haveria o sexo correto e aquelas outras sexualidades desviantes, monstruosas.

Foucault (1980) escreve o prefácio sobre as memórias de um hermafrodita, Herculine Barbin. Criada/o em um internato para moças como Alexina, ele/ela vivera no anonimato de

sua dualidade sexual até por volta dos seus vinte anos. Quando essa/e, “após uma série de confissões a padres e médicos, ela/ele foi legalmente obrigada/o a mudar seu sexo para ‘masculino’” (BUTLER, 2003, p. 140), Foucault (1980) refletirá que em “um processo jurídico e uma modificação do seu estado civil, ela foi incapaz de se adaptar à sua nova identidade e acabou suicidando-se” (FOUCAULT, 1980, p. 86). Alexina ou Herculine foi enquadrado/a na verdade da norma, que, a partir daquele momento, o certo, o verdadeiro e o periférico nasciam nos manuais de medicina da época. A história de Herculine Barbin nos leva a pensar em muitos que sofreram o peso da “adequação”, desses e dessas que, em vista de um discurso, pagaram por serem diferentes. O monstruoso que o século XIX quer silenciar são esses que não correspondem ao casal malthusiano. Ao matrimônio procriativo, a verdade corresponde, os outros, perversos em suas constituições, à ilegitimidade, à doença, à exclusão, ao abandono, ao silenciamento. Foucault (1988) ressalta que, no século XIX, criam-se discursos que inventam sujeitos. Cria o centro e sua sexualidade matrimonial e as periferias e suas anormalidades aberrativas sexuais. Com a institucionalização da verdade sobre o sexo, estabelecem-se as punições ao outro sexo, ilegítimo. O normal é definido pelo anormal. O sujeito pelo não sujeito. E os não sujeitos ocuparão, nos códigos da normalidade, o lugar do desvio, da doença. É pensada a sexualidade, inscrevendo-se como verdadeira aos corpos, tornando-os legítimos e ilegítimos à medida que instituem um discurso para afirma-los. Portanto essa verdade sobre o sexo somente fará sentido dentro de um discurso que se legitima nas relações de poder. Relações essas que vão configurar-se em um sistema normal contrário ao anormal, em que todas as outras formas não “verdadeiras de sexo”, de gênero, de cor/etnia, de orientação sexual serão desconsideradas e haverá uma forte tentativa por silenciá-las, reiterando o discurso colonizador.

Portanto, a partir do conceito de cisgeneridade, pensarei essa ordem em que estão inseridas essas mulheres trans que entrevistei. Essa ordem será trazida, para elucidar não apenas seu efeito perverso, mortal, mas também a positividade do poder (FOUCAULT, 1988) em produzir.

As falas dessas mulheres trans mostram transfobia, discriminação, dor e miséria, mas também uma vontade de subverterem esse discurso e buscar suas rotas de fuga, suas fissuras nessa norma. Suas histórias foram trazidas em um “zigzaguear” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 17), enfatizando o percurso, o movimento das falas com a teoria. Foucault (1988) orientou que, para problematizarmos a norma que se inscreve nos corpos, fazem-se os produtos dessa criação, autorizando a vida e também provocando a morte. Os estudos pós-coloniais e decoloniais, a partir de Castro-Gómes (2005), Fanon (1968), Grosfoguel (2008),

Mbembe (2018), Mignolo (2005) e Anibal Quijano (2005), são usados para pensarmos esses corpos colonizados que são tolhidos de suas expressões diversas. Ao instituir um único modelo, vão silenciando outras formas de estar no mundo, de sentir o mundo, de experimentar o mundo. Assim, a partir de relatos de uma das interlocutoras, que chamo de Maria Eduarda, ao se referir ao seu tempo na Universidade contou-me que não sofrera transfobia, mas que toda a sua dificuldade fora “*puramente psicológica*”. Busco pensar como essa norma está instituída de modo a regular o que ela denomina como sendo sua. Seu corpo não pode, ou não deve produzir outras formas no mundo que não aquelas estabelecidas. Mas, se não podem, como produzem?

O poder vai inscrevendo nos corpos (FOUCAULT, 1988) toda essa regulação e criando alguns como doentios e patológicos. A transexualidade está inscrita nessa classificação, ou seja, ela é configurada a partir de sua negação. Portanto a transfobia surgiu como esse perverso regulatório da ‘matriz heterossexual’ (BUTLER, 2003), na tentativa de colocar todos os corpos em seus gêneros “corretos”. Assim, quando ela me diz que não sofre nada externamente, mas que suas dificuldades foram apenas internas, Maria Eduarda está a incorporar esse ideal regulador que produz sexo (genital) para gêneros.

A partir desse momento, penso em conceitos importantes para essa escrita. Disserto sobre as linhas compositoras de nossas relações, conceitos criados por Deleuze e Guattari que são as linhas molares, moleculares e de fuga.

1.2 As linhas: dura, maleável e de fuga

Aqui pretendo buscar os entre-lugares, ou o que tenho chamado de fissuras na ordem, para, juntamente com as interlocutoras desta tese, mostrar suas rotas de fuga, suas desterritorializações, como o abandono de um território para se reterritorializar em outro, segundo Rogério Haesbaert (2014).

Assim, trazem Marcella Cassiano e Reinaldo Furlan (2013) sobre as três linhas de constituição das subjetividades construídas por Deleuze e Guattari:

Apontam três tipos de linhas que compõem nossas relações: as de segmentaridade dura, características dos grandes conjuntos molares ou estratos, como as classes sociais e os gêneros; as de segmentaridade maleável, caracterizadas por relações moleculares de desestratificações relativas, com velocidades acima ou abaixo dos limites da percepção, e que, ao contrário dos grandes movimentos e cortes que definem os estratos, compõem-se de elementos rizomáticos, esquizos, sempre em devir, fluxos sempre em movimento que retiram o homem da rigidez dos estratos; e

as linhas de fuga, que se caracterizam por uma ruptura com os estratos ou sua desestratificação absoluta (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 373).

Os filósofos estabelecem a existência de linhas, as duras que dirão dos grandes cortes molares “nelas tudo parece contável e previsto, o início e o fim de um segmento, bem como a passagem de um segmento a outro” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 373). São as binaridades “rico-pobre, dominante-dominado” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 373) e elas estabelecerão os papéis sociais que os indivíduos ocuparão na sociedade como “estudante - professor, casado - solteiro” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 374). São as linhas que estabelecem as normatizações, os discursos reguladores, o que pode e o que não pode. Essa dualidade é uma de suas características mais marcantes (CASSIANO; FURLAN, 2013). No entanto “essas linhas molares não serão vistas somente nos grandes cortes sociais, como estados, instituições, classes” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 374), mas também nas suas relações, estabelecendo controle, para “garantir e controlar a identidade de cada instância, incluindo-se aí a identidade pessoal” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 375). E essas linhas são bastante rígidas, posicionando os indivíduos em dois lados bem estabelecidos, “são linhas de ordem e estabilidade” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 375). Ademais, elas produzem “um ordenamento social, não tanto como ordem do estabelecido, mas como organização e seu contrário seria o caos” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 375). A “segmentaridade é parte constituinte do sujeito e da sociedade, estando presente em todos os estratos que nos compõem e sendo um aspecto essencial para a vida” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 375).

Existem também as linhas molares, as quais são mais maleáveis, mais capazes de estabelecer conexões aleatórias, rizomáticas. O rizoma é esse que fará oposição ao arbóreo, ao tipo de pensamento segmentado, enraizado, representado pela raiz, tronco, folhas e frutos trazidos pelo pensamento moderno (DELEUZE; GUATTARI, 2011b). “A árvore ou a raiz, como imagem, não para de desenvolver a lei do Uno que devêm dois, depois dois que devêm quatro... a lógica binária é a realidade espiritual da árvore-raiz” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 20). Assim, o rizoma se distinguirá desse sistema arbóreo e se comporá na multiplicidade. “A imagem do rizoma não se presta nem a uma hierarquização nem a ser tomada como paradigma, pois nunca há um rizoma, mas rizomas; [...] o rizoma, sempre aberto, faz proliferar pensamentos”, apresenta-nos Sílvia Gallo (2008, p. 76). O rizoma é essa raiz aérea, horizontal, que não possui um eixo centralizador, o que é comum em sistemas arborizados. No rizoma é o processo, a proliferação, a diferença, a multiplicidade que o compõem. E as linhas de segmentaridade maleáveis terão “impulsos e rachaduras na imanência de um rizoma, em vez dos grandes movimentos e dos grandes cortes

determinados” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 72). Neles estão presentes os grandes sistemas, como também a desestratificação, operando em uma ordem micropolítica; ao verem a segmentação excessiva, buscam a fuga, o fugir sem parar como é próprio das linhas de fuga.

Essas linhas são desestratificantes. Buscam o acontecimento, a inovação, a criação.

São rupturas que desfazem o eu com suas relações estabelecidas, entregando-o à pura experimentação do devir, ao menos momentaneamente. São linhas muito ativas, imprevisíveis, que em grande parte das vezes precisam ser inventadas, sem modelo de orientação (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 374).

São as linhas de desterritorialização de um terreno que fogem sem parar de todo endurecimento, provocado pelas binaridades do sistema, que provocam experimentações. É a abertura ao acaso. Dessa forma, o fugir dessas linhas não é o fugir de alguma coisa, é fazer fugir “como se estoura um cano, e não há sistema social que não fuja/escape por todas as extremidades, mesmo se seus segmentos não param de se endurecer para vedar as linhas de fuga” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 72). Essa imagem do cano que estoura ajuda-nos a pensar em microfissuras, ou até mesmo em grandes rompimentos e é nesses entre-lugares que essas linhas de fuga habitam. Leva-nos a pensar que, mesmo a segmentaridade mais dura é passada rizomaticamente por essas linhas; “há a imanência mútua das linhas. Tampouco é fácil desenredá-las” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 72). Assim, há possibilidades de rompimentos, a partir de todos os lugares, como também de endurecimento. A desterritorialização é seguida de uma re-territorialização. Se muda, não se extingue.

Logo pensarei a desterritorialização como outro território possível criado nas Universidades públicas. Pensarei sobre os silenciamentos, sendo rebatidos com barulho e resistência, aliás, outro conceito importante nesta tese. A resistência entendida como um criar constante é o que indica Vilela (2006), estabelecendo outras estratégias de lutas, de resistência contra essa norma instalada. Dessa maneira, a resistência vai tentar desestabilizar o poder, impedindo o seu jogo (SAMPAIO, 2006). Sendo assim, a territorialidade desta tese está nessas lutas travadas em local que assume grande importância em nossa sociedade, a atuação do Movimento Social de travestis e transexuais e todas as suas conquistas e retrocessos; a Universidade pública, como um local de disputas fundamentais na construção e desconstrução, enquanto desmonte, de saberes e poderes, portanto elucidar a atuação dessa instituição pública, na proposição de novos paradigmas conceituais. Assim, se o saber em Foucault (1988) institui um poder formando um regime de verdades, busco pensar esse território espacial da Universidade, a partir dessa cartografia e dos sujeitos que agora a habitam, as mulheres trans.

Intento apresentar portanto as interlocutoras desta pesquisa, cinco mulheres trans me concederam entrevistas. Em pouco mais de uma hora de duração, relataram-me suas cidades de origem, suas idades, o tempo na escola básica, suas relações com as famílias e suas entradas e permanências nas Universidades em que cursaram. Assim, tracejo, em seguida, seus perfis, como um modo de apresentar as interlocutoras desta tese.

2 TRAÇANDO PERFIS: AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Vou traçar um perfil das entrevistadas, as mulheres trans que compõem esta tese. Cinco mulheres falaram comigo: a primeira é natural da região Sul do país, do interior do estado do Paraná, Maria Clara. A segunda paulista, do interior de São Paulo, Maria Augusta. A terceira é mineira do centro de Minas Gerais, região metropolitana de Belo Horizonte, Anne Ranyelle. A quarta, Maria Eduarda, mora na região Nordeste do país. Nasceu no interior e foi ainda adolescente para Teresina, capital do estado do Piauí. A quinta, também paulista do interior, cursa uma importante Universidade brasileira e hoje atua produzindo pesquisas na área da linguagem, criando importantes debates nas questões ligadas à transexualidade.

2.1 Maria Clara

Quando questionada sobre sua idade não quis dizer exatamente. Brincou comigo, ao declarar que (MARIA CLARA): *“nunca devemos pedir essa informação a uma mulher”* (UNESP, 2018a). Mas afirma estar na faixa dos trinta anos. Nasceu em uma família de classe média, considera-se branca e fez toda sua educação básica em uma escola privada.

É natural da cidade de Guarapuava no interior do Paraná. Cidade em que está a uma distância de 258 km da capital¹³, Curitiba, em que fez sua graduação na Universidade Federal do Paraná - UFPR - entre 2005 e 2011. Entre os anos de 2011 e 2013, foi para São Paulo cursar a Universidade de São Paulo - USP. Fez seu mestrado onde estuda *“no meu mestrado eu trabalhei com proliferação e diferenciação de células tronco neurais, mais a parte de desenvolvimento do sistema nervoso central”* (UNESP, 2018a).

Seu doutorado foi em Psicobiologia, na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

Continuei trabalhando mais nessa parte de neurobiologia, mais ligada ao comportamento da falta de sono na memória e no meu pós-doc (se referindo ao Pós-doutorado) eu meio que estou juntando as duas coisas. A neurogênese que é proliferação de neurônios no cérebro e o efeito da privação do sono sobre a neurogênese (UNESP, 2018a).

Narrou-me sobre ter *assumido* sua identidade de gênero, no fim do mestrado, na USP em 2012, *no terceiro período*. Diz ter encontrado um ambiente propício na USP, no entanto,

¹³ (DISTÂNCIA..., 2018).

ao chegar à UNIFESP, relatou que encontrou um departamento ainda mais acessível e respeitoso.

Maria Clara lembrou, provocada por minhas perguntas, que não viu nenhuma discussão sobre gênero e sexualidade na escola em que estudou. Recordou não ter passado por qualquer episódio vexatório naquela época, pois afirma que nunca chamou a atenção por ser uma criança afeminada, mas muito mais por ser uma criança quieta, reclusa. Lembrou-se apenas de um episódio que aconteceu na educação básica, quando já não era uma criança.

Na *“adolescência quando eu fui participar de um acampamento de férias e tinham jogos onde ficava o time dos meninos contra o time das meninas. E que o time das meninas veio com gritos de guerra, mas no sentido do feminismo, apenas isso”* (UNESP, 2018a).

No momento em que me concedeu a entrevista ela estava tentando concursos públicos na área acadêmica. Encontrou na Universidade um ambiente mais acolhedor que em outros espaços. Por exemplo, relatou-me que, quando saiu da graduação e foi trabalhar em farmácias e hospitais, considerou o ambiente mais hostil:

Ao menos no meu caso, eu não me vejo fazendo outra coisa, mas pela minha experiência, a academia me pareceu mais acolhedora do que as experiências que tive fora, tanto antes de eu assumir minha transexualidade. Eu cheguei a trabalhar em hospital, em farmácia, apesar de que eu não tinha me assumido ainda, eu percebia que eram ambientes bem mais hostis, porque eu já estava pensando em me assumir, digamos assim (UNESP, 2018a).

2.2 Maria Augusta

Natural do interior de São Paulo, Jundiaí, Maria Augusta (nome fictício), hoje está com 27 anos de idade. Mulher branca, de classe média, estudou toda a educação básica em escolas privadas de sua cidade natal. Inicialmente, em um colégio católico (ensinos fundamental I e II) e o ensino médio em uma escola não confessional privada.

Ao me relatar sobre uma das escolas em que estudou, disse que havia aulas sobre sexualidade, porém eram voltadas a pensar a sexualidade enquanto biológica, genital, mas também havia outros professores/as.

Eu lembro que tinha uma professora de português que ela buscava falar sobre essa questão de uma forma mais neutra, sem se posicionar contra ou a favor. A de geografia, a galera de humanas até tentava falar, tinha uma professora de geografia que ela era bem jovem assim, tinha feito Unicamp, então tinha feito uma Universidade pública, mais aberta e ela falava assim: ‘pelo amor de deus, eu tenho um primo gay’, aí ela trazia contos para tentar desconstruir as pessoas sobre essas questões (UNESP, 2018e).

Maria Augusta começou aos 15-16 anos a tomar consciência da sua transexualidade. Ela disse que foi por *influência de outras pessoas, de Youtubers* (pessoas que possuem canais no sítio de compartilhamento de vídeos, *Youtube*) que começou a entender um vocabulário ligado às questões trans.

Minha entrevistada fez sua graduação de 2012 até 2015 na UNIFESP. Declarou ter vindo para São Paulo pensando ser um local mais acessível e que poderia viver mais intensamente a sua transexualidade. Encontrou um ambiente um pouco fechado no curso e resolve esperar mais um pouco. Contou-me do ambiente normativo do curso. *“Eu sou da UNIFESP, eu fiz biomedicina. Eu achei assim um contexto bem fechado, bem normativo”* (UNESP, 2018e).

Relatou-me que, ao chegar a São Paulo, em 2015-2016, foi viver sua transexualidade. Procurou por pessoas que pudessem ajudá-la em seu processo com relação à transexualidade. Conheceu uma menina trans da USP, depois uma pessoa *que faz drag*. E que essa iria “adotá-la”, ensinando-a se vestir a se maquiar. Ela relatou-me um processo de aprendizado com essas outras pessoas. Falou que esse momento foi de abertura, de desbravar outros aspectos de sua vida, de conhecer outras possibilidades. O processo de harmonizar-se foi com a ajuda de um professor do departamento de endocrinologia da UNIFESP:

Eu começo a me harmonizar, eu começo a tomar hormônios com a ajuda de um professor endocrinologista da UNIFESP, que hoje a gente tem até um núcleo aqui de apoio a pessoas trans. E aí no final de 2016/2017 eu comecei a usar o nome social aqui na UNIFESP e eu fui lentamente fazendo esse processo, eu fui crescendo nisso, aí eu entrei com processo de retificação de nome (UNESP, 2018e).

Na Universidade, mandou e-mail para um professor que estava idealizando um núcleo “transexualizador”, a fim de fazer alguns procedimentos, como harmonização. Ao procurar o professor, ela me relatou:

Eu disse assim: eu fui sua aluna, eu estou me descobrindo trans, eu gostaria de me harmonizar, o que eu faço? E aí ele prontamente me respondeu, me encaminhou para uma colega dele que atendia aqui, porque a gente tem um laboratório dos alunos também. E eu já fui encaminhada para ela e a gente já começou a trabalhar nessa questão (UNESP, 2018e).

Contou aos seus pais em 2017, pois queria ver se era realmente essa questão. Ela diz que gostaria *de estar 100% certa*. E narrou-me que a aceitação deles foi algo inicialmente confuso, mas desde sempre buscaram compreender de que se tratava. Disse que, em pouco tempo, já estavam se esforçando para chamá-la pelo nome que escolhera. Além disso, sua mãe

trouxera vestidos para ela experimentar. Assim ela constatou que era realmente a transexualidade que ela queria viver.

2.3 Anne Ranyelle

Mulher da região metropolitana de Belo Horizonte, branca, classe média. Estudou grande parte de sua educação básica em escolas privadas. Apenas ao final do seu ensino médio que estudou em uma escola pública. Natural da cidade de Caeté, com 25 anos e formada recentemente em Arquitetura pela Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte. A Única mulher transexual que entrevistei que faz seu ensino superior na rede privada.

Em seus relatos, trouxe as muitas mudanças de cidades, pois seu pai *trabalhava com mineração*, o que fazia com que ela, sua mãe e irmãos precisassem mudar constantemente.

Relatou-me que seu processo de encontro com a transexualidade foi aos 14 anos de idade:

Foi muito complicado, mas eu comecei com 14 anos e fui me identificando com histórias. Com aquilo que as pessoas iam me relatando que as vezes pareciam que estavam falando sobre mim, sabe? E eu fui descobrindo o que é transexualidade e como era me sentir dessa forma e tudo mais, tanto que eu me transvestia, me vestia com trajes femininos, escondido dos meus pais. Eu já sabia bem antes de isso acontecer, mas eu não sabia do que se tratava, as vezes eu ficava meio drag queen e tudo mais e depois eu fui percebendo que era mais complexo (UNESP, 2018b).

Anne observou que teve autonomia financeira, para investir em hormônios e roupas femininas, somente aos dezoito anos de idade, mas reitera que “*desde 2010 isso já era uma realidade*” (UNESP, 2018b). Contou-me que, apesar de ter passado por muitas escolas, esses fluxos foram, na verdade, positivos, uma vez que ela não ficaria tempo suficiente, em cada lugar, para que as pessoas pudessem percebê-la como uma transexual e, com isso, *praticar bullying*. Mas teve bons professores/as, apesar de não ter sido abordada a questão da sexualidade na escola, não lembra, ela diz: “*de nenhuma aula que a gente tenha falado sobre ser gay, sobre ser hétero, eu acho que nunca foi pauta em momento nenhum do meu ensino médio, do meu ensino fundamental, não lembro disso*” (UNESP, 2018b).

A entrevista trouxe um episódio, no qual narrou um encontro com uma professora do pré-primário:

Eu tive um encontro essa semana (referindo-se a semana anterior a entrevista, ou seja, junho de 2018) com uma professora que me deu aula no jardim da infância. Ela me falou que desde aquela época eu era uma pessoa muito delicada, muito

afeminada, diferente dos demais. Dos demais meninos que eram como me enquadravam. É muito importante a gente ter essa oportunidade de uma visão de fora, e uma visão de quem te observava com olhos mais maduros, então é muito interessante (UNESP, 2018b).

Anne entrou para a faculdade, em 2013, primeiramente para jornalismo, cursou três semestres e, depois, em 2014, transferiu-se para arquitetura, curso no qual se formou em 2019, pela faculdade Pitágoras. Relatou-me que, na primeira faculdade, existiam muitos debates, porque havia muitas matérias ligadas ao núcleo das ciências humanas. Porém, quando resolveu transferir-se para arquitetura, que fica em outro campus, o qual era ligado a outro núcleo, o de exatas, ela disse que teve medo de sofrer alguma violência.

Pois estaria em um campus onde é majoritariamente masculino. Até hoje estou quase me formando e meu campus é 95% homem e 5 por cento mulher, quase todas as mulheres estão concentradas no curso de arquitetura. É um curso novo, arquitetura estava abrindo, minha turma foi a segunda a fazer o curso de arquitetura. Então assim, eu tinha muito receio, eu fui fazer o vestibular e fui com muito receio (UNESP, 2018b).

Mas, Anne se surpreende, pois esse medo não se concretizou. Disse que esse momento de entrada no curso foi bastante importante em sua vida. Ela assumiu sua transexualidade e estava buscando formas para que sua mãe pudesse entender o que se passava com ela. Também foi um momento de separação de seus pais, quando o pai não a aceitava. Ele só vem a fazê-lo em janeiro de 2018. A entrada na Universidade foi também um momento de grandes descobertas, como relata: *“onde eu comecei a sair com meus amigos para vários lugares, para boites, me vestindo da forma com que eu me sentia confortável e ao mesmo tempo eu tava fazendo uma faculdade”* (UNESP, 2018b).

Anne contou que sua relação com a família foi melhorando ao longo do tempo. No início, quando descobriram, foi difícil para sua mãe entender, *“para que ela pudesse me chamar de Anne Ranyelle, foi muito difícil”* (UNESP, 2018b). Mas, aos poucos, a aceitação foi vindo, inclusive do pai.

Anne Ranyelle é dona de um canal de vídeos no sítio *Youtube*, em que ela debate muitos temas, inclusive sobre a transexualidade:

Não me considero membro da militância, até porque assim, é muito difícil para mim. Eu não sou aquela pessoa que sai na rua, que dá a cara a tapa. Igual, eu tive a oportunidade de conhecer muitas travestis e transexuais ao longo desses últimos dois três anos, e eu me sentia muito sozinha, porque eu até por não conhecer ninguém assim como eu, antes do canal, eu não conhecia eu não tinha contato, parecia que a briga era minha e só minha, entende? (UNESP, 2018b).

Disse que conheceu muitas pessoas que vivem nas periferias, citou uma importante figura da militância na cidade de Belo Horizonte e falou que essa traz consigo três bandeiras de lutas muito importantes de alguém que vem de regiões pobres, mulher trans e negra. E continua narrando que vê muitas pessoas assim, então, ela observou que abrir o canal é uma forma de ajudar de algum modo a alguém. E segue:

Um dos motivos de eu ter aberto o canal foi que fui conhecendo essas pessoas e eu sempre imaginava que, as informações para mim chegavam de uma forma tão difícil que eu queria de alguma forma que essas informações chegassem de uma forma muito mais fácil. [...] Então eu queria muito focar nessa parte no meu canal, de trazer esse lado da transexualidade, e trazer também sobre vivências de uma transexual, para que as pessoas comecem a entender que transexual não é absurdo, não é um mito, é somente mais uma pessoa no meio de bilhões de pessoas. E esse foi muito o foco do meu canal e até hoje são os dois pilares que sustentam o meu canal. E meu canal não é grande, não é rentável é puramente 'hobby', então o que me sustenta mesmo é esse feedback, ou de outras pessoas que falam que veem meus vídeos e dizem que mudaram o conceito do que pensavam sobre uma pessoa trans. Então essa integração que a gente faz de pessoas trans, então esse vínculo serve de muita ajuda, me ajuda (UNESP, 2018b).

Ela me falou que pensa muito em sua vida depois da faculdade, pois tem muito receio em como será. Trouxe narrativas que ouviu em seu canal, a partir dos depoimentos que recebeu, de pessoas trans que sofreram agressões e observou que fica muito triste com tudo isso. Falou-me de suas expectativas:

Então eu nunca passei por algo assim, mas eu tenho muito receio, inclusive porque desde 2013 eu não trabalhava, e eu comecei a trabalhar agora, em maio, (se referindo a maio de 2018) como estagiária, dentro da prefeitura da cidade aqui onde resido. Eu tinha muito receio, porque eu estava fazendo curso, eu estava me formando e eu não tinha expectativa de como eu ia entrar no mercado, como ia surgir uma oportunidade de como eu ia entrar no mercado. Assim como eu tenho muito receio de quando meu estágio acabar se vão surgir outras vagas, porque sim é muito difícil (UNESP, 2018b).

Seguidamente ela retomou os seus anseios com relação a ser uma arquiteta trans.

Então é muito complicado, mas se a gente for abrir mão e perder a esperança a gente não vai para lugar nenhum. Eu tenho muito medo de me formar em arquitetura para ter um diploma de gaveta é o que falam. Não que eu não consiga entrar na profissão, ainda mais que estou em um campo da construção civil que é um campo ainda mais difícil de se entrar, sendo como eu sou, porque eu já vejo relatos de mulheres cis, de mulheres biológicas, que sofrem nessa área que estou entrando, que as pessoas que estão abaixo não te respeitam por você ser mulher, não são respeitadas e tudo isso a gente vê em uma mulher cis e uma mulher trans abre muito mais preceito, muito mais coisas então eu sei que vai ser um mercado mais difícil. Mas eu já estou há oito anos nadando contra a corrente e não tenho medo de dar minha cara a tapa e correr atrás dos meus sonhos (UNESP, 2018b).

Percebi, até aqui, a partir das falas já apresentadas, que minhas entrevistadas possuem um vocabulário muito comum à teoria transfeminista. Por exemplo, quando Anne Ranyelle traz o conceito “cis”, que é uma contração do termo cisgeneridade, ou seja, uma proposição da teoria transfeminista para tencionar a suposta normalidade dos termos. Assim sendo, foi questionada se somente a transexualidade é uma identidade, mas e o contrário, não existe? Somente as transexuais possuem uma identidade de gênero? No entanto esse vocabulário está bastante presente nas falas de minhas interlocutoras, o que me ajuda a pensar que, na esfera do micro, do singular esses debates chegam, ao menos para elas, que estão na Universidade e possuem acesso a alguns lugares, como o do Movimento Social e das produções de pesquisas e ativismos nas Universidades. Ressalto, no entanto, que essas análises serão feitas, no decorrer do percurso que aqui começo a traçar, pois preciso de mais elementos para compô-las.

2.4 Maria Eduarda

Moradora da região Nordeste do país, psicóloga, 29 anos de idade, negra, considera-se classe média. Maria Eduarda nasceu em uma pequena cidade do interior do Piauí. Relatou-me que saiu de casa muito cedo para estudar.

Eu morava em uma cidade... eu nasci aqui, (referindo-se à cidade em que trabalha) mas fui criada em uma cidade pequena, onde meu pai era vereador, político. Aí eu vim para esta que estou aqui agora, que trabalho atualmente. Aí passei dois anos aqui, aí que fui para a capital. Eu fui para a capital muito nova, com 12 anos de idade. Eu saí da casa da minha mãe com 10 anos de idade, para estudar fora, que foi essa primeira cidade que estou agora, que tem em torno de 200 mil habitantes. A cidade que eu morava, na época tinha entre 30 e 40 mil. Depois fui a essa de 200 mil habitantes e agora estou em Teresina que tem 1 milhão. Eu morava num apartamento confortável, num local privilegiado que é uma zona central de Teresina, não morava na zona leste, que tipo assim, seria a zona sul de um Rio de Janeiro, mas eu morava numa zona central que é uma zona cara também e um apartamento bom, próximo a universidade (UNESP, 2018c).

Com dez anos de idade, deixou sua pequena cidade e foi em uma maior e depois em Teresina, ainda com 12 anos de idade. Saiu para estudar em uma escola privada, de elite:

Quando eu saí da cidade pequena para esta que estou atualmente, eu vim estudar em uma escola que é extremamente de elite aqui. Aí eu sou negra, quer dizer, eu sou parda, mas me considero negra, e ainda tinha esse agravante aí. Eu era afeminada e ainda sofria racismo, porque eu era minoria lá, porque nessa escola só estudava gente da alta sociedade daqui. E eu percebia essa questão da diferença com relação à cor (UNESP, 2018c).

Esse relato surgiu, durante a entrevista. Peço-lhe que me narre sobre a escola básica e se aconteciam discussões por parte dos professores/as, da gestão escolar, com relação ao gênero e à sexualidade. Ela me disse que não e começou a falar como era o cotidiano da escola, considerada *de elite*, por ela.

Era um colégio de freiras, e eu não via nada das irmãs, nada voltado para essa questão (do gênero e da sexualidade, sendo debatido) nem uma micropolítica, nem uma ação. A gente sofria calada mesmo. Por exemplo, eu via que nas quadrilhas eu via os meninos que não queriam ficar com as meninas assim mais 'moreninhas'. Eles não queriam ficar com as mulheres negras, quero dizer, com as crianças negras. Do mesmo jeito as meninas não queriam ficar com os meninos negros (UNESP, 2018c).

Sua fala reforçou que a questão da raça/etnia passa por uma análise de classe em nossa cultura. Na escola de elite, como ela relata, havia poucas pessoas negras que, assim como ela, eram deixadas de lado durante os eventos ou no trato diário pelos/as colegas. Um reforçador que demonstra que elas, as pessoas negras, não deveriam estar ali. No entanto não quero adiantar as análises, mas é interessante notar que, em seus relatos, a questão racial se sobrepõe à de gênero.

Maria Eduarda falou do seu ensino médio, quando ela fez seu primeiro amigo gay.

Ele estudou comigo o primeiro ano, não deixa eu lembrar, ele estudou comigo o segundo ano, no primeiro ano eu tive aquelas amigas que são alternativas que aceita todo mundo, mas eram gays. Que foi legal também, que me sentida acolhida e tudo. No segundo ano que eu vim a ter um amigo lgbt mesmo, gay (UNESP, 2018c).

Contou-me que ela e este amigo ficaram muito próximos, ele a ajuda a ter um porto seguro na escola. Ele foi uma pessoa com quem ela se identificava muito.

Ele pra mim foi uma figura muito importante pra me sentir bem. Acredito que para ele eu também tenha sido, mas ele era mais solto, ele era mais comunicativo, ele tinha mais amizades com as meninas. Eu não, ele era um porto seguro em termos emocionais. Isso envolve minha transexualidade também, acho que de alguma forma envolve minha transexualidade (UNESP, 2018c).

Questionada se ainda são amigos, visto que ela o citou por muito tempo da entrevista, ela diz:

É um grande amigo meu hoje. Ele teve uma época afastado e tudo. Hoje ele mora na Irlanda e a gente vai se encontrar na Espanha, agora, no final do ano (se referindo ao final de 2018) [...] Depois teve uma controvérsia, teve alguma coisa (referindo-se a uma pequena desavença entre eles). Ai foi a época que ele começou a se

montar, leonino muito vaidoso, e essa questão da vaidade que atrapalhou um pouco a gente (UNESP, 2018c).

Ela foi para a faculdade de Direito (em uma instituição privada), inicialmente, porque seu pai queria que ela fosse advogada. Nesse período, ela *tinha de 17 para 18 anos. Isso tem 10 anos*. Porém começou a fazer Direito, em uma Universidade *de elite*, como ela me relatou. Ela chegou à faculdade por volta de 2008/2009, porém não se adaptou, saiu e procurou o apoio da mãe para fazer a cirurgia de redesignação sexual. A irmã foi buscar entender o que é a transexualidade e iniciou uma pesquisa que veio ajudar os seus pais a compreenderem o que se passava com Maria Eduarda. Ela me relatou que a ajuda da irmã foi essencial nesse período. A mãe viajou com ela para São Paulo, onde Maria Eduarda realizou a cirurgia. *“Isso foi em 2010, era muita novidade ainda naquela época. Era muita novidade, não se falavam tanto como se falam hoje”* (UNESP, 2018c).

Ela me chamou a atenção, quando alertou que o debate, em torno da transexualidade, cresceu, ela usou *a expressão a transexualidade se tornou pop*, fazendo uma referência ao maior aparecimento desse debate, em mídias de maior alcance, como folhetins televisivos, ou ainda, telejornais. Ela disse isso, porque, quando voltou à Universidade Estadual do Piauí - UESPI - já havia seu nome retificado no registro e já voltou *com vagina*, como lembrou várias vezes. Apenas assim, ela conseguiu seguir adiante no curso. Destaca que, nesse período, conheceu o atual marido e está com ele até o momento.

No entanto, lembra que, embora tenha feito um curso de humanas, o debate, em torno do gênero, das identidades e orientações sexuais, não eram tão presentes. Ela se formou em 2014 e destaca que veria isso acontecer, um pouco depois ao retornar à Universidade e participar de um debate promovido por um amigo que se tornou professor nessa instituição.

Hoje ela está trabalhando na área de seu curso. Passou em um concurso público federal, como ela me relatou. Disse-me que foi uma das primeiras mulheres trans a cursar uma Universidade. A faculdade que ela cursou, disse ter sido a primeira. Observou que hoje percebe muitas mulheres trans na Universidade. Ela se intitula pioneira.

2.5 Beatriz Pagliarini

Sou uma mulher trans, branca de classe média que é aceita pelo meu pai e minha mãe. Tive uma infância boa (apesar de não estar muito certa sobre o que isso signifique), estudei em um colégio particular católico em Botucatu desde bem pequena até cerca dos 13 anos quando mudei pra outro colégio, porém não mais católico. Apesar de sempre ir muito bem na escola, hoje pude perceber como esse espaço significou uma prisão para mim. Não é algo que eu consiga racionalizar

muito, mas acho que não é difícil de entender em virtude do fato de eu não ter tido contato com nenhuma pessoa trans na minha infância e adolescência. Um dos lugares mais traumáticos para mim foram as aulas de educação física, pois a escola católica em que estudei os meus primeiros anos era gigantesca, tinha muitas quadras, e isso permitia com que as aulas fossem separadas por gênero e eu nunca me senti à vontade nestas aulas (UNESP, 2018d).

Essa é uma definição dada por Beatriz Pagliarini, quando da entrevista que me concedeu. Estudante de Letras da Universidade de Campinas - UNICAMP - entrou para graduar-se em 2011. Terminou em 2015, período em que produziu um trabalho de conclusão de curso, debatendo a cisgeneridade com o título: “Cisgênero nos discursos feministas: uma palavra ‘tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida’”.

Ao entrar na UNICAMP, em 2011, começou um movimento pelo nome social naquela instituição, o que ela relata no blog *Transfeminismo, no qual* ela afirmou ser um lugar de produções coletivas, cujos debates, em torno da transexualidade, são desenvolvidos por várias pessoas.

Eu cheguei na universidade com 18 anos (me mudei de Botucatu pra Campinas, com suporte dos meus pais) sabendo que queria transicionar, na urgência pela transição. Eu ainda sinto que demorei mais do que deveria (obviamente isso é algo subjetivo). Gostaria de ter conseguido transicionar antes. Comecei a tomar hormônios por conta própria com 17 e desde então já era lida como mulher. Quer dizer, o fato de ter passabilidade antes mesmo da transição de certa forma ajudou a própria transição, as pessoas frequentemente me liam como lésbica curiosamente. A transição envolve muitos medos e receios que são também muito difíceis de serem racionalizados (UNESP, 2018d).

Durante a entrevista, expôs algumas vezes o suporte dado por seus pais aos seus estudos. Afirmou que nunca pensou na possibilidade de que, ao se propiciar para eles sua transexualidade, sobre seu desejo em transicionar, ela pudesse ser expulsa de casa.

Em 2017, iniciou o mestrado em Linguística na UNICAMP e produziu uma dissertação com o título: “*Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*”. Nessa pesquisa, ela fez análises, discursos de feministas radicais, são chamados de trans-excludentes, por meio da teoria transfeminista. E hoje ela está iniciando seu doutorado também na Linguística na UNICAMP.

Beatriz trouxe algo que me ajudou a pensar nesse espaço da Universidade produzindo outros possíveis. Ao perguntar sobre como é a Universidade, como é esse espaço, ela me respondeu:

Minhas experiências aqui são marcadas fortemente pelos privilégios de classe, raça e sobretudo aceitação e suporte familiar. A experiência de estar na universidade obviamente é muito mais libertadora do que eu tinha até então com a escola. Aliás, diria que foi por estar na universidade que percebi como vivia subjetivamente numa prisão, até então, ou isso ficou mais evidente pra mim. Na minha trajetória, vir para aqui significou a possibilidade de transicionar, então a universidade está intimamente ligada a afirmação da minha identidade - mas claro que essa é uma experiência particular minha, outras pessoas trans podem ter experiências bem diferentes com a universidade. Mas estar na universidade foi me dar conta também que ainda estava sozinha, porque não via nenhuma pessoa trans até então. Depois fui conseguindo fazer contato com pessoas trans sobretudo pela internet, e o número de pessoas trans foi aumentando por aqui também (UNESP, 2018d).

Esse transicionar que relata Beatriz é algo que busco explorar nesse cenário, ou seja, a Universidade produzindo outros possíveis. Por que a Universidade pode ser pensada atuando na construção de identidades que teoricamente não poderiam existir? Quais mudanças notamos nesse espaço, para que, como Beatriz, Anne Ranyelle, Maria Eduarda, Maria Augusta, Maria Clara, possamos agora falar em mulheres *trans* na Universidade produzindo conhecimento? E se produzindo enquanto tal?

Beatriz trouxe a Universidade, presente na construção de sua identidade, porque ela transiciona ali dentro. Esse fato também percebi com Maria Eduarda, Maria Clara, Maria Augusta. Apenas Anne Ranyelle tinha transicionado antes de entrar para a faculdade. Passou a produzir conhecimento, a partir de sua experiência, dos debates produzidos por essa (s) Universidade (s) pública, ancorados na (s) teoria (s) feminista (s), mas também pensando outras experiências, em meio a uma norma que segrega, de um poder que produz sofrimento, porém mostrando que é possível encontrar rachaduras nessa ordem molar dura.

Mesmo se lembrando de todos os seus *privilégios*, Beatriz disse que hoje existem várias outras mulheres *trans* que estão na UNICAMP, que talvez não tenham tantos *privilégios* assim, ou que tenham muito mais, mas o fato de estarem lá, em um prestigiada Universidade pública, faz-me pensar quais mudança foram sendo produzidas no cenário macrossocial, as quais, foram possibilitando que a singularidade da experiência de Beatriz Pagliarini se encontra com outras vidas trans.

A fim de iniciar essa reflexão, em busca de traçar linhas capazes de conectar micro e macro, volto-me para o Movimento Social de Travestis.

3 CAPÍTULO I: O MOVIMENTO SOCIAL - ABRINDO ROTAS DE FUGA

Neste capítulo, busco recontar a história do Movimento de Travestis que apenas nos anos 2000 vai trazer o termo transexual em sua descrição. Assim, ao recontar essa história emaranhada de tensões, almejo revisitar as construções que vão se fazendo em busca por direitos civis. Da violência policial que já nos anos de 1980 movimentavam travestis a se organizarem, para conter esses abusos, segundo conta Carrijo et al. (2019), aos primeiros momentos do surgimento da AIDS, as articulações vão se dando. Foram mencionados tanto as travestis que estavam se organizando, em um movimento como o Movimento Homossexual Brasileiro - MHB, a traçarem metas (não conjuntamente, ainda), para conter os avanços da doença que traziam um rastro de morte inimaginável. Na busca pela construção de direitos e cidadania, as travestis vão traçando rotas e abrindo espaços, para as suas demandas na saúde e na educação, pois, como construo aqui, hoje é possível encontrar algumas delas em importantes centros de educação de Universidades brasileiras.

Segundo Carrijo et al. (2019, p. 6), o marco, para o surgimento do movimento organizado de Travestis, foi o “primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), em 1993, no hotel Glória, na cidade do Rio de Janeiro”. No início dos anos de 1990, começou a surgir, na região portuária do Rio de Janeiro, um grupo de travestis em torno de uma organização política que, segundo sua fundadora, Jovanna Cardoso, era a primeira da América Latina, como escreve Carvalho (2015). A ASTRAL (Associação das travestis e liberados) surgiu, em torno da violência propagada a travestis, em locais de prostituição, na cidade do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2015). O apoio, para a criação da ASTRAL, “veio de um projeto de prevenção das DSTs e AIDS, chamado saúde na prostituição, que realizava reuniões com prostitutas no Instituto Superior de Estudos da Religião - ISER” (CARVALHO, 2015, p. 20), local das primeiras reuniões da organização política das travestis. Desse modo, as associações vão surgindo como uma resposta à epidemia de AIDS. Carvalho (2015, p. 21), em sua pesquisa, traz alguns grupos que vão surgindo em resposta à AIDS:

O grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação de Travestis de Salvador em 1995 (ATRAS); o Grupo Filadélfia, também em 1995, em Santos; o Grupo Igualdade em Porto Alegre e a Associação das Travestis na Luta pela cidadania (Unidas) de Aracajú, ambos em 1999.

Esse fato vai trazer uma organização ao movimento das travestis e toda essa movimentação fará com que um movimento maior e mais geral se organize, a Rede Nacional de Travestis e liberados - RENTRAL - que mudaria o nome para RENATA (CARVALHO,

2015) que, depois nos anos de 2000, em um encontro nacional, criar-se-ia a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA. Desse modo, com essa maior articulação, o movimento obteve financiamento do Programa Nacional de DSTs/AIDS do governo federal e, a partir da quarta edição do Encontro, em 1996, passa a se chamar “Encontro Nacional de travestis que atuam na luta contra a AIDS - ENTLAIDS” (CARVALHO, 2015, p. 21).

O Enfretamento à epidemia de AIDS, segundo Carrijo et al. (2019), está muito presente na narrativa de Indianara Siqueira, em que destaca o pesquisador, em seu texto “Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas”. Aquela vinha trabalhando na criação do Movimento de Prostitutas em Santos, onde ela foi ao “III Encontro Nacional de Travestis e Liberados, representando o estado de São Paulo, em 1995, já na condição de Presidenta/Fundadora do Grupo Filadélfia de Travestis e Liberados da Baixada Santista” (CARRIJO et al., 2019, p. 5). Assim, sua chegada ao Encontro, como sendo uma liderança, evidencia a organização desse movimento que já acontecia em vários lugares do país. Também relata Jovanna Baby que, para a articulação do II Encontro Nacional de Travestis e Liberados, em 1993, ela percebia que havia uma organização bastante consistente pelo país e “que muitas [travestis] já militavam na distribuição de insumos e junto aos postos de saúde de suas cidades de origem” (CARRIJO et al., 2019, p. 5).

Carrijo et al. (2019) disserta sobre a participação de Porcina D’Alessandro, como uma das responsáveis pela criação da Associação das Travestis de Minas Gerais -ASSTRAV - em 1999. Ela participou do IV edição do ENTLAIDS, em 1996, à época representando o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids - GAPA, de Belo Horizonte. Carvalho (2015) pesquisa que, embora as travestis tivessem sido inseridas em projetos e ações locais de combate à AIDS, elas já faziam esses trabalhos motivadas por organismos internacionais de financiamento e combate à epidemia (CARVALHO, 2015).

Assim teremos que a partir da segunda metade dos anos de 1990, aconteceu a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT, em 1995. Essa feita acontece, quando o ainda Movimento Homossexual Brasileiro - MHB - torna-se mais coletivo e cria uma espécie de “federação de diferentes categorias sociais” (CARVALHO, 2015, p. 21), incorporando assim a categoria já bastante consolidada do Movimento de Travestis.

A história do movimento homossexual, como era chamado à época, começa aos finais dos anos 1970, com uma “relativa flexibilização da censura”, segundo Macrae (2018, p. 42). E assim surgiram algumas formas de contestação da ordem vigente. Neste contexto de reivindicações, por exemplo, em “maio de 1978, os metalúrgicos encenaram uma greve na região da grande São Paulo” (MACRAE, 2018, p. 39), que proporcionará uma movimentação

em busca de maior liberdade de imprensa, por exemplo. “O movimento estudantil voltara às ruas”, segundo o que ressaltam Júlio Simões e Regina Facchini, e os trabalhadores dos “setores de ponta da indústria não tardariam a usar novamente o direito de greve. Outras vozes políticas começavam a se fazer ouvir” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 81).

Assim, foi criado o Lampião da Esquina, “o primeiro jornal homossexual do Brasil” (MACRAE, 2018, p. 42), o qual surgiu como algo que vinha propor um debate sobre as formas pejorativas com que a homossexualidade era construída até aquele momento. “Abordava aspectos políticos, existenciais e culturais da homossexualidade” (MACRAE, 2018, p. 42), propondo um debate mais ampliado sobre muitos temas que eram vistos de uma forma negativa pela imprensa considerada sensacionalista. E propunha também um “forjar de alianças” (MACRAE, 2018, p. 43), com outros movimentos como, por exemplo, o movimento negro, indígena e o feminista (MACRAE, 2018). Simões e Facchini (2009) trazem também uma definição do jornal O Lampião: “procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas, por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 85).

As discussões levantadas no Lampião, em um grupo, por volta de “quinze homens” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 96), começaram a promover debates sobre a homossexualidade, “a partir de suas próprias vivências” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 96). Muito baseado no que acontecia há muito no movimento feminista, que era produzir reuniões, baseadas em relatos de suas próprias experiências e “também a discussões sobre a possibilidade de formação de um movimento político mais amplo em aliança com feministas e outras minorias” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 96), em fevereiro de 1979,

O grupo Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, composto por artistas, intelectuais, profissionais liberais, que se reuniam semanalmente e, nesse verão, reuniram-se na Universidade de São Paulo, para debater questões sobre a homossexualidade e falaram sobre a ideia de criar um movimento de abrangência nacional (MACRAE, 2018, p. 43).

Desse modo, buscamos entender como, em um primeiro momento, os debates do recém-criado Movimento Homossexual Brasileiro - MHB - trazia, em suas reivindicações, a afirmação dessa forma de orientação da sexualidade. Edward Macrae (2018) mostra um momento catártico entre os participantes dessa experiência na USP, no verão de 1979. Eles viram a possibilidade de se afirmarem enquanto homossexuais, formando outros grupos, como, por exemplo, o Eros, de estudantes de filosofia da mesma universidade, e o Libertos,

baseado na cidade de Guarulhos. Havia também “um informal Grupo do Chá, formado por rapazes que haviam se conhecido, por meio da frequência a espaços de sociabilidade e ‘pegação’ e que se reuniam, periodicamente, para bater papo” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 97). Desse modo, foi se formando o MHB.

Em fevereiro de 1979, o já atuante grupo Somos - Grupo de Afirmação Homossexual - “composto por artistas, intelectuais, profissionais liberais, reúne-se na Universidade de São Paulo (USP), para debater questões sobre a homossexualidade, quando surgiu a proposta de se criar um movimento de abrangência nacional” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 43).

Com a entrada da letra T, na criação da ABGLT, nos anos de 1990, as travestis passaram a fazer parte dos encontros nacionais que aconteceram periodicamente, como o que ocorreu, em 1997, o EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis) (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Carvalho (2015) nos apontará que a entrada do T na sigla refere-se ao termo travesti e que transexual apenas apareceu nos anos de 2000. Foi com as discussões que se travaram, nos finais dos anos de 1990, que “um novo termo advindo da sexologia foi incorporado ao vocabulário militante ao lado do conceito de orientação sexual: a identidade de gênero” (CARVALHO, 2015, p. 23). Assim, estabeleceram-se algumas divisões que de um lado estavam ligados/as à sua orientação sexual gays, lésbicas e bissexuais e do outro as travestis e transexuais com suas identidades de gênero.

Carvalho (2015, p. 22) escreve que, em 1995, teria sido criado o *Grupo Brasileiro de Transexuais* - GBT, “um grupo de afirmação identitária e de divulgação de debates mais críticos sobre a transexualidade”. Ainda, no mesmo ano, segundo pesquisa de Carvalho (2015), emergiu o Movimento Transexual de Campinas - MTC - que surgiu de participantes do ENTLAIDS. Com forte preocupação pedagógica, esse Grupo buscava discutir o que era a transexualidade e muitas dessas mulheres estavam ligadas a setores da saúde. Suas integrantes estavam diretamente associadas ao Hospital das Clínicas da Universidade de Campinas, provocando, assim, um crescimento em debates sobre a transexualidade.

A partir de 1997, com a resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina - CFM¹⁴ - foi autorizada a cirurgia de transgenitalização, a qual deixa de ser considerada um procedimento mutilador e alguns hospitais universitários passam a realizá-la em caráter experimental. Nessa portaria, verificava-se que a cirurgia tinha um sentido de beneficência, baseando-se em dois princípios: “o primeiro, terapêutico, buscava a integração corpo e mente; já o segundo referia-se ao princípio de autonomia e justiça” (ARÁN; MURTA; LIONÇO,

¹⁴ Brasil (1997b).

2009). Existiram mais duas outras edições dessa portaria em 2002 e em 2008. Na segunda edição, em 2002, autorizava médicos/as a realizarem a cirurgia, após dois anos de acompanhamento, em diferentes especialidades (como endocrinologistas, psiquiatras e psicólogos). As cirurgias não eram mais, em um caráter de pesquisa, podendo, a partir daquele momento, serem realizadas também em hospitais particulares, não apenas em estabelecimentos públicos universitários. E a versão mais recente de 2008 estabelece o procedimento em âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. “Tais regulamentos incluem acesso universal ao tratamento livre de discriminação, atenção de equipe multidisciplinar e tratamento hormonal e cirúrgico”, segundo Rafael Galli et al. (2012, p. 449).

“Nesse novo cenário, configura-se uma aliança estratégica de ativistas do Coletivo Nacional de Transexuais com setores da academia” (CARVALHO, 2015, p. 24), produzindo importantes conquistas em relação a políticas públicas. Essa discussão que surgiu, em torno da transexualidade, nos finais dos anos de 1990, motivada pela resolução do CFM, colocará a transexualidade em evidência e provocará o surgimento do termo transexual, transexualidade, diferenciando-se de travesti.

No entanto, para pensarmos no surgimento das políticas públicas para o segmento T e para o Movimento Homossexual Brasileiro - MHB - precisamos destacar a AIDS e tudo que ela representou em termos de organização desses grupos. Assim, faz-se necessário voltar um pouco nos primeiros tempos da militância em torno da AIDS.

Os anos de 1980 foi um tempo de declínio da militância homossexual, muito em face da AIDS que começava a assombrar as visões da sociedade em torno da “peste gay” (MACRAE, 2018, p. 60). No entanto a doença propicia uma possibilidade de diálogo com o Estado, na articulação entre grupos de pressão e agentes públicos, para a criação das primeiras políticas de enfrentamento da Aids no Brasil (CÂMARA, 1999; PELÚCIO, 2002). Assim escrevem Simões e Facchini (2009, p. 135), a “eclosão da Aids deu ensejo a um debate social sem precedentes acerca da sexualidade [...], a epidemia mudou dramaticamente as normas da discussão política sobre a sexualidade”.

Em 1985, foi criada a primeira “ONG-AIDS brasileira, o Grupo de Apoio e Prevenção da Aids, na capital Paulista” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 130). Também o primeiro programa de combate à AIDS, em São Paulo, “coordenado por Paulo Teixeira” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 130), médico que antes tivera contato com o *Grupo Somos*, “esse programa tornou-se um referencial importante de orientação não discriminatória e de defesa dos direitos dos afetados/as” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 31). Porém outras iniciativas

como essas foram acontecendo pelos estados brasileiros, antes mesmo de uma iniciativa pelo governo federal.

Do mesmo modo, antigos militantes do Somos-RJ e de outros grupos cariocas tiveram papel importante na formação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) e do Grupo Pela VIDDA (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids), formado majoritariamente por soropositivos. Em outros estados da Federação foram sendo criados programas similares, que contavam também com a importante presença de grupos organizados. Por conta disso, as iniciativas de prevenção e controle da Aids nos estados se anteciparam ao Governo Federal. Somente em 1988 consolidou-se um Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/Aids dentro da estrutura do Ministério da Saúde (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 131).

Essas são as primeiras iniciativas do movimento social pela busca de políticas públicas às novas demandas, que se faziam urgentes. E veremos uma articulação da sociedade civil para o enfrentamento da epidemia da doença. Neste período, temos maior participação individual como o “sociólogo Betinho (Herbert de Souza) [...] O trabalho se dava em bases voluntárias, as entidades tinham pouco acesso a recursos financeiros nacionais ou internacionais” (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 131). E, no final dos 1980, aconteceram alguns encontros internacionais e nacionais para a criação de redes de enfrentamento à epidemia. “Em 1989, em Montreal no Canadá, houve a criação do International Council of Aids Services Organizations (ICASO) e os encontros para a criação de uma rede brasileira de ONGs-Aids” (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 131). E essas conferências nacionais tendem a aumentar em um número muito grande.

Segundo Sandra de Barros e Lígia Vieira-da-Silva (2017, p. 119), “os anos de 1985 a 1989, no Brasil, foram um período de construção da política nacional de controle da Aids”. “É criada, nesse período, a Comissão Nacional de Aids, em 1986” (BARROS; VIEIRA-DA-SILVA, 2017, p. 120). “Caracterizou-se como importante espaço de definições técnicas e políticas a esse respeito” (BARROS; VIEIRA-DA-SILVA, 2017, p. 120). Essa comissão, embora tivesse um caráter de consulta, fora responsável por formar “a base do discurso oficial” (BARROS; VIEIRA-DA-SILVA, 2017, p. 120).

Com a chegada do AZT (Zidovudina), em 1987, surgiu, então, a primeira possibilidade para o tratamento da Aids. Já existia, desde 1988, a distribuição de remédios que combatiam as chamadas doenças oportunistas e, em 1989, começou “devido às ações judiciais, a disponibilizar o AZT na rede pública” (BARROS; VIEIRA-DA-SILVA, 2017, p. 120). Esse medicamento se amplia, em 1990, para o restante do país. Esse período que tem seu início, nos anos 1990, estabelece-se com outro momento do movimento GLBT no Brasil.

Foi de grande “importância os recursos vindos dos projetos relacionados ao combate ao HIV-Aids” (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 133), o que trouxe maior visibilidade e foi aproveitado, para futuramente se construir políticas que pensem as manifestações da sexualidade humana em um caráter positivo.

Os anos de 1990 marcaram uma mudança na forma como os movimentos sociais se organizavam. As ONGs, “agora, são inscritas no universo do terceiro setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade”, segundo Maria da Glória Gohn (2011, p. 343). Esses novos atores aparecem no cenário, a partir de políticas neoliberais, que vão sendo implantadas, primeiramente, no governo de Fernando Collor de Mello e, em seguida, por Fernando Henrique Cardoso (PELÚCIO, 2002).

Temos, em um contexto macrossocial, a consolidação de políticas que restringem a participação do Estado. Com a queda do muro de Berlim, em 1989 e, com isso, o crepúsculo do bloco socialista, algumas medidas macroeconômicas de caráter liberal são adotadas as quais surgiram do conhecido “Consenso de Washington”¹⁵. Ademais, privatizações de estatais, medidas de arrocho econômico, visando diminuir os gastos do Estado e seu tamanho, retiravam responsabilidade do governo e as transferiram para a sociedade civil. É neste contexto que teremos uma consolidação das ONGs, fazendo essa parceria entre público e privado (GOHN, 2011), embora o movimento GLBT nunca tenha adotado por completo o formato de ONGs ou de coletivos, mas, sim, um combinado dos dois (COLLING, 2015). Portanto todas essas mudanças, na agenda econômica, fazem com que o movimento assuma uma nova cara e, ao mesmo tempo, consiga conversar um pouco mais com o Estado. Feitosa (2018, p. 441) esclarece que, nesse período, o Ministério da Saúde passou “a financiar encontros da militância GLBT”, por exemplo, *o Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS - ENTLAIDS*. Assim, nos anos 1990, teremos uma articulação efetiva do Movimento Homossexual Brasileiro e Movimento de Travestis, com o Estado Brasileiro. Há uma busca por compor relações diretas na política por meio de parlamentares que estavam dispostos a ajudar. Um exemplo claro dessa feita é o projeto de lei 1151/1995 da então deputada do Partido dos Trabalhadores por São Paulo, Marta Suplicy, que dispõe sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Simões e Facchini (2009) trazem esse novo caráter

¹⁵ Em novembro de 1989, reuniram-se, na capital dos Estados Unidos, funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título ‘Latin American Adjustment: How Much Has Happened?’, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países, também, estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de “Consenso de Washington” (SOUZA FILHO; GURGEL, 2018, p.45).

do movimento GLBT, com mais presença na mídia, conquistando financiamentos e obtendo maior participação na política.

Com a entrada de financiamentos internacionais à ONGs pelo programa do Banco Mundial, para combate do HIV/Aids, aqui reverberou no Programa AIDS I. No entanto, faz-se necessário pensar que o apoio do Banco Mundial, para uma eficiência na realização de projetos que pudessem atender a algumas demandas, bem como a todo o processo de redemocratização e toda a efervescência que se produz nesse período, fez com que alguns movimentos sociais pudessem reivindicar direitos junto ao Estado. E, a partir dos anos de 1980, no bojo de todo o processo por direitos civis, por democracia, por participação política, aparecem “as primeiras políticas focalizadas para mulheres e aprofunda-se um processo de participação do movimento social, na implementação, na participação e no controle dessas políticas” (FACCHINI, 2009, p. 135).

Assim, segundo Facchini (2009), dois movimentos encabeçam os debates por direitos relativos à sexualidade e sua relação com o feminista e o GLBT. Esses outros atores sociais que, a partir dos anos 1990, terão no estado algum incentivo a suas reivindicações, era impensável, aos finais dos anos 1970, em que o inimigo era o estado autoritário, ditatorial que ainda vigorava no Brasil. Essas mudanças são também motivadas por ONGs internacionais e por um apoio ao desenvolvimento de políticas que pudessem levar em consideração as minorias, via Banco Mundial, por exemplo.

Desse modo, os anos em que Fernando Collor ainda governava o Brasil, veremos o crescimento de um discurso que, a partir do forçamento de setores do movimento GLBT e da academia, far-se-á crescer uma preocupação no âmbito educacional. E, nesse momento, teremos o compromisso assumido pelo Brasil em melhoramento da educação. Rosemberg (2002, p. 154) nos registra como se dá essa relação:

Assim, na década de 1990, foram realizadas inúmeras conferências mundiais tratando da educação sob a égide da ONU e de suas organizações filiadas: UNESCO, UNICEF e Banco Mundial. O Brasil foi signatário dos compromissos da Conferência Educação para Todos/EFA (Conferências de Jomtien e Dakar) e ativo participante do grupo EFA - 9, que reúne os nove países em desenvolvimento mais populosos do mundo. O Brasil foi signatário, também, de todos os compromissos internacionais relativos à igualdade de oportunidades educacionais a mulheres e homens resultantes de acordos multilaterais firmados nas Conferências Internacionais da década de 1990, também patrocinadas pela ONU. Tais acordos enfatizam a prioridade da educação das mulheres e justificam-na como estratégia de combate à desigualdade social e ao subdesenvolvimento.

Assim, propor um debate sobre as desigualdades é passar pelas questões de gênero e pela construção social de mulheres e homens. Portanto levar esse debate à educação se faz

necessário. Essa abertura, para tais acordos assinados pelo Brasil, faz surgir um canal de busca pelo movimento social, para a criação de políticas, que possam atender a setores da população considerados esquecidos.

Como o objetivo é trazer o Movimento Social e suas lutas, suas reivindicações e construir um traçado territorial em que consigamos pensar um movimento (mesmo sabendo que esse Movimento é extremamente diversificado e, muitas vezes, destoante), mostrando presente na construção de política públicas que possam reverberar na educação, buscarei, a partir de agora, problematizar essa atuação juntamente à educação, pensando-a como um fenômeno social e cultural.

3.1 Movimento Social e Educação - novas entrâncias

Segundo Cláudia Vianna (2015, p. 795), a “inclusão da ótica de gênero e da diversidade sexual, nas políticas públicas de educação”, começam por serem promovidas nos anos de 1990. Ressaltando as importantes discussões que acontecem nessa década, em torno da educação, a pesquisadora nos evidencia que teremos maior evidência dessas políticas a partir dos anos de 2000. Porém foi por meio de um “tenso processo de negociação que determinou a supressão e/ou concretização de reformas, planos, projetos, programas e ações implementados, separada ou articuladamente, pelo Estado e pelos movimentos sociais” (VIANNA, 2012, p. 209). Assim, é nessa articulação desse forçar das fissuras que vão se construindo as lutas que, nos anos de 1990, fizeram-se muito importantes, para que se possam pensar as conquistas que se seguiram, esses movimentos rizomáticos a espalhar-se pelo terreno, abrindo caminhos outros.

Como trazido por Marcelo Daniliauskas (2011, p. 39), temos a criação do “Programa Nacional DST/AIDS que fortaleceu as parcerias com o movimento GLBT para a execução de políticas”. Podemos estimar que a primeira conversa entre o Movimento e o Estado foi por meio de políticas da saúde. Assim, com a criação do AIDS I, em 1994, a partir de ajuda de custo vinda do Banco Mundial destinado a políticas de melhoria na saúde, “com incentivos à participação das ONGs, na formulação e implementação das políticas nacionais nesta área” (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 140). Com o AIDS I, temos um encorajar na formulação de projetos ao segmento das travestis, por exemplo. E uma metodologia muito usada, para implementar essas campanhas, era a “educação por pares” (PELÚCIO, 2007, p. 117). Nesse sentido, eram selecionadas travestis a fazer esse trabalho de conscientização sobre a epidemia junto a outras travestis. Profissionais de saúde iam até os locais onde podiam encontrá-las,

identificavam possíveis colaboradoras e, se aceitassem, passavam primeiramente por uma formação. “Essas pessoas, após formação específica, desenvolvem intervenções” entre os seus pares (ABATE, 2003, p. 33 apud PELÚCIO, 2007, p. 117). Nesses mesmos anos 1990, vimos o crescimento de muitos grupos organizados e os seus encontros periódicos passaram a ocorrer com mais frequência, sendo financiados pelo programa DST/Aids do Ministério da Saúde. Por exemplo, o ENTLAIDS que passou a ser financiado, a partir de 1996, tornou -se o Encontro Nacional de Travestis que Atuam na Luta contra a AIDS (CARVALHO, 2015).

Em 1995, aconteceu o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL). Em um total de 84 grupos que compareceram nesse encontro foi criada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, a ABGLT (FACCHINI, 2009), demonstrando o grande crescimento em termos de números dos vários grupos espalhados pelo país. Desse modo, através do AIDS I, o movimento social aqui, na figura do movimento LGBT e do Movimento de travestis, estabeleceu um diálogo maior com o Estado.

Carrijo e colaboradores/as demonstram que o Movimento Travestis no Brasil toma contornos mais palpáveis, a partir da AIDS, essa como um desencadeador de ações que visavam estancar a epidemia. Segundo Larissa Pelúcio (2007, p. 132), a “cidadanização” dos seus corpos, ou seja, ao não reconhecer o desejo das travestis como algo ponderável, o projeto de cidadanização do modelo preventivo se esvai: sai o ‘c’ e entra o ‘s’”, assim suas cidadanias passam a ser construídas por esse modelo de prevenção. Carrijo et al. (2019) dissertam que concordam com Pelúcio (2007), mas também nos apresentam que elas foram construindo uma busca por respeito e cidadania nas entrelinhas. Por exemplo, a participação delas em “Comitês Assessores e Grupos de Trabalhos é percebida por elas como um exercício de aprendizagem das ferramentas conceituais e modos de funcionamento da gestão que posteriormente serão aprimorados” (CARRIJO et al., 2019, p. 9). Não somente no espaço da interação com o Estado, do combate ao HIV/AIDS institucionalizada como política pública, mas em espaços outros. Assim, como exemplo, o espaço do trabalho, como trazido por Carrijo et al. (2019, p. 9), em que podemos pensar em Fernanda Benvenuty, tendo integrado o “Conselho Nacional de Saúde, representando a ANTRA como suplente, no período de 2014 a 2016” e Marcelly Malta, as quais eram conhecidas como “eternas conselheiras de saúde” (CARRIJO et al., 2019, p. 9), fazendo esse emaranhado entre as políticas do estado e esse trabalho micropolítico nas bordas da sociedade e, com isso, criando trânsitos, produzindo saberes.

Mário Carvalho (2015, p. 41) disserta sobre a campanha de 2004 “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”. Segundo o pesquisador, essa campanha foi um marco, para a demarcação do

movimento de travestis e transexuais, dado seu caráter simbólico, o qual marcou o dia 29 de janeiro como dia da visibilidade Trans. Nas palavras de Carrijo e colocadores:

O ingresso das travestis e transexuais na câmara dos deputados para o lançamento da campanha foi considerado um ato demarcatório. Estavam onde não deveriam e serem vistas ali foi um ato transgressor. Eram corpos nos lugares não destinados pelas lógicas hierárquicas do gênero e da sexualidade (CARRIJO et al., 2019, p. 8).

A referida campanha fora uma das muitas companhas promovidas entre Movimento Social de Travestis e Transexuais com o departamento de DST/AIDS e hepatites virais do Ministério da Saúde.

A Bibliografia consultada insiste que foi, a partir da AIDS e dos financiamentos, que daí derivaram, que as travestis foram construindo espaços de possibilidades de representatividade e cidadania, tais como suas participações em comitês técnicos, no âmbito da saúde, da segurança pública, combate à discriminação e promoção dos direitos dos/as LGBT. Campanhas como as analisadas por Carrijo et al. (2019) e Carvalho (2015) vão construindo um saber positivo em torno daqueles corpos. Carvalho entende que foi, ao longo das campanhas que foram acontecendo, que ocorreu um aprimoramento, um processo educacional em torno do Movimento, de compreensão ou de busca por compreender o lugar em que estão inseridas e as teias discursivas que perfazem esses espaços e os seus corpos.

Em 1996, tem-se a criação do Programa Nacional em Direitos Humanos PNDH I com base na “Conferência Mundial de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, realizada em Viena em 1993” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 46). A partir do assumido compromisso nessa conferência aos Direitos Humanos, em 1996, foi criado o PNDH I em que, pela “primeira vez, homossexuais (apenas) são citados em um documento federal como sujeitos de direitos” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 46). Vejamos:

Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, pessoas portadoras de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros e emigrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso a riqueza. Todos, enquanto pessoas devem ser respeitados e sua integridade física protegida e assegurada (BRASIL, 1996, p. 3).

Segundo Daniliauskas (2011), faz-se necessário reafirmar essas categorias dentro dos direitos humanos, mesmo já sendo contempladas, mas mostrando o caráter de uma afirmação positiva, em uma medida em que, pela primeira vez, os homossexuais no Brasil poderiam se ver em um documento oficial. Essa forma de se afirmar positivamente ressaltava a

necessidade de um olhar mais criterioso, para essas categorias, em vista de maior vulnerabilidade que acomete essas pessoas.

Algumas medidas deveriam ser tomadas em curto prazo, são elas: “Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais” (BRASIL, 1996, p. 7).

Dessa forma, pensando na maior vulnerabilidade a que os homossexuais estavam submetidos, por isso, o caráter em reforçar essa prevenção às violências. E ainda outra medida que tinha como caráter:

Propor uma legislação proibindo todo tipo de discriminação, com base em origem, raça, etnia, sexo, idade, credo religioso, convicção política ou orientação sexual, e revogando normas discriminatórias na legislação infraconstitucional, de forma a reforçar e consolidar a proibição de práticas discriminatórias existente na legislação constitucional (BRASIL, 1996, p. 11).

Aqui, há uma tentativa de fazer o que não foi conseguido no processo da Constituinte, em 1988, quando o MHB não obteve a inserção da expressão “orientação sexual” no inciso IV do artigo 3º de nossa Constituição. Esse plano de direitos humanos se focava intensamente no combate à violência que acomete populações mais vulneráveis, no caso, os homossexuais (deixando de lado as transexuais e travestis).

Ao final do Governo Fernando Henrique Cardoso, FHC, em 2002, tem-se a elaboração do Plano Nacional Direitos Humanos II, o PNDH II, no qual a questão referente à homossexualidade e aos direitos dos/as homossexuais se aprofunda. No prefácio ao Plano, escrito pelo Presidente da República à época, dispõe: “Inserimos, na pauta das políticas públicas, questões que até pouco tempo atrás eram consideradas tabus ou não recebiam a devida atenção, como a dos direitos dos homossexuais” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2002, p. 5). Nesse PNDH II, temos um grande avanço em relação ao primeiro. Por exemplo, a livre orientação sexual que antes estava proposta apenas aos homossexuais, agora passa a ser citada o seu livre direito à igualdade, a outras identidades específicas que começam “emergindo a partir da incorporação da sigla GLTTB (Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais, Bissexuais)” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 49). Desse modo, é a primeira vez que os termos travestis e transexuais são citados em documento oficial do governo.

Ainda existia no PNDH II uma proposta de um Censo Demográfico, em que havia a inclusão de perguntas referentes à orientação sexual, trazendo, para um lugar mais central, o reconhecimento dessas identidades, pois se buscava a criação de dados para futuras políticas

públicas (DANILIAUSKAS, 2011; SILVA, 2009). Outro importante avanço desse plano foi o surgimento de um apoio a programas nacionais de educação que podiam dar suporte aos profissionais. Eis o texto:

Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juizes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos GLTTB (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2002).

Assim teremos esses incentivos, a partir do PNDH II, para que medidas sejam efetivadas na promoção desse debate, no âmbito educacional, para se repensar as violências e os preconceitos que se instalam em torno dos GLBT.

Retrocedendo temporalmente vamos ver que essas políticas da educação, segundo Vianna (2015, p. 798), são assumidas, nos anos de 1994, cujos “organismos oficiais, como o Ministério da Educação e Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual”. “Esses projetos tinham o caráter de atuar na Educação Preventiva Integral (EPI)” (VIANNA, 2015, p. 798), que eram direcionados a critérios de um sexo seguro e isso nos currículos da educação básica brasileira. Desse modo, o Movimento GLBT foi, ao longo dos anos, atuando no que Fraser (2007) chamou de políticas de reconhecimento. Por isso, é de grande importância ao Movimento GLBT inserir-se, nas esferas da política nacional, tendo apoio de alguns partidos, como o Partido dos Trabalhadores, por exemplo. Essas parcerias foram fundamentais, para que o Movimento tivesse voz, para exigir/propor políticas públicas, voltadas aos seus interesses. As demandas acabam colocando, no debate público, questões sobre sexualidade e gênero, mostrando que ambos os marcadores são operadores de desigualdades sociais capazes de relegar às margens mesmo aqueles e aquelas que têm privilégios de classe e raça.

Mesmo com a pouca efetividade na concretização de políticas públicas, voltadas para a Educação, na qual questões de orientação sexual foram consideradas, ativistas entrevistados por Daniliauskas (2011) sobre os planos de direitos humanos, criados nos governos de FHC, disseram que os esforços foram muito importantes para trazer ao centro os debates em relação aos direitos humanos os direitos sexuais. Portanto, mesmo com todas as limitações desses Planos, fica como grande marco histórico e legal a criação do PNDH I e, em seguida, o PNDH II, para pensarmos em direitos para pessoas que se identificavam na sigla LGBT. Ademais, tomando como foco as políticas que foram voltadas para a educação, faz-se necessário problematizar a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pelo crescimento que propõe, em torno do debate sobre a sexualidade, nos currículos da educação básica.

Mesmo com os problemas que levantarei, a partir dos/as autores/as que os analisaram, a partir desse instante, farei um debate mais focado na construção de políticas que possam voltar-se à Educação.

3.2 Os Parâmetros Curriculares Nacionais - o debate emerge

Em 1997, aconteceu a criação dos PCNs, Parâmetros Curriculares Nacionais com a formulação dos temas transversais que abordavam a temática da orientação sexual (DANILIAUSKAS, 2011). Os PCNs são elaborados, com base na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que estabeleceu conteúdos, para os segmentos educacionais básicos, como educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Os PCNs, para o ensino fundamental, estão divididos em dois ciclos de “1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª séries” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 57). Tinham em conjunto os seguintes temas: “língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte, educação física e temas transversais, envolvendo meio ambiente, saúde, ética, pluralidade cultural e orientação sexual” (BRASIL, 1997, p. 88). Em relação à orientação sexual, tema central para as discussões que aqui se propõem, voltarei mais adiante fazendo uma análise mais crítica.

Ao ensino médio foram produzidos os seguintes volumes que tinham como característica a divisão por áreas do conhecimento: “introdução às suas Bases Legais; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias” (BRASIL, 1997, p. 88) com o objetivo de promover uma interdisciplinaridade, por isso, a divisão por blocos do conhecimento.

A criação dos temas transversais, entre eles, o de orientação sexual, representou, à época, segundo educadores/as, um importante avanço para se pensar gênero e sexualidade nas escolas. Porém esse tema fora criado e pensado a partir da ótica “corpo/saúde/doença” (VIANNA; CAVALEIRO, 2012, p. 34). A pesquisadora Helena Altmann (2001) vai buscar pensar a inserção do tema orientação sexual nos PCNs como uma tecnologia de poder, em que ela atuaria no controle dos corpos. A inserção da orientação sexual se dá, por meio da questão biológica, inserindo o debate em termos de uma sexualidade que é “natural” (ALTMANN, 2011, p. 581) e não problematiza a sexualidade do ponto de vista cultural, não trazendo sua produção histórica, tampouco as categorias homossexualidade e heterossexualidade que necessitam estar inscritas nessa cultura. Assim é colocada, por exemplo, na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis DST/Aids e, como um fator que vá diminuir, por meio da informação, a gravidez na adolescência.

Portanto, como os PCNs são divididos por ciclos, o primeiro vai da 1ª a 4ª e cita a homossexualidade apenas uma vez no volume que está destinado à orientação sexual e sugere que essa discussão seja feita depois da 5ª série. “Assim, a homossexualidade é situada como uma temática possível, entre outras, como aborto, virgindade, pornografia e prostituição, todos na chave da polêmica e do estigma” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 59).

No segundo ciclo, que atualmente corresponde ao Ensino Fundamental II, a homossexualidade ganha maior referência que no primeiro ciclo. Ela é citada em quatro vezes (DANILIAUSKAS, 2011), mas ainda sendo incluída como uma questão polêmica. Ademais, teremos a citação de dois novos termos que até então não apareciam, o “hermafroditismo e transexualismo” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 59). Mesmo trazendo o sufixo “ismo” e sua conotação patológica, que remete à doença, isso representa um grande avanço com relação a outros documentos, e cito, como exemplo, o importante PNDH I. Nestes PCNs, a homossexualidade e a bissexualidade foram grafadas com o sufixo “dade” que remete a um modo de ser e estar no mundo, pensando essas formas de um modo mais positivado (DANILIAUSKAS, 2011).

Os PCNs, ao mesmo tempo em que colocam importantes construções, em relação a documentos anteriores, como PNDH I, sobre novos sujeitos políticos, que agora emergem na arena de lutas por direitos, ainda reforçam muitos estereótipos, que, na maioria das vezes, a “referência (à homossexualidade) é feita em caráter de negatividade, como temas polêmicos e delicados e não no mesmo patamar das experiências e identidades heterossexuais” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 59). Assim podemos pensar em uma hierarquização, segundo Rubin (1993), do bom e do mau sexo¹⁶, pois os PCNs dando menos ênfase, ou dispendo em em um lugar menos nobre as homossexualidades, “bissexualidades e ‘travestismos’” (DANILIAUSKAS, 2011), reforçam uma sexualidade superior e outra inferior. Ademais, se estamos a buscar fissuras, pequenas rachaduras na ordem molar, todas essas contradições nos PCNs, também, foram de grande importância para pensar a sexualidade na escola e o porquê algumas identidades são trazidas em uma instância menor, inferiorizada em relação a outras. Apesar da abordagem tímida sugerida nos PCNS, neles se apresentou a possibilidade de se levar o discurso sobre a homossexualidade (e outras identidades sexuais, como a lesbianidade, a bissexualidade, assim como identidades de gênero como a transexualidade), para a sala de

¹⁶ Rubin (2003, p. 20) constrói uma escala passando do “bom sexo” ao “mau sexo”. O bom sexo entendido como “normal, natural, saudável, sagrado” identificando “heterossexual, casado, monogâmico, reprodutivo, em casa”. E o “mau sexo o anormal, não natural, doentio, pecaminoso, ‘way-out’”. Esses são identificados com os/as: “travestis, transexuais, fetichistas, sadomasoquistas, por dinheiro, cruzamento de gerações”. Essa escala vai do melhor ao pior sexo.

aula, visto que o documento abria precedentes para que essas discussões pudessem ocorrer dentro de bases curriculares.

Os PCNs provocaram muitas reflexões no campo da Educação, de forma que autoras/es mais críticas/os, como Altmann (2001) e Parré (2001), apontam a forma biologizante e meramente informativa (não reflexiva) com que o tema da sexualidade e do gênero é tratado no referido documento. Não há um debate em torno do desejo e da dimensão cultural que a sexualidade ocupa na vida de uma pessoa. Cláudia Ribeiro (2010, p. 150) também se posiciona: “a Educação Sexual, ao invés de questionar valores, crenças e costumes, tem servido para adaptações e readaptações do que foge à normalidade”. A autora chama a atenção para os possíveis que a educação pode trazer, visto que muito mais que readaptações à ordem normativa, a educação sexual vem, por exemplo, “garantir que as diferenças possam permanecer e, como tal, frequentar a escola” (Idem, *ibidem*). Desse modo, são essas tensões que vão produzindo essas outras rotas que busco construir. Como exemplo de outros debates, volto-me a um importante evento, de ordem internacional, que produziu grandes feitos, justamente em vista das contradições que provocou.

3.3 Das Conferências Internacionais ao Programa Brasil Sem Homofobia - BSH

Outro importante evento foi a participação do Brasil na Conferência de Durban, em 2001. “Nesta conferência a delegação brasileira propõe que seja incluída uma cláusula de não discriminação por orientação sexual” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 40). Essa demanda foi rejeitada na conferência, mas protagonizou grande debate internacional. Em entrevistas para a elaboração de sua pesquisa, Daniliauskas (2011) conversou com um ativista que participou dessa conferência, Cláudio Nascimento¹⁷, em que o entrevistado traz algo importante que surge a partir de Durban:

Ao final, não tivemos a inclusão [da questão de orientação sexual na resolução final]. Um grande debate era a inclusão do tema da discriminação por orientação sexual -o reconhecimento -como uma questão de Direitos Humanos e como parte das múltiplas formas de discriminação no campo dos negros e das pessoas que sofrem por discriminação racial. Conseguimos dar uma visibilidade muito grande para esse debate nessa conferência. Mesmo encontros anteriores que tentaram debater o assunto - como a Conferência de Beijing, das mulheres, em 1995 - não conseguiram. Nos espaços oficiais da conferência esse tema não chegou. Mas nessa

¹⁷ Cláudio Nascimento foi um dos membros fundadores da Parada do Orgulho do Rio de Janeiro em 1995 e integrante do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, no qual exerceu a presidência por dois mandatos. Claudio integrou o comitê de preparação para a Conferência de Durban, tendo participado, durante o período de 1999 a 2000, de várias conferências e reuniões internacionais preparatórias para a Conferência realizada em África em 2001.

conferência a gente conseguiu que ele fosse pautado nas plenárias oficiais da ONU (DANILIAUSKAS, 2011, p. 70).

O ativista Cláudio Nascimento, entrevistado por Daniliauskas (2011), considerou sobre como foi importante propor esse debate, tendo como protagonistas as delegações brasileira, equatoriana e mexicana, introduzindo uma nova discussão no campo dos direitos humanos na ONU que é a interseccionalidade¹⁸, destacando, assim, homofobia e racismo para serem debatidos juntos. Desse modo, vamos ver refletida, no Brasil, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD) que, depois, no primeiro governo Lula, seria um fator determinante para a criação de um “programa de combate à homofobia, contemplando inclusive demandas do campo da educação” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 71).

A partir da Conferência de Durban, marcadores sociais como racismo e homofobia foram alinhados mais próximos e houve uma preocupação em termos de inserção nos debates públicos da temática da diversidade “cultural, étnico-racial-sexual que passou a ser cada vez mais recorrente no vocabulário político de diversos setores do governo” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 71). Assim, esses acordos assumidos fazem com que o governo tenha uma preocupação maior com os direitos humanos o que, futuramente, vai produzir importantes articulações, por exemplo, a criação de uma rede Afro LGBT, em 2005.

Vianna (2002) pesquisa que desde 1993 houve um crescimento das discussões dos direitos humanos na ONU, suscitada pelos movimentos sociais. Por exemplo, aconteceram duas conferências que marcaram o surgimento desses debates, a Conferência de População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo, em 1994, e a Conferência de Pequim em 1995, em que questões, como direitos sexuais e reprodutivos, foram trazidos pelas feministas e, logo depois, pela Rede Lésbica (DANILIAUSKAS, 2011; VIANNA, 2002). Com todas as tensões criadas por essas conferências, mais tarde aconteceu uma revisão desses textos estabelecendo ainda mais debates e novos embates. Nessa lógica, intento mostrar que o tema da sexualidade foi algo que surgiu, na ONU, rapidamente, motivado por uma abertura que aconteceu nos anos de 1990, por setores da sociedade civil. Segundo Sônia Correa (2009, p. 23):

Também é preciso dizer que o perfil dessa participação variou significativamente no tempo e no espaço. Na Conferência do Cairo, a força motriz foi determinada pelas feministas envolvidas com saúde e direitos reprodutivos. Em Pequim, entraram em cena as redes lésbicas e a presença efetiva dos grupos gays só aconteceria a partir de 2001 (UNGASS, DURBAN). Finalmente, os ativismos trans e intersex ganhariam espaço e visibilidade no contexto da resolução brasileira em 2003.

¹⁸ “É uma ferramenta teórica e metodológica usada, para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado e as articulações decorrentes daí, que, imbricadas repetidas vezes, colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas” (BATISTA, 2018).

Todo esse trânsito vai produzindo um movimento rizomático, perfazendo articulações, propondo debates à medida que se estendem as discussões. No Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, toda a movimentação com projetos e programas criados nos mandatos de FHC são mantidos. Assim, Lula, ao assumir, encontrou um movimento social bastante articulado e pronto ao debate, visto todas as tensões criadas em governos anteriores.

Os governos Lula (2003-2010) vão realizar uma grande mudança em relação aos ministérios. E uma das primeiras feitas desse governo, logo quando assumiu, foi a criação das secretarias de governo que estavam ligadas diretamente ao Executivo. Elas assumem caráter de ministérios, ao longo do tempo e são criadas as “Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 73). Essas políticas, que agora passam a existir em um grau mais efetivo, estão ligadas diretamente à base do governo, ou seja, à base do Partido dos Trabalhadores (PT) e às demandas que estavam aí relacionadas.

A partir de 2003, assistimos a um crescente de políticas voltadas aos segmentos GLBT. Daniliauskas (2011) e Silva (2009) reconhecem o XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT), acontecido em Manaus, como um marco nas pressões do movimento em relação ao governo recém-empossado. Nesse encontro estava o assessor da Secretaria de Direitos Humanos - SDH - Cláudio Nascimento que levou as reivindicações ao próprio ministro dos Direitos Humanos, à época, Nilmário Miranda. Com isso, o Movimento fazia uma crítica aos governos de FHC, que, apesar de terem favorecido discussões em torno dos direitos humanos, não criaram políticas efetivas. Esse foi o panorama para a criação do Programa Brasil Sem Homofobia - BSH.

Na criação do projeto BSH, aconteceu uma grande negociação entre sociedade civil e o governo. Reuniões com o ministro dos Direitos Humanos, nas quais uma pessoa seria responsável por coordenar diretamente esse projeto que estava ligado ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Em uma fala de um dos ativistas que participou da elaboração do BSH ele relata que aconteceram várias negociações e que o movimento precisou mostrar bastante eficácia e articulação para que se efetivassem essas ações (DANILIAUSKAS, 2011; SILVA, 2009).

Para a elaboração desse projeto, ainda segundo Daniliauskas (2011), os/as ativistas contaram com a participação de algumas Universidades, por exemplo, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ e a Universidade Cândido Mendes. Uma ativista chegou a declarar que fez algumas reuniões com Sérgio Carrara do CLAM/UERJ (Centro Latino

Americano de Sexualidade e Direitos Humanos), para a elaboração do texto que se iniciou após vários acontecimentos, mas muitas deliberações já existiam, então, fez-se uma síntese do que se discutira e apresentaram em forma de texto. Havia uma postura do movimento “que, além de contar com a parceria de universidades, buscou ‘não inventar a roda’, mas, sim, reunir todas as demandas GLBT já apresentadas em encontros nacionais” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 81). O eixo que estrutura o documento é a necessidade de uma atuação e intervenção do Estado e, por isso, o foco central “é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos” (BRASIL, 2004b, p. 7) na implementação de propostas de políticas públicas.

Como justificativas para o Programa foram trazidas as estatísticas de assassinatos da população LGBT, em específico, os assassinatos de pessoas travestis e transexuais e declarado que essas são vítimas por “ousarem manifestar publicamente sua orientação sexual e afetiva” (BRASIL, 2004b, p. 17) fora da norma. Além do mais, ainda observou-se que “a homossexualidade deixou de ser considerada uma patologia pelos Conselhos Federais de Medicina e Psicologia” (BRASIL, 2004b, p. 15). Esse documento tem dois propósitos muito importantes, ações que se dirigem ao “combate à violência e discriminação e, em outra linha, prevê medidas para ampliação da ‘cidadania homossexual’, cujos onze eixos norteadores (como legislação, cultura, saúde, trabalho, etc)”, segundo Ricardo Mélo, Costa e Sampaio (2013, p. 170), preveem “intervenções que podem se concretizar em cada segmento do governo”. “O BSH se faz bastante abrangente e completo, visto que, em suas propostas e também no público que pretendia, tendo o setor público, o privado e a sociedade brasileira de um modo geral, como beneficiários desse Programa” (BRASIL, 2004b, p. 27).

Desse modo, o BSH foi criado, articulando vários ministérios e secretarias. Visava não somente contrapor-se à violência, dando um toque meramente combativo, mas tinha uma proposta “de se dizer que há uma mudança no sentido de construção de uma agenda menos defensiva e mais positiva e propositiva de LGBT enquanto sujeitos de direitos e cidadãos/ãs” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 81). Portanto o BSH visava a uma articulação entre vários ministérios, para propor medidas, a fim de se pensar a homossexualidade (e os segmentos GLTB, à época) de uma forma positivada.

O documento cita a participação de três redes nacionais do Movimento LGBT na sua elaboração: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) e Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), bem como de uma série de entidades que atuam em âmbito local. Por parte do governo federal, participaram o Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Justiça,

Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial. Finalmente, também contribuem pesquisadores/as vinculados/as às seguintes universidades: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM/IMS/UERJ) e Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC/UCAM) (DANILIAUSKAS, 2011, p. 90).

Embora o Programa tenha aspectos muito importantes no tocante à construção de uma cidadania em torno dos/as LGBTs, o documento, segundo Ricardo Mélo, Costa e Sampaio (2013), foi construído, a partir de um viés bastante heteronormativo. Há uma essencialização em torno das identidades, como se elas fossem estáticas. Assim, há no documento uma “classificação da homossexualidade” (BRASIL, 2004a, p. 30), como se compusesse todos os segmentos GLBT. Em muitas partes do texto, retrata a homossexualidade, em seu caráter “generalizante”, como se isso fosse possível e colocando entre parênteses o restante da sigla. Vejamos como está: “recente estudo sobre violência, realizado no Rio de Janeiro, envolvendo 416 homossexuais (gays, lésbicas, travestis e transexuais), revelaram que 60% dos entrevistados já haviam sido vítimas de algum tipo de agressão” (BRASIL, 2004a, p. 17).

Mélo, Costa e Sampaio (2013, p. 174) percebem que o segmento das travestis é minorado no documento, “isso pode ser notado quando observamos que os termos travesti ou ‘travestismo’ aparecem 28 vezes no texto”, enquanto a homossexualidade aparece 76 vezes no documento. O pesquisador segue pontuando que o lugar no texto em que o termo travesti aparece em maior quantidade é justamente na abertura, na qual foi feita uma homenagem à ativista travesti Janaína Dutra, já falecida, mas que atuou na construção do documento. Mesmo com alguns problemas, como os elencados acima, o documento se mostrou bastante abrangente à possibilidade de se construir políticas públicas que pudessem atender a população GLBT (à época). Portanto uma articulação, feita neste documento e é central para esta tese foi com o Ministério da Educação na construção de ações que pudessem debater o tema do preconceito e da discriminação à população GLBT. Sendo assim, essa conexão que pudesse reverberar em ações, para se pensar a homofobia e suas muitas manifestações na escola, por exemplo, é algo que fora pensado enquanto articulação do BSH. Esse programa era o reconhecimento de que são as desigualdades que impedem o livre exercício aos direitos, como dignidade, garantidos em nossa Constituição. Assim, reconhecer essas diferenças é garantir cidadania a essas pessoas. Como nosso objetivo é problematizar rizomaticamente a atuação do movimento social criando brechas, abrindo fissuras no sistema, busco pensar essa atuação no âmbito da educação, a partir da criação de uma importante secretaria, a Secretaria

de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, a qual teve um valioso papel à elaboração de algumas políticas públicas para se considerar uma educação que pudesse ser mais inclusiva.

3.4 A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Em abril de 2004, surgiu, com base nas junções da Secretaria de Inclusão Educacional (Secrie) e a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, a SECAD (VIANNA, 2015), objetivava a valorização da diversidade, ao fazer uma articulação com a inclusão social. No texto consta:

A constituição da SECAD traduz uma inovação institucional. Pela primeira vez, estão reunidos os programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos, as coordenações de educação indígena, educação do campo e educação ambiental. Esta estrutura permite a articulação de programas de combate à discriminação racial e sexual com projetos de valorização da diversidade étnica (BRASIL, 2004a, p. 1).

Veremos a inclusão de novos atores nos debates que até então não se pautavam na agenda governamental do Ministério da Educação. Por exemplo, em 2004, foram criados o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e o plano para se combater a discriminação a homossexuais (VIANNA; CAVALEIRO, 2012), dentro da Secretaria Especial de Direitos Humanos que vai reverberar no Programa Brasil Sem Homofobia - BSH. Nesse sentido, o BSH tinha um caráter combativo com relação à violência, em todos os seus níveis (simbólico, físico). E no BSH existia um capítulo destinado à educação que tinha como fundamento “promover valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual” (BRASIL, 2004a, p. 22). Vianna e Cavaleiro (2012, p. 38) vão destacar que era essencial “incluir a interlocução da diversidade sexual com a discussão da temática de gênero”, pois, numa ótica de uma educação para a diversidade, uma política que estava sendo adotada pela SECAD, essa junção se fazia necessária, pois “é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade” (BRASIL, 2007, p. 9). Ao trazer gênero e sexualidade, numa perspectiva da diversidade, ressaltando as diferenças das identidades de gênero e orientações sexuais, propondo um debate sobre a sua construção social, podemos pensar no que Guacira Louro (2010, p. 11) problematiza sobre os corpos ganharem “sentido socialmente” e em que inscrições como

masculino e feminino só farão sentido dentro de determinadas culturas, “com as marcas dessa cultura”. Ao se levar esse debate, para a esfera da educação, quer se pensar essas marcas socialmente construídas, analisando como algumas identidades e sexualidades são historicamente marginalizadas.

Ao se criar a SECAD, houve um questionamento em como seria a atuação da Secretaria a qual ficou responsável por contribuir para o desenvolvimento das ações do BSH nessa área. Em 2004, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) “estabeleceu parceria junto ao MEC para desenvolver um curso de formação de professores/as para a temática de gênero” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 117). Essa temática foi ampliada e incorporou a questão racial. O diálogo entre o MEC, a SPM e a Secretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial (SEPPIR) culminou em um Seminário Internacional, para se debater igualdade de gênero, raça e orientação sexual, ao fim desse ano de 2004 (DANILIAUSKAS, 2011). No entanto, nesse seminário, que contava com a presença de vários representantes da sociedade civil, tais como: “gestores/as de políticas públicas, especialistas em educação, gênero, raça e orientação sexual, organizações da sociedade civil e professores/as da rede pública” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 118), o objetivo era buscar estratégias que pudessem auxiliar na formação de professores/as, elaboração de material didático para dar suporte a esses gestores/as, professores/as. No entanto estava presente, nesse seminário, um representante do governo, e o Movimento criou uma tensão ao exigir que a implementação de políticas do BSH, no âmbito da educação, saísse do papel.

É nesse momento que é designada uma pessoa que ficaria responsável pela criação de estratégias junto à SECAD para essa finalidade. Foi escolhido Rogério Junqueira, o técnico que estava na Secretaria e que contribuiu com a implementação dessas ações, que estavam organizadas em torno dos seguintes eixos:

Lançar editais de financiamento para que organizações LGBT, universidades, escolas de um modo geral, instituições que possuíam conhecimento e capacidade de promover o enfrentamento da homofobia realizassem os cursos de formação de professores/as; 2) a necessidade de articulação junto às outras Secretarias do MEC, pois determinadas diretrizes não tinham como ser executadas somente pela SECAD, como por exemplo, as questões ligadas ao livro didático, que dependem da Secretaria de Educação Básica (SEB) ou temas que envolvam o nível superior e estão sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) dentre outros; e, 3) o incentivo às reuniões interministeriais para identificar setores que possuíam acúmulo sobre o tema e ações que estavam sendo executadas, bem como para apoiar mutuamente a implementação do BSH (DANILIAUSKAS, 2011, p. 118).

Uma das primeiras ações foram os editais, para cursos de formação continuada a professores e professoras, para se discutir o enfrentamento a violências no cotidiano escolar, bem como debater os constructos históricos do gênero e da sexualidade. O público-alvo eram pessoas que já estavam na área educacional, professores/as, gestores/as que já atuavam na educação básica. Com isso, problematizava-se que a educação necessitava pensar em direitos e cidadania e um deles era o direito à permanência na escola. Porém, não sem resistência, como conta Daniliauskas (2011), vários setores das bancadas religiosas com o discurso de que querem ensinar homossexualidade para as crianças tentaram barrar essas medidas.

Fernando Seffner (2009, p. 125) “avalia que a inclusão da diversidade sexual na educação é um terreno de conflitos, ou ‘de tensões’”. Apesar de haver um uso bastante grande do vocábulo inclusão no ambiente escolar e uma aceitação dessa ideia junto a educadores/as, quando se trata de pessoas LGBT, toma outra configuração. Um exemplo de como a inclusão de pessoas LGBT é vista de uma forma menos aceitável por esses/as docentes é que, ainda, podemos detectar o uso de expressões como “falta de vergonha”, ou ainda piadas machistas, LGBTfóbicas. No entanto, segundo Seffner (2009), precisamos pensar em uma diferença geracional entre professores/as e estudantes, visto que o contexto, em que esse/a professor/a foi criado/a era outro, o que obviamente não justifica qualquer falta de respeito ou possível constrangimento que um/a discente possa sofrer. Seffner (2009) complementa que estamos vivendo em um plano cultural cujas pessoas não estão acessíveis, abertas ao debate, por isso, a necessidade e maior cuidado ao tratar dessas questões.

Durante muitos momentos, o Movimento recorre aos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), acionando os Temas Transversais para pautar legalmente essa discussão em torno de cidadania e direitos para as pessoas LGBT. Daniliauskas (2011, p. 121) analisa que “centrar o debate em torno da violência foi uma estratégia bastante eficiente, para se garantir a discussão sobre ‘justiça social’, quando se trata de orientação sexual e equidade de gênero”. Tentar dialogar em direção à equiparação de direitos e reconhecimento, ainda, produzia muitas resistências. Desse modo, para fazer uma discussão quanto ao gênero e à sexualidade e pensar as questões ligadas a Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e transexuais, seria necessária uma problematização que trouxesse, como estratégia, debater a cultura e suas manifestações. Em 2005, foi proposta por diferentes Secretarias, juntamente com membros do Movimento Feminista, Movimento de mulheres negras e o Movimento GLBT, a criação do curso Gênero e Diversidade na Escola - GDE que visava, segundo Carrara, Nascimento e Duque (2017, p. 9), “debater o gênero, a sexualidade, e a orientação sexual e relações étnico-raciais, promovendo uma reflexão acerca desses temas, a partir de perspectivas diversas:

sociocultural, histórica, educacional e política”. Desse modo, uma atuação mais direta das Universidades à criação de políticas públicas para a Educação.

3.5 Gênero e Diversidade Sexual na Escola - GDE como Política Pública

A partir da criação, em 2004, do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, o Brasil Sem Homofobia - BSH - são propostas dentro desse Programa que articula vários ministérios e um deles o Ministério da Educação - MEC - a partir da SECAD, ações que visaram problematizar a violência, a discriminação por meio de um debate cultural. Assim, nasceu o GDE, em 2006.

Nesse contexto de desenvolvimento de uma política que pudesse promover o enfrentamento de desigualdades, baseadas em gênero, raça e etnia e orientação sexual, que se construirá o GDE. Carrara, Nascimento e Duque (2017, p. 14) orienta que esse Programa de formação continuada de professores e professoras tinha como objetivo:

Apresentar teorias e discutir práticas com educadores e educadoras das redes públicas estaduais e municipais de ensino de todas as regiões do país sobre questões fundamentais relacionadas à diversidade, como gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais em diferentes perspectivas: culturais, sociais, históricas, educacionais e políticas. Trata-se, portanto, de socializar conhecimentos por meio da reflexão com as/os professoras/es da educação básica sobre os modos como a diferença e a inferioridade social se vinculam. Sua proposta pedagógica se insere em uma política de inclusão social, investindo na possibilidade de transformação de valores sociais tradicionais que, na sociedade brasileira, têm reproduzido assimetrias de gênero e de raça/etnia e por orientação sexual.

A proposta do GDE era por meio de cursos, os quais eram oferecidos como especializações, ou aperfeiçoamento, promover um debate em torno de direitos. E mostrar como, para algumas minorias, esses eram negados. Por meio de discussões que versavam sobre histórica, social e politicamente, estabelecer esse diálogo com os/as educadores/as. A proposta seria oferecida via Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Essa proposta de elaboração e execução aconteceu de 2004 a 2007, tendo a oferta-piloto acontecido, no ano de 2006, em seis cidades do Brasil¹⁹, abrangendo as cinco regiões do país (CARRARA; NASCIMENTO; DUQUE, 2017). Carrara, Nascimento e Duque (2017) constata que apenas 19% dos/as cursistas desistiram do projeto. Os critérios de

¹⁹ O projeto-piloto foi realizado nos seguintes municípios: Dourados (MS), Maringá (PR), Niterói (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Porto Velho (RO) e Salvador (BA). Os municípios foram selecionados, de acordo com o critério de territorialidade, representando todas as regiões geográficas do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e com relação a diferentes perfis de tamanho e localização (CARRARA; NASCIMENTO; DUQUE, 2017, p. 14).

desenvolvimento de conteúdo do GDE acompanharam algumas concepções, como, por exemplo, a necessidade de se respeitar raça e etnia, gênero e orientação e sua valorização. Ou ainda uma necessidade de não manter uma perspectiva essencialista diante das diferenças. Mostrar o caráter biologizante dessas perspectivas a partir das quais contestar por meio de uma postura crítica, além de pensar raça/etnia, gênero e orientação sexual sendo construídos a partir da cultura e, com isso, produzir transformações, nessa mesma cultura, em vez de apenas privilegiar leis que coíbem a discriminação e as violências.

Garantir o debate sobre as desigualdades reproduzidas no seio escolar, “pois as práticas pedagógicas, no cotidiano escolar, os livros didáticos, a gestão da escola e os currículos, ainda, não incorporaram a questão de gênero” (CARRARA; NASCIMENTO; DUQUE, 2017, p. 15). Buscar a escola como espaço estratégico transformador à criação de seres humanos que possam criticar o espaço, a sociedade em que estão inseridos/as.

Trazer a educação a distância, como um multiplicador dessa política, justamente por seu caráter e capacidade de abrangência na produção de conteúdos que pudessem chegar a um número maior de educadores/as.

Particpei de uma das edições do GDE, promovido pela Universidade Federal de Lavras, em 2014, como tutor nas orientações de trabalhos finais. Percebi que os/as cursistas levavam as discussões que ali aconteciam para as salas de aulas. Assim, a proposta de trabalho final deveria nascer de uma ação de intervenção no cotidiano da escola. Filmes que poderiam ser trabalhados na escola, os mesmos que eram discutidos durante as atividades do curso, além de rodas de conversa, grupos focais. Havia todo um manancial de propostas trazidas, a partir da metodologia do GDE, que os/as educadores/as levavam para as escolas e produziam algumas ações.

Nos trabalhos que orientei, os temas versavam sobre a transexualidade, a homossexualidade e outras formas de conceber o feminino. Uma cursista que orientei era professora no ensino médio e tinha como uma das estudantes da escola, em que trabalhava, uma discente que se identificava enquanto travesti. Ela, em seu trabalho final, problematizou todo o trabalho criado pelo diretor da escola, ao saber que teria uma discente transexual, juntamente aos/as professores/as, para recebê-la. Ela trouxe as falas da menina trans sobre a aceitação na escola, sobre como era transitar naquele cotidiano, como era usar o banheiro da escola, o qual, por intervenção do diretor, tinha de ser o das professoras.

Desse modo, os/as educadores iam produzindo intervenções no ambiente escolar, a partir dos debates teóricos e práticos durante o curso. Essas intervenções nas escolas onde atuavam eram imediatas e incentivadas a partir das propostas do GDE.

O GDE foi uma importante política pública que surgiu, partir dos desdobramentos do BSH; atuava diretamente na escola, com os/as docentes e que foi implantado, a partir de 2006, tendo várias edições nas Universidades, contemplando um grande número de cursistas. Tomar contato com esses conteúdos não se resume à aquisição de conhecimento teórico sobre determinados temas, “mas deve contribuir para a revisão de crenças e valores sobre as diferenças que geram desigualdades sociais, bem como das instâncias de poder que as mantêm e reproduzem” (CARRARA; NASCIMENTO; DUQUE, 2017, p. 23). É pensar a escola como um lugar de poder, mantendo essas lógicas de dominação e controle, mas também um lugar de resistência a essas mesmas ordens normativas. Assim esse debate que tinha como foco os/as educadores/as pretendia debater culturalmente valores há tempos naturalizados.

A partir desse momento, proporei a atuação da Universidade Pública, na composição do que, nesse contexto, denomino por rotas de fuga, ou seja, rotas outras que serão traçadas por novos sujeitos à criação de outros territórios. Antes disso, faz-se necessário traçar um panorama da Universidade Pública brasileira, a partir de sua abertura ou de sua recente abertura para os estudos de gênero e sexualidade, raça/etnia, dos estudos pós-coloniais e decoloniais, trazendo novas discussões com e a partir de novos sujeitos, criando as tensões, propondo encruzilhadas epistemológicas e com isso outras rotas.

4 CAPÍTULO II: AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Neste capítulo, traçarei as transformações que vêm ocorrendo na Universidade Pública brasileira. Essas transformações não ocorrem somente no campo físico, como aumento de vagas, criação de medidas afirmativas, cujas cotas são o exemplo, ou ainda, uso do nome social em âmbito das instituições públicas. Começo por traçar um panorama, a partir dos estudos de gênero e com os quais vai se construindo um novo paradigma metodológico, para se pensar culturalmente a sociedade, em que estamos inseridos/as. A partir da contestação do lugar biológico imposto, onde uma fêmea da espécie deveria ser uma mulher, com o seu papel social definido, que passa a afirmar que somos criações de uma cultura que inscreve no masculino a dominação sobre o feminino. Ao contestar esse arbítrio e mostrar como essa relação de domínio é produzida histórica e socialmente, busca-se, por meio da desconstrução, a partir de um debate inserido na própria cultura, trazendo o gênero como categoria de análise, segundo Scott (1995), uma ferramenta para pensar o próprio arbítrio.

Em seguida, farei o traçado dos estudos *Queer* no Brasil e suas problematizações em torno das identidades, dos binarismos, das universalizações. Penso como a recepção da teoria *queer* no Brasil se faz contestando sua própria origem. Assim, o seu surgimento foi no norte do mundo? E tudo que se vinha e se vem produzindo aqui no “cu do mundo”, usando uma expressão trazida por Pelúcio (2014) para pensar o *queer* no Brasil. Será que não temos uma teoria Cu (PELÚCIO, 2014). Seguidamente, componho, junto aos escritos de Leandro Colling, que buscam problematizar como os estudos *queer* vão introduzir novos conceitos e produzir novas “tretas” acadêmicas (COLLING, 2017), ou seja, novas contestações, novas encruzilhadas epistemológicas e outros sujeitos políticos.

E um terceiro eixo desse capítulo, não necessariamente nessa ordem, delinheio as mudanças físicas nessa Universidade Pública (sempre pensada no plural), pelo aumento de vagas que vão proporcionar a outros sujeitos suas entradas nesse espaço. Esse aumento se dá juntamente à criação de medidas afirmativas, como exemplo, as cotas para negros/as, pobres, estudantes de escolas públicas, indígenas e, mais recentemente, para homens e mulheres trans, tanto na graduação como na pós-graduação. A inserção do nome social é uma medida de extrema importância para pensarmos a chegada de mulheres e homens trans na universidade. Tudo isso sendo pensado e contestado desde dentro da Universidade.

4.1 O Gênero como constructo

Para pensar a Universidade pública brasileira (com todas as suas particularidades e diferenças regionais) e todas as transformações que vêm acontecendo, ou seja, para se pensar o segundo momento dessas linhas de fuga, materializando-se e compondo o que estou chamando por outro território, construído a partir dessa micropolítica, faz-se necessário traçar esse campo, a partir dos estudos de gênero, inicialmente produzindo outro paradigma conceitual metodológico.

Machado (1998, p. 110) constrói como os estudos de gênero introduziram o que ela chama de um novo paradigma metodológico. É a proposição de uma substituição dos estudos de mulheres, para os “estudos das relações de gênero”, em que eles problematizavam as categorias essencializantes mulheres e homens e introduzia a construção cultural dessas, ou seja, o arbitrário em relação às noções de masculino e feminino. Desse modo, introduz-se “a ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero” (MACHADO, 1998, p. 110).

Um marco, para os Estudos de Mulheres e para os Estudos Feministas, é a publicação do *Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir cuja autora propõe pensar a categoria mulher, como aquela que se faz ao buscar construir o seu projeto de ser humano, como qualquer outra pessoa (MACHADO, 1998), portanto não existe uma essência mulher, mas uma construção, um projeto em desenvolvimento, premissa básica do existencialismo. Havia um ser humano a se desenvolver, porém era sempre visto, a partir de um lugar do outro, masculino, o que gerava uma “situação paradoxal: o *outro* é o lugar no qual se pretende fixá-la, na imanência, como uma facticidade, isto é, como um objeto”, segundo María Luisa Femenías (2012, p. 311). Logo está o conflito problematizado por Beauvoir: a mulher busca o seu projeto, seu desenvolvimento, sua transcendência, no entanto fica na imanência de um outro, visto sempre pela ótica do dominante. Ela trouxe o sexo biológico e afirma “que, no momento de constituir-se os humanos como sujeitos, somente uma parte deles (os homens) consegue fazê-lo com reconhecimento pleno” (FEMENÍAS, 2012, p. 313). Portanto “ter nascido mulher, não por um reconhecimento de si, mas por fatores culturais, o ‘sexo vivido’” (FEMENÍAS, 2012, p. 313) não faz das mulheres inferiores, no entanto existe uma necessidade em Beauvoir de demonstrar como culturalmente toma-se uma construção de inferiorização “da natureza” (FEMENÍAS, 2012) do sexo feminino.

Segundo Heleieth Saffioti (1999, p. 160), Beauvoir, no *Segundo Sexo*, introduz os primórdios dos estudos de gênero: “aí reside a manifestação primeira do conceito de gênero.

Ou seja, é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia e, sim, construído pela sociedade”. A pesquisadora levanta a importância deste livro para os estudos de mulheres e seguidamente os estudos de gênero como culturalmente construídos.

É no final dos anos 1960 que toda uma efervescência, a partir do movimento feminista, começou a tomar conta do debate. Os estudos sobre a mulher, com base em suas experiências de opressão, segundo Piscitelli (2001), deveriam prevalecer como critério de mapeamento para se pensar suas opressões. “O pessoal é político, foi implementado para mapear um sistema de dominação que operava em nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher” (PISCITELLI, 2001, p. 5). Esse mapeamento servia fortemente para se pensar as muitas formas de exercer as relações de poder, a dominação masculina sobre o feminino. Esses domínios de estudos se expandiram, para os mais diversos campos, por exemplo, “a antropologia da mulher, a história das mulheres” (PISCITELLI, 2001, p. 6).

É em meio a todo esse processo de debates e contestações que surgiu o conceito de gênero como categoria de análise. O marco problematizador dos Estudos de Gênero foi a publicação do ensaio de Gayle Rubin em 1975: *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo*. Neste texto, a autora busca analisar o sistema sexo/gênero como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e nas quais essas necessidades sociais transformadas são satisfeitas” (PISCITELLI, 2001, p. 8). Rubin vai buscar, na estrutura do parentesco, em Lévi-Strauss, algo que situa a exploração das mulheres em sistemas sociais (PISCITELLI, 2001). “Ele está permeado pela importância da sexualidade na sociedade humana, [...] que não encara o sujeito humano como abstrato, sem gênero. Pelo contrário, o sujeito humano é sempre masculino ou feminino” (PISCITELLI, 2001, p. 9). Assim, Rubin estabelece que é, na estrutura do parentesco, que Lévi-Strauss vê “uma implícita teoria da opressão sexual” (RUBIN, 1993, p. 9). E ainda que:

Gênero é uma divisão do sexo socialmente imposta. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco repousam sobre o casamento. Portanto, eles transformam machos e fêmeas em ‘homens’ e ‘mulheres’ cada qual uma metade incompleta que só pode encontrar a completude quando unida à outra (RUBIN, 1993, p. 11).

A autora reconhece que esses sistemas não podem ser naturais, visto que não existem tamanhas diferenças biológicas entre homens e mulheres e que essa “identidade de gênero exclusiva é a supressão de similaridades naturais” (RUBIN, 1993, p. 11). Homens e mulheres

são construídos socialmente e mantidos a partir da divisão sexual do trabalho, que terá um importante papel na definição do gênero e da heterossexualidade, pois, se assim não o fosse não haveria tamanha insistência em “assegurar as uniões heterossexuais por meio de uma interdependência econômica” (RUBIN, 1993, p. 12). Portanto é no interior da cultura que foi criado o gênero, identificado ao sexo e, além disso, supõe que “o desejo sexual seja direcionado ao outro sexo” (RUBIN, 1993, p. 12). Rubin (1993) nos revela que é por meio da divisão sexual do trabalho que criamos o gênero (homens e mulheres) e, também, a gênese da ideia de indivíduos que nasceram para se complementarem.

É na desnaturalização da relação sexo/gênero que as feministas vão elucidar o arbitrário do gênero (MACHADO, 1998). Dessa maneira, não se passa a pensar no biológico “definindo” as relações bem como as explorações. Segundo Heilborn e Rodrigues (2018, p. 10), “a distinção sexo/gênero foi se constituindo como ferramenta conceitual e política e representou um argumento decisivo nas lutas em torno dos direitos das mulheres”. Propôs-se como novo paradigma metodológico analisar as relações sociais pelo viés cultural do gênero. Scott (1995), historiadora norte-americana, ao trazer o gênero como categoria útil de análise, influenciou profundamente os estudos acadêmicos aqui no Brasil.

Para se pensar os estudos de mulheres e, depois de gênero no Brasil, é necessário enfatizar que os estudos feministas aconteceram pelas feministas acadêmicas. Um dos primeiros trabalhos, no campo das ciências sociais, foram “os trabalhos das sociólogas Heleieth Saffioti (1978/ 1979/ 1981) e Eva Altermann Blay (1978)”, segundo Silva (2000), pensando mulher e trabalho no espaço urbano e rural. No ano de 1973, “Zahidé Machado Neto lecionou, na Universidade Federal da Bahia, uma disciplina sobre família e relações entre os sexos”, segundo Heilborn e Sorj (1999, p. 185), além de participar de várias conferências tanto em âmbito latino-americano como em outros continentes. Grupos de estudos foram sendo criados pelas universidades do país, e o debate foi crescendo exponencialmente. As pesquisadoras dividiram os “Estudos sobre Mulher, Estudos de Gênero ou de Relações de Gênero” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 185), representando momentos distintos ao longo das décadas. Nos anos de 1970, vamos ter estudos que versavam sobre o papel da mulher na sociedade brasileira e seu lugar de explorada/subordinada (HEILBORN; SORJ, 1999). A partir dos anos de 1980, o gênero, como uma categoria que permitia analisar historicamente a construção, em torno da subordinação do feminino ao masculino, incluiu o homem, também, nesses estudos que focalizavam “a estrutura social mais que os indivíduos e seus papéis sociais” (Idem, Ibidem). Assim se problematizava o gênero, estabelecendo uma hierarquia, cujo masculino superior impunha um julgo sobre o feminino inferior e secundário.

A partir dos anos de 1980, surgiram novos questionamentos, a partir de novos sujeitos, que agora se inseriam na ótica da resistência. Esses novos sujeitos não se viam contemplados nas reivindicações que eram produzidas.

4.2 Novas reivindicações: outros sujeitos

Nos anos de 1980, surgiram novas correntes teóricas, dentro do próprio feminismo. Aconteceu um contestar do sujeito mulher, como se fosse um todo universal e não detentor de uma gigantesca diversidade. Assim, outros conceitos vão ajudar a pensar o lugar da mulher negra, por exemplo, a partir do movimento negro e das produções que ele promovia dentro da academia. É o que Megg Rayara Oliveira (2017) problematiza em sua tese:

Ao longo de quase todo o século XX, o feminismo hegemônico silenciou as mulheres negras e somente na década de 1970 é que essa situação sofreu algumas mudanças no sentido de se reconhecer que o racismo era um marcador fundamental no processo de opressão delas (OLIVEIRA, 2017, p. 73).

A partir do momento, em que as feministas começam a pensar em uma racialização do feminismo viram que as mulheres negras possuíam outras reivindicações às mulheres brancas, houve uma tentativa de aproximação das mulheres negras e brancas (OLIVEIRA, 2017), porém ainda não suficiente, visto que havia uma perspectiva de classe que precisava ser problematizada, bem como toda a opressão das mulheres negras dentro de uma sociedade racista. Ao citar Bell Hooks (2015), Oliveira (2017, p. 74) “faz a crítica de um feminismo que não tomava as particularidades da raça, da classe, em uma sociedade capitalista” e que mantinha o domínio do branco sobre o negro. “A identidade de raça e de classe gera diferenças no *status* social, no estilo e qualidade de vida, que prevalecem sobre a experiência que as mulheres compartilham” (HOOKS, 2015, p. 197). O conceito de interseccionalidade ajuda a pensar como essas diferenças precisam ser colocadas no debate, para se buscar entender o lugar que muitos sujeitos ocupam e, com isso, reconhecer os privilégios para combatê-los. Portanto por interseccionalidade podemos entender nos dizeres de Crenshaw (2002, p. 177):

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Esse conceito possibilitou enxergar, como os marcadores de raça, classe, gênero, geração podem ser acionados nas posições que indicam desigualdades (OLIVERIA, 2017) e oferecer mais uma possibilidade para se pensar as diferenças que vão sendo descortinadas dentro do movimento feminista. Essas possibilidades de problematizar levam-nos à contestação da existência de um sujeito universal, de um sujeito do feminismo.

Com base em contestações do pós-estruturalismo, segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 92), esse termo se refere “a uma série de análises e teorias que ampliam e, ao mesmo tempo, modificam certos pressupostos e procedimentos da análise estruturalista”. Ademais, modificam os pressupostos fixos e estáveis muito presentes nas análises estruturalistas e em suas “rígidas significações” (SILVA, 2000, p. 92). Para o pós-estruturalismo, “o processo de significação é incerto, indeterminado e instável” (SILVA, 2000, p. 92). Portanto se pensa a dissolução de pressupostos universais de um sujeito que se formava em estruturas pré-determinadas. Com a identificação dessas estruturas e suas dissoluções, Foucault (1988) fará a genealogia do sujeito moderno, o qual desponta a partir dos discursos que o profere. O sujeito portador de uma sexualidade é o que emerge dentro desse discurso. Por discursos podemos entender o “dito e não dito” (FOUCAULT, 1988, p. 50), que se manifestam, por meio dos saberes, que advêm dos “discursos da ciência, do discurso jurídico, do discurso médico, do discurso da Pedagogia, do discurso da sala de aula” (SILVA, 2000, p. 43). Esses discursos vão produzir o sujeito, em seu interior, por exemplo, o saber médico produzindo sujeitos, produzindo uma sexualidade que eles passam a ter. Falam sobre a criação de um indivíduo todo sexualizado, por exemplo, a emergência do homossexual nos centros medicinais de um poder que agora adentra os corpos para produzi-los (FOUCAULT, 1988). Se é possível localizar temporalmente o nascimento desse sujeito, e Foucault (1988) vai afirmar que o século XIX é seu princípio, podemos pensar em sua desconstrução enquanto algo que existe sempre daquela forma.

Nas décadas de 1960 e 1970 surgiram os movimentos identitários e a chamada Contracultura. Foram anos marcantes para o movimento homossexual e lésbico, bem como um novo momento para o movimento feminista e o movimento negro. Foram denunciados o machismo, a homofobia e o racismo. Feministas negras introduziram novos aportes para se pensar essa opressão. Assim, uma visão de um sujeito que seja mais plural e menos igual a ele mesmo, vai surgindo. Dos movimentos identitários daquelas décadas, chegamos aos anos de 1980, deparando-nos com propostas “pós-identitárias” e mesmo teorias “sem sujeitos”, como é o caso dos estudos *queer*.

O sociólogo Richard Miskolci (2012, p. 22), ao se questionar sobre a origem do *Queer*, evidencia que esse termo teria se cristalizado como conhecemos hoje “na segunda metade da década de 1980”. Porém faz-se necessário pensar, nos períodos anteriores a essa data e, também, em outras partes do planeta cujos escritos com esse caráter contestatório foram produzidos, pois se atribui aos estudos culturais norte-americanos o pioneirismo do *Queer*. Miskolci (2012, p. 22) assevera:

Que entre os precursores do Queer, podemos citar Guy Hocquenghem, pensador francês, que no início dos anos de 1970, publicou *Le Désir Homosexuel*, um livro sobre o papel do medo da homossexualidade na definição da ordem político-social do presente e alguns artigos da antropóloga feminista Gayle Rubin.

Para pensarmos nessa origem histórica, temos de voltar ao que Miskolci (2012, p. 22) vai chamar de “um dos maiores pânicos sexuais de todos os tempos”. O sociólogo considerou que, na sociedade norte-americana, houve uma recusa em lidar com a epidemia da Aids, fato reforçado por um forte moralismo incentivado pelo conservador governo de Ronald Reagan. Uma doença que poderia ter sido associada a uma DST (hoje chamada de IST - infecção sexualmente transmissível)²⁰, “ou pensada como a hepatite B” (MISKOLCI, 2012, p. 22), pois se trata de uma doença viral, que foi ligada às infecções transmitidas por contato sexual, preferencialmente. Essa recusa em tomar providências por parte do governo norte-americano levou o movimento social a se radicalizar. “A aids, portanto, foi um catalisador biopolítico que gerou formas de resistência mais astutas e radicais” (Idem), por exemplo, com a criação da Queer Nation e da ACT UP (MISKOLCI, 2012). Portanto, da nação de anormais, de esquisitos, de estranhos é de onde veio o nome da teoria *queer*, posteriormente (MISKOLCI, 2012). O nome nasceu da rejeição, da injúria, da humilhação, pois o *queer*, em inglês, é um xingamento. Emergiu o *queer*, “como reação e resistência a um novo modelo biopolítico instaurado pela aids” (MISKOLCI, 2012, p. 24). A partir de uma resignificação da ideia de abjeção (aqui pensando em Butler (2003), como algo que traz a sujeira em sua constituição, em contraste com a pureza do sujeito, o abjeto não alcança o lugar desse sujeito, está sempre aquém, abaixo. É resistir, a partir daí, a esse lugar construído para os que serão menores, inferiores. Essa abjeção “constitui a ideia de ser temido e recusado com repugnância” (MISKOLCI, 2012, p. 24), desse modo, foi criada a ideia do “aidético” como aquele que trazia esse temor de um cancro que fora provado por sua vida de sujeiras e podridões.

²⁰ “A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas” (BRASIL, 2018).

Precisávamos isolá-lo de nosso convívio, em um lugar, em que essa mácula seria confinada ao seu próprio esquecimento.

Louro (2008, p. 38), considerada umas das primeiras teóricas a falar do *queer*, no Brasil, percebeu que esse termo “é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação [...] um colocar-se contra a normalização - venha ela de onde vier”. O *queer* assumiu seu caráter de desnaturalização da norma heterossexual, ou da heteronormatividade, como sendo imposta pela sociedade. A bandeira de luta do movimento homossexual, até então muito pautada na ideia do “orgulho gay [...] parecia tentar criar uma imagem limpa e aceitável da homossexualidade” (MISKOLCI, 2012, p. 26). A partir das tensões que surgiram com o advento da AIDS, setores desse movimento rejeitaram a ideia de uma diferença que queria ser tolerada. Outras vozes assumiram um protagonismo, muitas vezes, silenciadas dentro do próprio movimento. Segundo Louro (2008), o *queer* trouxe uma perspectiva perturbadora.

Louro (2008, p. 40) ressalta que, para pensarmos o *queer*, necessitamos retornar às condições de possibilidades desse movimento, portanto à vertente do pós-estruturalismo e a outras teorias que, ao longo do século XX, questionaram “as noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação”. Por exemplo, Louro (2008) destaca que, quando Freud produziu a noção de inconsciente, afirmou que os indivíduos desconhecem muitos desejos que possuem; “que ao se mostrar incapaz de controlar suas lembranças e seus desejos, o sujeito se desconhece e, portanto deixa de ser senhor de si” (LOURO, 2008, p. 40). Essa constatação provoca uma quebra na racionalidade ocidental, que tinha, no sujeito autocentrado, um dos pilares da ontologia hespérica. Ou ainda, com Lacan, ao afirmar “que o sujeito nasce e cresce sob o olhar do outro, que ele só pode saber de si através do outro, que ele sempre se constitui nos termos do outro”, segundo Louro (2008, p. 40). Retira, assim, do sujeito, sua certeza de agência e identificação.

Foucault (1988), ainda, apresenta-nos um sujeito que é produzido, a partir dos muitos discursos, em que está inserido, detentor de uma sexualidade que foi imposta a ele, de um sexo que foi colocado em discurso. Foucault (1988) empenha-se em mostrar como esses discursos multiplicaram-se em “classificações sobre as espécies ou tipos de sexualidade, mas também como ampliaram-se os modos de controlá-la” (LOURO, 2008, p. 41). O “dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 1988, p. 53) que tem, na criação do perverso, do homossexual, sob o crivo da medicina, um lugar da interdição. Foucault acrescenta não opera sob uma lógica binária, mas muito ao contrário, mostra-nos como, em vez de interditar as sexualidades, ou os discursos em torno das novas sexualidades, assistimos “a uma explosão visível das

sexualidades heréticas [...], a uma proliferação de prazeres específicos e à multiplicação de sexualidades disparatadas” (FOUCAULT, 1988, p. 56). Esse discurso sobre as sexualidades, sobre as muitas formas existentes de sexualidades foi usado pela teoria *queer*, a fim de propor suas perturbações, pois, agora, o poder não opera manipulando um bloco monolítico, emanando a partir de uma única instituição sua lógica repressiva. Foucault (1988) teoriza uma proliferação, um falar constantemente, uma rede de disciplinas que vai modelando esses corpos, mas não sem resistências.

Segundo Louro (2008, p. 42) ainda, a teoria *queer* ancora-se na “operação de desconstrução, proposta por Jacques Derrida”. Para a autora, o filósofo destaca que a lógica binária é o que vigora no ocidente, com base em um termo central, de um termo fundante se construiu a ideia do outro, que será sempre seu oposto subordinado (LOURO, 2008). Criou-se um termo superior, por exemplo, uma sexualidade central, e o outro termo, o inferior, ou seja, o outro lado, a outra sexualidade, a outra etnia, a outra religião, sempre derivada. Ao identificar o termo central e, em sequência, o periférico, propor-se-á uma medida de desconstrução desse discurso, mas a partir do próprio discurso. “Um subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma” (LOURO, 2008, p. 42). O *queer*, ao identificar binarismos como heterossexualidade/homossexualidade e trazer as múltiplas facetas desses termos, que, na verdade, são plurais em si mesmos e declarar que não fazem sentido sem um oposto normalizador, ou seja, um, não tem significado sem o outro, assim, perturba a lógica ocidental por meio da desconstrução desses binarismos. “Mostra-os como oposições não naturais, mas construídas; e construídas para propósitos particulares em contextos particulares” (SCOTT, 1999, p. 208).

Ao afirmar a diferença, a partir da desconstrução da ideia de abjeção, que pairava sobre as sexualidades dissidentes e mostrar o arbitrário do discurso, que colocava a heterossexualidade como central e trazer as muitas possibilidades que existem nas expressões humanas, o *queer* vai dar voz e vez, para alguns e algumas, que até então não eram contemplados/as pelo discurso da diversidade que minava a diferença. É a “entrada progressiva de travestis, transexuais, não brancos, todos os outros que antes não eram vistos como suficientemente dignos de participar da luta” (MISKOLCI, 2012, p. 27).

Essa nova política de gênero (BUTLER, 2003), em que novas demandas são introduzidas, no interior dos movimentos, outros sujeitos vão chamar a atenção para a cultura como construtora da norma, ou seja, a partir de Foucault (1988) e seus escritos sobre o poder, operando a criação dos saberes os quais produzem os sujeitos, a política de gênero estará diante da história e da cultura em que estão inseridos, m sujeito datável, afirma Foucault se

ele nasce, também, poderá ser desconstruído, por exemplo, na discussão proposta por Derrida (LOURO, 2008). Essas transformações, a partir dos problemas levantados, quando se cria o conceito de gênero, vão instalar, no final dos anos de 1980, “a nova política de gênero” (MISKOLCI, 2012, p. 28) que introduziu uma modificação “na forma de conceber a luta política” (MISKOLCI, 2012, p. 28), a partir das transformações provocadas pelo pós-estruturalismo.

Miskolci (2012) elucida, didaticamente, uma linha histórica sobre a teoria *queer*, ou o conjunto de escritos, muitas vezes, disperso e diverso de autores/as e temas tratados nesse campo de estudos que versa sobre o gênero e a sexualidade. Ele observou que, em “1968, ocorreu a publicação, na Inglaterra, do artigo *The Homosexual Role*, escrito pela socióloga Mary McIntosh” (MISKOLCI, 2012, p. 29). O marcante neste artigo é que trata a homossexualidade como algo “socialmente forjado” (MISKOLCI, 2012, p. 29).

No Brasil, Miskolci (2012, p. 30) registra que, em 1959, “foi publicado por José Fábio Barbosa da Silva a obra *Aspectos sociológicos no Homossexualismo em São Paulo*” com a orientação de Florestan Fernandes. Essa publicação, contudo não obteve repercussão e, a partir dos anos de 1980, surgiu “uma nova onda de pesquisas, como as de Peter Fry, Edward McRae, Luiz Mott, Carmen Dora Guimarães, entre outras” (MISKOLCI, 2012, p. 30). Essas pesquisas vão de encontro às contestações de um sujeito que possui uma natureza, uma essência, inserindo o desejo e a sexualidade no cultural e histórico (MISKOLCI, 2012). É nesta vaga que Nestor Perlongher (1986) publicou o seu *Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo*, que trata a prostituição masculina, “como ponto de observação privilegiado para repensar a esfera do desejo e da sexualidade” (MISKOLCI, 2012, p. 31). Assim, o sociólogo pensou o lugar denominado para o surgimento da Teoria *Queer*, a partir das discussões propostas pelo próprio *Queer*, de um lugar das margens, de fronteiras, repensar o seu surgimento como sendo colocado na América do Norte, mais precisamente dentro do pensamento estadunidense. Desse modo, problematizou-se um imperialismo epistêmico colocado e reafirmado sob o restante do mundo, como se não existisse nenhum pensamento aqui no “cu do mundo”, segundo Pelúcio (2014, *on-line*) A autora usa essa expressão, buscando nos ditos populares que falam dos sítios “longe da civilização, que certamente ficam em algum lugar da Europa Central ou dos Estados Unidos da América” (PELÚCIO, 2014, *on-line*) para fazer uma reflexão quanto ao próprio termo *Queer*, que, no português, não estabelece a contestação que a proposta pretende, que é causar estranhamento por dizer daqueles/as que sempre foram tratados/as como “antinaturais”, como “anormais”.

Ao buscar a origem do *Queer*, faz-se necessário pensar na ideia que está no interior deste conjunto de teorias, que é provocar, estranhar, inclusive ou principalmente, a própria teoria. Desse modo, contestavelmente, tem-se uma origem datada de 1990, segundo conta Miskolci (2012, p. 31):

Fora o ano em que foram lançados três de seus livros mais influentes: *Problemas de Gênero*, de Judith Butler, *One Hundred Years of Homosexuality*, de David M. Halperin e sobretudo o grande livro fundador da teoria Queer, *A Epistemologia do Armário*, de Eve Kosofsky Sedwick.

Ao pensar, em uma origem histórica e localmente marcada, faz-se necessário trazer os próprios questionamentos do *queer*, como foi feito por acadêmicos/as brasileiros/as, por exemplo, no já citado artigo de Pelúcio (2014) “Traduções e torções ou o que se quer significar quando dizemos *queer* no Brasil?”, em que esse vocábulo reflete sobre as implicações do *queer* no país. A autora busca construir todo o seu caráter “antiassimilacionista [...] de uma teoria de ação/reflexão” (PELÚCIO, 2014) e declara que a aceitação na academia teve esse viés de buscar pelo seu lugar de contestação, em que, intencionalmente, buscava-se “pensar em como as margens são constituídas, como chegam a ser fixadas em lugares perigosos, habitados por pessoas desprezíveis, muito mais do que aceitar o lugar de minorias” (PELÚCIO, 2014) Esse lugar de minorias é justamente em que acontece a maior crítica feita pela teoria *queer* ao modelo adotado pelo movimento homossexual até então. Trazem-se as margens justamente para denunciar os privilégios do centro. Se agora as periferias gritam suas mazelas, é para que contestemos as naturalizações impostas. Ademais, não se fazia e não se faz sentido pensar o *queer* sem buscar as nossas particularidades “Tupiniquins”.

Foi assim que os estudos queer foram percebidos no Brasil no início dos anos 2000: como uma teoria [...] capaz de se valer dos aportes de Foucault, Derrida, do feminismo da diferença, dos estudos pós-coloniais e culturais para desafiar não somente a sexualidade binária e heterossexual, mas a matriz de pensamento que a conforma e sustenta (PELÚCIO, 2014).

Ao se fazer uma história, busca-se uma que tenha muitos começos. E um deles aporta por essas terras, ao se pensar nas produções que aqui existiam e tratavam de sujeitos fora do centro. Assim, o *Queer*, ao questionar as hegemonias, traz as diferenças.

O professor Colling (2017), refletindo sobre os impactos dos estudos *queer*, no campo do gênero, traz a perspectiva da sexualidade e da diferença e disserta sobre como os debates provocados por esses estudos vão mudar a forma como pensamos nosso campo de

conhecimento. Ele busca fazer um recorte, a partir dos congressos da ABEH²¹ - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura e como tem produzido mudanças. Começou por escrever como a “noção gênero *versus* estudos da sexualidade tem sido borrada e problematizada” (COLLING, 2017, p. 34) e como a sexualidade tem se tornado cada vez mais generificada, com base em todas essas confusões, no sentido de confundir, de tornar menos prontas e acabadas essas conceituações. O professor segue, destacando alguns importantes estudos, publicados sobre a temática da sexualidade, os quais, inicialmente, não utilizavam nenhuma teórica dos estudos de gênero. O já citado *Negócio do Michê*, de Nestor Perlongher (1987), tampouco conversa com a teoria feminista. Ou ainda, ao citar o psicanalista Jurandir Freire Costa, ao criar o conceito de homoerotismo, em *A Inocência e o Vício*, também não dialoga com a teoria feminista. Colling (2017, p. 36) “vai construindo como os conceitos dos estudos da sexualidade vão se compondo ao gênero”. Ele busca fazer um quadro sobre como alguns conceitos, antes pouco utilizados - nos primeiros congressos da ABEH - passam a se apresentar com grande regularidade nos escritos que compõem os *e-book* do evento.

Tabela - Quadro com conceitos usados e sua evolução numérica nos Congressos de 2008 e posteriormente 2014.

Palavra Citada	ABEH 2008	ABEH 2014
Homofobia	179	382
Homoerotismo	91	16
Heteronormatividade	68	221
Homossexualidade	418	376
Lésbica	196	378
Gay	646	479
Travesti	460	437
Transexual	58	166
Queer	69	183
Sexualidade	950	2123
Gênero	524	3309

Fonte: Colling (2017, p. 36).

²¹ A professora Luma Nogueira de Andrade, ao refletir sobre a ABEH, distingue que ela fora criada, em “treze de junho de 2001 [...], pela assembleia do II Encontro de Pesquisadores Universitários ocorrido na cidade de Niterói (RJ)” (ANDRADE, 2018, p. 501).

Ao visualizar o quadro, podemos perceber que alguns conceitos vão aumentar em seu aparecimento e outros vão diminuir. Como exemplo, o conceito cunhado por Jurandir Freire Costa, “o homoerotismo”, juntamente com homossexualidade e gay, que diminuíram e houve um aumento de conceitos como sexualidade que quase triplica. O conceito de gênero que, antes era pouco citado, ganha um aumento exponencial. Colling (2017) chama a atenção, para a limitação dessa avaliação, visto que seria necessário fazer essa busca por todos os *e-books* produzidos, nos congressos da ABEH, a partir da qual conseguimos traçar um diagnóstico. Há também um aumento das palavras *queer* e heteronormatividade, conceitos que emergem, baseados em problematizações que surgiram, no final dos anos de 1980. Assim, o *queer* trouxe algumas mudanças conceituais e na forma como esses conceitos são construídos.

Colling (2017) distingue, nessas mudanças, esse borrar nas fronteiras entre gênero e sexualidade e destaca que, a partir dos estudos *queer*, trouxeram-se novos modos de compor metodologias, colocando o sujeito e suas vivências subalternizadas ou não. O professor Colling (2017, p. 38) cita “o uso da escrita de si, da autoetnografia, da escrita em primeira pessoa, da valorização da experiência do sujeito como produtor de conhecimento”, como importantes contribuições dos estudos *queer*, fazendo-nos repensar a própria ciência como territorialmente situada no norte do mundo e daí emanando seu saber. Ou ainda, a interseccionalidade, mesmo sendo muito utilizada, nos estudos sobre negritude, “produzidos por negros e negras que em outras pesquisas produzidas por pessoas brancas” (COLLING, 2017, p. 39). Ou ainda, o conceito de cisgeneridade, trazido, a partir das contribuições das transfeministas, mostrando que não somente a transexualidade é uma identidade, mas também a cisgeneridade.

A partir das contradições, das tensões que provocam os estudos *queer*, dos redirecionamentos, das novas possibilidades linguísticas, dos outros lugares do mundo agora passam a ser considerados. Das vozes subalternizadas que passam a construir conhecimento, a universidade possui um importante papel nesse deslocamento, ou nesse processo. A partir de agora, construo mudanças estruturais nesse espaço de disputas que é a Universidade e, particularmente, a Universidade Pública. Por isso, reflito sobre as transformações físicas que vão acontecendo nesse espaço.

4.3 A Universidade Pública e suas transformações físicas

A partir dos anos de 1990, a educação passou a ser destaque nos debates governamentais. Vianna e Cavaleiro (2012, p. 30) observa que, “na década de 1990, o mundo

viu uma redefinição do papel do Estado”. Houve uma “internacionalização, mundialização e globalização dos mercados econômicos” e uma mudança no tocante a políticas que visavam ao social. O modelo econômico que se busca implantar visava a uma redução da participação do Estado, a qual se dava basicamente nas políticas sociais, porém esse “deve ser capaz de garantir a manutenção da ordem social”, segundo Yáscara Koga e Evandro Guindani (2017, p. 89), a partir de problemas que poderão surgir com as privatizações dos serviços públicos, pois ao estado ficaria apenas o controle da segurança e justiça. Assim, o Estado seria mínimo para a população, mas manteria uma regulação forte sobre o mercado econômico (KOGA; GUINDANI, 2017). Essa lógica de mercado será replicada a todas as relações, ou seja, o indivíduo deverá ser empreendedor de si mesmo, o que não levaria em consideração as desigualdades que existem dentro do modo de produção.

No tocante à educação, os anos de 1990 foram marcados por vários eventos internacionais, por exemplo, as muitas conferências, ao redor do mundo, nas quais podemos ver uma participação brasileira, afinal, o Brasil representava uma economia em ascensão e um mercado para os novos produtos tecnológicos. “A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, no ano de 1990” (VIANNA; CAVALEIRO, 2012, p. 30), por exemplo, foi organizada e financiada “pelo Banco Mundial (BM), UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF - e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento”. Assumiu-se um compromisso em universalizar a educação e em dar uma vida mais digna a populações ao redor do mundo. Na verdade, era uma forma de amenizar os efeitos provocados pela grande concentração de renda e aumento da pobreza, consequências do modelo econômico neoliberal.

No entanto a Conferência se deparou com um quadro estatístico de analfabetismo e crianças fora da escola muito grande (KOGA; GUINDANI, 2017). Como conciliar as novas demandas com um mercado consumidor com tamanho grau de atraso provocado por uma educação ruim nesses países em desenvolvimento? Portanto, para um mundo que estava em expansão tecnológica e de mercados consumidores, era necessário criar pessoas para que futuramente pudessem desfrutar desses avanços (KOGA; GUINDANI, 2017). Nesse momento, a educação foi levada a todos/as, sem considerar todas as desigualdades que já existiam nesse sistema. Ademais, as políticas do Banco Mundial não visavam combater as causas da desigualdade, mas promover políticas compensatórias, em vez de focar em redistribuição de renda, por exemplo (VIANNA, 2012, p. 31). Desse modo, o discurso da equidade, “de uma sociedade justa, igualitária e aberta à diversidade” tornou-se comum. No entanto, como não nos preocupamos em buscar a origem da desigualdade e uma forma de

revertê-la e já começamos pelo discurso de que todos/as são iguais, criou-se uma educação estratificada, com duas finalidades muito claras. Uma educação dos/as pobres e outra longe das responsabilidades do Estado, pertencente à iniciativa privada, para os ricos.

No entanto, como aqui busco compor essas microfissuras na ordem molar, esse fazer de irromper as resistências nas micropolíticas, problematizo que, a partir da abertura democrática, novos sujeitos vão surgir na esfera do debate público reivindicando direitos. Nesse sentido quanto à uma abertura para a educação, busco pensar como a Universidade, a academia vai atuar na problematização dessa sociedade.

Em uma pesquisa realizada por Ristoff (2013) sobre o período de 1991 a 2011, analisou, por meio do Censo do Ensino Superior, a evolução das Instituições de Educação Superior no Brasil - IES. Nota-se que, nesse período (de 1991 a 2001), aconteceu um decréscimo “no número de instituições públicas: de 222 para 183, com uma queda da ordem de 17,6%. Já na década seguinte, entre 2001 e 2011, verificou-se um aumento de 183 para 284, o equivalente a expressivos 55,2% de crescimento”, segundo Laura Soares (2013, p. 5). Nessa pesquisa, que conta com a apresentação de Soares (2013), ela discorre sobre a importância da expansão da IES públicas para o acesso a outros sujeitos que antes não se viam nessas instituições. Outro fator visto por ela é a guinada ao interior dessas instituições e, para demonstrar em termos de números como isso ocorre, ela traz uma tabela com essa interiorização dos campi.

Tabela 1 - Expansão das Universidades, dos *Campi*/unidades e dos municípios atendidos, incluindo a expansão prevista para 2014.

Anos	Universidades	Campi/Unidades	Municípios Atendidos
2003	45	148	114
2010	59 (14 novas)	274 (126 novos)	230
2014	63 (4 novas)	321 (47 novos)	275

Fonte: Soares (2013, p. 5).

A pesquisadora segue nos mostrando que essa expansão no número dos campi vai produzir um aumento de 111% em relação ao número de vagas, “de 109.184 para 231.530” (SOARES, 2013, p. 6). No entanto esse número não cresce tanto entre 2003 e 2007, porém crescerá expressivamente entre 2007 e 2011 com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Além desse

programa, foram criados outros três, como o Programa Universidade para Todos - PROUNI, que permite acesso às Universidades privadas, que ofertavam bolsas a estudantes oriundos de escola pública e com renda familiar baixa. Também tivemos o FIES, que é o Programa de Financiamento Estudantil, no qual os/as estudantes podem financiar seus estudos a juros baixos e com tempo estendido para pagarem depois da graduação. Também foi criado o SISU - Sistema de Seleção Unificada - em que candidatos/as concorrem a uma vaga nesse sistema informatizado, por meio da nota do ENEM, que é o Exame Nacional do Ensino Médio. Desses programas criados, os que passam especificamente pela Universidade Pública são o REUNI e o SISU.

O REUNI, implantado em 2007, no segundo mandato do Governo Lula:

Propunha, entre outros, a reestruturação e a expansão das universidades federais, especialmente no tocante à interiorização do sistema, buscando criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (RISTOFF, 2013, p. 19).

O REUNI surgiu como um programa que buscava reestruturar a Universidade pública levando mais recursos financeiros e expandindo suas fronteiras territoriais. Naomar de Almeida Filho (2007, p. 189), ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, ao escrever sobre o programa, nos salienta que ele “contém as diretrizes de expansão de matrículas, em especial, no turno noturno; diversificação da graduação; mobilidade estudantil ampla; articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica” e, além disso, ainda traz em suas metas “programas de inclusão social e assistência estudantil” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 189).

Vimos que o aumento de 40%, no número de novas Universidades, entre 2003 e 2013, é um dado bastante importante para se pensar, atingindo outros públicos que não apenas os dos grandes centros. A interiorização “cresceu 117%, passando de 148 campi para 312 no período” (RISTOFF, 2013, p. 23). Uma das metas do REUNI que era democratizar o ensino superior por sua interiorização tem um importante avanço, pois 275 municípios passaram a ter presença das Universidades Federais, antes existiam em apenas 114 deles. Para essa expansão, foram criados postos tanto de docentes como de pessoal técnico-administrativo. Em 2003, havia 40.500 docentes para 85.300 técnicos/as-administrativos; esse número, em 2013, era de 72.871 docentes para 102.56 técnicos/as-administrativos (MEC/Inep), um aumento bastante significativo, assim, o REUNI foi um programa que obteve grandes êxitos, segundo Ristoff (2013, p. 24):

Foi uma iniciativa extremamente exitosa em muitas frentes, não só pela duplicação do número de vagas públicas e gratuitas ofertadas, não só pela interiorização promovida, não só pela retomada dos concursos para docentes e técnicos depois de anos de esvaziamento e restrições, não só pela expansão das verbas de custeio e capital, permitindo a construção de novos prédios e laboratórios e a manutenção da estrutura existente, mas principalmente pela recuperação da autoestima institucional e a reafirmação da centralidade do sistema universitário público.

Em quase todas as situações, o REUNI se mostrou exitoso, segundo afirma Ristoff (2013). Em uma delas, porém, não veremos tantos avanços, a reestruturação da graduação nos currículos e nos modos em que eles são ofertados, em especial, nos chamados itinerários formativos que ficaram engessados nas concepções que já imperavam nas instituições. Algumas iniciativas foram produzidas, como um exemplo, foram criados os bacharelados e as licenciaturas interdisciplinares implantadas na Universidade Federal da Bahia - UFBA - BA, na Universidade Federal do ABC - SP e na Universidade Federal de Juiz de Fora - MG e uma, na iniciativa privada, a Faculdade Pitágoras. Elas propõem uma reestruturação disciplinar, curricular, “com ênfase na interdisciplinaridade e integração de temas relevantes da cultura contemporânea [...], Humanidades, Artes, Ciência e Tecnologia e Saúde”, segundo Mazoni, Custódio e Sampaio (2011, p. 233).

Com a reforma promovida pela ditadura militar, nos anos de 1960 e seu caráter tecnológico-profissionalizante implantado e, em seguida, já nos anos de 1990, com grande desregulamentação do ensino superior e sua abertura para o mercado financeiro (ALMEIDA FILHO, 2007; VIANNA, 2015), a Universidade brasileira assumiu um caráter altamente profissionalizante com uma concepção curricular fragmentada e distanciada de um saber transdisciplinar, ou seja, de saberes e de práticas de transformação da sociedade (ALMEIDA FILHO, 2007). Esse fato deixou a Universidade brasileira distante do restante do mundo com características envelhecidas “com carreiras profissionais que se mostravam cada vez mais estreitas, bitoladas, com pouca flexibilidade e criatividade” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 194). Descumprindo um papel que sempre esteve nas Universidades, construção da inteligência e cultura de um povo. Portanto, ocorreu a busca para se fazer uma reforma universitária, ou seja, trazer uma outra concepção que estivesse mais pautada na formação intelectual e cultural, uma das prioridades dos bacharelados interdisciplinares -BI.

Almeida Filho (2007) e também Mazoni, Custódio e Sampaio (2011) apontam algumas dessas concepções inovadoras dos chamados BI. Houve uma tentativa, frustrada, de implantação de um Bacharelado em Humanidades, na Universidade de São Paulo - USP, por Renato Janine Ribeiro, mas que fora rechaçada pela instituição. Outra foi o curso de Administração de Empresas da Faculdade Pitágoras, no setor privado: “esse curso passou a

ser composto de um ciclo básico, fortemente concentrado em estudos clássicos e um núcleo propedêutico antecedendo o ciclo profissional” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 195). Ainda outro exemplo aconteceu na Universidade Federal do ABC - SP, que foi criada como uma Universidade tecnológica, em que seus/as estudantes podem escolher a modalidade de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, como pré-requisito para a licenciatura em áreas básicas como Matemática, Computação, Biologia, Física e nas Engenharias.

Existe também o exemplo da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, que oferece três modalidades de Bacharelados Interdisciplinares, em Ciências Humanas, em Ciências Exatas e Artes e Design. Esse ciclo que é comum a todos/as que conquistam uma das modalidades de BI que tem a duração de 2,5 a 3 anos. Assim, após fazer o ciclo básico, os/as estudantes passam às carreiras específicas, como exemplo, se o/a estudante estiver no BI em Ciências Humanas e escolher o curso de Filosofia, deverá, além dos 2,5 no BI, em Ciências Humanas, fazer mais 1,5 no componente específico de Filosofia e o mesmo as Ciências Exatas e Artes e Design²².

O BI da Universidade Federal da Bahia, segundo uma pesquisa realizada por Mazoni, Custódio e Sampaio (2011), segue também essa divisão pelas grandes áreas do conhecimento: Artes, Humanidades, Ciência e Tecnologia e Saúde. Ao completar esse ciclo inicial, geralmente, ao final do quarto período, o/a discente poderá optar por uma área de concentração. A proposta amplamente difundida e implantada, segundo Almeida Filho (2007), na UFBA, busca reatualizar a formação, em nível superior no Brasil, devolvendo à Universidade o seu caráter de formação intelectual e cultural. Ainda, segundo Mazoni, Custódio e Sampaio (2011, p. 231), “o BI também visa combater as alarmantes taxas de evasão da Universidade brasileira, com a escolha mais consciente da formação profissional pelo/a estudante”, visto que essa escolha poderá acontecer um pouco mais tarde, depois que ele/a já estiver na Universidade, cursando uma das grandes áreas.

Assim, as propostas de BI, que foram implantadas, estão ligadas a um outro modo de universidade, visando à construção de um sujeito que seja capaz de produzir crítica sobre o lugar que em ocupa nesta sociedade. Ademais, ele enfrentará as “exigências do mundo do trabalho no desempenho de ocupações diversas que mobilizem, de modo flexível, conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 202).

²² Universidade Federal de Juiz de Fora (2013).

Outro Programa importante, para pensarmos no aumento de matrículas no ensino superior, pois vai oferecer alguns melhoramentos é o Sistema de Seleção Unificada - SISU. Na pesquisa desenvolvida por Ristoff (2013), ele notou uma grande adesão das Universidades e Institutos Federais ao Programa. Assim, “em 2015, todos os institutos federais participavam do programa e apenas duas das 63 Universidades federais ainda preferiam continuar com processos seletivos próprios” (RISTOFF, 2013, p. 26) e, mesmo assim, uma dessas Universidades tinha um sistema de ações afirmativas próprio.

O SISU é um sistema informatizado de seleção de vagas de candidatos/as que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Sendo assim, seleciona as vagas existentes em Universidades e Institutos federais.

O Sisu foi instituído pela Portaria Normativa do MEC nº 2, de 26/01/2010, passando mais recentemente a ser regulado pela Portaria Normativa nº 21, de 5/11/2012, tendo em vista a incorporação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29/8/2012), que exigiu profundas alterações na arquitetura geral do sistema (RISTOFF, 2013, p. 20).

A partir da instituição da lei de cotas, em 2012, exigiu-se uma reformulação no sistema, visto que busca oferecer ao candidato/a uma das vagas nas IFES, por meio de um sistema de medidas afirmativas, nas quais seis modalidades de inscrições foram criadas.

- 1 - a primeira modalidade é destinada à ampla concorrência de candidatos/as;
- 2 - a segunda seleciona candidatos/as pretos/as, pardos/as e indígenas de renda familiar até um salário mínimo e meio e oriundos de escola pública;
- 3 - a terceira modalidade é destinada a candidatos/as pretos/as, pardos/as e indígenas com renda familiar acima de um salário mínimo e meio e oriundos da escola pública;
- 4 - a quarta modalidade direciona-se a inscritos/as com renda familiar em até um salário mínimo e meio (independente de cor e raça/etnia) e oriundos/as da escola pública;
- 5 - a quinta categoria é destinada a candidatos/as com renda familiar em mais de um salário mínimo e meio (independentemente de cor e raça/etnia) e oriundos de escola pública;
- 6 - o sexto modelo visa suprir as ações afirmativas que surgirão por iniciativa da própria instituição²³.

²³ Brasil (2019b).

O acesso às Universidades por esse sistema de cotas integra alguns avanços que podem ser vistos na educação pública superior. Além desses, vamos ter a criação de vários Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que até 2016 existiam em 644 unidades de IFs, pelo Brasil.

Outra importante conquista para o acesso à educação superior foi a criação da Universidade Aberta do Brasil - UAB, que visa oferecer ensino público de qualidade, a partir de um consórcio entre as Universidades que ofertam cursos de graduação e pós-graduação (especializações e aperfeiçoamento) a distância. A UAB foi criada pelo Ministério da Educação, em 2005, segundo Antônio Zuin (2006). Também é construída na perspectiva da interiorização do ensino superior no Brasil. Assim, “surgiu, de acordo com a Secretaria de Educação a Distância do MEC, como uma alternativa primordial para viabilizar a formação de 30% dos estudantes brasileiros até 2011” (ZUIN, 2006, p. 943). A UAB nasceu como mais uma tentativa de democratizar o ensino público ofertando muitas licenciaturas. Como funciona na modalidade a distância, isso gera uma liberdade ao/a estudante no horário, não necessitando de estar presente todos os dias na Universidade. Embora essa modalidade seja muito criticada, é uma forma que foi e ainda é muito difundida por importantes Universidades brasileiras.

Ademais, essas mudanças vão produzir algumas diferenças no perfil de quem frequenta a Universidade pública. Em dados trazidos pelo Censo da Educação Superior de 2018, colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - vamos ver que alguns índices, quanto à população que se autodeclara preta ou parda cresce consideravelmente. Por exemplo, em 2018, o percentual de estudantes pretos ou pardos (aqui usando a denominação no masculino, mesmo as mulheres tendo suas presenças em maior quantidade nas Universidades) fica na casa dos 50,3% cursando o ensino superior. Essa pesquisa nos mostra que entre 2016 e 2018 aumentou a presença de negros e negras nas Universidades Públicas de 50,5%, em 2016, para 55,6%, em 2018 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, 2019), o que representa a maioria nas instituições públicas de ensino. Porém alguns índices precisam ser levados em consideração: na faixa etária pesquisada, a população de jovens entre 18 e 24 anos, os brancos/as, ainda, têm uma presença maior, 78,8%.

A partir desses dados, busco pensar em um outro público que não fazia parte da Universidade pública, mas que agora podemos vê-los/as nas instituições. Busco pensar nas mulheres trans que, como venho construindo até aqui, começam a reterritorializar a Universidade pública.

4.4 As Mulheres Trans e a Universidade: desterritorializações

Para pensarmos em construções de (re)-territorialidades das mulheres trans, necessitamos ver como o processo de busca por suas cidadanias foi se construindo. Já trouxe o princípio do movimento social, das primeiras reivindicações e o movimento das travestis e, posteriormente, das transexuais que vai se fazendo nas entrelinhas, nos entre-lugares, entre as reivindicações da sociedade civil e o Estado (CARRIJO et al., 2019). Aí elas vão construindo suas cidadanias, produzindo suas visibilidades, criadas pelo modelo preventivo da AIDS (PELÚCIO, 2009), por meio dos financiamentos obtidos pelo Programa de DST/AIDS, porém, também, passam por um modelo que é mais sutil, como veremos, a seguir.

As campanhas vão se formando, a partir de 2004 e se iniciam pedindo “respeito” e, em 2015, passam a falar em “cidadania” (CARVALHO, 2015, p. 42). Assim elas vão criando, a partir do ativismo, um conhecimento, um saber que surge de suas experiências, segundo o pensador espanhol Jorge Larrosa Bondía (2002), por isso, nas entrelinhas. A Experiência que apresenta Bondía (2002) é algo que passa por mim, arrebatando-me, toma-me deixando assim suas marcas. Por ser uma construção positiva, um arrebatamento, um tocar surge dali, segundo o pensador, esse tipo de conhecimento que é o contrário da informação, que tampouco deixa marcas, produz saber, mas apenas traz uma notícia que seguidamente é ultrapassada por outra notícia e assim por diante. A Experiência não, ela tem algo do navegar por caminhos desconhecidos, com todos os perigos do caminho, mas esse caminhar produz um deslocamento, um saber. Saber esse que constrói rotas e vai buscando se estabelecer, mesmo que essas (rotas) sejam produzidas em águas perigosas, turbulentas.

As campanhas que foram analisadas por Carvalho (2015) têm esse fundamento educativo e se, inicialmente, tinham um slogan incomum, para uma campanha publicitária, extenso demais, com uma frase difícil de guardar (CARVALHO, 2015), foi se modificando ao longo do tempo. Na segunda campanha, em 2010, é perceptível maior profissionalismo, tanto na frase principal como no “material da campanha” (CARVALHO, 2015, p. 53).

Nessas campanhas, tanto na primeira como na segunda, existe um material destinado a promover a educação em torno de temas ligados às mulheres trans. Nos panfletos existem orientações sobre DST (hoje IST), AIDS, Camisinha, Silicone e Direitos (CARVALHO, 2015). E uma orientação mais específica para o que intento construir aqui, que está destinado a educadores/as. Nesses panfletos, estão associadas discriminação e evasão escolar e assim uma ausência dessas mulheres trans (travestis), no mercado de trabalho (CARVALHO, 2015), visto que elas não completam a educação básica, por causa dessas evasões. No panfleto, existe

um convite as/aos educadores/as a buscarem o combate a atitudes discriminatórias com relação às travestis no ambiente escolar, “lembrando o nome social e a identidade de gênero” (CARVALHO, 2015, p. 49). Nesses panfletos ainda falam de uma necessidade de construção de um diálogo, mediante as possíveis reclamações de pais de estudantes que viessem a ficar irritados/as com a presença de travestis na escola, além de trazer o uso do banheiro e as aulas de educação física, esses dois como os maiores vetores de preconceitos em torno das travestis.

À época em que esses panfletos foram distribuídos, ocorreu um episódio na Secretaria de Saúde do Paraná que vale registro. O material que foi distribuído, nas redes educacionais, foi recolhido com a alegação de que teria sido algo impróprio para crianças e adolescentes (CARVALHO, 2015). A partir desse episódio, busco criar que são nesses entre-lugares que elas estão construindo seus saberes que vão experienciando suas rotas no caminhar do caminho.

Carrizo et al. (2019) vão pontuar que existe uma construção de uma rede de afetos e resistência que as travestis e, evidentemente outros grupos, vão estabelecendo em seus processos. Eles estão a falar da organização dos primeiros ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e liberados, aqui ainda operando com esse nome, que vai ser modificado em meados dos anos 1990). Ressaltam a participação de Jovanna Baby, na organização do segundo Encontro, que fora realizado fora do Rio de Janeiro em Vitória - ES. “Ficou decidido que os Encontros seriam anuais e que aconteceriam um ano no Rio e o outro fora” (SOUSA, 2019)²⁴. Jovanna Baby, residiu em Vitória de 1979 a 1983 e, “nessa oportunidade, organizou, com as mulheres prostitutas, a criação da Associação Damas da Noite” (CARRIJO et al., 2019, p. 6). Nesse contexto, os/as autores/as pesquisam toda a movimentação produzida por Jovanna Baby, na organização do evento, visto que ela residia no Rio de Janeiro, nesse período, logo todos os detalhes do Encontro foram realizados por cartas e telefone.

No site oficial da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), Keila Simpson, ao relatar a história do Movimento e do ENTLAIDS, relata:

Em 1992 com a fundação da Associação de Travestis e Liberados - ASTRAL, no Rio de Janeiro, já se imaginava a estratégia de atuar mais ativamente no cenário nacional e como as fontes e recursos eram poucos e de difícil acesso pela maioria das ONG existentes no Brasil naquele período e, também pela crescente onda de violências e falta de acesso aos serviços de saúde foi lançada a ideia de realizar um encontro nacional que viesse agregar a população de travestis e transexuais que estavam pelo Brasil afora na sua grande maioria atuando nas organizações mistas de Gays e Lésbicas (SOUSA, 2019).

²⁴ Sousa (2019).

O Encontro surgiu da necessidade de organizar as travestis que já atuavam em associações mistas pelo Brasil e faz com que elas se construam e se façam nos jogos do poder.

Portanto, para explorar esse saber que vai se estabelecendo, dentro das artimanhas da norma, busco a noção de jogos de poder em Foucault. Para o filósofo, o poder não possui uma instância central, reguladora, mas se faz em um “exercício de microrrelações de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 50). Assim, não é contra o Estado, como uma figura meramente repressora, mas contra uma rede, “como um feixe de relações” (FOUCAULT, 2014, p. 50) que a resistência é esse movimento contrário, de volta, operando nas microrrelações. Poder e resistência estão imbricados em Foucault, portanto, para resistir ao poder, faz-se necessário operar em suas dinâmicas, de forma a compreendê-lo e, desse modo, atuar contra, desde dentro.

O XIII ENTLAIDS que aconteceu em 2006 teve como sede a cidade de Goiânia, justamente em vista de muitas denúncias “de violência perpetrada por policiais militares contra as travestis” (CARRIJO et al., 2019, p. 7), no qual acontece um fato que terá importantes repercussões para o Evento. No saguão do hotel, onde acontecera o evento, fora visto um grande número de policias que, em tom alterado, pediam explicações sobre a grande movimentação de travestis na região (CARRIJO et al., 2019). Uma policial, em específico, mostrava-se mais alterada “e aparentemente irritada e falando em tom bastante alto questionava a presença das travestis e transexuais e a realização do Encontro” (CARRIJO et al., 2019, p. 7). Segundo os/as autores/as, ninguém soube explicar por que a polícia entrara no hotel, tampouco porque fora embora. No entanto Keila Simpson, que estava juntamente à organização do Evento, depois explicou sobre quem era essa policial. Segundo os relatos, era uma das responsáveis por perpetrar a violência que as travestis relatavam: “agressões com correntes, suspensão das pessoas pelas calcinhas, além do fato de que uma travesti havia sido baleada e estava paraplégica, fato atribuído a esse grupo” (CARRIJO et al., 2019, p. 7). Nessa noite, essa policial estava de plantão. Era uma clara intimidação por parte da polícia. As reações das travestis foram imediatas: foi acionada a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência. “Na manhã seguinte, uma comissão formada por várias lideranças travestis (entre elas, Keila) foi recebida pelo então secretário de segurança pública do estado” (CARRIJO et al., 2019, p. 7). Foi firmado um compromisso de afastamento dessa policial das ruas e o dizer de que esses procedimentos violentos não integravam os ensinamentos da corporação. Isso é operar dentro da lógica do poder e, em consequência, denunciar esses desmandos, visto que a violência policial, ainda hoje, é uma das maiores queixas feitas pelas travestis, lembram os/as autores/as.

Ao acionarem a rede de poderes construída por elas, em seus emaranhados de formas, aqui, a partir da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência e ter a chance formalmente de fazer a denúncia e com garantias de que algo seria feito, é pensar nessas forças que “operam de cima para baixo e também de baixo para cima” (FOUCAULT, 2014, p. 51). É pensar a resistência no seu sentido mais preciso, que é o conhecer as artimanhas do poder, como uma rede produzindo desde dentro um movimento contrário.

Essa rede é construída a partir das pequenas articulações que vão se juntando e fazendo grandes conexões. É esse o movimento que busco compor, que vai se formando rizomaticamente. Então elucidado a atuação do Movimento LGBT, de Travestis e Transexuais, na construção de agendas internacionais, que geraram grandes fissuras na conquista de direitos e no estabelecimento de debates.

4.5 A Construção de Direitos e Outras Garantias

Neste momento, busco trazer a construção de direitos e outras garantias, como o nome social, que vai reverberar em construções de cidadanias a pessoas trans. No entanto, para se pensar nesse processo, busco ver, a partir de um debate internacional, como os princípios de Yogyakarta serão um marco por maiores garantias dos direitos aos/as LGBTs e, aqui, com foco nas pessoas trans. Os Princípios de Yogyakarta é um documento elaborado “por especialistas em direito internacional dos direitos humanos, de orientação sexual e de identidade de gênero”, segundo Felipe Alamino e Victor Del Vecchio (2019, p. 646).

Esse documento, do qual o Brasil é signatário, possui um longo debate que o antecede. Correa (2009) nos ressalta que até a elaboração de Yogyakarta, várias conferências a precederam como, por exemplo, as conferências do Cairo, Pequim, Nova York, Durbin, Genebra. Esse percurso, que se inicia em 1993, para a Conferência de População e Desenvolvimento, que aconteceu no Cairo, em 1994, defendia a incorporação, no texto, de temas como saúde sexual e direitos sexuais (CORREA, 2009). Esse último foi retirado do texto, mas voltou, novamente, na Conferência de Pequim, que “define o direito das mulheres no terreno da sexualidade” (CORREA, 2009, p. 22). Esses dois intensos debates deixaram controvérsias que foram intensificadas, a partir de 2001, na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre AIDS. “Alguns países fizeram objeção à participação de representantes de redes que atuam com direitos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersex (LGBTI) e saúde numa mesa-redonda” (CORREA, 2009, p. 23). Apenas um mês mais tarde, o acontecido se repetiu na Conferência contra o Racismo,

Discriminação Racial e formas Correlatas de Discriminação, em Durban, em 2001, na África. Nessa ocorrência, o Brasil desempenhou um importante papel na tentativa de propor debates que pudessem incluir, no texto final, um parágrafo que falasse sobre a discriminação por orientação sexual. Esse parágrafo foi suprimido, mas o debate promovido deixou importantes conquistas e arranjos feitos, no sentido de que instalou uma contradição. Com a entrada dos ativismos gays em Durban, em 2001, isso vai suscitar a chegada, em 2003, de pessoas trans, “no contexto da resolução brasileira” (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2005, p. 45), proposta à ONU em 2004. Seu fundamento era a conceituação da “não discriminação por orientação sexual e identidade sexual” (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2005, p. 45), mas foi retirada da pauta, por pressão de países árabes.

Para a Conferência de Genebra, tentou-se incluir o parágrafo sobre a identidade de gênero, mas novamente foi rejeitado pela União Europeia, em vista do governo conservador que estava na Irlanda, segundo Correa (2009). Mesmo com muitas derrotas, é importante lembrar, como trazido por Vianna e Cavaleiro (2012), com relação a Durban, em 2001, que se estabelece o debate e abrem-se fissuras. Também podemos ver nos dizeres de Correa (2009, p. 28) que: “um efeito inequívoco da resolução brasileira (2003) foi a intensificação e diversificação do ativismo LGBTI e feminista pelas negociações relativas aos direitos humanos, especialmente no contexto da Comissão”.

Seguidamente, vamos ter o debate que foi construído em torno dos princípios de Yogyakarta. Esses não eram uma reivindicação de direitos, mas um compilado de vários tratados internacionais que já estão consolidados, no sentido de aplicá-los “a situações de discriminação, estigma e violência experimentadas por pessoas e grupos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero” (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2007, p. 11). Assim, tem como princípio que não precisa se produzir uma resolução, para se proteger essas pessoas em seus direitos, mas aplicar, utilizar a lei internacional já existente.

Um grupo composto por 29 especialistas em questões relativas à legislação de direitos humanos, provenientes de 25 países, adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Os Princípios de Yogyakarta tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero, e refletem o estado atual da legislação internacional de direitos humanos relativa a essas questões. Os Princípios também afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos, incluindo recomendações adicionais a outros atores, como o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos, mídia, organizações não-governamentais e financiadores, que, assim como os Estados, têm responsabilidades na promoção e proteção dos direitos humanos (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2007, p. 8).

Os princípios de Yogyakarta visam aos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. O primeiro princípio que trata justamente do “Direito ao Gozo Universal dos Direitos Humanos” dispõe que todos os “seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos[...]. Todas as orientações sexuais e identidades de gênero têm o direito de desfrutar plenamente de todos os direitos humanos” (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2007, p. 12). Esses princípios vão abrir precedentes para se pensar os direitos para LGBTs e, com isso, para pessoas trans.

O ano em que o Brasil propõe o parágrafo sobre a identidade de gênero, 2003, o Movimento de Travestis e Transexuais estava em plena ebulição, pois, no ano seguinte, 2004, aconteceu a construção da primeira campanha “Travesti e Respeito” (CARVALHO, 2015). Assim Yogyakarta é trazido, nessa ótica, para podermos pensar nesses ganhos, principalmente no cenário internacional, no estabelecimento de proposições e de tratados no tocante aos direitos das pessoas transexuais.

Como o objetivo, nesse contexto, é pensar na construção de direitos e outras garantias, por exemplo, o nome social, passo a analisar algumas legislações no âmbito das Secretarias Estaduais de Educação, que começam a surgir, a partir de 2009 e versam sobre a utilização por parte de estudantes da escola básica, as travestis e transexuais, o uso do nome social no interior da escola.

4.6 O Nome Social: Inclusão ou Paliativo?

Intento trazer o nome social de pessoas trans como uma política que busca incluir, embora desde sua criação existam muitas críticas. Inicialmente, busco pensar como o nome “revela um papel no mundo, papel subjetivo, social, profissional, afetivo, sexual, familiar entre muitos outros”, segundo Alves e Moreira (2015, p. 60). A reflexão sobre o nome social para pessoas trans como um debate em torno de suas cidadanias, trouxe-me algumas resoluções que surgiram no âmbito dos estados e municípios, para depois pensá-las, sendo criadas nas Universidades.

Começo com o relato de uma das entrevistadas, Maria Eduarda. Ela narra um episódio que aconteceu com ela, durante uma aula na faculdade, em que a professora chama-a pelo seu nome de registro:

Minha dificuldade era porque meu nome não tava retificado o nome na chamada, foi difícil... Ai tinha uma professora minha que tinha sido minha professora no tempo que meu nome, que as pessoas me chamavam pelo nome anterior, então essa

professora me pediu para falar em voz alta e falou meu nome anterior, aquilo pra mim foi terrível. Foi assim, uma questão muito difícil (UNESP, 2018c).

A partir do relato de Maria Eduarda, construo um debate em torno do nome social, que traz alguma cidadania para essas pessoas, mesmo com as críticas que são feitas de que esse é um arranjo legal, um paliativo, sem muita efetividade.

Aconteceu a Primeira Conferência Nacional GLBT²⁵, em 2008, que foi realizada em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, sendo um dos desdobramentos do BSH. Algumas discussões que, historicamente, compunham o quadro de reivindicações do segmento “T”, das travestis e transexuais, tiveram o nome social como um importante questionamento.

Analisando o documento que surgiu da Conferência, detidamente no campo destinado à educação, observa-se que o Movimento GLBT trouxe a necessidade de um diálogo que buscasse “valorizar o outro, por meio de um convívio pacífico e respeitoso de todas as diferenças” (BRASIL, 2008a, p. 20) para uma educação de qualidade. O documento enumera as estatísticas de violência que acomete a população GLBT (à época), justificando a necessidade de se inserir o debate sobre gênero, sexualidade e identidade sexual na escola. A homofobia e o sexismo aparecem como entraves à essa educação para o respeito à diferença. Por outro lado, o documento posiciona a escola como um lugar privilegiado para se debater esses temas, pois a “estigmatização e o preconceito afetam as relações sociais e pedagógicas e são fatores de marginalização e exclusão de indivíduos e grupos” (BRASIL, 2008a, p. 21). A violência, muitas vezes física, sofrida pelos/as GLBTs, acarreta grandes problemas, produzindo efeitos em suas trajetórias acadêmicas, escolares, reconhece o texto em questão, o qual associa a evasão a esses fatores. Em médio e em longo prazo, o que se tem são dificuldades de inserção, no mercado de trabalho e, conseqüentemente, mais vulnerabilidade social.

O documento traz entre seus exemplos a situação de travestis e transexuais que enfrentam “obstáculos para conseguirem se matricular na rede pública de ensino [...], ter suas identidades respeitadas, terem seus nomes nas chamadas, fazerem uso das estruturas da escola - como os banheiros, por exemplo” (BRASIL, 2008a, p. 21). Aqui, faz-se menção ao nome social, como um fator de inclusão dessas pessoas (travestis e transexuais) na escola. A educação tem um importante papel nessa conferência, porém vale considerar que esse foi um debate que esteve presente no Movimento de Travestis e Transexuais desde as primeiras

²⁵ Aqui utilizo a sigla GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), pois era dessa forma que o Movimento se apresentava. Depois dessa conferência que o “L” passa à frente do “G”, ficando LGBT.

campanhas, em 2004 (CARVALHO, 2015). Carvalho (2015) analisa os panfletos produzidos pela primeira Campanha, “Travesti e Respeito”, nos quais havia várias partes destinadas a gestores/as de escolas, profissionais da saúde, num claro esforço pedagógico para a inserção de travestis e transexuais no ambiente escolar. Aí destaca-se a importância do nome social como elemento de inclusão e permanência estudantil.

Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini (2015, p. 326) apontaram que, no final da primeira década desse século, “surgiram demandas de pessoas trans junto ao contexto escolar que passaram a identificar a escola como um lugar de pertencimento”. Isso vem corroborar o que percebo no documento produzido pela Primeira Conferência Nacional GLBT, portanto a preocupação com a educação, que vinha ganhando fortes contornos, passou a ser fundamental.

É nesse contexto que vão surgir as primeiras legislações estaduais e municipais em torno do nome social no âmbito educacional. Segundo pesquisa de Cláudio Alves, Guilherme Silva e Maria Ignez Moreira (2016, p. 326), “a escolha do nome social revela o processo de subjetivação vivenciado pelos sujeitos, em seus contextos históricos de vida, bem como agrega valores identitários oriundos da vivência social, familiar, cultural e política”. Ao buscar implantar essas legislações, quer-se fazer respeitar esses processos de subjetivações, esses valores identitários de pertencimento. Portanto o não respeito a essas demandas pressupõe o contrário: a segregação, a exclusão e maior vulnerabilização desses corpos, dessas pessoas.

Assim, em 2008, promulgou -se a primeira resolução estadual, para o uso do nome social, em uma Secretaria de Educação do país. Esse fato aconteceu, no estado do Pará, pela Portaria nº 016/08 de 10 de abril de 2008 (ALVES; SILVA; MOREIRA, 2016). O primeiro município a ter uma resolução, para uso do nome social, na Secretaria Municipal de Educação, foi a cidade de Belo Horizonte (ALVES; SILVA; MOREIRA, 2016), também no ano de 2008. Seguiram a essas resoluções:

Os estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins, Alagoas, Espírito Santo, Ceará, Bahia, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal também possuem normativas referente ao uso do nome social em instituições educacionais. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraíba têm normativas diferenciadas, pois garantem o uso do nome social em todos os órgãos de administração direta e indireta, sem especificar o uso do nome social no âmbito educacional (ALVES; SILVA; MOREIRA, 2016, p. 329).

Desde 2009 existe a Portaria MS n. 1.820, de 13 de agosto de 2009, que autoriza travestis e transexuais a usarem seus nomes sociais no SUS. Com isso, demonstro que esses debates, em torno de uma cidadania a travestis e transexuais, estava crescendo. Porém até se

chegar à decisão do Superior Tribunal Federal - STF - em 2018, que regula a mudança do nome, com alteração do prenome e gênero no registro civil, houve algumas decisões que o antecederam, como problematizo.

A socióloga Berenice Bento (2014a, p. 167) discute o que chamou de “cidadania precária, ou gambiarra legal”, o nome social a pessoas trans. Ela denomina “cidadania precária” (BENTO, 2014a, p. 167), que representa uma dupla negação, em que se nega a “condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas” (BENTO, 2014a, p. 167). Dessa maneira, a conquista de direitos das populações, historicamente marginalizadas neste país, entre elas as travestis e transexuais, vai sendo construída aos poucos, a “conta-gotas” (BENTO, 2014a, p. 167).

Bento (2014a), em seu artigo, “Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal”, começou citando várias leis, que foram criadas antes que fosse instituída a Lei Áurea, em 1888, que, teoricamente, libertava os/as escravos/as no Estado brasileiro. Ainda, no artigo, ao dissertar sobre o direito ao voto requisitado pelas mulheres, destaca ‘as diversas restrições’ (BENTO, 2014a) que tiveram de passar, até que conseguissem o direito ao voto. Assim, Bento (2014a) nos lembra de que a cidadania, para algumas pessoas, vai sendo construída aos poucos.

A socióloga Bento (2014a, p. 171), ao prosseguir sobre os direitos para algumas populações, no Brasil, considera que “esse é feito a conta gotas” e ressalta que “as decisões de direito à união estável, por exemplo, vão acontecendo aos poucos, via legislações estaduais”. Até se chegar a uma súmula que, em 2011, regula “em decisão unânime, a equiparação da união homossexual à heterossexual” (BENTO, 2014a, p. 171), um longo caminho foi percorrido. Desde o surgimento das primeiras decisões, há pedidos de união estável entre parceiros do mesmo sexo. Em 2000, em Porto Alegre, uma juíza concedeu “que o INSS reconhecesse o direito previdenciário do companheiro homossexual” (BENTO, 2014a, p. 171), mas até a decisão do STF, tem-se aí um extenso percurso de batalhas judiciais. Devemos lembrar que essa súmula ainda não é uma lei, mas uma decisão via judiciário, STF, que regula os pedidos em instâncias menores.

Retomando o nome social para pessoas trans, no ano de 2016, promulgou-se uma decisão assinada pela Presidente Dilma Rousseff, estabelecendo o decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe “sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta,

autárquica e fundacional”²⁶. Instala-se, na administração federal, a adoção do nome social a travestis e transexuais, o que inclui as Universidades Públicas federais, que retomarei em poucas linhas, logo abaixo.

Mais recentemente, pessoas travestis e transexuais puderam ter seus nomes incluídos no cadastro de pessoas físicas (CPF), em atenção ao decreto 8.727/16 que permite que o nome social seja incluído imediatamente no CPF juntamente com o nome civil. Ainda, o Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 do Conselho Nacional de Educação, que regulou o nome social, em todas as escolas de educação básica do país, mesmo que em muitos estados, como descrito acima, já possuíam Portarias em suas Secretarias Estaduais de Educação.

No entanto uma decisão, em primeiro de março de 2018, foi promulgada a ADI nº 4275, que regularizou a mudança de nome e sexo no registro civil, sem a necessidade de cirurgia, de laudos médicos ou psicológicos. Todo o processo deve acontecer via cartórios, sem necessitar de se passar antes por um juiz. Um grande avanço, mas que ainda tem de enfrentar a viabilização nesses cartórios, visto que alguns estão se negando a fazer esse registro.²⁷

Retomo a fala de Maria Eduarda, quando relata que teve dificuldades, quando uma professora, durante uma aula na faculdade, chamou -a pelo seu nome de registro, “*pelo meu nome anterior*” (UNESP, 2018c). Ela me narrou que aquilo foi algo muito difícil. Sendo assim, recobro o debate que aqui estabeleço, em torno do nome social, mas agora nas Universidades Públicas.

A primeira Conferência Nacional GLBT, em 2008, deliberou que as escolas deveriam utilizar os nomes sociais, segundo escreve Correa (2017). A partir dessa conferência, surgiu, em âmbito estadual, as Portarias, via Secretarias de Educação, do nome social, que logo após passaram às Universidades. Temos como exemplo o Estado de São Paulo que instituiu o Decreto n. 51.180, de 14 de janeiro de 2010, autorizando o uso do nome social a travestis e transexuais, no âmbito da administração pública, direta, autárquica, fato que reverberou em suas Universidades estaduais, como USP, Unesp, Unicamp.

A primeira Universidade a ter uma normativa para o nome social é a Universidade Federa do Amapá, com a Resolução Nº 013 /2009-CONSU, de 19 de outubro de 2009, segundo Correa (2017). As citadas Universidades do Estado de São Paulo têm normativas de 2010. A Universidade Estadual Paulista - UNESP - data de março de 2010.

²⁶ Brasil (2016).

²⁷ Conselho Nacional de Justiça (2018).

No entanto, retorno temporalmente aos governos Lula, desde a criação do Programa Brasil Sem Homofobia - BSH. É certo que Lula estabeleceu um debate com o Movimento social à criação de algumas políticas públicas, como o BSH. Isso não acontecia desde os anos de 1980, nos quais “as ações dos grupos ativistas estavam mais voltadas a dar suporte às vítimas de HIV/AIDS” (CORREA, 2017, p. 167). Porém, mesmo com todo o canal de debates estabelecido pelo Executivo, na criação de políticas públicas para a população LGBT, segundo pesquisa Mello (2012), não tiveram tamanha efetivação como esperado. Contudo, mesmo com essa pequena efetivação, o Movimento oportunizou espaço para a construção de importantes diálogos.

Como um dos desdobramentos do BSH, em 2005 e 2006:

Foram implantados 45 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH), com o objetivo de prestar assistência jurídica, psicológica e social à população LGBT. Ainda em 2006, essa ação foi estendida a oito Universidades, com o objetivo de criar Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (NRDHCH) (CORREA, 2017, p. 168).

Ainda, segundo Correa (2017, p. 168), “era uma característica do Movimento trabalhar na perspectiva homocêntrica, mesmo as políticas sendo destinadas a travestis e transexuais”. A pesquisadora alerta a mudança, na Primeira Conferência GLBT, “por causa da atuação efetiva do Movimento de Travestis e Transexuais nesse momento” (CORREA, 2017, p. 168).

Esse momento foi importante para o Movimento de Travestis e Transexuais, pois se busca uma efetivação das deliberações que surgiram da Conferência. Correa (2017) argumenta que, embora o Plano tenha sido montado, pouco se efetivou na prática. Como estou a descrever fissuras na ordem dura, molar, construo o argumento de que com a possibilidade do uso do nome social, primeiramente em algumas Secretarias Estaduais de Educação e, com isso, um reverberar nas Universidades Estaduais, problematizo que aqui há a construção de uma cidadania, mesmo que Bento (2014, p. 167) descreva-a como uma “cidadania precária”, em que o sujeito será reconhecido, a partir do nome que escolher, pois só é válida em alguns espaços. Por que faço essa discussão, sendo que já possuímos uma ADI que regula a troca do prenome, bem como do gênero nos registros civis, resolução que desde 2018, vigora no país? Por reconhecer que o estabelecimento de seus nomes, ou seja, de suas identidades femininas, é torná-las visíveis, dizíveis em locais que historicamente elas não existiam, como a escola, depois as Universidades, detidamente, as Públicas. Assim, o ato de nomear e de “reconhecer o outro, a partir de um nome, revelam práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los” (ALVES; MOREIRA, 2015, p. 60).

É reconhecê-las politicamente é inseri-las legitimamente na identidade na qual eles/as se veem. Isso produz pertencimento. É o reconhecimento da sua forma de estar no mundo. Por isso, o nome social, como um primeiro debate, se as pessoas transexuais podiam pertencer a determinados ambientes, como o da Escola e da Universidade.

Nesse momento, faz-se necessário pensar sobre uma importante resolução que foi o estabelecimento do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Desde 2014, o Ministério da Educação - MEC - vem possibilitando a travestis e transexuais que utilizem o nome social no ENEM. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - que são divulgados ano a ano mostram uma estatística importante sobre essa política. Em 2014, foram 102 pessoas a pedirem o uso do nome social para realizarem a prova. Em 2015, esse número aumentou para 278 pessoas. Em 2016, 407. No ano de 2017, esse número tem uma redução e 303 pessoas solicitaram o uso do nome social pelo fato de que muitos/as solicitantes não enviaram a documentação em tempo, tendo assim suas inscrições indeferidas. Em 2018, 502 pessoas fizeram a solicitação, e 2019 foi um número de 394 pessoas requerendo o uso do nome. Essa diminuição, em 2019, pode ser em razão da ADI que em março de 2018, estabelece, via cartório, a retificação do nome civil, que muitas pessoas podem ter optado por fazê-lo, não havendo a necessidade do uso do nome social. Mas ainda assim é um crescimento muito importante, pois se trata de um aumento percentual ao longo dos anos (2014 a 2019) de mais de 386%.

França, Nogueira e Araújo (2016, p. 23), em artigo, escrevem sobre a importância que assume o nome social para travestis e transexuais:

Como êxito desta política vale salientar que desde que o direito de usar o nome social foi adotado, houve um crescente número de pessoas trans adentrando as portas das universidades, o nome social não só convidou a esta população a se submeter ao exame, como abriu as portas do ensino superior para este segmento.

Penso aqui, quando o nome social passa a vigorar em portarias estaduais e municipais de educação, como dissertam as autoras, foi como se houvesse um convite a pessoas transexuais e travestis a participarem desses espaços como as Escolas e as Universidades. Há uma possibilidade, uma fissura, provocando deslocamentos que se constroem, ao longo do tempo, aumentando suas participações e reivindicando ainda mais pertencimento, no espaço da Universidade. Um espaço que passa a fazer parte da vida de muitas mulheres trans.

Neste momento, começo a debater a chegada dessas mulheres às Universidades Públicas, bem como a entrada nessa instituição das interlocutoras desta tese. Construo como

as encontrei, minhas estratégias de procura e os entraves do caminho na construção da pesquisa.

4.7 (Des)Afetos: Sobre Cisgeneridades e Vidas Trans

Nesse subcapítulo que intitulo de “(Des)Afetos”, começo a pensar nas falas que surgiram das entrevistas. Chegar até elas foi um processo longo, pois mostro encontros que buscam potencializar-se em alegria, em desterritorialização, para construir-se em outro lugar. A chegada até Maria Eduarda, a primeira Maria das Marias desta tese, foi por meio de um amigo. De longa data já nos conhecíamos e ele, tendo trabalhado em seu doutorado sobre concursos de beleza de mulheres trans, tendo ido ao mundial na Tailândia, pôde me dar as primeiras pistas. Procurei-o a fim de pedir ajuda sobre possíveis contatos que pudessem tornar-se encontros. E assim aconteceu. Ele me passou o telefone de Maria Eduarda com quem entrei em contato e marquei um horário para conversarmos. Encontrei-a bastante receptiva à proposta de pesquisa. Disse-lhe que tinha algumas perguntas elaboradas como um roteiro, visto que pretendia, ao conversar com ela, que pudesse me contar algumas de suas experiências, como seu “encontro” com a transexualidade, sua vivência na escola básica e na universidade. Sua relação com sua mãe e seu pai e o restante da família. Usarei a expressão encontro, pois, ao fazer outra entrevista, fui instigado, “abalado, atingido, perturbado” (ROLNIK, 2018, p. 53) a tencionar a experiência singular da transexualidade. São com esses encontros que componho essa cartografia. Com os encontros alegres que potencializam nossa capacidade de agir no mundo, essa capacidade de ser atingido e de atingir por esse algo que não se nomeia, mas que passa por nós. Assim, a cartografia é um amálgama de afetos. Afetos que vão nos compondo, fazendo-nos.

Ao propor a rede de afetos, inicialmente, entrei em contato com aquelas que estão na academia há algum tempo, já que a ideia era começar com essas que poderiam me mostrar outras e assim crescendo a rede. No entanto, minha primeira incursão foi um pouco problemática. Fez-me repensar essa estratégia. Eu sempre buscava as mulheres trans, via rede social *Facebook*, e algumas pessoas tinha em minha rede de amigos. Sendo assim, entrei em contato com uma dessas pessoas, expliquei-lhe, em minha mensagem, toda a problemática da pesquisa e se ela poderia me conceder uma entrevista, ou me indicar outra pessoa que pudesse conversar comigo. Estava bastante apreensivo com sua resposta. Ela replicou-me da forma como imaginava, mas que temia. Apenas me disse: “quanto é o pro-labore?” Eu lhe respondi

que esta pesquisa não tinha financiamento e que eu sequer possuía uma bolsa, agradei-lhe. Assim, gostaria de pensar um pouco nesta resposta enquanto afeto.

Fiquei por dias me questionando se havia sido agressivo ao perguntar. Li duas, três, quatro vezes a mensagem que lhe enviei. Mas como eu poderia conseguir uma entrevista se nem ao menos eu pudesse perguntar? Aqui não quero questionar a liberdade das pessoas em se recusarem a falar comigo. No entanto problematizo essa resposta à luz de um acontecido com o professor Colling (2015). Colling, em seu livro *Que os Outros sejam o Normal*, fruto de uma pesquisa por vários países da América Latina e Europa, segue o movimento LGBT e o ativismo *queer* e as tensões nascidas desse embate. Na Argentina, ao entrar em contato com o ativista Mauro Cabral, esse recusou-se a conceder-lhe a entrevista dizendo que: “não participo de iniciativas acadêmicas desse tipo a menos que sejam produzidas por pessoas trans” (COLLING, 2015, p. 56). E segue dizendo que é uma forma de “protestar pela objetificação acadêmica de nosso trabalho e pela ausência de pessoas trans realizando investigações” (COLLING, 2015, p. 56). Colling (2015) se declara paralisado e iniciou um questionamento, no sentido da essencialização que está presente nessa resposta. Ele problematiza que posicionamentos como esses “colocam todas as pessoas pesquisadoras, no mesmo patamar e, portanto simplificam a questão. E, com isso, acabam por produzir afastamentos entre quem estava ou poderia estar trabalhando em conjunto” (COLLING, 2015, p. 58). Assim retomo a resposta que me foi dada para pensar nesse afastamento trazido Colling. Ao ler várias vezes a mensagem que envio a essa pessoa, questiono o meu lugar de ‘pessoa cisgênero’, busco perceber os meus privilégios em sê-lo e questiono essa dicotomização cisgênero *versus* transgênero instalada. Ao surgirem encruzilhadas epistemológicas ou tretas acadêmicas (COLLING, 2015), que são esses embates teóricos, torno a refleti-los à luz do movimento transfeminista²⁸.

Parafrazeando o professor Colling (2015, p. 58), que desafia as pessoas a verificarem, em sua produção acadêmica, “uma linha em que eu tenha tratado qualquer pessoa como ‘objeto’ ou como ser exótico” desafio alguém a verificar, em minha trajetória acadêmica, não

²⁸ Jaqueline Gomes de Jesus define o transfeminismo como: “uma linha de pensamento e ação feminista, oriundos dos movimentos sociais e do meio acadêmico, propondo a realização de conexões teóricas e pragmáticas entre feminismo, estudos de gênero e movimento transgênero. [...] Uma prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou ‘emasculados’; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos” (JESUS, 2015, p. 10-11).

de artigos ou escritos, porque ainda não tenho uma produção que possa desafiar as pessoas a procurarem, mas em congressos de que participei, em que fui o único (em alguns deles) a levar a discussão sobre as travestilidades, as transexualidades. Trouxe a “bombaço”²⁹ e sua dor, como um subproduto da norma que dispõe que corpos transexuais não podem existir. Ou ainda na escola básica, como professor, problematizando com os/as estudantes a não presença de professoras transexuais, travestis, ou de estudantes que performem seus gêneros de outros modos, que não os considerados “normais”. Levei minha experiência do mestrado, pensando as travestilidades, as transexualidades e as violências que esses corpos sofrem todos os dias, quando são expulsas das escolas, porque ela ainda não as inclui. Nos xingamentos sofridos, nas dificuldades para frequentarem um banheiro, mas também suas resistências, suas provocações à norma, suas invenções estilísticas do viver, suas produções acadêmicas. Com isso, quero ressaltar que nunca quis objetificar com minhas discussões os corpos transexuais e travestis, mas levar suas proposições e contestações aos lugares por onde passo. Assim, quero sentir com (elas) e não falar por (elas).

Retomo o debate, em torno do uso do termo cisgênero, a partir de uma potencialização da criação desse conceito. Segundo Jaqueline Gome de Jesus (2015, p. 22):

A questão do gênero pode ser utilizada (citando Simone de Beauvoir) para nos introduzir à discussão sobre a população trans(gênero), que tal como os ditos homens e mulheres cis(gênero), vivem a construção de suas identidades de gênero no dia a dia (por mais que não percebam).

O potencial político do termo cisgênero é o de denunciar o caráter normativo da imposição biológica ao gênero: homem - pênis, mulher - vagina e, assim, fazer parecer que todas as outras formas, que não essas, estão fora da norma. Isso vela o caráter impositivo sobre o estar do mesmo lado, ou seja, ter seu gênero em conformidade com sua genitália. Ao revelar essa imposição, o transfeminismo defende que as pessoas cis(gênero) também possuem um gênero, provocando uma enorme discussão. Colling (2015, p. 60) cita Stuart Hall e afirma que elas, as transfeministas, “arrobaram a porta”, em uma referência a esse autor, quando destaca as mulheres que entram para o debate dos estudos culturais na Inglaterra.

Ademais, segue Jesus (2015, p. 22), “é comum dizer ou escrever que pessoas trans nasceram homens/mulheres e viraram mulheres/homens. Raciocínio falacioso”. Ela nos chama a atenção para a criação normativa do gênero. Se entendermos que as pessoas podem

²⁹ Bombaço: consiste na ação de injetar silicone industrial no corpo, com a finalidade de construir formas, ditas femininas: seios, glúteos, quadril, braços, rosto. Essa operação é feita, geralmente, por uma travesti mais experiente, conhecida entre elas por “Bombadeira”.

ou não estarem em adequação com o sexo, passamos a apreender as “mulheres com pênis e os homens com vagina” (JESUS, 2015, p. 22). Ou seja, no reconhecimento de que o gênero é um constructo social, uma imposição ao sexo biológico, entendemos que essa normativa é binária e seria “incapaz de explicar a pluralidade de gêneros identificada ao longo da história da humanidade” (JESUS, 2015, p. 23). Portanto existem quantas transexualidades quanto as pessoas puderem criar e o mesmo podemos dizer da cisgeneridade. Por isso, não podemos reduzir ao essencializante trans *versus* cis.

Vieira (2015), ativista transfeminista, escrevendo o texto ‘Toda Cisgeneridade é a mesma? Subalternidades nas experiências normativas’, na revista Fórum, questiona o conceito de cisgeneridade como sendo um todo orgânico e se pergunta se experiências que não se enquadram na normativa, como por exemplo, homens femininos e mulheres masculinas, mesmo seus gêneros estando de acordo com seus sexos biológicos, se essas pessoas serão colocadas como aquém da norma, acessando assim “precariamente essa cis-normatividade” (VIEIRA, 2015). E assim ela propõe que pensemos na cisgeneridade não como aquela que mantém os sexos e os gêneros do mesmo lado, buscando o sentido da palavra cis. Segundo ela, apenas gera o impraticável binarismo cis *versus* trans, mas pensar esse conceito em si, “enquanto possibilidade de interpretação do real” (VIEIRA, 2015), guarda suas potências analíticas. Pensar dentro da cisgeneridade, suas hierarquizações como ela escreve, “de homens femininos e mulheres masculinizadas” (VIEIRA, 2015) e seus modelos de perfeições de corpos masculinos, femininos e suas muitas nuances, portanto aquelas e aqueles que não acessarem, de forma muito próxima à perfeição da norma estabelecida, ou seja, de forma precária, terão suas sentenças de inferioridade, de “menos homem e menos mulher” (VIEIRA, 2015) declaradas, o que as/os colocarão em um lugar subalterno no espectro cisgênero. Mas, se nos chamarem a atenção, declarando que identidade de gênero não se relaciona com orientação sexual, as intenções de normalizações aos homens afeminados e às mulheres “pouco” femininas são de caráter da orientação sexual dessas pessoas. Necessitamos pensar, nos muitos atravessamentos, nas muitas vivências possíveis com os quais nos construímos. Um conceito é uma tentativa de se interpretar o real (VIEIRA, 2015), mas as vivências são sempre mais plurais e facetadas que os conceitos. Assim, homens “femininos”, ou mulheres “masculinas”, não necessariamente serão homens e mulheres gays e lésbicas, podem ser pessoas heterossexuais, que não se enquadram no espectro utópico da norma e suas vivências devem ser pensadas interseccionalmente, “através de outros marcadores sociais da diferença, que atravessam o sujeito cisgênero” (VIEIRA, 2015) e outros sujeitos.

Vergueiro (2015, p. 45), ao debater em sua dissertação de mestrado sobre a cisgeneridade, propõe que colocar esse conceito em evidência é buscar desconstruir o caráter de “uma identidade de gênero [...] idealizada pelos conceitos como ‘biológico’ e ‘natural’ - para produzir uma leitura crítica sobre a construção normativa das identidades de gênero”. Assim, ao citar Foucault quando o filósofo escreve sobre “os efeitos de poder de um discurso científico”, ela propõe (juntamente à teoria transfeminista), um embate em torno da construção desse discurso colonialista que diminui as possibilidades que existem nos corpos, fazendo-os existirem apenas, ou necessariamente sob o julgo da normalização. Para a autora, evidenciar esse conceito é “propor que ele esteja na construção da moderna ciência ocidental” (VERGUEIRO, 2015, p. 45) e “em sua construção ontológica do sexo/gênero” (VERGUEIRO, 2015, p. 46). O termo “colonialidade” se refere a um modo do poder em operar “a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, possibilitando la re-producción de relaciones de dominación”, segundo Restrepo e Rojas (2010, p. 17). Essas relações de dominação, além do campo econômico, por meio da exploração das colônias, em suas riquezas materiais e de seus povos tradicionais, também operam uma exploração em domínio epistêmico. Assim a colonialidade vai dominar também o saber, impondo uma forma de pensar que não se restringe ao mundo das metrópoles. É essa a luta que traz Vergueiro (2015) contra o domínio colonizador que subverte quaisquer outras formas de expressões que não a construída a partir da moderna ciência ocidental, por meio dessa colonialidade binária dos gêneros. Há necessidade de evidenciar essa pré-discursividade (VERGUEIRO, 2015), pensando a partir de Butler que os corpos só ganham sentido no “discurso, no contexto das relações de poder” (BUTLER, 2003, p. 137).

Portanto, a cisgeneridade é um conceito potente para problematizarmos em torno da normalidade instaurada pelo discurso. Um discurso que cria margem para dizer o centro. Que primeiro instala o erro, o desvio e o contrário, “o normal”. Portanto a norma que, por meio de um saber médico, vai construindo um domínio sobre o corpo. Um domínio colonial de imposição de uma forma, de um modo de pensar e agir. Sempre hierarquicamente, desconsiderando, destruindo formas outras de estar no mundo. De corpos que “pavoneavam” (FOUCAULT, 1988, p. 10) à pudicícia da regulação disciplinar, inventando um sujeito com características e anatomias fora do centro. O corpo é alocado sobre um lugar da regulação. Do saber à verdade, o poder se ocupa em manter, por meio de técnicas variadas, provocando criações e não somente interdições. Para se regular, não necessitaria mais de se castigar, pois criaríamos uma infinidade de formas outras de governar os corpos, lembrando-os sempre de suas invenções exóticas. De suas sexualidades outras, de seus gêneros inconformes, de suas

formas físicas não reguladas, de seus desejos disparatados. A sua anormalidade seria replicada no interior dos discursos, mantendo o centro pela margem, segundo Butler (2003). Assim, para questionarmos essa margem, precisaríamos contestar o centro e essa é a proposta da teoria transfeminista na criação do conceito de cisgeneridade. O centro também é uma criação, uma invenção da modernidade/colonialidade (BUTLER, 2003).

Com essas reflexões em mente, passo a um eixo que é central nesta tese, que é a análise das entrevistas. Busco construir uma linha no sentido de tensionar suas vivências e experiências, criando uma desterritorialização, ou seja, muito mais a criar outro território que por fim ao existente. Passemos às experiências do vivido.

5 CAPÍTULO III: AS MULHERES TRANS: MARIAS E OUTRAS INTERLOCUTORAS

Neste capítulo, problematizo as entrevistas realizadas com as cinco mulheres trans que são foco desta pesquisa. A partir de entrevistas de uma hora ou mais, elas me relataram um pouco de suas trajetórias escolares e acadêmicas. Um pouco de suas vivências na família e suas dificuldades em inicialmente lidar com as suas transexualidades. Da educação básica, em que existiam alguns xingamentos e medos, mas trouxeram esse período sem grandes dilemas.

Após fazer os contatos, via rede social *Facebook* ou *WhatsApp* e explicar, em uma primeira mensagem, como era a proposta do trabalho, enviava o projeto de tese e somente assim questionava a possibilidade de uma entrevista. As perguntas eram estabelecidas, inicialmente, com o processo das entrevistas e, ao modo como elas iam respondendo, eu as colocava, ao procurar essa atenção sem um foco aparente, “uma atenção flutuante” (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA 2015, p. 35). Kastrup, Passos e Escócia (2015, p. 35) argumenta que busca essa definição em Freud (1912/1969) e ele “aponta que a mais importante recomendação consiste em não dirigir a atenção para algo específico e em manter a atenção ‘uniformemente suspensa’”, de modo que ela possa estar propícia aos encontros. Se um cartógrafo for com algo completamente estabelecido, fechado, ele pode frenar o afeto que poderia (não necessariamente) acontecer. Assim busquei estar acessível ao acontecimento da fala, da narração, da experiência do vivido. Aqui há sempre um componente que irrompe e se projeta e foi nessa tentativa de captar essa explosão de vida, que essa cartografia, esse traçar de linhas se fez. Lembrando que chamo por explosão de vida o movimento constante do cotidiano. É a abertura de um semáforo na Praça Sete, em Belo Horizonte³⁰, sinalizando o movimento de ir e vir, essa força que segue e só é barrada com o fechamento deste mesmo sinal, que recomeçará novamente com sua abertura. Assim começavam minhas entrevistas, propício ao acontecimento. Eu explicava como era o projeto e falava um pouco de minha experiência no campo. Das pesquisas realizadas no mestrado, em que busquei entrevistar duas mulheres trans e suas experiências passadas na educação básica. Dos sofrimentos narrados por elas, mas também de suas vidas que seguiram, apesar da escola.

Inicialmente, elas me narravam suas experiências com a descoberta da transexualidade. Vejamos o que diz Maria Augusta:

³⁰ Praça Sete é o “marco zero do Hipercentro de Belo Horizonte, a Praça Sete está no cruzamento das principais avenidas da cidade – Afonso Pena e Amazonas. É o coração da cidade, o centro nervoso da capital mineira”. A Praça Sete de Setembro fora nominada dessa forma nas comemorações do centenário da independência do Brasil e é comumente chamada pelos/as Belorizontinos/as de Praça Sete (PRAÇA..., 2018).

Até uma criança que desempenhava um papel de gênero não esperado para uma pessoa nascida menino, sempre fui sofrendo algumas retaliações, sempre fui tolhida em várias coisas pra ser normatizada, dentro do que a gente entende por um comportamento masculino padrão (UNESP, 2018e).

Ou ainda Anne Ranyelle:

Eu dizia que ou você era 'hetero' ou você é 'gay', e eu não me sentia em nenhum dos dois lugares. E isso eu lembro por muito tempo, eu não me sentia nem gay nem hetero. Isso foi meio complexo, eu não me enquadrava em nenhum dos dois lugares (UNESP, 2018b).

Maria Clara traz sua percepção desse processo:

Então... eu acho que não teve nenhum momento de minha vida que eu não experienciava algo. O que eu estou lembrando é que teve algum momento que eu comecei a me ater pra isso, né! Desde sempre, desde que eu me conheço por gente eu percebo alguma coisa. Mas foi na adolescência que eu fui entrar em contato com o tema, transexual, transexualidade, mais tarde transgênero, hoje ela está na faixa dos trinta anos (UNESP, 2018a).

Assim, elas foram me relatando suas formas de experimentar a transexualidade. Não como algo que pudesse ser dito desde sempre, mas sentido. Beatriz Pagliarini me relata que talvez:

Não exista uma experiência universal em relação à transexualidade, tampouco é generalizável que pessoas trans sintam que se trate de uma experiência que se dá 'desde que nasceram' (pois isso seria uma essência, algo inato) ou 'a partir de certo momento em suas vidas'. Talvez entre o 'desde sempre' e o 'a partir de momento x' esteja outro tipo de resposta (UNESP, 2018d).

Outra resposta que me faz pensar, em uma construção singular da existência, que, nesta cartografia, nomeio como uma fissura na ordem. Desse modo, pretendo refletir sobre suas falas, que são suas experiências produzindo um outro território, desterritorializando.

Por desterritorialização podemos afirmar que “é o movimento pelo qual se abandona o território, é a operação da linha de fuga, e a reterritorialização é o movimento de construção do território” é o que nos afirma Rogério Haesbaert (2014, p. 127). Essa linha de fuga é aquela que busca a criação constante, que foge sem parar das binaridades do poder, da norma, uma dualidade constante que instala os gêneros em contrariedade às sexualidades, às identidades. Como na fala de Beatriz Pagliarini, talvez entre o “desde sempre” e o “a partir de momento x” esteja outro tipo de resposta (UNESP, 2018d). Existe a resposta do sujeito, que, para existir (discursivamente), precisa se colocar neste ou naquele lugar, neste ou

naquele gênero, nesta ou em outra identidade. Como essas mulheres trouxeram, a palavra consegue significar toda essa multiplicidade criativa, toda essa vida que irrompe e que estabelece conexões variadas. Elas, com suas expressões, outras de identidades, talvez, possam nos fazer questionar esse dualismo aparente. Não acredito que haja uma intenção, o que seria dualizar novamente. Fazemos isso para que provoquemos aquilo. Mas digo que suas expressões, às que atribuo uma originalidade criativa, que provoca e são capazes de fazer-nos questionar a dureza e a estagnação a que nos colocam, talvez o duro não seja tão firme assim, mas existam componentes amolecedores, ou rachaduras que façam a água jorrar por esses microcortes. De tanto forçar-se, rompe e se cria um outro lugar, não mais nem menos. Não melhor, tampouco pior, mas outro, por exemplo, os movimentos que provocaram pequenas rachaduras na ordem, pelo Movimento Social de Travestis e Transexuais, criando possibilidades, estabelecendo outros lugares possíveis, outras experiências e assim provocando mais rachaduras.

Esse outro que aqui interpele se desterritorializando é o movimento constante da vida. Um fluxo ininterrupto de criação e destruição, para novamente se re-fazer. Felix Guattari e Suely Rolnik (2013, p. 323) nos alertam:

A espécie humana está mergulhada em um imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios 'originais' se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia.

Pensar esse movimento da vida que provoca rachaduras na ordem molar, àquela dura, que cria um outro território, aqui construído a partir das falas dessas mulheres. Portanto, se é uma construção, pressupõe um movimento de luta, de derrubada de obstáculos, ou ainda, de criação de rotas de fuga. Retomo Deleuze e Guattari (1996, p. 72), quando avaliam que “fugir é sempre fazer fugir” para pensar nesse deslocamento provocado. E como tal, as muitas formas de contenção dessa fuga, as tentativas incessantes, do mesmo modo, de conter esse vazamento criativo da vida. Essa cartografia nomeia as experiências dessas mulheres trans, enquanto criação, trazendo os deslocamentos produzidos pelo Movimento Social de Travestis e Transexuais, além dos debates que a Universidade Pública (em toda a sua complexidade e variedade) vem produzindo ao longo dos anos.

Retomo a fala de Maria Augusta quando ela relata:

Sempre fui uma criança que desempenhava um papel de gênero não esperado para uma pessoa nascida menino, sempre fui sofrendo algumas retaliações, sempre fui tolhida em várias coisas pra ser normatizada, dentro do que a gente entende por um comportamento masculino padrão (UNESP, 2018e).

Esse tolher é a norma se manifestando, na tentativa de colocá-la nesse padrão estabelecido para um “comportamento masculino”. O barrar desse movimento, problematizarei, a partir da construção de ideais normativos, como o trazido por Maria Augusta, que vai instalando-se, a partir da rede de dispositivos, que, segundo Foucault (2008, p. 244):

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

É no discurso que vão se inventado os sujeitos, pois é no dispositivo da sexualidade, que, segundo Foucault (1988), nossa verdade vai sendo criada. Seremos submetidos a um controle sobre nossos corpos. Uma disciplina dos modos de ser e se comportar, tudo agora precisaria passar por essa “rede heterogênea” (FOUCAULT, 1988, p. 244), o dito e o não dito. Somos incentivados a examinar nossos atos, nossos desejos. A tecnologia da sexualidade está justamente aí, nas muitas formas que podemos senti-la. Há, segundo Foucault (1988), um incentivo em dizê-la, quanto mais se sabe, quanto mais se fala, mais se controla. Esse controle disciplinar exercido sobre os corpos, em que a fábrica, a escola, a igreja ditam modos e formas de ser (FOUCAULT, 1988) estabelecem-se padrões a serem seguidos. Inventam-se os códigos da moralidade e as punições para aqueles e aquelas que os descumprirem. O centro e a periferia são postos em uma oposição fundante. À medida que os comportamentos vão se estabelecendo, outras formas de estar no mundo, vão sendo negadas. Por isso, segundo Foucault (1988), há a invenção do dispositivo. O sujeito agora estará sobre o escrutínio da norma. Ao menor sinal de relapso moral, os olhares, o castigo, a surra, a humilhação pública, a expulsão. Para a manutenção da norma, teremos, na escola, uma grande aliada. A disciplina nas salas, o rigor exigido para o comportamento, dois banheiros, brincadeiras de meninas e de meninos, porém o poder, em Foucault (1988), não assume apenas o seu caráter regulador, repressivo, mas também seu modo sedutor, instigador. O poder opera, por meio de tecnologias de disciplinamento, produzindo controle, o que não acontece apenas pelo castigo, mas nas entrelinhas. O não dito é agora um instrumento imprescindível nessa estratégia regulatória.

Richard Miskolci (2012, p. 9) relata como era o cotidiano na escola em que estudou: “no pátio tínhamos duas filas, duas para cada sala de aulas, uma para meninos outra para meninas” e segue: “começavam aí as ‘brincadeiras’, nas quais os meninos mais robustos, empurravam os mais frágeis para a fila feminina, espaço desqualificado em si mesmo” (MISKOLCI, 2012, p. 10). Miskolci (2012) discute a masculinidade sendo forjada pela força bruta. Se esse ou aquele menino for fraco demais será desqualificado na fila das meninas. Assim o padrão masculino de força e dominação é contraposto pela fragilidade e submissão feminina. Meninos são incentivados a exercitar seus corpos, a correr, e meninas não. Elas são frágeis demais para isso, diz a norma. Portanto, criam-se padrões normativos para os corpos e esse comportamento vai se estabelecendo, sendo criado e mantido pela cultura. O dispositivo de Foucault (1988) destaca essa repetição, que Butler (2003) acrescenta como a performatividade de uma rede para se manter e replicar. Com isso, não podemos pensar as identidades fora de uma perspectiva histórico-cultural. Já que somos sujeitos datados. Guacira Louro (2010, p. 12) percebe que todas as identidades e não somente as identidades sexuais e “de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe [...] constituem os sujeitos à medida que são interpelados em diferentes instituições ou agrupamentos sociais”.

Assim, retomo as entrevistas, em que busquei interpelá-las sobre como é e era o cotidiano na Universidade. Nas diferentes Universidades em que estudam e estudaram.

5.1 O cotidiano da Universidade: propondo novas problematizações

Durante a entrevista, eu as questionava sobre o período pelo qual passaram nas Universidades. Fazia apenas uma pergunta: “como foi sua experiência na Universidade em que você estudou”? Maria Clara começou seu relato: “*eu fiz minha graduação na federal do Paraná, daí eu fiz meu mestrado na USP, meu doutorado foi na UNIFESP e agora estou fazendo meu pós-doc na UNIFESP também*” (UNESP, 2018a). Ela iniciou sua graduação em 2005 e terminou em 2011. Penso ser importante trazer esses dados para podermos pensar em algumas rotas que foram sendo traçadas desde lá, pois, para pensarmos micropoliticamente, também, necessitamos fazê-lo macropoliticamente. Nesse momento, o Movimento de Travestis e Transexuais, juntamente ao Movimento GLBT travava um forte diálogo com o Governo, visando à criação de políticas públicas que pudessem incluir essa população. Temos aí a criação do BSH e suas reverberações nas Universidades, com os Núcleos de Direitos Humanos, a instalação do primeiro curso GDE. Havia um forte diálogo em torno da transexualidade e de construção de políticas efetivas para as travestis e transexuais. Em 2005,

as travestis já haviam adentrado a Câmara dos Deputados e analisei esse episódio construindo entre-lugares, ou seja, elas se firmavam enquanto Movimento organizado, dentro das esferas do discurso, movimentando-se dentro das instâncias do poder, para futuramente produzirem saberes e assim provocar resistências. Evidentemente esse processo não é tão linear como descrito aqui.

Ela segue dizendo: *“eu fui assumir minha identidade de gênero no mestrado. Mais ou menos no terceiro mês do mestrado, lá na USP, quando eu fui assumir isso”* (UNESP, 2018a), o período é 2011 quando ela começou o seu mestrado. Sobre a graduação, ela me relatou apenas que foi um período sem maiores problemas. Apenas depois da graduação que “assumiu” sua identidade, como ela mesma declara.

Ela afirma que, *“ao chegar à USP (a Universidade), já tinha a regulamentação interna que permitia o uso do nome social nos documentos”* (UNESP, 2018a). O parecer C.J.P. n° 1168/10, de 30 de abril de 2010 regula o uso do nome social nas dependências da USP e estava em cumprimento a um decreto estadual 55.588/2010 que regula quanto ao tratamento nominal de pessoas travestis e transexuais nos órgãos públicos do estado de São Paulo³¹. No entanto, mesmo possuindo essa normativa há um ano, visto que ela chegou em 2011, ela relatou encontrar dificuldades com relação ao uso do nome social, *“a burocracia que eu tive de enfrentar pra conseguir isso foi tão grande, que acabei terminando o mestrado pra conseguir o nome social nos meus documentos internos”* (UNESP, 2018a).

E traz alguns episódios que enfrentara em relação a alguns funcionários do departamento.

Eu passei por alguns episódios de discriminação por parte de alguns funcionários do instituto. Então, por exemplo, quando eu fui defender o meu mestrado, sempre que havia as defesas, a secretaria fazia a divulgação disso em um mural e eles insistiam em colocar meu nome civil, desconsiderando o fato que, tanto já existia a regulamentação interna permitindo o nome social. Como também ninguém sequer me conhecia pelo nome civil, até pelo ponto de vista lógico não fazia sentido, porque ninguém ia saber quem era aquela pessoa. E foi só quando teve a intervenção do meu orientador que a gente conseguiu que eles voltassem atrás. Quando eu tentei negociar isso, não tive sucesso (UNESP, 2018a).

A Universidade possuía uma normativa, o estado de São Paulo também, mas mesmo assim, em um quadro de avisos, de um departamento da USP, existe uma tentativa, ou por desconhecimento do/a funcionário/a ou por não querer usar o nome social como indicado pela portaria da Universidade. Como dito anteriormente, existe uma presença do micro no macro e do macro no micropolítico. Maria Clara pontua que tentou mudar essa situação, mas sem sucesso, apenas, quando o professor que a orientava interveio, que o aviso com seu nome foi

³¹ Universidade de São Paulo (2018).

revisto. Podemos pensar esse movimento de conquistas e retrocessos, aqui representado pelo acontecimento narrado por Maria Clara. Tem-se a lei, a normativa, mas não se cumpre, a princípio, o que foi determinado.

É esse movimento de desconstrução em um nível cultural que o Movimento de Travestis e Transexuais precisou lidar desde sua criação. O Movimento nunca pôde operar apenas em um nível macropolítico, mas desde sempre em um nível micropolítico. Assim, desde sua emergência, o processo educativo esteve presente, porque era visto que operar apenas na construção de normativas, na esfera macro, tornava esse processo menos efetivo que ir compondo rizomaticamente. O Movimento percebeu, desde o início, que para alguns a cidadania precisava ser provada. Era necessário construir a ideia de que “travesti e respeito” (CARVALHO, 2015, p. 49), citando a frase da primeira campanha protagonizada pelo Movimento de Travestis, em 2005, poderiam ser sinônimos. Convoco a intervenção da Universidade, na produção dessas microrachaduras, na criação dessa experiência aos moldes de Bondía (2002), na problematização do gênero, da sexualidade e de outras experiências que não apenas as normativas. Por isso, operar em nível da produção cultural, na desconstrução de um discurso que inventa que, mesmo existindo uma normativa que regulava o uso do nome social na Universidade, não foi respeitada. Aí o papel formativo do Movimento e evidentemente da Universidade na produção de outros saberes.

Beatriz Pagliarini, ao relatar sua entrada na Unicamp, mandou-me o link de um texto que ela escreveu para o blog Transfeminismo, no qual ela relata *sobre sua saga do nome social*. Ela conta: “*caso você não saiba, eu fui a pioneira no uso do nome social na Unicamp, quando vim para cá, em 2011*” (UNESP, 2018d). O decreto do governo do estado de São Paulo data de 2010. Ela também relata um decreto do município de Campinas, de 2012, sobre o uso do nome social e da própria Unicamp que se adequa, a partir de 2010, visto que a Universidade pertence à governança estadual.

Assim, ao acessar o texto³², Pagliarini vai discorrendo sobre uma reclamação aberta na ouvidoria da Unicamp, inclusive, deixa o número do protocolo, para que as pessoas possam acompanhar sua solicitação, sobre as dificuldades de usar seu nome social. E, no decorrer, ela debate sobre essa gambiarra legal (BENTO, 2014), mas como declara:

O reconhecimento do nome com a qual as pessoas transgêneras se identificam é essencial para que essas pessoas não sofram violências transfóbicas tais como a deslegitimação das suas identidades, trazendo implicações profundas em suas

³² Pagliarini (2013).

integridades psíquicas e intelectuais e constrangimento na hora de se engajarem em procedimentos burocráticos que envolvam documentos (PAGLIARINI, 2013).

Ela trouxe durante o relato feito a mim, que fez o pedido, para a inclusão do nome social, em finais do ano de 2012 e, quando fez essa solicitação, já era março de 2013. Segue registrando como era feita a diagramação do nome social, “em meus dados cadastrais, consta o seguinte nome para documentação externa: meu registro civil ao lado do meu nome social” (PAGLIARINI, 2013). Ela questionou essa hierarquização em que primeiro aparece o nome civil e apenas depois, em segundo, o nome “social”. Salienta essa tentativa de apagamento dessas identidades que são criadas minoritariamente em uma norma que as declara como exceção. Mas termina me contando de sua vitória com o nome social e do precedente que propiciou com essa aquisição na própria Universidade. Essa é a desconstrução que construo aqui. Já existia a normativa e, ao chegar, essas mulheres vão buscar sua implantação. Vão provocar com seus corpos mudanças, alterações, desterritorializações.

Pagliarini ainda me relatou que entrou com um processo, para a retificação do nome civil, mas, como isso fora anteriormente a 2018, ela tivera de contratar um advogado:

Eu entrei com ajuda de meus pais que contrataram um advogado para isso, além de ter de conseguir laudos, além de ter que ir com o processo em segunda instância porque o juiz de primeira instância havia negado pelo fato de eu não ter feito cirurgia de redesignação genital (UNESP, 2018d).

Seu discurso faz-nos pensar em uma existência que, para se legitimar, precisa passar pelo saber do outro. O saber médico, com seus laudos e códigos, o saber “psi” (psicológico, psiquiátrico) com seu protocolo transexualizador. Assim, em ‘19 novembro de 2013, foi, então, publicada a Portaria nº 2.803 que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS’ (BRASIL, 2013). É uma revisão ‘da Portaria 1707/2008’ (BRASIL, 2008b), que representa uma importante conquista, para o movimento trans e suas reivindicações, que há muito existem. Mesmo vendo problemas nessas portarias, por exemplo, como o condicionamento do acesso ao serviço, por meio do “diagnóstico de transexualismo”, segundo Pablo Rocon (2016, p. 261). A primeira versão da portaria excluía as travestis e os homens transexuais (homens trans) desta política pública. Segundo Rocon (2016, p. 261), esse processo está muito ligado ao binarismo de gênero e a um diagnóstico de quem pode “ser mulher/homem de verdade”. A medicalização dessas vidas, como definidora para suas existências ou não, compõe quem pode viver ou morrer. Novamente o crivo da razão, o saber definindo existências e controlando (o poder) suas possibilidades.

Maria Augusta revelou uma experiência na Universidade, muito possibilitadora para que pensemos. Ela relata:

Eu vim para São Paulo para fazer a faculdade em 2012 também no fundo com essa esperança de uma vez aqui em São Paulo, já poder começar a vivenciar essa questão do gênero, enfim. Não foi bem assim, quando eu mudei para cá, eu achei ainda um ambiente um pouco fechado onde eu fiz minha graduação. Eu sou da UNIFESP, eu fiz um curso Biomedicina. E eu achei assim um contexto bem fechado, bem normativo. Sendo assim, aqui é um campus de saúde, um curso médico e sendo um curso médico é bem machista, bem homofóbico, bem misógino né (UNESP, 2018e).

Aqui ela relatou um ambiente mais fechado para começar a viver sua identidade de gênero. Ela constata que, mesmo em São Paulo, vindo de uma cidade do interior paulista, ela encontra barreiras. Acredita que, aos poucos, vai construindo uma forma de viver sua feminilidade: “*Eu vivi uma certa feminilidade alternativa meio indireta, trabalhava com a questão da androgenia, já tinha cabelo comprido na época... Então assim, estava naquela sabe*” (UNESP, 2018e). Mas seu desejo de viver sua identidade vai crescendo, como relata. E continua seu relato:

Mas de fato eu vou ter de viver isso de frente. No final de 2015, começo de 2016, eu falei assim, eu vou viver isso eu vou correr atrás, sem saber ao certo aonde eu terminaria, mas eu disse assim, eu preciso começar a explorar essa questão identitária de uma forma mais frontal (UNESP, 2018e).

E, para isso, ela começou a buscar suas formas de *explorar* seu desejo. Ela começa a traçar suas rotas de fuga nessa busca. Ela registra:

Aí eu dei um jeito de conhecer umas pessoas, uma menina trans lá da Usp. Eu conheci também uma drag, uma pessoa que faz drag que meio que me adotou e a partir desse ponto, em 2016, eu começo um trabalho de exploração de gênero no qual eu ia a algumas festas e lá eu tinha uma expressão feminina, eu me vestia com roupas que são entendidas como femininas e tinha uma postura entendida como feminina e usava o pronome e usava nome feminino, então eu fui meio que testando para ver se era isso mesmo. Se era isso mesmo, ou sei lá, se era uma questão de drag, se era uma questão estética mesmo (UNESP, 2018e).

Ela buscou experimentar sua identidade e *ver se era isso mesmo*. Pensando essa identidade como sendo construída por meio de nossas muitas relações e nessas muitas relações. Contestando a existência de um sujeito universal (BUTLER, 2003) que exista desde sempre com caracteres pré-determinados, sempre masculino, branco, heterossexual, cisgênero.

Maria Augusta pontua em sua narrativa, as ajudas para conseguir “assumir” sua identidade: *“fui desenvolvendo e crescendo nisso, junto teve uma de um nascimento da minha sexualidade mesmo, de começar a me relacionar sexualmente e até de permitir o surgimento de uma questão romântica afetiva e meio que foi tudo ao mesmo tempo”* (UNESP, 2018e).

Dessas transformações que experimentava, ainda, tinha o desejo de tornar esse corpo ainda mais ao seu gosto. *“E no final de 2016 eu começo a me hormonizar, eu começo a tomar hormônios com a ajuda de um professor endocrinologista da Unifesp, que hoje a gente tem até um núcleo aqui de apoio a pessoas trans”* (UNESP, 2018e). Essa é uma “ajuda”, aqui entre aspas para pensarmos nesse afeto que ela constrói aí. Nessa possibilidade de traçar outras rotas, agora seguindo sua vontade de assumir sua identidade que passa a se efetivar na sua vida, ela segue: *“e aí no final de 2016/2017 eu comecei a usar o nome social aqui na Unifesp e eu fui lentamente fazendo esse processo, eu fui crescendo nisso, aí eu entrei com processo de retificação de nome”* (UNESP, 2018e). Visto aqui ainda não existia a decisão da suprema corte brasileira de que as retificações de nomes poderiam ser via cartórios, sem e necessidade de uma decisão judicial, o que acontece apenas em março de 2018.

A Resolução nº 127, de 13 de julho de 2016, que resolve sobre o uso do nome social na Universidade Federal de São Paulo declara atender a Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010, do “Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece o uso do nome social aos/às servidores/as públicos/as, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2016). E essa portaria também está em acordo com o “artigo 1º, §2º da Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011, do Ministério da Educação” (BRASIL, 2011a, p. 67).

Maria Augusta segue seu relato, quanto à aceitação de sua identidade de gênero. Agora ela relata o que aconteceu com seus pais quando lhes contou e a sua reação:

Aí só em março de 2017 que eu fui contar para os meus pais mesmo. Porque eu queria estar muito certa que eu queria lutar essa luta, enfrentar essa batalha. E deu muito certo, eu tive uma aceitação deles, um apoio e aí desse ponto em diante eu deslanchei completamente porque aí poderia ser Maria Augusta 100% do tempo, em todos os lugares, no facebook em tudo. Assim isso é o meu marco. Eu comecei a viver minha identidade de gênero plenamente a partir de março/ abril/maio eu acho 2017. É isso (UNESP, 2018e).

Foi com bastante emoção que ela me relatou essa passagem de sua vida. *Eu queria lutar essa luta*, ela afirma, e é uma luta da existência, em que muitas combatem para suas sobrevivências. Nem todas têm a possibilidade de fazer uma Universidade Federal com a ajuda de um professor da própria instituição, começar sua hormonização com apoio

especializado sem os riscos de fazer isso por conta própria, a partir de receitas compradas pela internet e buscando referências entre amigas que já fazem o uso precário dessa medicação. No entanto, em nenhum momento, ela e as outras entrevistadas deixam de reconhecerem os seus “privilégios”. Isso fica muito evidente em suas falas, muitas vezes, mais de uma vez durante a entrevista. Deveria ser uma cena corriqueira entre mulheres trans brasileiras, mas ainda é exceção, como o é para muitos segmentos de nossa população, como pobres, negros, por exemplo. No entanto, como estamos falando de novas rotas possíveis, de novos traçados pela paisagem da vida, seguimos com os relatos.

Anne Ranyelle ressalta sobre suas percepções na Universidade:

Eu tive essa experiência de fazer dois cursos. Em 2013 eu passei no vestibular para jornalismo e cursei três semestres de jornalismo e na segunda metade de 2014 eu fiz essa transferência de curso e comecei a cursar arquitetura (UNESP, 2018b).

Anne Ranyelle cursa uma Universidade da capital mineira, Belo Horizonte.

Nessa minha primeira experiência que foi a experiência de entrar para a faculdade, eu entrei em um curso que foi muito aberto, porque a comunicação social em si era muito aberta. E o campus que eu estudava eram muitas pessoas que cursavam filosofia, direito, publicidade, jornalismo... Então foi um campus super tranquilo, um ano e meio eu não me lembro de ter passado por preconceito nenhum, eu não me lembro de alguém me olhando torto... me lembro de muitos debates que a gente teve com professores e alunos, mas debates construtivos sabe? (UNESP, 2018b).

Relatou como sua presença provocava afetos positivos nas pessoas:

Muita gente que me conhece teve comigo a experiência de ser a primeira transexual que entrou em contato e isso acontece comigo até hoje. Muitas pessoas só me conhecem ou me conheceram enquanto trans, ou foi a primeira trans que conheceram, então sempre teve muita curiosidade de saber como é e tudo mais e dentro de uma faculdade de comunicação de um campus de humanas, de debates filosóficos, de debate humanitário, isso foi muito tranquilo... Não existia preconceito, existiam debates, existia vamos entender o que é isso, vamos entender o que está acontecendo, de forma alguma me marginalizavam, me excluíam, as vezes um olhar ou outro, mas era muito raro nesse primeiro momento (UNESP, 2018b).

Ela consegue essa abertura que ela encontra em um núcleo de ciências humanas em que ela estudava. Talvez aqui ela esteja trazendo todas essas discussões que acima tratei, em torno de debates, que propõem a Universidade, sobre os sujeitos que a compõem. Quando a (s) Universidade (s) se dispõe a debater o gênero como um construto sociocultural, ou a sexualidade sendo criada, em um contexto de dominação das individualidades, por sobre um jugo do poder e busca levar essas problematizações para a sociedade, ela está provocando

rachaduras na ordem, fazendo micropolítica. Quando produz/produziu pesquisas trazendo as margens e buscando compreendê-las, faz-se uma crítica a essas produções. E, quando os movimentos sociais também provocam tensões, com relação às essas verdades sedimentadas, a esses esquemas de dominação, fissuras são abertas. Anne Ranyelle, como as outras interlocutoras desta pesquisa, é fruto dessa abertura produzida, que, nos últimos anos, a sociedade brasileira viu acontecer.

Berenice Bento (2019), ao discutir sobre uma “agenda moral” no Brasil, a partir dos últimos acontecimentos e afirmar que todas as mudanças que vimos, nos últimos anos, agora estão sob raivosos ataques morais, que estão acontecendo, porque justamente uma mudança se fez acontecer, ela argumenta que, em 2018, com o advento da campanha política que elege a extrema direita no Brasil, na figura Jair Bolsonaro, ela estava na periferia de Brasília a conversar com pessoas da região sobre o momento político. E ouviu de uma senhora que essa “não iria votar no candidato do Lula, porque o PT distribuiu o kit-gay nas escolas” (BENTO, 2019, p. 17). Ela, então, conta que tentou argumentar, mostrar em sítios da internet que essa notícia era falsa, contou do veto ao material pedagógico, para debater a LGBTfobia nas escolas, feito pela presidente Dilma Rousseff, em 2010, mas, mesmo assim, a senhora insistia na existência do famigerado kit-gay. Bento (2019) prossegue seu raciocínio, ao demonstrar que talvez a senhora tivesse razão. Nos últimos anos, vimos algumas políticas públicas (mesmo poucas e escassas), em que, pela primeira vez na história do Brasil, passa-se a “pautar o debate sobre a necessidade de reparação histórica às pessoas negras, à formulação de um Plano Nacional de Combate à Homofobia e ao crescente protagonismo dos ativismos de trans/travestis” (BENTO, 2019, p. 15) por igualdade de gênero. Aconteceu um grande aumento, no número de vagas, como dito anteriormente, bem como o aumento expressivo de pretos/as e pardos/as nas Universidades públicas, nas quais, atualmente, ocupam mais da metade das vagas em Universidades federais, segundo o INEP (2019). Ela percebe que isso vai gerar um incômodo muito grande no tradicionalismo. Vimos crescer o debate sobre o aborto, sobre o casamento gay, tendo saído vitorioso via judiciário; direitos sexuais e reprodutivos, mudanças de gênero, retificação de nome e gênero no registro civil para pessoas transexuais, tudo isso na “nação cujo Deus é o senhor” (BENTO, 2019, p. 15). Crescimento de dezenas de Núcleos de Pesquisa nas Universidades públicas sobre gênero e sexualidades, “Nunca se falou tanto de machismo, patriarcado, relação abusiva, masculinidade tóxica” (BENTO, 2019, p. 15). Evidente que a reação veio com toda força.

Portanto, esse kit-gay sobre o que a senhora conversara com Bento (2019), podia ou não existir, não importa sua materialidade, importa que ela passou a ver, nos últimos anos, um

crescimento muito grande de temas que até então não estavam na pauta. E, se os últimos anos foram de governos do PT, logo eles fizeram o kit. Certamente ela teve “uma experiência muito próxima, um filho que assumiu a homossexualidade, uma filha trans” (BENTO, 2019, p. 18) que a autorizava a declarar que a verdade de que esse material nunca chegou às escolas “era nada diante do que a realidade lhe apresentava” (BENTO, 2019, p. 18).

Retomo os relatos, em que Anne Ranyelle alerta que havia vários debates, em torno da identidade de gênero, na primeira faculdade em que estuda, ela sentia um acolhimento. Ela não encontrou em outro campus em que ela passou a estudar, agora fazendo a faculdade de arquitetura.

Quando eu fui para a arquitetura eu mudei de campus e era um campus de engenharia e foi um momento que eu estava tomando muitas decisões na minha vida, mediante a me vestir 100% do meu tempo de maneira feminina e eu estava desbravando muito coisa na minha transição e na minha vida pessoal e tava mudando de curso e tava indo para um núcleo de engenharia onde eu tinha muito medo, porque querendo ou não a maior parte do preconceito, ou transfobia mesmo, ou homofobia ela vem do gênero masculino, o homem em si é mais reservado é mais machista é mais preconceituoso, te joga mais para a margem, não te dá liberdade de você se mostrar, de você abrir... acham que você está cantando, ou que andar com você é mostrar para todo mundo que tem interesse, ou... muito conceito assim fechado né? (UNESP, 2018b).

Anne Ranyelle nos traz a afirmação de uma norma que tem, na dureza, na retidão e no rechaço sua forma de se manter. No entanto, penso que dizer do masculino como um bloco monolítico e fechado seria afirmar que não é possível as rachaduras que sua presença provocara nessa mesma ordem tão firme, pronta e acabada. A perspectiva da diferença e da diversidade, que aqui adoto, busca justamente as fissuras, as insurreições e assim as rachaduras nas colunas de concreto armado, dessas normas cujo prazer precisa ficar em segundo plano. A ordem, a força, a dedicação, a norma são contrárias ao desejo. No entanto, perceber que não existem brechas nessa segmentaridade é subestimar todas as insurreições que podem existir. E vejamos, em seu discurso, como esse medo de ir a um campus de engenharia se mostrou depois na realidade:

Eu tinha muito medo, pois estaria em um campus onde é majoritariamente masculino, até hoje, estou quase me formando e meu campus é 95% (por cento) homem e 5% (por cento) mulher, quase que todas as mulheres estão concentradas no curso de arquitetura. E é um curso novo, arquitetura estava abrindo, minha turma foi a segunda a fazer o curso de arquitetura. Então assim, eu tinha muito receio, eu fui fazer o vestibular e fui com muito receio. Ao mesmo tempo eu me surpreendi porque há muito mais olhares, muito mais murmurinhos, um sentimento das pessoas te olhando e se sentir deslocada, mas nunca houve atitudes extremas, que eu já ouvi pessoas passando ou que eu já passei em outros locais, eu nunca sofri isso na faculdade então eu me surpreendi muito entrando no meu campus. Porque foi completamente o oposto do que eu achava, eu achava que ia ser muito mais difícil fazer o curso lá, andar lá, transitar lá (UNESP, 2018b).

O medo de Anne Ranyelle não é fato isolado. Observam-se as estatísticas de mulheres trans que são assassinadas todos os dias no Brasil, que o transfeminicídio faz suas muitas vítimas diariamente e que a transfobia, que Anne diz já ter sofrido, em outros ambientes, é algo muito comum na vida de mulheres trans. Portanto, seu medo é estratégia de sobrevivência em uma sociedade transfóbica. No entanto, mesmo dizendo do medo que estava, ela conquista sua faculdade e *dá sua cara a tapa*, como relatado anteriormente. *“Há muito mais olhares, muito mais murmurinhos, um sentimento das pessoas te olhando”* (UNESP, 2018b), conta Anne Ranyelle. Com isso, ela criou um impasse, sua presença provoca maldizeres, maus olhares. Mas também instala uma discussão. A Universidade precisaria se adequar, para atendê-la e ainda teria um caminho pela frente, porém essa rota começa a se traçar. Ademais, sua presença provocava uma insurreição na ordem. Ela diz que foi, para muitas pessoas, a primeira mulher trans com quem se relacionaram. E o incômodo está ligado ao lugar que o diferente (da norma) ocupa em nossa sociedade. O igual precisa se repetir. Mas o fato de ela estar nesse lugar, tão “masculino”, como ressaltado, já diz muito sobre mudanças.

Ao ser questionada sobre como foi o processo, para conseguir o nome social na Universidade, ela me respondeu que, ao abrir o canal de vídeos no *Youtube*, ela precisava pesquisar muito para levar conteúdo a seus/as espectadores/as. Assim, ela chegou à portaria, em 2015, que dava direito a usar o nome social, em estabelecimentos de ensino, que é a resolução 12/2011. Ela conta:

Abrir um canal pra mim me obrigou a pesquisar muita coisa e a descobrir muito coisa. Me fez gerar um leque de pesquisa muito grande, sobre legislações que eu não conhecia, sobre direitos que eu não conhecia. Foi assim que fui descobrindo o nome social, os direitos que eu tinha e onde eu podia adotar isso, fazer isso... E foi através disso que em 2015, no início de 2015 eu achei a lei que permitia adotar o nome social no SUS e em instituições de ensino. Então fui imprimir a lei e cheguei na cara e na coragem cheguei na secretaria da Universidade e disse que queria adotar o nome social, que é o nome com o qual eu me identifico, está aqui a lei que fala que pode, se vocês quiserem procurar aí (UNESP, 2018b).

Essa atitude é recebida com certo desconhecimento, pois ela disse ser a primeira, no campus em que estava, a pedir o uso do nome social: *“foi um pouco difícil porque ninguém sabia, eu tinha sido a primeira pessoa no meu campus a adotar isso, me encaminharam para o diretor, foi uma certa burocracia, mas foi algo que não foi muito longo, sabe?”* (UNESP, 2018b). Nesse momento ela citou alguns programas de televisão, como o Fantástico da rede Globo, que fez um especial sobre a transexualidade. Ela lembra de muitas mulheres trans que estavam dando entrevistas em muitos canais. O que Anne Ranyelle chamou de *‘boom’ da*

transexualidade, segundo ela, ajudou as pessoas a entenderem melhor seu pedido por um nome social na Universidade. Ela segue relatando como foi o prosseguimento do pedido: “então foi burocrático, mas as pessoas já estavam aprendendo a tratar com delicadeza e na época o diretor foi super compreensivo, atencioso, e liberou, pediu para que eles liberassem” (UNESP, 2018b). Mas seu pedido, ou após o seu pedido, que foi atendido sem grandes problemas, ela disse que o nome social foi incorporado ao portal da Universidade:

Hoje em dia o portal da minha faculdade, depois que ele passou por uma reforma, em meados do ano passado (2017) hoje ele já tem essa função ativa, se você quiser colocar seu nome social, você mesma, no próprio portal de forma autônoma... Mas naquela época ele pediu pra abrir fazer essa mudança (UNESP, 2018b).

Sua demanda abre um precedente e faz a Universidade cumprir a normativa que já estava em vigor há algum tempo. E que representara uma importante conquista do Movimento Social à época.

Esse reconhecimento que trazia e que era uma reivindicação do movimento LGBT, em março de 2018, por meio de uma decisão da suprema corte brasileira, passou a delegar aos cartórios a mudança de nome e gênero, no registro civil, por um processo simples e pouco burocrático, ao menos, na teoria.

Carvalho (2014b, p. 3) identifica que “o não reconhecimento social de que são objetos travestis e transexuais diz respeito a tradicionais hierarquias de respeitabilidade”, visto que ser reconhecido socialmente é ter garantia de seus direitos. Assim, aquele que possui direitos, é cidadão e sua cidadania está vinculada ao seu reconhecimento social (CARVALHO, 2014b).

A busca pela possibilidade de “alterar nome e gênero, no registro civil, comporia, em termos gerais, uma luta pelo reconhecimento da diferença dentro das possibilidades de cidadania plena outorgadas pelo Estado” (CARVALHO, 2014a, p. 4). Ao reconhecer essa prerrogativa e garantir que pessoas transexuais possam retificar seus nomes e gêneros, no registro civil, sem a necessidade de cirurgia ou de um processo judicial, toma-se um grande passo, para a construção de uma cidadania, que possa considerar as pessoas travestis e transexuais no Brasil.

Para pensar o reconhecimento dos direitos, que algumas vidas possuem mais e outras menos, problematizo, a partir de algumas dificuldades, que as interlocutoras me relataram. Vejamos no relato de Maria Clara:

Teve um caso de uns banheiros do instituto, que uma professora, em nenhum momento ela me citou, mas uma professora ela colocou um aviso na porta do banheiro feminino dizendo que era de uso exclusivamente de mulheres, com

exclusivamente grifado. Então, eu não tenho cem por cento de certeza em dizer que aquilo era um recado para mim, é algo vamos dizer no mínimo suspeito né (UNESP, 2018a).

A suspeita de Maria Clara, mesmo tendo no recado o termo *exclusivamente grifado*, leva-nos a pensar que sua suspeita pode estar correta. Sua presença no banheiro feminino do instituto, em que ela estudava, incomodava alguém. Ela percebeu que foi uma professora, uma mulher que destinava para si o feminino. Apenas vaginas podem frequentar os banheiros femininos. Não importa se possuem neovaginas, ou se querem apenas fazer suas necessidades fisiológicas. Ademais, para entendermos essa lógica, precisamos pensar que o poder, que as tecnologias do poder se propagam, efetivam-se nas microinstâncias, nas micropolíticas que são as reproduções necessárias à sua perpetuação.

Como é da ordem do micro que a insurgência se mostre e esta tese trata-se disso é também, na ordem do micro, que o poder se propaga e se mantém. Evidentemente que o poder poderá vir de uma macroinstância e mostrar-se, a partir daí, mas os dizeres de Foucault (1988), nas menores relações, podemos notar a norma, a moral. Em uma atitude cisnormativa (supostamente), a professora demonstrou sua conformidade com a norma, reproduzindo aquilo que a ordem molar dura teria definido. Homem tem pênis e mulher tem vagina, produzindo uma imposição na conformação do sexo ao gênero. Uma mulher trans, por não apresentar essa conformação, supostamente, precisa ser submetida ao escrutínio dessas tecnologias de poder.

Algo semelhante, porém de proporções muito maiores, acontece na Unicamp, onde nos banheiros femininos da Universidade “aparecem” pichações com discursos de ódio, tais como: “vou cortar sua pica; não deixe que os machos invadam nossos espaços; usar nossos sapatos não te faz mulher³³. Isso vai provocar uma forte reação nas pessoas trans que estudavam na Unicamp à época. Algumas dessas pessoas trans são Beatriz Pagliarini, Amara Moira, entre outras, que fazem parte do Coletivo Universitário TransTornar³⁴ e encorajam uma discussão, em torno do que significa ser mulher e por que uma parte dos feminismos (tencionando que o feminismo possui várias vertentes) precisa negar outras formas de ser e estar no mundo.

Essas pichações com dizeres de ódio foram protagonizadas por um grupo de feministas radicais, as Radfem, segundo publica Amara Moira, em sua página no *Facebook*:

³³ Cimino (2014).

³⁴ (COLETIVO..., 2014).

As Radfem reivindicando o direito de só portadoras de vagina, original de fábrica fazerem uso do dito banheiro feminino (nem as cirurgiadas deixam de ser machos para elas). O lugar onde travestis e transexuais farão suas necessidades básicas não interessa às Radfem (MOIRA, 2018).

Essas pichações revelam o que Pagliarini (2013) trouxe como a negação das pessoas que já são excluídas. Ao se referirem às mulheres trans que frequentam os banheiros femininos da Unicamp, apenas por terem pênis (supostamente), faz delas supostas “estupradores”, revela um caráter extremamente biologizante e centrado na fixidez da identidade, o que não é compartilhado por muitas outras partes do movimento feminista e transfeminista. Pagliarini (2013) brinca com uma das frases, ao afirmar que ela então seria considerada mulher por essas RadFem, pois ela não gostava de usar sapatos “de mulher”, como escrito na pichação.

Essa desqualificação do outro, a partir de uma suposta identidade pré-discursiva, que é colocada como pré-cultural, trazendo a existência de um sujeito ontológico, foi amplamente debatida por Butler (2003, p. 19). A autora discute a noção de que o “sujeito do feminismo é em si mesmo uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política”. Ou seja, o sujeito nasce no interior dessas instituições que o nominam. Ele é efeito de múltiplas e variadas tecnologias de poder (FOUCAULT, 1988) que o vão constituindo. Assim, para Butler (2003), não existirá um anterior discursivo do sujeito, “não existe nenhum fazedor por trás do feito”, segundo Sara Salih (2015, p. 65), lendo Butler. Ademais, estabelecer no patriarcado à dominação pela qual elas, as feministas, reivindicam uma emancipação, é ignorar todas outras formas de dominação, como raça/etnia, classe, sexualidade (BUTLER, 2003), como compositoras dessa dominação. Butler (2003, p. 19) argumenta que a lei produz os sujeitos “legitimados e os excluídos”, centro e periferia estão dentro da mesma estrutura de poder e que, para pensar em uma ‘emancipação’ (BUTLER, 2003), faz-se necessária a crítica dessas instituições como representante e produtora (BUTLER, 2003). Ao se afirmarem enquanto portadoras de uma vagina e tendo assim legitimidade para frequentar um banheiro, em oposição ao detentor de um pênis e fundacionalmente opressor, só faria repetir a lógica, buscar representação em um sistema que as produz enquanto periferia, pensando na coerência do sistema sexo-gênero (BUTLER, 2003).

No entanto essa definição do sujeito mulher, como possuindo uma vagina e que somente ela pode reivindicar fazer suas necessidades fisiológicas dentro do banheiro feminino, precisa ser tão insistente e enfática, haja vista as pichações nesses banheiros, o que demonstra o caráter “sustentado e regulado por diversos meios sociais” (BUTLER, 2003, p.

34). Dessa forma, centrar no patriarcado a dominação do sujeito mulher é, segundo Butler (2003), universalizar essa identidade, desconsiderando outras maneiras de opressões sofridas por outras pessoas mulheres.

A presunção política de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada em uma identidade supostamente existente, em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular discernível na estrutura universal, ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina (BUTLER, 2003, p. 20). Retomando a problemática instalada pelas radfem na Unicamp, elas não somente centralizam, em um único opressor, como reproduzem formas outras de opressão que são fixadas em um sexo destinado a um gênero.

Maria Clara continua o seu relato e, nesse momento, lembra algo que acontece com ela, dentro do campus universitário, embora a abordagem violenta não tenha sido praticada por alguém da Universidade. Ela diz:

E teve um outro caso, eu diria que foi o caso de discriminação mais violento que eu passei, desde que assumi minha identidade de gênero, foi na universidade, mas não por funcionários da universidade. Foi uma situação que, um dia eu saindo do instituto em que estudava e indo a outro instituto, que fica ali bem próximo no campus da USP, eu passei por uma base móvel da polícia militar, que ficava sempre situado ali no campus e dois policiais me chamaram, me abordaram, e eles já me abordaram de maneira bastante violenta, perguntando o que eu estava fazendo ali, e quando eu falei que eu era uma aluna e que estava indo para uma aula eles não acreditaram e falaram que eu provavelmente estava lá para dar o cu para algum professor, com essas palavras, e só me liberaram depois que eu mostrei a carteirinha. Perto do campus existem vários pontos de prostituição, aí eles associaram o fato de eu ser trans com a prostituição que ocorre ali próximo ao campus (UNESP, 2018a).

No momento em que Maria Clara me relata esse episódio, sinto que sua voz fica um pouco diferente. Ainda, tempos depois do acontecido, ela parece sentir pavor desse momento. É um pavor com razão de ser, visto os inúmeros relatos de espancamentos de mulheres trans, de prisões sem qualquer fundamento institucional, ou ainda de estupros por parte de alguns dos membros da polícia militar. Maria Clara diz que somente foi liberada depois que apresentou aos policiais a carteira de estudante.

Apesar de o acontecido ter sido dentro do campus universitário, ele não tem qualquer relação com a Universidade, mas busco pensar nesse acontecido, para tencionar a sociedade, em que estamos inseridos/as. Em nosso imaginário moral, esses corpos jamais podem ser estudantes de uma importante Universidade como é a USP. No entanto, não só podem como o são. Assim resta-nos pensar essa violência sendo construída, como uma tentativa de

apagamento dessas identidades, de construção de uma vulnerabilidade social, inclusive ou principalmente, com suas mortes.

Quero pensar a noção de condição precária da vida, construída por Butler (2016). A filósofa, ao se perguntar, “o que é uma vida” (BUTLER, 2016, p. 14), responder-nos-á que o “ser da vida” (BUTLER, 2016, p. 14) é constituído dentro das operações de poder. Sendo assim, esse “ser” (BUTLER, 2016, p. 15) material e corporal é sempre entregue “a normas, a organizações sociais e políticas” (BUTLER, 2016, p. 15), que foram desenvolvidas para nomear quais vidas são maximamente precárias e quais minimamente precárias (BUTLER, 2016). Assim quanto mais uma vida estiver dentro dessas normas e organizações (idem), menos precária e vulnerável será o seu ser corporal. Portanto, quando o policial aborda Maria Clara e lembra-a de sua inadequação à norma, ele traz sua precariedade, pois algumas vidas precisam habitar o espectro do inabitável que são os lugares em que os sujeitos não estão. E a Universidade não pode ser lugar para esses seres inadequados.

É na segregação territorial do espaço público que se criam zonas nas quais alguns podem habitar e outros não. Maria Clara deixa bem evidente que isso não fora cometido por pessoas que integravam a Universidade, enquanto instituição, mas por policiais que estavam dentro do campus. Trago a noção de necrobiopoder, criada por Bento (2018a), para pensarmos que, para manter a vida de uns, é necessário destruir a vida de outros.

Aqui é produtivo adotar a noção criada pela socióloga Berenice Bento (2018a, p. 6) sobre o termo “necrobiopoder”, que toma a noção de biopoder em Foucault, que, como poder de ‘fazer viver’ (FOUCAULT, 2003) e o necropoder do filósofo camaronês Mbembe (2018) como aquele que produzirá a morte. Em suas palavras: “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles o reconhecimento como humanos” (BENTO, 2018a, p. 6) e, por conseguinte, suas eliminações serão estimuladas e outros terão suas vidas preservadas.

Bento (2018a, p. 4) analisa como a produção da morte é recorrente no estado brasileiro, reconhecendo a escravidão como nosso marco fundante. Segundo a socióloga, nossa história está marcada pelos “388 anos” de riquezas que foram retiradas por “sombras personificadas” (BENTO, 2018a, p. 4), aqui citando Mbembe (2018). Assim, a personificação do degenerado, daquele delinquente por natureza, projeta-se na figura de pretos/as, moradores/as de comunidades pobres, nos segmentos sociais “T”, como as travestis e transexuais. Desse modo, há uma política de não reconhecimento (BUTLER, 2016) dessas pessoas, de silenciamento de suas demandas, de invisibilização de suas existências. As vidas vivíveis e as vidas matáveis que Bento (2018) trazem, na composição de seu conceito, pensar

essa política do estado em matar “e que se reverbera potencialmente na violência difusa” (BENTO, 2018a, p. 4).

Seguindo as problematizações sobre o período na Universidade, retomo, a partir da narrativa de Maria Eduarda:

Quando eu fui fazer direito eu fui porque meu pai queria, e também porque na época eu não sabia bem o que eu queria [...] Aí quando eu fui para o direito, eu fui para uma universidade muito elitizada. E foi quando eu tinha de 17 para 18 anos. Isso tem 10 anos. Então, os primeiros períodos da universidade eu gostei porque teve filosofia, sociologia, português, mas quando começou a entrar para disciplinas que eu não me identificava, aí pronto. Eu já estava naquele meio elitista e ainda não gostava do curso (UNESP, 2018c).

Aqui ela relata seu início de curso no direito, o qual ela não chega a concluir. Diz como era seu cotidiano na Universidade, como ela se sentia nesse ambiente:

Mas em relação a aceitação, eu meio que fiz assim: eu já tinha feito teatro, eu estava bem desinibida, eu estava bem engraçadinha. Aí tinha um grupinho de meninas que gostavam de mim nessa época. Eu não tive muitos problemas com amizades nessa época não. Tinha um grupinho de meninas que me tinham assim como uma pessoa engraçada, que eu fiquei sendo a engraçada do grupo. A gente vai usando o repertório que a gente tem para ser aceita né? Nessa época eu me utilizei do humor, da ‘caricaticice’ para ser aceita nesse grupo. Mas aí eu fui tomando hormônio, minha aparência foi mudando eles foram percebendo (UNESP, 2018c).

Diz que essas percepções ela fica sabendo tempos depois, ao reencontrar essas pessoas na rua:

Porque eu saio e encontro eles por aí e eles vão me contando que percebiam que eu usava cinta, percebiam que meu cabelo estava crescendo, percebiam que eu andava maquiada na universidade. Só que eles não falavam nada, não tinha ninguém que me discriminasse, ninguém. Tinham aqueles alunos que eram bem conservadores, mas eles não faziam nenhum comentário a meu respeito. E eu não me sentia psicologicamente fragilizada, porque tinha esse grupo de meninas que me acolheram (UNESP, 2018c).

O fato de encontrar uma “turma” com quem ela podia rir, ela se torna a engraçada, faz com que permaneça na faculdade, mesmo se sentido fora do lugar. Que significa se sentir fora do lugar? De que lugar estamos falando? Tomemos esse fora do lugar ou esse lugar fora que são construídos para algumas vidas (BUTLER, 2016). O lugar certo, correto é o decidido pelas organizações políticas e sociais (BUTLER, 2016) e os indivíduos precisam incorporar esse discurso normalizado. Vamos perceber, na fala de Maria Eduarda, ao mencionar esse fora, já na faculdade. Sua transexualidade é evidente e a maquiagem e as formas femininas

começam a aparecer, o que vai colocá-la fora do decidido pela norma. Foucault (1988) dirá dessa necessidade de incorporação dos discursos o qual precisa adentrar os corpos, para domesticá-los, domá-los, controlá-los.

Ela diz que estuda, em uma Universidade de elite, fazendo um curso que, logo depois, abandona, pois, à época ela fazia para agradar seu pai. Ela relata:

Saí de uma universidade elitista, que não me sentia bem, mas tinha esse repertório de ser engraçada com um grupo de amigas, aí fui para um curso onde me identifiquei. Mas onde foi a questão da identidade foi mais forte, a “disforia de gênero” foi mais forte na psicologia, pela necessidade do momento. Foi onde eu conheci meu marido também. Aí foi quando eu larguei tudo e resolvi viver de prostituição e não deu certo e foi quando eu retornei e pedi ajuda pra minha mãe e ela pagou minha cirurgia, aí quando eu voltei cirurgiada, eu também tive uma questão psicológica, porque eu estava ainda muito na defensiva. Isso foi em 2010, era muita novidade ainda naquela época (UNESP, 2018c).

A novidade sobre o que Maria Eduarda discorre é com relação à discussão sobre a transexualidade, porque ela diz que neste momento o debate está muito na moda. Ela cita durante a entrevista o quadro do programa de televisão Fantástico³⁵, que à época transmitia uma série de reportagens sobre a transexualidade. Também cita uma personagem do folhetim televisivo Malhação, em que existia uma personagem transexual. Ela traz algo importante, para que possamos pensar nesse vetor de saída do território, ou seja, nessa desterritorialização para a construção de um outro lugar, mais habitável, para algumas subjetividades, como das mulheres trans. Em suas palavras:

E certa forma eu fui a primeira de minha instituição e sou a primeira e única psicóloga do meu estado. Hoje já tenho notícia de uma outra que faz psicologia. Mas eu fui a primeira a ter graduação dentro do meu estado. Isso eu me formei em 2014. Eu fui a primeira mulher trans a ter o ensino superior. Hoje tenho notícias de várias outras que estão na universidade. Quando eu voltei lá (referindo-se à instituição que estudou), eu vi várias. Inclusive eu sou conhecida lá (UNESP, 2018c).

Maria Eduarda diz das rotas outras que tem traçado. É a primeira psicóloga trans do seu estado, Piauí. Lembra que, depois que passou pela Universidade, várias outras meninas trans começaram a fazer a educação superior. Ela ingressou, na Universidade, por volta de 2008 e diz que, ao voltar na mesma instituição em que estudou, tem uma grande surpresa com os debates:

³⁵ No ano de 2017, o programa televisivo Fantástico produziu uma série sobre a transexualidade, intitulada: “Quem sou eu” (QUEM..., 2017).

Eu voltei lá o ano passado. Eu tenho um grande amigo meu talvez o maior amigo, que dá aula nessa universidade. Ele começou quando eu estava praticamente saindo, ele é professor de educação física. E ele é ativista, principalmente da causa negra. Ele é homossexual e é negro. Ele é muito ativista da causa, criou um grupo lá. Aí teve a semana da diversidade o ano passado lá, e ele levou uma mulher trans para falar, uma Drag... era uma semana toda voltada para a diversidade e eu estava lá esperando ele para a gente sair, eu não fui para assistir a palestra, meu intuito foi encontra-lo lá e depois procurar um barzinho para a gente ir. Acabei assistindo as palestras e para mim foi um momento mágico, foi a primeira vez que falei de minha transexualidade em público na universidade. Porque eu cresci com o Cassio (o amigo), ele foi meu amigo desde quando eu cheguei e eu o conheci no vôlei, no primeiro grupo de identificação que te falei. Eu vi ele crescer profissionalmente, eu o vi passar na universidade eu conheço toda a trajetória dele e ver ele dentro da universidade em que fui criada e fazer um evento que me contemplava pra mim foi muito emocionante. Aí teve uma hora que pedi para ter uma fala lá que foi uma fala bem emocionada, eu falei até assim: vê você falar de uma temática que me envolve, quando 10 anos atrás eu tive de passar na catraca aqui e ver hoje você falando sobre mim, eu posso te agradecer e dizer que te amo. Foi uma fala muito emocionada. Porque teve um evento, onde um amigo meu de infância, um cara super respeitado falando lá dentro da universidade sobre uma coisa que me contempla... Então foi uma primeira vez e única vez que falei abertamente em público sobre a transexualidade. Acho que foi a última vez que eu tive lá que foi o ano passado (UNESP, 2018c).

Maria Eduarda traz o evento que tinha como tema debater a diversidade. O amigo que é professor nessa instituição o promoveu. Ela diz que ele coordenou um grupo sobre diversidade e lembra que o amigo é homossexual e negro. Assim podemos pensar nesses espaços de discussões que vão criar essas microfissuras na ordem. Lembrando o papel formador que a Universidade tem, não somente o de formar tecnicamente o sujeito, mas de inseri-lo na crítica a essa cultura.

Portanto, quando a (s) Universidade (s) começam a propor núcleos de debates, em gênero e sexualidade e elaborar essa crítica cultural, pensando o lugar das subalternidades e como essas são construídas e mantidas nessa ordem política e social, foi pensando na (s) diferença (s). Assim, quando Maria Eduarda relata esse projeto de seu amigo e professor nesta instituição, penso nesse espaço produzindo outros possíveis. A Universidade Pública, sempre plural, como um espaço possibilitador, que é capaz de sua própria crítica ter docentes negros/as, homossexuais e, entre o quadro de discentes, mulheres transexuais, essa mudança, essas estratégias de resistência são as que busco compor aqui.

Minha entrevistada se lembra dessa mudança que viu acontecendo na sua instituição, que é uma reviravolta dos acontecimentos que aqui têm sido tencionados. Ao relatar um acontecido com ela em um ônibus, ela lembra:

Uma vez eu peguei um ônibus e a menina estava falando de mim para mim. Ela até falou de uma forma pejorativa, assim: 'tinha um traveco que estudava aqui psicologia' eu peguei e falei pra ela, você sabia que esse termo traveco é pejorativo,

quando você quiser se reportar a uma pessoa nessas condições procure uns termos mais adequados, até porque você vai se formar em psicologia. Aí depois encontrei ela novamente e ela com outra postura. Era aluna de um amigo meu, já tinha se assumido lésbica, já tinha assumido o cabelo afro, porque ela usava o cabelo alisado, mas na época eu me senti invadida da forma como ela falou. Mas as pessoas conhecem minha história lá e quando eu saí as pessoas me conheciam como a pioneira, a primeira (UNESP, 2018c).

Os processos pelos quais os sujeitos vão se construindo são vários, mas aqui busco pensar nessa formação, como um lugar capaz de produzir uma crítica à sociedade, estabelecida pela Universidade. E, como ressaltado por Naomar Almeida-Filho (2008), essa sempre teve um lugar não apenas de formar profissionais capacitados/as ao mercado de trabalho, mas propor essa construção crítica perante o ambiente em que está. Assim, o relato de Maria Eduarda nos leva a pensar que a menina (a quem ela se refere) que, inicialmente, referira-se a uma mulher trans, nos termos pejorativos, como ela lembra, depois de algum tempo assumira outra postura. Penso que assumir-se lésbica passa pelas discussões que aqui proponho, pois, tendo um lugar onde possamos repensar o cabelo alisado, bem como o cabelo afro (referindo-se ao cabelo crespo, volumoso) e as formas com que são construídas histórica e socialmente a sexualidade e o gênero e as representações de negritude coloca-se em meio a esse processo. Essas discussões são capazes de produzir mudanças, por exemplo, as pensadas por Bento (2019), quando ela escreve que os debates sobre gênero, sexualidade, raça/etnia foram crescendo ao longo dos anos. Os debates sobre direitos humanos foram trazidos, para a cena principal e muitos ganhos podemos extrair daí. Toda essa movimentação produzida, a partir do Movimento Social, nas esferas macro, bem como na esfera micro, juntando-se ao debate trazido pela Universidade, reverberando nas discussões sobre quais termos usar em relação à transexualidade, sobre o nome social que precisa ser respeitado, sobre aborto, patriarcado, machismo, inclusão, racismo, distribuição de renda, foi produzindo esse possibilitador, ou esse “transexualizador” que a interlocutora narra.

No entanto, para entender como essas mulheres trans interlocutoras desta pesquisa chegam às Universidades, faz-se necessário retroceder e pensar a escola básica, também, como um lugar para se pensar em construções.

5.2 Experiências na educação básica: resistências que incitam rotas de fuga

Aqui construo juntamente às mulheres trans as rotas que elas traçaram na educação básica. Todas estudaram em escolas particulares, visto que são mulheres de classe média, o que nos ajuda a pensar que a escola não é apenas um lugar que constrói exclusões, mas

também desejos (ANDRADE, 2012; LOURO, 2004, 2010; MISKOLCI, 2012; RIBEIRO, 2010; SILVA, 2000; VENCATO, 2014). Se a escola é vista apenas como um dos lugares que a norma tem para instituir suas condutas, como essas pessoas, aqui na figura das mulheres trans, passam por essa escola? Portanto busco trazer a disciplina, a norma que se encontra presente nesta escola, mas também a resistência, no caráter singular das experiências que aqui evocarei.

Retomo as entrevistas e, nesse momento, eu pedia para que elas me contassem sobre sua infância e seus primeiros tempos na escola básica.

Maria Augusta relatou que foi muito *rechaçada* durante a infância, que sofreu muito, vejamos:

Em comparação com agora, eu acho que foi muito, muito mais violento. Porque todo o ambiente escolar desde o jardim da infância, depois ensino fundamental e médio, foi extremamente normativo... e eu fui inúmeras vezes corrigida e rechaçada e ridicularizada, por não ter uma expressão de gênero condizente com o sexo designado ao nascimento (UNESP, 2018e).

Uma expressão de gênero não condizente é não se encaixar nas normativas estabelecidas tanto para meninos como para meninas, visto que a norma se instala, a partir desse binarismo de gênero e ele precisa ser mantido, afinal, esse é um dos cabedais na construção de exploração do feminino, na construção da inferiorização da mulher. Maria Augusta, durante sua fala, apresenta um frisar dessa violência, desse rechaço que, segundo Miskolci (2012), essa experiência da vergonha, da humilhação pública e, na maioria das vezes, a descoberta de se possuir uma sexualidade desviante, dita pelo outro a partir do rechaço. Portanto essa correção necessita ser constante, e qualquer deslize se acionam os xingamentos e os olhares de desaprovação.

No relato de Maria Augusta, bem como no das outras interlocutoras, percebo um vocabulário muito alinhado às teorias do gênero, da sexualidade e *queer*. Por exemplo, quando ela se refere à educação básica, *foi extremamente normativa*. Maria Augusta é uma mulher de classe média, sendo assim, podia ter mais acesso a alguns itens que surgem na contemporaneidade, provocando mudanças estruturais. Penso aqui na “democratização no acesso à internet e às novas tecnologias de comunicação e informação” (CARVALHO, 2015, 387). Ela também está na academia, faz mestrado na UNIFESP, um importante centro em desenvolvimento de pesquisas, inclusive na área do gênero, da sexualidade, da teoria *queer*. Relata-me que faz parte do Ambulatório do Núcleo de Assistência Multiprofissional a Pessoas

Trans³⁶, em que ela começa seu processo de hormonização. Sendo assim, ela participou desses debates que ali se instalaram, que a ajudaram a compreender como sua identidade é colocada sob tensão e assim adquirindo esse vocabulário.

Ela me disse que começou seu processo de entendimento sobre a transexualidade pelos/as *Youtubers*, pois são pessoas que possuem canais, espaços no sítio de compartilhamento de vídeos *Youtube*, para discutir variadas questões. Maria Augusta encontra vários desses canais que a ajudam a pensar a transexualidade. Narrou-me que isso aconteceu quando ela tinha por volta de 15-16 anos, por isso, instalo uma discussão sobre o crescimento deste vocabulário, citado por minha interlocutora, motivado por maior democratização da internet e também pelo surgimento de um “ativismo trans” (CARVALHO, 2015, p. 387), nas redes sociais, embora precisemos pensar como esse crescimento está ligado à proliferação dos debates em torno da transexualidade em caráter macrossocial.

O final dos anos de 1990 assistiu a um crescimento das discussões em torno dos conceitos médico-psiquiátricos sobre a transexualidade “e a disponibilização de tecnologias de transgenitalização no SUS” (CARVALHO, 2015, p. 386). Em 1997, a cirurgia de redesignação sexual deixou de ser considerada crime, e alguns hospitais universitários passaram a realizar a cirurgia em caráter experimental (CARVALHO, 2015). Todo esse debate que se instala até culminar no processo transexualizador, começou a ser realizado pelo SUS, a partir de 2008, coloca a transexualidade em evidência.

Esses termos que vêm da academia, por exemplo, como o termo *normativo*, usado por Maria Augusta. Considero seu conhecimento, para além dos centros de estudos instalados nas Universidades e são exemplos dessas fissuras no concreto duro da norma que aqui estou a traçar. Que esses deslocamentos provocados pelo Movimento Social (das Travestis e Transexuais e LGBT) e pelas Universidades vão produzir esse debate cultural, que hoje podemos perceber com mais presença.

Carvalho (2015, p. 386) disserta que, a partir da organização “política da identidade transexual, trouxe para o centro do debate o não reconhecimento de sua identidade de gênero como disparador de um conjunto mais amplo de injustiças”. O pesquisador destaca várias denúncias, algumas históricas e outras novas, que emergem nesse cenário e põe em debate essas reivindicações. Algumas delas como:

Violência policial, a negligência médica, a exclusão da família e do ambiente escolar, a migração forçada, a humilhação pública, a violência doméstica, o

³⁶ Universidade Federal de São Paulo (2017).

desrespeito sistemático, o trabalho precário, a pobreza, o controle médico, a esterilização forçada, a prostituição como destino, o HIV, o tráfico de pessoas, o estupro corretivo, e, no topo, o sistemático assassinato de pessoas trans, colocando o Brasil como o segundo país a matar mais pessoas trans no mundo, em relação à população geral (CARVALHO, 2015, p. 387).

Todas essas reivindicações, somadas ao crescimento do Transfeminismo, em que Jaqueline de Jesus (2015, p. 9) evidencia, apresentam essa teoria ao público “principalmente por meio da internet”. Em entrevista ao Canal do *Youtube*, Transexuaissp³⁷, Beatriz Pagliarini, discorre sobre a criação do *Blog* Transfeminismo, que fora gestado por volta de 2011, segundo relata no vídeo. Nesse *Blog*, elas, Beatriz Pagliarini e Hailey Kaas, entre outras e outros, produzem um debate em torno de um feminismo interseccional ligado às questões trans. Apresentam desde a indicação de livros e artigos de outros pesquisadores/as, além de conteúdo produzido por elas, como o já citado texto, em que Pagliarini (2013) debate o episódio dos banheiros da UNICAMP com pichações trazendo frases de ódio.

Carvalho (2015, p. 387) escreve que, nos “dois últimos anos, o transfeminismo voltou à cena”. O texto, em que me amparo, para essas análises data de 2015, então, falamos de 2013, mais ou menos a data relatada por Beatriz Pagliarini do nascimento do *Blog*³⁸. Porém Carvalho (2015) aponta que alguns fatores são importantes para que compreendamos essa volta. Ele registra:

A ampliação no acesso ao ensino superior e aumento relativo na escolaridade média das e dos militantes. Mudança na literatura acionada como inspiradora das conformações identitárias e políticas (saindo da psicanálise para as ciências sociais e a teoria *queer*), o surgimento de outras formas de organização diferentes das ONGs como os coletivos universitários, e a democratização no acesso à internet e as novas tecnologias de comunicação e informação (CARVALHO, 2015, p. 387).

Ao debater sobre o vocabulário acionado por minha interlocutora na sua fala, busco pensá-lo a partir desse crescimento dos debates produzidos na internet, nos *Blogs* e redes sociais, como o *Facebook*, por exemplo. E com isso acionando essa mudança que vem acontecendo, em um nível macrossocial de tencionamentos produzidos pelo Movimento Social de Travestis e Transexuais e pela Universidade Pública, criando fissuras ao debater gênero e sexualidade, por exemplo.

Retomando o relato de Maria Augusta, ela continua me dizendo como era essa imposição normativa a seu comportamento:

³⁷ (TRANSEXUAISSP, 2015).

³⁸ Utilizo o *Blog* Transfeminismo, mas existem vários outros *Blogs* pessoais. Por exemplo Hailey Kaas possui seu *Blog* Gênero à Deriva.

Então eu tenho lembranças assim... durante o pré eu tinha muitas amigas mulheres, eu gostava muito de ficar com as meninas e a professora não deixava, eu estudei em uma creche, porque minha mãe trabalhava, então o jardim da infância eu fiz em uma creche e menino tinha de brincar com menino e menina com menina, tinha essa cisão entre os gêneros, aí queria brincar com as meninas eu tinha de ficar negociando com a professora, eu vou dormir direitinho à tarde então deixa eu brincar com a Maiara, deixa eu brincar com a Ingrid, sabe [...] (UNESP, 2018e).

Eu era corrigida: não ande assim, não fale assim, não pisque assim, eu sempre era corrigida no ambiente escolar, depois na escola também e aí isso ficou muito forte, quando eu vou envelhecendo mais, aí eu já começo a pensar em uma terceira, quarta série que as pessoas começam a falar mesmo, sempre fui ridicularizada por ser bichinha, sempre chamada de bichinha, de viadinho, sempre que ficavam com raiva de mim, sempre falavam isso, cheguei até a sofrer assédio de um menino mais velho na escola, então era muito complicada essa situação (UNESP, 2018e).

Essa imposição binária de menino brincar com menino e menina brincar com menina é a manifestação tecnológica, produtiva da norma de criar o dualismo, ou de mantê-lo. E, ao mesmo tempo, essa norma precisa ser atualizada permanentemente, visto que é quebrada a todo o momento, por exemplo, quando Maria Augusta negocia com a professora e diz que vai *dormir direitinho*, se ela deixá-la brincar com as suas amigas. Assim ela entra no jogo da barganha, aprende que suas vontades mais singulares, o brincar com suas amigas, precisa ser negociado.

Goellner (2010, p. 74) discute como somos educados/as a partir da cultura. Ela disserta que não podemos pensar em nossos corpos fora da cultura. “O corpo é educado por meio de um processo contínuo e minucioso, cuja ação vem conformando formas de ser, de parecer e de se comportar” (GOELLNER, 2010, p. 74). Pensemos na fala de Maria Eduarda ao dizer que era chamada de *bichinha, de viadinho*. Ou então na professora que não queria deixar que ela brincasse com as meninas. Segundo Goellner (2010, p. 74), “educa-se o corpo na escola e fora dela: na religião, na mídia, na medicina, nas normas jurídicas, enfim”. A pesquisadora debate que não existe o corpo no singular, mas uma infinidade de tipos, formas. “Corpos múltiplos, ambíguos, inconstantes e diferentes” (GOELLNER, 2010, p. 75), pois, em cada cultura, teremos os centros e as margens. Aqueles corpos que são desejáveis pela norma e aqueles que ferem o seu domínio e passam a ser indesejáveis, logo vamos criando os modelos de corpos e todo o restante que não se enquadrar vão sofrer as consequências. No entanto esse modelo de corpo (masculino, branco, atlético, saudável) contrasta-se com os indesejáveis, os que não se enquadram nessa lógica. Investir na reprodução desses padrões é não adotar uma perspectiva de inclusão.

A pesquisadora nos chama a atenção para pensarmos na inclusão, a partir da pluralidade.

Para tanto é necessário, de antemão, rejeitar os rótulos que aprisionam, engessam e fixam os sujeitos, enredando-os em representações que os nomeiam como feio ou bonito, apto ou inapto, saudável ou doente, normal ou desviante, masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual (GOELLNER, 2010, p. 77).

Investir em práticas como essas, apenas reforçam o imperativo contrário à diversidade e vamos criando exclusões.

Seguindo nos relatos das entrevistadas, questiono Maria Clara sobre seus primeiros anos na escola:

Então foi sempre algo que, a minha reação era sempre de esconder isso. E até interessante uma coisa, que acho que foge um pouco, talvez ao estereótipo, porque as pessoas tem muito estereótipo que as mulheres trans quando eram crianças eram meninos afeminados. Eu nunca chamei a atenção por ser uma criança afeminada. Eu sempre chamei mais a atenção por ser uma criança isolada, por ser uma criança quieta, tímida. Justamente porque eu tinha essa noção de que era algo que eu não deveria demonstrar (UNESP, 2018a).

Essa normatização vai adentrando os corpos e impondo o modo de ser e de agir. Falando aos indivíduos que esse desejo, essa expressão não pode ser demonstrada devendo ser colocada fora de circulação, pois o melhor seria o isolamento, a solidão, para que assim se pudesse evitar o rechaço coletivo, a humilhação do desacordo, a constatação do erro. A linguagem é um lugar em que essa normalização alcança muitos efeitos. Goellner (2010, p. 80) aponta que “a linguagem é uma forma de expressar atitudes preconceituosas. Ela pode suscitar indicativos que fortalecem o preconceito no que diz respeito às questões de gênero, raça, sexo, entre outras”. Assim, ao perceber o que não se podia fazer, ou demonstrar a estratégia, era não demonstrar. Aqui lembro que a linguagem produzida no discurso, aos moldes de Michel Foucault (2008), é também o não dito. Há todo um conjunto de técnicas, signos e representações que são reforçadores dessas atitudes preconceituosas. Uma dessas representações é fazer parecer que a diferença não existe. Que na escola não existe um grande número de corpos, de tipos físicos, de raças, de gêneros, de sexualidades.

Seguindo os relatos das interlocutoras, agora Maria Eduarda traz sua experiência:

um ou outro que tinha uma fala discriminatória (né), mas eram bem pontuais, eu até lembro quem eram as pessoas, como foram poucos, eu lembro as pessoas, lembro o nome. Eu sempre fui uma pessoa querida, por ser muita calada, eu até acho que eu era mais querida antes do que agora, porque antes eu era mais calada, porque geralmente se você é uma pessoa mais calada você se torna uma pessoa fofa né? Ai sempre tinha uma pessoa para me proteger, eu nunca sofri na escola muito não, por conta que eu tinha uma irmã muito protetora, ela é 5 anos mais velha do que eu. Eu tenho 28 oito anos. A minha irmã me protegia. Um dia eu sofri uma discriminação na porta da escola e minha irmã ficou sabendo, ela veio me proteger. Ela ficou uma fera, pulou em cima dessa menina... entendeu? (UNESP, 2018c).

Anne Ranyelle conta-me como foram suas primeiras impressões com a escola:

Minha experiência com a escola não digo que foi tranquila, eu digo que foi muito conturbada, mas eu me apoiava muito nessa questão... eu digo que minha história (teria sido conturbada) mesmo que não fosse uma transexual. Meu pai trabalha com mineração e a gente mudava muito. Tinha ano que a gente mudava três vezes por ano, então por muito tempo fazer amizade, criar laços era uma coisa muito difícil sabe? Por essa questão mesmo de você ter pouco tempo na cidade era difícil de criar laços com as pessoas e eu sempre fui uma pessoa reclusa por causa disso, então era difícil. Mas o lado bom era que quando as pessoas me conheciam e poderiam praticar bullying, me chamar de gay eu já estava me mudando novamente. Eu já estava indo para outra cidade ver outras pessoas, então demoraria um tempão para começar a conversar com alguém criar um laço fazer amizade. Então nessa primeira fase da infância eu não tenho muita lembrança de bullying, até porque a gente mudava muito. Mas depois quando foi passando o tempo, digo assim sexta, sétima série que as crianças já tem uma mente assim mais moldada, aí eu já lembro mesmo de sofrer na pele o que eu chamo de bullying. Minhas lembranças mais recentes de preconceitos foram na sétima série. Mas eu me sinto muito agraciada com minha história escolar principalmente por causa disso. Na sétima série eu passei por um episódio onde eu fiquei quase um ano em uma cidade e foi muito difícil, as pessoas me chamavam de gay, as pessoas se afastavam de mim por causa disso... e era uma época onde eu não assumia nada, até porque como eu te disse eu não me sentia gay e não me sentia hetero, eu não sabia o que era (UNESP, 2018b).

Nesses relatos, parece haver uma lógica do silêncio, cujo indicativo é sofrer ou não violência. Maria Augusta e Anne Ranyelle se dizem cumprindo menos os papéis definidos ao seu gênero e assim sofrem mais com xingamentos e ofensas. E Maria Clara e Maria Eduarda, por serem mais quietas e demonstrarem menos suas identidades “desviantes”, estavam mais adequadas ao padrão estabelecido. Assim, quanto mais propenso aos papéis normativos, ou seja, quanto mais meu comportamento entrar nos padrões de gênero e sexualidade, menos fora estarei, sendo assim menos propício ao rechaço. Nessa lógica de tolerar mais ou menos, esses relatos nos trazem que quanto mais distante da norma, mais próxima do erro e mais próxima de uma correção. Um silêncio-isolamento quer dizer estar longe dos olhares, das piadas que diminuam, que ofendem.

O pesquisador Rogério Diniz Junqueira (2012, p. 60), ao analisar o cotidiano da escola, discorre que está cheio desses elementos reforçadores nas figuras do “classismo, racismo, sexismo, homofobia” e transfobia. Junqueira insiste que esses “fenômenos discriminatórios fazem parte da cotidianidade escolar não como elementos intrusos que adentram sorrateiramente os muros da escola [...], eles são *cotidianamente ensinados* na escola” (JUNQUEIRA, 2012, p. 60-61). E a fala das mulheres trans acima, mostra-nos essa presença tentando colocar os corpos na dominação estabelecida: meninos tem pênis e orientam seu prazer para vaginas e meninas têm vaginas e orientam-se para pênis, necessariamente. Mas também existem comportamentos para meninos e para meninas que

precisam ser reproduzidos pela escola. Replicados até que os corpos estejam sob o julgo da binaridade opositora e fundante de tudo isso.

Louro (2010) cita Corrigan (2010) em suas experiências com a escola e o que ele chama de produção do menino, uma “masculinidade dura, forjada no esporte, na competição e numa violência consentida” (LOURO, 2010, p. 17). Assim a pesquisadora retoma ao texto de Corrigan para trazer as suas lembranças (de Louro) sobre a escola onde ela estudou:

Hoje tenho consciência de que a escola deixou marcas expressivas em meu corpo e me ensinou a usá-lo de uma determinada forma. Numa escola pública brasileira predominantemente feminina os métodos, os resultados pretendidos eram diversos. Ali nos ensinavam a sermos dóceis, discretas, gentis, a obedecermos, a pedir licença, a pedir desculpas. [...] jovens escolarizados, aprendemos, tanto ele quanto eu a suportar o cansaço e a prestar atenção ao que professores e professoras diziam. [...] os propósitos desses investimentos escolares eram a produção de um homem e de uma mulher ‘civilizados’, capazes de viver em coerência e adequação nas sociedades inglesa e brasileira (LOURO, 2010, p. 18).

São essas marcas deixadas por esta produção que Foucault (2009, p. 131) vai chamar da criação de “corpos dóceis”. Louro lembra e é trazido pelas interlocutoras desta tese. Uma produção de um sujeito que incorpore todo o ideal, contrário à abjeção, aqui na figura daqueles e daquelas que fogem a essa regra. Para tanto, para se forjar esse eu civilizado, nega-se toda e qualquer outra forma de vida que não esteja dentro desse já perverso ideal criado. Um homem utópico e uma mulher à sua sombra.

Essa é a utopia da modernidade, da construção de um pensamento que pensa a si mesmo, sempre igual. Aliás o diferente precisa ser esmagado com todas as tecnologias que pudermos inventar. Uma forma muito eficaz de fazê-lo é o silenciamento. Silenciar não necessariamente é matar. O silêncio é construído, a partir do apagamento, como nas falas das mulheres trans e corroborando Louro e Corrigan, o igual é replicado, a partir de mim e o diferente diminuído, maltratado, calado.

A escola produz silenciamento, apagamento, norma. Mas também produz o seu inverso, que são as resistências. Ou seja, na ordem molar, dura, os sujeitos vão encontrar as rachaduras, os microcortes que possibilitam passagem. E, nas falas das interlocutoras, fui encontrando essas fissuras. Em outra experiência de pesquisa com mulheres trans, anteriormente, no mestrado, pude conversar com duas mulheres que se identificam enquanto travestis. Elas me relataram grandes episódios de violência que fizeram com que uma delas abandonasse a escola. Chamei-a de A... e ela relatou-me que, para completar o ensino fundamental I, repetiu “por oito anos a escola para fazer até a quarta série de grupo” (PEREIRA, 2014, p. 66). Questionei-a sobre o porquê, ela disse-me: “eu brigava muito na

escola, acho que é porque eu não me aceitava, começava ia até o meio do ano e depois parava” (PEREIRA, 2014, p. 66). Ela dizia que os “meninos naquele tempo, aproveitavam da gente [...] eram estupros [...] naquele tempo era muito difícil” (PEREIRA, 2014, p. 66). A... foi alguém que não conseguiu ficar na escola. No entanto existe uma datação nesta fala que necessita ser problematizada. A... é uma mulher com seus quarenta e poucos anos, sendo assim, o contexto em que ela cursou seu ensino fundamental são os anos oitenta do século XX. Para a hipótese que levanto aqui, esse é um período que muitas discussões sequer existiam no contexto da escola pública brasileira. Era um período de saída da ditadura que deixou inúmeras marcas. Miskolci (2012, p. 9) escreve como era o cotidiano escolar na época da ditadura militar: “na sala, as carteiras eram colocadas em ordem rígida e a ninguém era permitido trocar de lugar. A professora não titubeava em mostrar uma régua grande, feita de madeira, com a qual dizia ‘colocar na linha’ os indisciplinados”. Na escola, ainda estava muito presente, toda essa normalização binária, meninos de um lado contra meninas de outro lado (MISKOLCI, 2012).

Retomando a fala de A..., me diz que tinha um contexto mais fechado, era uma escola rural. Ela me narrou que havia poucas meninas, mas nunca brincavam junto aos meninos. Um contexto de muita rigidez no comportamento, em que os meninos tinham de “jogar bola” (PEREIRA, 2014, p. 67), ou seja, desempenhar os papéis definidos para eles, pensando no texto do professor Miskolci (2012, p. 9), cuja “régua grande feita de madeira”, estava a disciplinar aqueles que não se enquadrassem. Como A... não se enquadrava, os castigos vinham. Ela diz-me que brigava que revidava, mas não ficava na escola. Narrou -me que nunca conseguiu terminar a escola básica e que, depois de oito anos, para cursar os quatro anos primários, nunca mais voltou. Questionei-a sobre uma possível volta, agora adulta, podendo fazer o EJA (Educação de Jovens e Adultos), ela me disse que algumas de suas amigas foram fazê-lo e não ficaram nem uma semana, “elas foram tão apedrejadas que não ficaram nem uma semana. Todos ficavam olhando, comentando. Não queriam nem sentar perto delas” (PEREIRA, 2014, p. 67).

Esse é um exemplo em que a escola não possibilitou passagem. Sua normatização violenta fez com que elas fossem expulsas desse ambiente. Na fala do professor Sílvio Gallo (2012), ao refletir sobre os possíveis encontros provocados pela educação, ele problematizará que existem os alegres e os tristes. Os alegres são aqueles que produzem afetos criativos, que trazem novas possibilidades, produzindo novos e bons encontros. E os tristes aqueles iguais os trazidos na fala de A..., que produzem apagamentos, exclusões, silenciamentos. Andrade (2012, p. 19) disserta, em sua tese: “na escola, fui violentamente castigada quando buscava

qualquer tentativa de cruzamento da linha de fronteira que separa o sexo masculino do feminino. A vigília era constante, nas brincadeiras, nos brinquedos utilizados, nos gestos”. São esses os silenciamentos em que penso. Esses que negam, outros possíveis apagam a criatividade e instalam a exclusão.

Em minha dissertação de mestrado, sigo problematizando que, apesar da escola, suas vidas seguiram. Construíram-se fora desse ambiente e hoje podem ser chamadas de sobreviventes, visto o número assustador divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) de assassinatos de pessoas trans no Brasil. No ano de 2018, “ocorreram 163 assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, quatro Homens Trans e uma pessoa Não Binária³⁹”. Esse número assustador de pessoas mortas, em vista de sua identidade de gênero, revela uma triste constatação de que existe uma política de morte, em conivência com o Estado brasileiro de transfeminicídio. Termo cunhado por Berenice Bento (2014), que revela os muitos assassinatos de pessoas trans no Brasil.

Segundo Bento (2014a, p.1), “o transfeminício se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo”. Bento desenvolve, em sua argumentação, que o gênero dessas pessoas é causa fundamental de suas mortes. Revela ainda que, ao performarem o gênero feminino, considerado inferior em nossa sociedade, fazem-no em corpos “que nasceram com pênis” (BENTO, 2014a, p. 1). É como se houvesse “um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios” (BENTO, 2014, p. 1). Isso significa que essas expressões de gênero estão fora do aparato inteligível culturalmente construído. Elas não podem ser apreendidas, logo suas existências não fazem sentido, o que revela, em via, suas destruições. Há uma desumanização desses corpos. Bento (2014, p. 2) discorre, em seu texto, sobre “seis ocorrências, para caracterizar o transfeminicídio”. Ela elenca que, na morte de pessoas trans, existe uma tentativa muito clara de “espetacularização exemplar” (BENTO, 2014, p. 2), pois, em suas mortes, há um componente ritualístico de despedaçar esses corpos, de cortar seus genitais e, logo depois, deixá-los abandonados em lugares públicos. E essa morte é seguida por uma negação de suas identidades, pois são sempre noticiadas no masculino. Elas não provocam luto, “as famílias raramente reclamam os corpos das pessoas trans” (BENTO, 2014, p. 2). A morte precisa ser continuada na desmemorização dessas pessoas. Precisa-se apagar

³⁹ Sousa (2019).

suas existências em mortes trágicas e solitárias. Assim essa política da morte, essa necropolítica, segundo Achille Mbembe (2018), assumirá sua função em perpetuar a norma, basta ver como ficam os corpos mutilados.

A partir da narrativa de Maria Augusta, construo um debate em torno do gênero e da sexualidade, na sala de aula.

5.3 “As bichas, adoram ser rasgadas”: Gênero e Sexualidade na sala de aula

Nesse momento da entrevista, eu fazia uma pergunta sobre como os/as professores/as abordavam a questão do gênero, da identidade e da sexualidade em sala de aula: havia alguma discussão por parte dos professores e professoras com relação a gênero e sexualidade? Havia alguma possibilidade de que essas discussões poderiam surgir? Maria Augusta respondeu:

Eu estudei em um colégio que tinha aulas de sexualidade às vezes. Sei lá, uma vez por ano, botavam o professor de biologia lá para falar. Só que assim, aquela história, primeiro os meninos, aí acabava aí vinha as meninas, era separado. E continua: era falado de formas diferentes, era totalmente diferente. E completamente heterocisnormativo. E falava do pênis para os meninos, e falava de camisinha, e de penetrar a vagina. Com certeza para as meninas falavam de outra coisa, deveria ter um componente moralizante, não deva, não faça. A questão da homossexualidade era tratada muito tangencialmente, as vezes de forma neutra: bom gente também existe isso, aí o sexo é dessa forma, mas algo bem assim, para cumprir uma tabela. E continua relatando, agora a lembrança de uma aula: mas eu lembro claramente de uma fala de uma professora de biologia que ela estava dando a aula sobre sexualidade, e ela estava falando sobre sexo anal, aí ela disse claramente que era antinatural e que machucava, aí abre aspas, mas que as bichas adoravam ser rasgadas, fecha aspas (UNESP, 2018e).

Penso esse relato, quando ela cita a professora que tangencia a homossexualidade e que o debate sobre a transexualidade sequer existe para aquele contexto. Essa estratégia de silenciar o outro, de fazer parecer que não existe é uma forma de exercício do poder e da manutenção da ordem molar dura, impositiva. Ou ainda, fala-se da existência desses outros por meio do deboche, do escárnio. É uma existência inadequada e, por isso, precisa ser ridicularizada, para que outros não queiram aliar-se a esses seres abjetos por excelência. Aqui o abjeto designa a sujeira que a boa moral higienizada não quer ver (BUTLER, 2003), a qual traz consigo os não lugares, as não práticas, as não formas de viver, e o sujeito portador da moral universal não pode se aproximar. Por isso, a professora usa a expressão, e as bichas adoram ser rasgadas, referindo-se à prática de sexo anal, que, segundo ela, é praticado apenas pelas bichas, por seres abjetos que praticam um sexo sujo, visto que, em suas falas, deveria ser evitado, pois era antinatural. Somente o abjeto, aquele que não é sujeito, que não participa

da civilização praticará esse ato imundo. O sujeito da moral jamais o fará. Logo se não é humano, se está longe dos centros de poder e saber (FOUCAULT, 1988) poderá ser destruído. Problematizo pensar o rasgar as “bichas”, afinal, o rasgar pode assumir um tom negativo assim quando se rasga, parte-se ao meio. Toma as partes com tamanha força que elas se desprendem. Mas também podemos pensar que a professora disse que elas adoram ser rasgadas.

O caráter antinatural mencionado pela professora da prática do sexo anal, tendo o ânus como um lugar sujo e inferior em nossa cultura, pois esse orifício excretor está associado ao pecado (MOTT, 2001), à abjeção, mas também à transgressão (PELÚCIO, 2014). É uma prática que fere o cânone moralizador e, sendo assim, precisa passar pelo escrutínio do discurso, portanto o ânus ou o cu (é mais potencializador), é um lugar que deve ser evitado. Aprendemos desde crianças que excrementos são muito perigosos, assim, devemos ficar longe deles. Para estarmos longe disso também precisamos ficar longe do cu, pois esse vaso traseiro (MOTT, 2001) que há muito denota preocupação a esta moral traz em si algo desconstrutivo. Imaginem sentir prazer em um lugar por onde saem excrementos? Imaginem quantas doenças, infecções podem ser espalhadas pelo cu?

Logo falar de sexualidade, em uma aula de biologia, onde se aprende que o sexo anal é algo antinatural, perigoso, só demonstra o quanto esse ato oferece perigo para essa ordem molar dura, que tem no sexo, ainda, a garantia da reprodução. Se tal como buscado por Mott (2001), a obsessão da inquisição da igreja católica com a sodomia masculina e seu prazer pelas vias traseiras, demonstra-nos um terror anal, uma proibição sobre essa prática chegando a perseguir quem ousasse fazê-la. A sociedade burguesa não tem cu, como nos demonstra o filósofo espanhol Paul B. Preciado (2009, p. 139) “los miembros de la familia no tienen ano. Papá no tiene ano. Mamá no tiene ano. El niño no tiene ano. La niña, ni siquiera importa si tiene ano o no lo tiene”. Ele segue dizendo que há um encerramento sobre o ânus, castra-se o prazer que esse outrora proporcionara em vista da nascente sociedade capitalista. Mas o capitalismo não tem cu? Preciado (2009), ao discorrer sobre *El deseo Homosexual*, de Guy Hocquenghem, no qual disserta sobre a relação entre capitalismo e heterossexualidade e, segundo Preciado (2009, p. 136), após o aprisionamento do cu em um orifício excretor, “puesto a disposicion de los poderes públicos [...] nació el cuerpo privado”, juntamente com o advento da heterossexualidade do século XIX, esses homens que aí nascem estão com “cuerpos castrados de ano” (PRECIADO, 2009, p. 136). Assim, necessitamos pensar no prazer anal, ou nos prazeres menores, como oferecendo um perigo à moral burguesa e heterocentrada. O filósofo problematiza tendo o cu como potência criativa, aquele no qual se

investe de interdição justamente por seu caráter de transgressão ao pensamento binário, aquele que coloca todos (no masculino) em pontos contrários, ou isto ou aquilo. Negar a diversidade de formas, de modos, de identidades, de tipos físicos, de cores, sotaques, línguas e classificar todos em naturais ou antinaturais é regular, por meio da castração, da interdição impedindo que esse prazer, ou esse desejo produza realidades. Que esse encontre o outro e produza afetos. É a dicotomia normal/ patológico que esse ideal produz.

A produção do homem moderno, civilizado, burguês passa pela construção de um outro que é a sua negação. Santiago Castro-Goméz (2005, p. 80) nos alerta que, com o “desencantamento do mundo”, citando Weber, vai se criando uma “instância central, a partir da qual são dispensados e coordenados os mecanismos de controle sobre o mundo natural e social” (CASTRO-GOMÉZ, 2005, p. 80). Essa instância é o Estado, que irá racionalizar e sintetizar os “interesses encontrados na sociedade” (CASTRO-GOMÉZ, 2005, p. 80). O Estado é esse que fará uma súmula das proposições que serão válidas para todos (CASTRO-GOMÉZ, 2005), usando o critério da racionalização de tudo que “precisa ser canalizado, em uma única direção, que será definida pelo próprio Estado” (CASTRO-GOMÉZ, 2005, p. 81). E, para fazer imperar essa centralidade, o Estado usará de toda a sua prerrogativa impositiva pela violência para “dirigir racionalmente as atividades dos cidadãos”. O homem “moderno” é esse que dirige toda a sua força vital, que controla racionalmente toda a sua energia propositiva para os sistemas de produção. Assim são criadas as instituições disciplinares, trazidas por Foucault (1988), para fazer desse corpo, que poderia revoltar-se, ou buscar o prazer, em vez da racionalização pelo trabalho. É aqui, na construção do ideário civilizatório, que tem na razão seu único propósito; na construção de uma autonomia do sujeito. Um sujeito que é forjado, a partir de dispositivos de saber-poder; de técnicas de disciplinamento que têm na fábrica, na escola, no hospital, nas prisões seus modos de operacionalizar essa produção (FOUCAULT, 1988).

A invenção de um sujeito moldado pelas regras estatais vai criar o que Castro-Goméz (2005, p. 81) chama de a “invenção do outro”. Ademais, Castro-Goméz (2005) cita a venezuelana Beatriz González Stheban que escreve sobre a criação de práticas disciplinares que inventaram os cidadãos latino-americanos do século XIX (CASTRO-GOMÉZ, 2005). “A formação do cidadão como sujeito de direito somente é possível dentro do contexto e da escrita disciplinar e, neste caso, dentro do espaço de legalidade definido pela constituição” (CASTRO-GOMÉZ, 2005, p. 81). Ele segue dissertando que repousava na escrita e por meio dela “as tecnologias de subjetivação do século XIX”, para a construção do homem civilizado (CASTRO-GOMÉZ, p. 81). Uma civilização que passa pela racionalização tem na lei escrita

sua grande função. A lei tem como sentido inventar a civilização, o homem civilizado, “ou seja, criar um campo de identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno da governamentalidade” (CASTRO-GOMÉZ, 2005, p. 81). Esse projeto tem nessa homogeneização das identidades sua principal característica, logo o “homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual” (CASTRO-GOMÉZ, 2005, p. 82) é o sujeito construído. Tudo aquilo que não for esse ideal, como mulheres, negros, índios, homossexuais, não cristãos, não proprietários, loucos ficarão fora da civilização e o castigo, o tratamento e a ilegalidade serão a esses destinados.

Para introjetar essa disciplina a esses corpos e criar um homem civilizado, a escola terá sua função na construção desse ideal. Na escola, aprende-se o momento da fala e de ficar quieto/a. Na escola, seguem-se os ditames do mestre: ficar em fila, não falar alto, obedecer ao professor. Meninos distantes de meninas chegando até a infligir castigos físicos a esses corpos que indocilmente fogem a essas regras civilizatórias. Tudo isso, para que a domesticação dos instintos, as regras de etiqueta possam estabelecer o nós civilizados, e aqueles, os incultos, os subalternos. Manuais de urbanidade serão criados para ordenar o homem da modernidade, nas “novas” terras latino-americanas (CASTRO-GOMÉZ, 2005).

A criação do civilizado, moderno, racional, polido, requer a invenção do seu contrário, portanto a criação do abjeto e de sua sujeira. Tudo o que não respeitar esse cânone sentirá o peso dos padrões, um peso que, como dito anteriormente, disciplina os corpos e depois os controla. As insurreições a essa norma não são bem vistas e sofrerão o peso mortífero do soberano ou o domínio das tecnologias do disciplinamento e do controle.

Nesse contexto, passo a analisar as narrativas de minhas interlocutoras, o estou chamando de estratégias de autoproteção para tentar driblar a normalização e o controle, por meio de pequenas trapaças na ordem, pois, elas precisaram acionar formas singulares, que as ajudaram a permanecer no espaço da escola.

5.4 Táticas de autoproteção: ou trapaças que produzem desejos

Começo por tensionar algumas narrativas das interlocutoras desta tese, quando me contaram que acionaram táticas criadas por elas para permanecerem no ambiente da escola. Essas serão pensadas, a partir das criações de Michel de Certeau (1994), além de refletir também suas famílias como fatores importantes, para suas vivências nesses ambientes, bem como para suas idas à Universidade.

A partir de alguns escritos de Michel de Certeau (1994, p. 41):

Se é verdade que em toda parte se estende e se precisa a rede da vigilância, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que maneiras de fazer formam a contra-partida, do lado dos consumidores (ou dos dominados?), dos processos mudos que organizam as ordenações sociopolíticas).

Vou pensar nessa contrapartida tencionada por Certeau (1994), nesses procedimentos minúsculos que buscam um fazer cotidiano, um fazer ordinário, tal qual cortadores/as de cana que, em seus golpes para ceifar o vegetal, entoam cantos, produzem versos. Construo que essa contrapartida (esses versos do poeta do cotidiano) “constitui as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (CERTEAU, 1994, p. 41).

O filósofo vai se ater aos procedimentos ordinários pelos quais o homem cotidiano, esse esquecido pela história, inventa táticas para se mover nos espaços. Esse homem se torna esquecido por aqueles que estão “presos a métodos analíticos, estatísticos e positivos”, segundo disserta Adilson Silva e Divino Silva (2016, p. 10). “Certeau buscou entender os espaços do subsolo desses ordinários, seu caminhar, os desvios e malabarismo do fazer” (SILVA; SILVA, 2016, p. 11).

Trago para compor as análises, nesse cenário, a fim de pensarmos na noção de “sucata” (CERTEAU, 1994, p. 87), construída pelo pensador, para comentar esses desvios, esses malabarismos protagonizados pelo homem cotidiano.

Não é possível prender no passado, nas zonas rurais ou nos primitivos os modelos operatórios de uma cultura popular. Eles existem no coração das praças fortes da economia contemporânea. Como no caso da sucata, por exemplo. Esse fenômeno se vai generalizando por toda a parte, mesmo que os quadros o penalizem ou “fechem os olhos” para não vê-lo. Acusado de roubar, de recuperar material para seu proveito próprio e utilizar as máquinas por conta própria, o trabalhador que trabalha com sucata subtraí à fábrica (e não tanto bens, porque só se serve de restos) em vista de um trabalho livre, criativo e precisamente não lucrativo. Nos próprios lugares onde reina a máquina a que deve servir, o operário trapaceia pelo prazer de inventar produtos gratuitos destinados somente a significar por sua obra um saber fazer pessoal e responder por uma despesa a solidariedades operárias ou familiares (CERTEAU, 1994, p. 87-88).

As invenções, a partir de sucata, sobre que problematiza Certeau (1994), são esses golpes, como o cortador/a de cana, nessa ordem tecnicista. O trabalhador/a que usa a sucata ressignifica o cotidiano duro da fábrica, por meio de um trabalho livre, criativo e precisamente não lucrativo (CERTEAU, 1994), criando assim uma trapaça nesse mesmo

sistema. “A produção de sucata consiste na arte de desviar, de maneira poética e criativa, uma ordem racional dentro da própria ordem” (SILVA; SILVA, 2016, p. 11).

O pensador nos propõe utilizar essa tática, a qual consiste “na capacidade de se mover nos espaços do outro. Adquirir uma tática é aprender a arte de ‘dar um golpe’ usando o senso de ocasião” (SILVA; SILVA, 2016, p. 13). Por isso, Certeau (1994) destaca a sucata, como sendo a que vai dar um golpe, estimular uma trapaça na ordem.

Com essa discussão, retomo algumas falas de minhas interlocutoras, para trazer um pouco dessa trapaça na ordem, construindo táticas de sobrevivência. Sendo assim, retomo uma parte do relato de Anne Ranyelle, em que diz que mudava muito de cidade, já que seu pai trabalhava em uma empresa de mineração. Nessas mudanças constantes, ela me disse havia um lado bom, “*o lado bom era que quando as pessoas me conheciam e poderiam praticar bullying, me chamar de gay eu já estava me mudando novamente. Eu já estava indo para outra cidade*” (UNESP, 2018b). Interpreto esse relato, a partir dessa trapaça construída por Certeau (1994). Ela me narra que usa como forma de sobrevivência, como tática, justamente suas mudanças.

Andrade (2012, p. 218), ao dissertar sobre essas táticas, argumenta em sua tese: “essas e outras táticas de autoproteção são utilizadas por todos que se encontram coagidos”. A pesquisadora usa uma expressão de Certeau, para pensar essa estratégia, “só lhe resta a astúcia” (ANDRADE, 2012, p. 218). A interlocutora, Anne Ranyelle, vê com astúcia ter de mudar constantemente, o que lhe permitia não ter de passar por constrangimentos cotidianos.

Andrade (2012) baseia suas análises, em sua pesquisa com travestis, que estão na escola em que buscou traçar as resistências que elas vão construindo à ordem normativa. Esse momento específico que citei, Andrade (2012) analisou uma estratégia construída por uma de suas interlocutoras, quando ela sofreu várias tentativas, por parte da gestão escolar, em “adequar” suas roupas e comportamento “ao sexo biológico” que possuía (ANDRADE, 2012), sendo impedida de desfilar como destaque no carnaval. Ela mudou completamente seu comportamento na sala de aula. Suas notas diminuíram e várias vezes foi convocada à direção para conversarem para analisarem o que estava acontecendo. Até que, como ela não era mais destaque em notas da escola, ela poderia ir com as roupas que usava e se comportar como gostaria. Agora ela não se importava com o que pensavam dela, segundo escreve Andrade (2012). Esse era o objetivo, dissimular, disfarçar para seguir em frente. Trapacear, ‘como fazem os insetos e os outros animais’ (ANDRADE, 2012). Aqui a disciplina foi driblada e surgiu “a produção de uma poética, de uma estética camufladora como fazem os camaleões” (ANDRADE, 2012, p. 217).

Anne Ranyelle traz justamente suas saídas, suas mudanças de lugar, suas mudanças de pele, suas camuflagens, pensando nessa metáfora construída por Andrade (2012) e assim não dava tempo para que as pessoas pudessem *praticar bullying*. Desse modo, pensemos que todas essas mudanças de residência, visto que seu pai era *minerador*, fizeram com que sempre estivesse encontrando pessoas novas. Sua vida, aparentemente conturbada de mudanças, foi o que ela estima como potencializador igual àquele trapacear criado por Andrade (2012).

Quando ela cita uma cidade onde sua família se estabeleceu por mais tempo:

Quando eu me mudei para uma cidade chamada Ourilândia do Norte, no Pará, eu estava na oitava série. Essa cidade era uma cidade pequena, a Vale⁴⁰ tinha acabado de se instalar lá, tinha uns quatro mil habitantes, então todo mundo que chegava lá era novo. E talvez porque todo mundo era novo, não ter aquelas panelinhas e tal. Na escola onde eu estudei era muito fácil todo mundo ser amigo de todo mundo porque estávamos todos passando pela mesma situação: filhos de mineradores que não tinham essa abertura porque mudavam muito e do nada chegavam a uma cidade, onde construíram uma escola para a gente estudar e estava quase todo mundo no mesmo barco, por assim dizer. Então ali foi muito fácil de me expor e criar laços (UNESP, 2018b).

Ela relatou que ali conseguiu estabelecer alguns afetos que se encontram na semelhança do deslocar-se, na mudança constante. Encontra-se com outros sujeitos, que iguais a ela eram novos em todos os lugares por onde passavam. Uma cidade nova, uma escola nova, com colegas que também seriam novos. Assim, esse lugar, que se apresentava para todos/as, segundo Anne Ranyelle, era um local onde ainda não existiam os grupos formados e as pessoas que chegavam tinham de se abrir para conhecer outras pessoas. É nesse momento que Anne declara que era mais fácil criar laços, pois, as regras, ainda, não estavam estabelecidas. Parecia existir algo que os colocava não em situações de desigualdade, mas, ao contrário, o local novo os igualava. Durante outras partes, ela relata com muitas saudades desse lugar, ela traz inclusive o nome da cidade, que faz com que ela comece a se abrir para si mesma: “*morei dois anos lá, Ourilândia do Norte e foi lá que eu comecei a me travestir, que me assumi pela primeira vez para os meus amigos*” (UNESP, 2018b). Ao encontrar semelhança, sem tantos julgamentos, como ela lembra, começa a experimentar possibilidades:

Eu passei por essa parte da minha vida em 2010, sobre descobrir o que era transexualidade lá, onde eu tinha uma vertente social maior.[...] A primeira vez que eu me apaixonei foi dentro dessa etapa escolar, meus amigos mais próximos... porque antes eu não tinha... não podia dizer que eu tinha um amigo que eu era apegada a uma pessoa (UNESP, 2018b).

⁴⁰ Aqui se referindo a Vale do Rio Doce, a mineradora multinacional com grande atuação em Minas Gerais.

Foi no deslocamento do entre-lugares que Anne Ranyelle foi construindo algumas táticas. Nesse lugar que era novo, isolado, fez com que as pessoas procurassem umas às outras e estabelecessem laços. Ou seja, as dificuldades uniram essas pessoas. Isso foi o ano de dois mil e dez, em que Anne Ranyelle estava com 15 anos. Um pouco mais crescida, buscou descobrir sua transexualidade, como ela mesma diz. Porém esse fato aconteceu nesse território que Anne Ranyelle vê como menos normativo. Com isso, ela vai se movimentando como é possível. Anteriormente ela disse que a sua movimentação, ou seja, suas construções criativas estavam justamente em não permanecer em nenhum lugar, mas, a partir daquele momento, relata uma possibilidade.

Andrade (2012, p. 218) escreve que “a disciplina é uma coisa, a forma como as pessoas se relacionam com a disciplina é outra”, pois falamos de relações de poder. Há um movimento de cima para baixo, mas também haverá outro de baixo para cima, do centro para as bordas. “Os usuários ou os consumidores podem fazer uma bricolagem com a norma, podem usar — inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei” (ANDRADE, 2012, p. 218). Essa é construção que busco aqui, quando ela usa táticas de sobrevivência, ou seja, ela começa a jogar com a norma, a jogar com a disciplina.

Retomo os relatos, a partir de Maria Augusta, para dizer como foi a escola básica. Ela me diz que foi um ambiente difícil, mas que melhorou um pouco quando chegou ao ensino médio:

Melhora um pouquinho no ensino médio, porque aí já era uma época que eu era assumida enquanto gay, e aí tem os meus amigos próximos, eu tinha o apoio deles. Então com aquelas pessoas eu podia conversar sobre. Já existia uma flexibilização dentro desse ambiente (UNESP, 2018e).

Maria Augusta observa desde o uso de estratégias de convencimento a táticas de manobras para burlar os obstáculos. De trapaças cotidianas, a uma postura mais segura com relação à sexualidade e à criação de um círculo de amigos, faz com que ela possa resistir, ou seja, permanecer nesse espaço. Novamente retomo Andrade (2012), para pensar a escola como o lugar da norma, da disciplina, do controle e esses todos, operando no espaço geográfico e territorial, denotando o que pode e o que não pode. Porém ela também pode ser o lugar da contestação, da produção de saberes outros que não os estabelecidos. É assim que debato a fala de Maria Eduarda, pois, quando ela vê essa *flexibilização* e começa a ter amigos, esse espaço da disciplina e da vigia passa a ser ressignificado. Os/as estudantes “conseguem criar as maneiras de ser e de fazer, as maneiras de se comportar ou de não se comportar, dependendo da ocasião. Sabem as regras do espaço, sabem obedecer (se assujeitar) e sabem

desobedecer (criar resistência)” (ANDRADE, 2012, p. 221). Maria Eduarda, ao mesmo tempo que me relata um lugar de ordenamento, também trouxe um lugar de construção de sentido.

Anne Ranyelle, ao relatar sua volta a Minas Gerais, disse que saiu de sua escola, onde teve boas e importantes experiências, como relatado anteriormente, contudo sua volta a Minas Gerais fez com que ela fosse estudar, em uma escola pública, pois seus pais passavam por dificuldades financeiras:

O meu segundo para o terceiro ano foi a experiência mais, eu digo assim, privadas de conceitos, transfobia, então nesses dois últimos anos eu vivenciei muito isso. Porque foi assim, eu já estava uma pessoa mais aberta, uma pessoa mais madura também, uma pessoa mais disposta a dar a cara a tapa, não me importava com que as pessoas viam, até porque eu vinha de um lugar onde eu tinha sido muito bem acolhida, então eu cheguei aqui foi para dar a cara a tapa mesmo, então eu fui enfrentando muita coisa. Foi um tempo que eu trabalhei em um jornal, eu estava iniciando o terceiro ano, então me tornei uma pessoa muito visada e não estava mais naquela fase de quero me esconder, eu estava na fase de foda-se, essa sou eu. Eu tive muita sorte porque eu passei por uma fase que me moldou e me fortaleceu e que foi base para mim enfrentar esses dois anos, base para mim correr atrás dos meus sonhos e base para saber que existem pessoas que vão me aceitar do jeito que eu sou, independente de gênero, independente de sexualidade (UNESP, 2018b).

Penso essa fala de Anne Ranyelle, a partir dessa vontade de vida que agora não quer mais ficar aprisionada e sem amigos. Anne Ranyelle grita *foda-se, essa sou eu* e que estava ali *para dar sua cara a tapa*. Mas agora ela sabia, ou melhor, tinha experienciado o seu desejo, as suas vontades e não mais os deixaria escondidos, interrompidos. O vulcão já havia explodido e produzido uma enorme nuvem de poeira e rocha incandescente arrasando tudo por onde passava. A fissura fora aberta quando decidiu encarar seus desejos, ao encontrar o afeto, que se potencializou nas experiências de sua vida, nas rotas que buscou construir. Aqui cito Deleuze e Guattari (2011a) no *Anti-Édipo*; os autores afirmam que o desejo tocou a matéria. Ele, essa vontade de vida, essa força primeira, antes de qualquer conceituação, vai sair de algum modo, como um rio que busca o mar, ou a rocha incandescente que busca a destruição por onde passa deterretendo árvores, casas, pessoas. Haja estratégia para barrar toda essa lava quente com vontade de pulverizar tudo.

Portanto, as interlocutoras me disseram que foram criando táticas para transitarem no espaço da escola. Um espaço que muitas vezes lembrava-as de que elas não eram bem vindas ali. Porém, aí consiste suas camuflagens, como cria Certeau (1994). Camuflar é estar despercebido neste terreno, mas não estar silenciado. Elas usam de táticas de sobrevivência, o que as colocam na fronteira, no entre-lugares, mas buscando possibilidades. Em consequência, construo, no próximo tópico, como suas famílias foram peças importantes, em suas carreiras acadêmicas, seja na escola básica ou na Universidade.

5.5 As interlocutoras e suas famílias: afetos e alegria

Nesse momento, busco pensar as suas famílias como importantes figuras na constituição de suas identidades. O apoio que me relatam me ajuda a ver como o cuidado que tiveram foi muito significativo, em seus processos escolares, nas suas transformações e na Universidade.

Começamos pela narrativa de Maria Clara, ao contar como foi importante o suporte financeiro e emocional, quando estava morando em São Paulo para fazer o mestrado. Nesse período, ela ficou um tempo, sem a ajuda de custeio da pesquisa, fornecida pelo governo. Ela diz que o dinheiro que sua mãe mandava foi definidor para que pudesse continuar sua carreira:

Eu diria isso foi muito importante para que eu continuasse na minha carreira acadêmica. Teve um período que passei entre o mestrado e o doutorado, eu passei cinco meses sem bolsa. E morando fora de casa, em São Paulo, durante esse período eu procurei emprego e tudo o mais. Eu passei cinco meses procurando emprego, em um primeiro momento empregos no minha área, então, em farmácia, indústria etc. E mais para frente, qualquer coisa e eu não consegui nada em cinco meses. E nessa fase, meus pais, especialmente minha mãe, me sustentaram fora de casa. Coisa que, se eu não tivesse tido esse apoio, eu não saberia como eu teria me virado. Você está fazendo pós-graduação você sabe que uma bolsa de mestrado, ainda mais vivendo em São Paulo, não dá pra você guardar dinheiro, para fazer uma reserva para esse tipo de situação. Então como me manter sem essa ajuda da minha mãe? Então, esse apoio dos meus pais foi algo essencial para que eu conseguisse continuar nessa carreira (UNESP, 2018a).

O apoio dado pela família assumiu um papel muito importante na narrativa de minhas interlocutoras. Maria Clara traz isso muito claramente em suas falas. Esse acolhimento faz com que elas não tenham que deixar suas casas, tampouco as escolas em que estudam.

Essas histórias que narro aqui podem ser consideradas exceções a mulheres trans. Tomemos a pesquisa de Martha Helena de Souza et al. (2015), com travestis de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 2012. As autoras asseveram que o não apoio da família, ou ainda, as agressões que as trans sofrem “no contexto da família nuclear” (SOUZA et al., 2015, p. 770) vão ocasionar o abandono do espaço da casa. Farão com que elas constituam outras formas de famílias, por exemplo, com as ‘manas’ (SOUZA et al., 2015), que são outras travestis em mesma situação de violência e abandono, ocorrendo geralmente nas pensões exclusivas para travestis.

Souza et al. (2015, p. 771) registra que essa violência começa quando elas experimentam as primeiras mudanças corporais por “não estar nos padrões de gênero esperados pela família como um dos primeiros obstáculos vivenciados”. Os padrões de

gêneros vão definir o homem e a mulher verdadeiros, mantidos pela/na heterossexualidade. Existirá “uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação”⁴¹ (A REINVENÇÃO..., 2005). Ao manifestar essa inadequação a esses sistemas serão punidas por seu desrespeito a essas normas. Inadequadas que são podem ser jogadas na rua com dizeres de que essas não são suas filhas. Kulick (2008), em sua pesquisa, destaca a narrativa de uma travesti, ao ser expulsa de casa, sendo espancada por seu irmão e com os ditos de sua mãe que podiam matá-la. Toda essa violência, todo esse abandono vai produzindo um enfraquecimento da autoestima nessas mulheres, segundo escreve Peres (2005, p. 2), trazendo adoecimento para essas pessoas, como “depressão, crises de ansiedades, sensações de pânico”.

No entanto esse tencionar foi trazido, para que pensemos como é importante o apoio e o incentivo da família para as mulheres trans e, obviamente, para muitas outras pessoas. Sigamos os relatos das interlocutoras.

Maria Eduarda fala sobre o apoio de sua mãe ao seu processo de transição.

Minha mãe quando eu falei pra ela, mãe eu preciso de você. Foi quando eu falei pra ela e ‘botei’ ela na parede, eu preciso da senhora, eu preciso que a senhora me ajude, que você pague minha cirurgia. Minha mãe foi fazer a cirurgia comigo, me acompanhou em tudo. Foi pra São Paulo comigo (UNESP, 2018c).

É desse lugar da aceitação de suas identidades, de ajuda a pagar a cirurgia, visto que a família detinha posses; de buscar entender, com a ajuda da irmã mais velha, o que seria a transexualidade para sua mãe e seu pai. É onde busco construir um argumento do cuidado e incentivo como agregador para seus processos identitários, desde suas vivências no ensino médio, passando por seus processos da transexualidade, chegando à Universidade. Hoje são psicólogas da Rede Federal de Saúde, ou Pós-doutoras, arquitetas, doutorandas, mestradas.

Continuando nossas análises sobre a importância que a família assume na vida das interlocutoras, busco alguns relatos que trazem o apoio que recebem durante o processo da transição “de gênero”⁴².

Vejamos o que fala Maria Augusta sobre sua família como eles lidam com ela:

⁴¹ (A REINVENÇÃO..., 2005).

⁴² Deixo entre aspas, para pensarmos na fala de Beatriz Pagliarini que, ao ser interpelada sobre como foi seu processo de transição, ela me questionou se realmente existiu um momento ou foi desde sempre que a transexualidade se manifestou. Desse modo, tenciono a identidade, como algo fixo e busco pensá-la na correlação com outras identidades. Por exemplo, a cisgeneridade.

Foi muito surpreendentemente positivo, eu acho que de certa forma eles já estavam, vou usar essa expressão, calejados, porque eu já tinha me assumido gay com 16 anos. Aí eu acho que durante esses anos eles foram acostumando com a ideia de eu não ser normativa e aí meio que a transexualidade foi a cereja do bolo, então eles entendem meio que assim, no mesmo balaio essas coisas. Então foi muito tranquilo. No início teve uma questão de estranhamento... 'ai, não sabemos como vamos lidar com isso, mas sim, a gente te respeita, vamos te apoiar, a gente te ama'. Então assim, deu quinze dias eles já estavam se esforçando para me chamar de filha, de usar o nome Maria Eduarda. Minha mãe 'olha trouxe um vestido para você'. Então nossa relação super melhorou e hoje é muito, muito melhor do que era na minha adolescência, porque aí a gente rompeu com essa barreira, hoje eu tenho total apoio dos meus pais e dos meus tios também (UNESP, 2018e).

Anne Ranyelle relata-me uma experiência um pouco mais conturbada, mas que termina em acolhimento por parte dos pais, principalmente da mãe:

Familiarmente falando eu tive vários momentos, eu tive um momento em que meus pais descobriram, inclusive é como eu falei em outro vídeo que meus pais descobriram de uma forma que eu não estava pronta para falar para eles. Muitas pessoas da minha família já sabiam, mas meus pais não. Então eles descobriram através da internet, então assim eu fui obrigada a adotar uma postura que ainda não estava preparada para assumir. Foi minha primeira grande dificuldade, porque me jogaram para fora de minha zona de conforto e foi uma coisa que eu não estava preparada para assumir. Mas de certa forma foi bom, eu passei por muita coisa. Minha mãe é muito religiosa, meu pai trabalha com mineração e é de uma família de caminhoneiros, então você já imagina que ele vem de uma família muito machista em contrapartida minha mãe vem de uma família muito religiosa. E assim, eu tive de desbravar muito coisa, foi uma construção. Pra minha mãe foi muito difícil, até hoje é muito difícil pra ela, por exemplo, me chamar pelo meu nome, Anne, ela me chama pelo nome de batismo, assim como muita gente da minha família. Pra ela foi muito difícil a primeira vez que comecei a me vestir, ela tinha muito medo, ela tem muito medo de como as pessoas vão me tratar na rua, mais medo do que eu. Da forma como as pessoas veem com preconceito, ela fica muito assustada com essas notícias que vazam de gente que mata as transexuais, que mata homossexuais, que violentam. Às vezes ela repreende muito mais as pessoas que me olham de forma esquisita na rua, do que eu, nota muito mais que eu, porque ela tem essa preocupação. Pouco depois que eu abordei sobre isso ela e meus pais se separaram, e para meu pai era bem mais difícil, tanto que eu digo que estou em uma transição há basicamente oito anos e a minha relação com meu pai começou a melhorar a se estabilizar da gente conversar, dele aceitar, não digo nem aceitar, mas respeitar, de janeiro para cá (se referindo a janeiro de 2018). Então é bastante recente, eu passei por vários momentos de tribulação com meu pai. E assim o resto da família eu tive muitos primos que foi assim super fácil, muitos primos que eu me abria, muitos tios foi tranquilo, pra outros não. Pra minha avó foi muito surpreendente, ela nunca falou nada comigo, então eu nem posso dizer assim, da parte dos meus avós o que eles sentem, eles são muito reservados, ninguém nunca falou na minha cara, mas também ninguém nunca me destratou. Foi uma construção, foi degrau, por degrau, ao longo desses anos, até que um dia se tornou natural, hoje eu não tenho nenhum problema em nenhuma parte da família (UNESP, 2018b).

Beatriz Pagliarini me relata como foi a aceitação de seus pais quanto à sua transexualidade:

Ainda sobre apoio familiar, a primeira coisa que disse foi que era aceita pela família. (Aqui ela se refere que começa a entrevista dizendo que sempre foi aceita pela família). Isso é verdadeiro, além de ser verdadeiro o fato de que eu nunca cogitaria a ideia de que eu poderia ser expulsa de casa ou coisa parecida. Contudo, no começo da transição, não foi exatamente fácil a compreensão deles, porque afinal ninguém é educado sobre questões trans. Mas felizmente isso foi se acertando com o tempo (UNESP, 2018d).

Novamente retomo a ideia sobre o apoio que relatam todas elas, pois foi muito importante para suas experiências e suas vivências. Ter uma família que pudesse pagar os custos de uma faculdade cursada fora de sua cidade natal, ou ainda, dar suporte emocional quando elas precisam para viver suas transexualidades, surgem como de fundamental importância para essas análises. Com isso, retomo Certeau (1994), ao escrever sobre os pequenos golpes dados na normalização, no controle. Se o mais comum, segundo as pesquisas mostram, “Martha Sousa (2012), Hélio Silva (1993), Marcelo Oliveira (1997), Don Kulick (1998) e Marcos Benedetti (2005)” (PELÚCIO, 2009, p. 70), são os espancamentos por membros da família nuclear, como irmãos mais velhos, pais, dar apoio, incentivar nos estudos trazem essa outra movimentação.

Termino essas análises trazendo, que mesmo com o peso do disciplinamento e do controle, a vontade de vida teima em emergir. É essa teimosia que provoca a trapaça e camufla desejos. Esconde-os do olhar retilíneo uniforme da disciplina, do controle. As Marias desta tese, as mulheres que entrevistei não estavam sozinhas. Suas famílias surgem como importantes insufladoras, rebeldes que são, contrárias a esse ideal civilizatório, descrito por Castro-Gómez (2005). Assim das minúcias das resistências ao acolhimento das famílias e tendo em suas vivências sobre a transexualidade a construção de rotas outras, na escola básica e na Universidade criando linhas de fuga.

6 DOS PONTOS ÀS LINHAS: TRAÇANDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento intento traçar não o final, a conclusão, como se o processo que aqui analisei estivesse pronto e acabado. É um momento de finalizar uma etapa, muito mais pelos prazos que me são impostos ou ainda pelas exigências das normativas que vão nos construindo. Aqui desenhei um processo que se iniciou há quatro anos. Das viagens longas e demoradas, de noites e mais noites sem dormir até as descobertas da pesquisa. Um processo que tem seu desenvolvimento, quando delinhei o projeto de pesquisa e começo a pensar que havia um novo se mostrando neste horizonte que buscava traçar. Novo, pois, na primeira década do século XXI, as pesquisas com as travestis, mesmo que não estivessem na prostituição, seus focos, este fenômeno se mostrava muito aparente aos/as pesquisadores/as. Por exemplo, as pesquisas de Ayme (2001) buscavam entender como o processo de montagem de travestis, transexuais, transformistas e *drag queens* fazia com que o gênero não se mostrasse uma estrutura binária e essencializante. Peres (2005) constrói as respostas das travestis, o seu enfretamento, a partir da produção de uma cultura de resistência. Benedetti (2005) pesquisou a construção de seus corpos na criação de sentidos para suas vidas. Alexandre Vale (2005) escreveu sobre os processos migratórios das travestis buscando lugares que fossem menos hostis para suas vidas. Berenice Bento (2006) constrói seu trabalho em torno do poder médico. Tiago Duque (2009) disserta sobre travestis adolescentes. Larissa Pelúcio (2009) constrói uma etnografia sobre o modelo preventivo da AIDS.

O fenômeno novo que intentei descortinar foi a presença de mulheres trans nas Universidades Públicas brasileiras, nas graduações, nas Pós-graduações. Nesta tese, busquei enxergar como as mulheres vão traçando estratégias de resistências e construindo rotas outras até chegarem à Universidade.

Da atuação do Movimento Social de Travestis, inicialmente e depois de Transexuais construindo rotas de passagem, como denominei aqui, fui compondo rotas com o Movimento Social de Travestis e Transexuais, o qual foi se construindo reivindicando o fim da violência policial a que eram e ainda são submetidas. Assim a luta pelo direito ao respeito nas ruas, nas escolas, nas famílias era a reivindicação inicial desse Movimento, que teve na luta contra a AIDS uma tragédia que as uniu. A luta contra a epidemia organizou a criação da Associação de Travestis e Liberados, a ASTRAL e fez com que conseguissem os primeiros financiamentos para suas ações. Com isso, foram ganhando espaços, conseguindo financiamento para seus encontros, por meio do Programa de HIV/AIDS e produzindo as físsuras que aqui busquei mostrar. Um Movimento que também se produziu nas entrelinhas,

não apenas no diálogo com o Estado, mas construindo sentido, por exemplo, quando entraram pela primeira vez na Câmara Legislativa Federal, em 29 de janeiro de 2004, para o lançamento da Campanha do Movimento, onde pediam respeito (CARVALHO, 2015), ou ainda, nas organizações de seus ENTLAIDS produzindo resistências. Assim, quando acionam a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência a qual entra em contato com o Gabinete de Segurança do Estado de Goiás, conseguem garantias, junto ao Secretário responsável, em relação à violência perpetrada pelos policiais nas ruas. Tudo isso vai produzindo fissuras, pequenas rachaduras nesse concreto duro e começo a compor esse movimento de construção dessas estratégias de resistências. O Movimento de Travestis e Transexuais, desde seu início, atua em campanhas educativas, produzindo materiais para educadores e gestores, segundo escreveu Carvalho (2015). Inicialmente, no âmbito da saúde, criando a ideia de respeito a seus corpos, a suas identidades. Nesses materiais se ensinava como tratar travestis e transexuais a partir de seus nomes sociais, por exemplo.

Os diálogos com o Estado vão produzir importantes Políticas Públicas, por exemplo, o BSH, em 2004. Esse Programa representava um salto para se pensar em combate à discriminação de pessoas Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (à época). Assim, a partir da criação das Secretarias, que estavam ligadas diretamente ao Executivo, logo no primeiro Governo Lula da Silva, juntamente aconteceu a criação da SECAD, que teve importante papel na formulação de Políticas que tinham como foco a educação. Uma das primeiras feitas desta Secretaria foi a proposta de se levar o debate em torno da diversidade para a escola, com a formação continuada de professores e professoras. O curso Gênero e Diversidade na Escola contou com participação de várias Universidades Públicas em diversas edições. O GDE se mostrou bastante importante em discutir os temas da diversidade sexual, identidade de gênero e questões ligadas a raça/etnia e propunha debater a diversidade, em uma perspectiva cultural, ou seja, buscava a origem histórica das construções normativas e mostrava que, em um panorama que buscava a inclusão, fazia-se necessário debater algumas práticas que eram perpetradas pela escola. A ponte entre Universidade Pública, os debates sobre gênero, sexualidade e teoria *queer* e a escola básica acionada pelo GDE foi de grande importância para pensarmos nessas outras rotas que estavam sendo abertas. Portanto o GDE foi um instrumento usado na construção deste processo que aqui desenho, que possibilita que hoje tenhamos mulheres trans e outras populações historicamente excluídas deste lugar, compondo o quadro desta instituição. Se as mulheres trans não passassem pela escola básica, se elas fossem expulsas com todos os mecanismos de controle e disciplinamento que a escola possui, elas não chegariam à Universidade. Sendo assim, debater as questões da diferença, da

inclusão, da diversidade sexual e de gênero, ou ainda, do machismo, do racismo e mostrar como isso está presente no cotidiano escolar, pode ser por meio do silenciamento, como os trazidos por Andrade (2012), quando ela reflete sobre seu período na escola básica e no qual houve inúmeras tentativas de disciplinar seu corpo, controlar seu comportamento. A metodologia do GDE propunha a revisão em livros didáticos, em filmes e, como em nosso cotidiano, está presente a heteronormatividade.

Desse modo, ao levar demandas históricas do Movimento GLBT (à época), para a educação básica, como a desconstrução da imagem negativa que possuem os/as LGBT, propor, por meio de um debate que mostre como estamos inseridos em uma cultura e como ela nos molda (GOELLNER, 2010).

Para pensar a Universidade, trouxe-a como um espaço possibilitador. Se inicialmente eu via a Universidade pública como fechada, pouco aberta ao diverso, no fazer desta tese fui percebendo o quanto sou fruto desse processo que analiso, da abertura por que a universidade pública passa recentemente, a partir da criação de Programas como o REUNI, em 2007 e o SISU, em 2010, reformulado em 2012 com a criação da lei de cotas, o aumento no número dos campi, sua interiorização e o seu aumento nas vagas. Sendo assim, essa abertura na Universidade Pública (ela foi sempre trazida no plural) mostra-nos algumas vertentes. Uma delas é que um filho de trabalhadores rurais, de um pai com pouquíssima escolaridade e de uma mãe com ensino médio, hoje, tem a chance de produzir uma tese, de proporcionar a sujeitos historicamente alijados deste espaço, hoje, estarem presentes nas Universidades. Nesse cenário, trouxe as mulheres trans, ou seja, essa Universidade como possibilitadora de produção de subjetividades menos capturadas, que é capaz de provocar mudanças na sociedade criando outras rotas; como centros de estudos para se pensar o gênero e como esse mantêm as desigualdades entre homens e mulheres e, logo contestar essas desigualdades, ainda nos anos de 1970/1980. Ou os estudos *queer*, contestando a subalternidade delegada a algumas singularidades, ao produzir, nesse contexto, no cu do mundo (PELÚCIO, 2014), nas periferias, um contestar de teorias canônicas, que invisibilizaram saberes outros. A partir desta contestação, originária nos feminismos, nos estudos pós-coloniais e no *queer*, criar as nossas contestações. Escutar vozes de outros sujeitos historicamente esquecidos, muitas vezes, silenciados ou desprestigiados tem sido uma das contribuições mais sensíveis destes campos de produção que aprendemos a chamar de Saberes Subalternos. Este processo de contestações e de elaborações contra discursivas passou pelas salas das Universidades.

Essa ideia de trazer algumas vozes subalternizadas fez parte da metodologia desta tese, pois pensei a ciência não como um bloco monolítico, mas uma ciência que se pensa e se

repenha a todo o momento, que questiona porque algumas vozes são silenciadas e outras não. Busquei interrogar como os centros são criados, interrogar por que esse espaço se manteve tão longamente masculino, branco, classe média, norte-centrado. Porém, quando a ciência se questiona e produz-se longe dos centros, a partir das periferias, um movimento de encruzilhas epistemológicas, de saberes outros, buscando novas metodologias e dando vozes a outros sujeitos, ela se mostra sendo feita não por um outro imparcial, sem nome, sem sexo, sem gênero, sem raça/etnia, aparece como uma produção localizada, feita por sujeitos datados, topologicamente localizados, historicamente produzidos e trazendo todas as características de quem que a faz. A ciência não é neutra, porque ela é feita por pessoas, que tampouco o são.

Assim sendo, essa Universidade Pública que tencionei, com todas as particularidades que ela possui, com todas as diferenças que existem em seu seio, pode ser vista como um lugar que possibilitou outras rotas. As interlocutoras desta tese trazem isso em suas narrativas. Que ao chegarem nas Universidades que frequentam e frequentaram, vão encontrar um lugar que possibilitou suas transições. Das burocracias para o uso do nome social, às dificuldades no acesso ao banheiro, essas discussões também foram travadas dentro das Universidades. As portarias passaram a vigorar, em nível municipal, estadual e depois em nível federal que permitia o uso do nome social a travestis e transexuais. Essas portarias surgiram, em finais de 2008, quando o estado do Pará promulgou a primeira resolução estadual, para uso do nome social na sua Secretaria de Educação. Belo Horizonte foi a primeira cidade a permitir que mulheres trans fizessem o uso do nome social em uma Secretaria Municipal de Educação. A partir dessas resoluções, outras foram se espalhando pelos estados e municípios, até que, em março de 2018, foi promulgada uma decisão pela Suprema Corte brasileira, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI que regula a troca do prenome, bem como do gênero nos registros civis, sem a necessidade de cirurgia ou de se mover uma ação judicial, ficando todo o processo a ser regulado via cartórios.

O nome social surgiu, em minhas análises, como um disparador na construção desse processo de outra subjetivação a mulheres trans. A partir de 2014, quando o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - passou a aceitar entre os/as candidatos/as pedidos para o uso do nome social no Exame o número de pedidos aumentou consideravelmente. De 102 pedidos, em 2014, passou a 394 em 2019, um aumento de mais de 386%. Portanto o nome social, mesmo sendo constatado por Bento (2014) como cidadania precária, ou gambiarra legal, quando menciona que ele é apenas a ponta do *iceberg*, possibilitou que muitas pessoas trans se sentissem mais à vontade para tentarem o ENEM e assim uma vaga nas Universidades

públicas, ou ainda, nas particulares, por meio dos já citados REUNI e SISU, ou ainda de Programas como PROUNI e FIES⁴³, nas Universidades Privadas.

Nesse processo de construção de outros modos de subjetivação, também, pensei o episódio acontecido nos banheiros públicos da UNICAMP, em que as pichações com insinuações transfóbicas, mostra-nos o quanto a disciplina, o controle é capaz de espalhar seus tentáculos, crescer a sua rede e tirar das pessoas as suas necessidades mais básicas, que é frequentar um espaço para fazer suas necessidades biológicas. Mostra-nos que o controle não vem apenas de autoridades acadêmicas ou do Estado, mas pode ser produzido mesmo por segmentos que se anunciavam emancipatórios, como no caso de mulheres, que naquele contexto se nomeavam feministas.

As RadFem disseram que mulheres trans, por terem pênis (ou não), não podem frequentar o banheiro “das mulheres”, pois seriam estupradoras em potencial de “mulheres biológicas”. Esse fato provocou uma importante reação nessas mulheres trans, que produziram todo um conjunto de debates, a partir desse episódio, em que muitos deles por ativismos pela internet (CARVALHO, 2015). Assim, levou a discussão do Transfeminismo a várias lugares. Jesus (2015) disserta que a maior parte dos debates, produzidos pelo Transfeminismo, aconteceram pela internet. Esse debate aconteceu por volta de 2013, como enumera Carvalho (2015), e alguns fatores, como o aumento da escolaridade dos/as militantes, o surgimento de outras formas de organização que não apenas o modelo de ONGs, por exemplo, os coletivos universitários, temos o que dispara toda essa discussão, esse debate em torno das pichações na Universidade de Campinas o Coletivo TransTornar, criado após o episódio das pichações no banheiro da Universidade.

Ao propor esse debate, a partir do interior da Universidade, quem o encabeçava eram pessoas trans que estavam na Unicamp. Por exemplo, uma das interlocutoras nesta tese, Beatriz Pagliarini é uma das produtoras desse coletivo e, também Amara Moira, ambas estudantes da instituição; Pagliarini na graduação e Moira fazendo doutorado, à época. Toda essa movimentação surgiu, a partir das teorias feministas e transfeministas. O transfeminismo, discute Kass (2011), é um feminismo voltado às questões trans, mas vem ancorado em discussões clássicas dos estudos feministas e de gênero, que desde os anos de 1970 estão presentes nos debates acadêmicos, tencionando a suposta naturalidade das opressões relativas aos gêneros, aos corpos e, assim, também à raça. Enfeixamento de marcadores hoje bem

⁴³ Programa Universidade para Todos – PROUNI, que permite acesso às Universidades privadas, em que se ofertam bolsas a estudantes oriundos de escola pública e com renda familiar baixa. O FIES é o Programa de Financiamento Estudantil, no qual os/as estudantes podem financiar seus estudos a juros baixos e com tempo estendido para pagarem depois da graduação.

articulado pelo feminismo interseccional, portanto o transfeminismo está fortemente ancorado em debates que desde há muito fazem parte da academia, da Universidade, mas o desafia e o questiona. Ao levar essas discussões, por meio das mídias conectivas, dos meios pós-massivos, em comunicações mais horizontais, compartilháveis e interativas, esse discurso produz o efeito de levar as questões das mulheres trans a outros espaços.

Ao estabelecer esses debates em redes sociais, como o *Facebook*, ou em *Blogs*, elas levaram essa discussão a um maior número de pessoas. Assim sendo, esse ativismo trans que tencionei, a partir de Carvalho (2015), chega às interlocutoras desta tese e produz esse deslocamento que aqui tracei. Ao pensar a fala de uma das interlocutoras, ela discorre em como os *Blogs*, e as *Youtubers* trans ajudaram-na a entender melhor a sua transexualidade. Quando aparece, em suas falas, um vocabulário com palavras como normativo, heteronormatividade, cissexismo, cisgeneridade, todos esses termos, incorporados pelo transfeminismo, são debates presentes nas salas das Universidades, nos espaços acadêmicos desde os anos de 1970 com as discussões sobre gênero e depois com os estudos *queer*, no final dos 1980, início dos 1990.

Um dos episódios que problematizo, para buscar entender esse processo instalado pelas transfeministas, é quando umas das mulheres trans com quem intento conversar se nega a dar-me uma entrevista. Até aí não há problemas, mas quando isso é dito juntamente à fala de que não darei a entrevista, porque você é cisgênero, busquei pensar esse episódio sobre o viés de que, ao instalar o *cis versus*, instalava-se uma essencialização. Era como dizer todos/as pesquisadores/as faziam suas discussões de uma mesma forma, objetificando os corpos trans. Pode-se cindir pessoas que podem trabalhar em prol de causas conjuntas, pois a ideia sempre foi sentir “com” e nunca falar “por” elas. Mas, ao criar um certo radicalismo, que não é consenso dentro da teoria transfeminista, elas (as transfeministas) também levaram o debate para suas questões. Por exemplo, quando trouxeram o termo cisgênero, para pensar as identidades que não são transgêneras, inseriram suas reivindicações, pautadas há anos, a partir do movimento social de travestis e transexuais, que vão desde a violência policial, precariedade no trabalho, violência escolar, evasão escolar, segundo escreve Carvalho (2015). Essas demandas, vindas do movimento social, aliadas com os estudos feministas, de gênero vão produzir o que Jaqueline de Jesus (2015) disserta ser o Transfeminismo.

Também constatei que a participação de suas famílias, em sua educação básica e, em seguida, em seus processos de transexualização, estando junto à operação de redesignação sexual, foi de fundamental importância nas suas vivências. Ou ainda, com ajuda financeira para se manterem na Universidade, a família foi trazida como essa que acolheu, não sem

dificuldades, mas que produziu sentido a esses traçados. E uma escola que, apesar de ainda trazer a disciplina e o controle em seu seio, já é capaz de proporcionar outros encontros, pois ela produziu sentido em suas vidas. Mesmo que essa ainda promova assujeitamentos (ANDRADE, 2012), hoje ela já permite passagem, permite que muitos sujeitos possam traçar outras rotas que não apenas a da evasão.

Este trabalho veio descortinar como as mulheres trans agora podem ser vistas, produzindo saberes e resistindo ao poder, contestando-o. Desse modo, argumento que uma resistência micropolítica reverbera em lutas macropolíticas, para depois produzir mais micropolítica. Se hoje elas podem ser vistas distante das esquinas que, por muito tempo, foi o lugar em que podiam estar, isso se deve às resistências que narrei aqui, as desconstruções impetradas, outras epistemologias construídas, como, por exemplo, o debate trazido pelo transfeminismo, mas, sobretudo, por outros sujeitos que juntamente às mulheres trans estavam e estão produzindo insurgências. Aqui precisamos pensar nos sujeitos que compõem a Universidade. Nas muitas pesquisas que foram relatadas, feitas por pesquisadores e pesquisadoras que criaram e criam núcleos de estudos dentro dessas instituições. Em seus processos criativos ajudaram a pensar as margens e como se dá a sua construção, para justamente, contestá-las. Do movimento social que lutou, para a construção de Políticas Públicas e para a implantação de um debate que pudesse atingir a sociedade e criar outros lugares para as mulheres trans. Tudo isso foi criando essa movimentação produzindo mudanças. Assim causavam o que sugeriam e se construía nesse mesmo processo. De pequenos pontos construindo as linhas, traçando, desse modo, as estratégias de resistência.

REFERÊNCIAS

- ALAMINO, F. N. P.; DEL VECCHIO, V. A. Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 113, p. 645-668, 2019.
- ALMEIDA FILHO, N. **Universidade nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília: Editora UnB/EDUFBA, 2007. 300 p.
- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.
- ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015.
- ALVES, C. E. R.; SILVA, G. F.; MOREIRA, M. I. C. A política pública do uso do nome social por travestis e transexuais nas escolas municipais de Belo Horizonte: uma pesquisa documental. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rey, v. 11, n. 2, p. 325-340, jan./dez. 2016.
- ALVIM, D. M. Foucault e o primado das resistências. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 1, n. 20, p. 22-30, 2012.
- _____. O rio e a rocha: resistência em Gilles Deleuze e Michel Foucault. **Intuitio**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 78-90, nov. 2009a.
- _____. Poder e resistência: Michel Foucault e Gilles Deleuze. **Sapiencia**, Teresina, v. 9, p. 10-16, 2009b.
- AMADO, J. **Tieta do Agreste**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009. 590 p.
- ANDRADE, C. D. de. **Sentimento do mundo**. São Paulo, Companhia das Letras. 2012. 87p.
- ANDRADE, L. N. de. ABEH: uma história de resistência e produção de conhecimento. In: GREEN, J. N. (Org.). et al. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. v. 1, p. 501-514.
- _____. **Travestis na escola: assujeitamento e/ou resistência à ordem normativa**. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ARAN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, jul./ago. 2009.
- AYME, J. **Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: personagens e mascaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa**. 2001. 270 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BARBOSA, T. **Experiências multissituadas: entre cursinhos trans e ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa?** 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

BARROS, S. G. de; VIEIRA-DA-SILVA, L. M. A terapia antirretroviral combinada, a política de controle da Aids e as transformações do Espaço Aids no Brasil dos anos 1990. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, nesp. 3, p. 114-128, set. 2017.

BATISTA, C. O que é interseccionalidade? **Geledés: instituto da mulher negra**, São Paulo, set. 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Antra: [S.l.], 2019. 60 p.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256 p.

BONASSI, B. C. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BONDÍA, Jorge L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira da Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 1996. 76 p.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997a. v. 8, 164 p.

_____. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b. 31 p.

_____. **Brasil: o país do transfeminicídio**. Rio de Janeiro: CLAM, 2014a. 2 p.

_____. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.482 /97. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 set. 1997b. p. 20944.

_____. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 abr. 2016.

_____. **Documento de apresentação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Brasília: SECAD, 2004a.

_____. Ministério da Educação. **Cadernos SECAD 4: gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: MEC/SECAD, 2007. 81 p.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 nov. 2011a. p. 67-68.

_____. Ministério da Educação. **Entenda como Funciona o novo sistema de cotas**. Brasília: Ministério da Educação, 2019b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>>. Acesso em: 8 set. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **O que são IST?** Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Sistema de Legislação da Saúde**, Brasília, DF, 2008c. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>. Acesso em: 3 maio 2019.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 nov. 2013.

BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-16, 2018a.

_____. Existe uma "agenda moral"? Gênero, sexualidade e relações de poder. In: REIS, A. F. dos. (Org.). **Gêneros, sexualidades e conservadorismos: a política dos corpos, os sujeitos e a disputa pela hegemonia dos sentidos culturais**. Campo Grande: EdUFMS, 2019a. p. 1-20.

_____. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014a.

_____. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008a. 222 p.

_____. Quando o medo se transforma em ação política. **Justificando**, Brasília, p. 1-4, maio 2018b.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto base da Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: IPEA, 2008b. 64 p.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 285 p.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 288 p.

CARRARA, S.; NASCIMENTO, M.; DUQUE, A. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: avaliação de processos resultados, impactos e projeções.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2017. 96 p.

CARRIJO, G. C. et al. Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-14, jun. 2019.

CARVALHO, M. F. de L. **“Muito Prazer eu Existo”:** visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas Trans no Brasil. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, M. O 'armário trans': entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento. In: COELHO, M. T. À. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar.** Salvador: EDUFBA, 2014b. p. 241-254.

_____. Ver para não ser visto: visibilidade, estigma e reconhecimento no ativismo de travestis e transexuais no Brasil. **Revista Cabo dos Trabalhos**, Coimbra, v. 10, p. 1-16, 2014a.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, 2013.

CASSIANO, M.; FURLAN, R. O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 372-378, 2013.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80-87.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 351 p.

CIMINO, J. Após pixações em banheiros, alunas transgênero da Unicamp dizem que transfobia e feminismo andam juntos. **Geledés: instituto da mulher negra**, São Paulo, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/apos-pixacoes-em-banheiros-alunas-transgenero-da-unicamp-dizem-que-transfobia-e-feminismo-andam-juntos/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

COLETIVO Transtornar. Campinas, 2014. Facebook: @coletivotranstornar. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/coletivotranstornar/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 20 out. 2018.

COLLING, L. Impactos e tretas dos estudos queer. In: FERRARI, A.; CASTRO, R. P. de (Org.). **Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2017. v. 1, p. 33-50.

_____. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e o ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015. 268 p.

_____. **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: Editora UFB, 2011. v. 1, 276 p.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Política externa e direitos humanos: o Brasil na Comissão de Direitos Humanos da ONU. **Informe APEDH**, São Paulo, n. 1, p. 1-66, abr. 2005. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/PAPEDH.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Corregedoria normatiza troca de nome e gênero em cartório**. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87092-corregedoria-normatiza-troca-de-nome-e-genero-em-cartorio>>. Acesso em: 30 set. 2019.

CORREA, C. A. **Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades, transexualidades em duas Universidades Públicas do Brasil**. 2017. 368 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CORREA, S. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, n. 4, p. 17-42, 2009.

CORRÊA, S. O.; MUNTARBHORN, V. (Org). **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. [S.l.: s.n.], 2007. 38 p.

COSTA, L. B. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 66-77, maio/ago. 2014.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil sem homofobia**. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia I**. São Paulo: Editora 34, 2011a. 560 p.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2011b. v. 1, 128 p.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 3, 144 p.

DENIZART, H. **Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 238 p.

DISTÂNCIA entre Guarapuava e Curitiba. **Rota Mapas**, [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://www.rotamapas.com.br/distancia-entre-guarapuava-e-curitiba>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

DUMARESQ, L. O cisgênero existe. **Transliteração**, [S.l.], dez. 2014. Disponível em: <<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

DUQUE, T. **Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher**. Campo Grande: EDUFMS, 2017. v. 1, 238 p.

_____. **Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2011. v. 1, 183 p.

_____. **Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência**. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

ENTREVISTA Bia Pagliarini Bagagli. @Transexuaissp. 29 mar. 2015. 1 vídeo (13:25). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=INMi3pcnnIE>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ENTREVISTA. A Reinvenção do Corpo. CLAM. 07 set. 2005. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?infoid=586&sid=43>>. Acesso em: 05 set. 2019.

ESPINOZA, B. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 186 p.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o campo e para a arena do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, v. 3, n. 4, p. 131-158, 2009.

_____. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 304 p.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. 276 p.

FAVEIRO, S.; VIEIRA, H. Toda cisgeneridade é a mesma? Subalternidade nas experiências normativas. **Revista Fórum**, São Paulo, set. 2015. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/osentendidos/2015/09/13/toda-cisgeneridade-e-a-mesma-subalternidade-nas-experiencias-normativas/>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

FAVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FEITOSA, C. A participação social nos 40 anos do Movimento LGBT brasileiro. In: GREEN, J. N. et al. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. v. 1, p. 435-448.

_____. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

FEMENÍAS, M. L. A crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 310-339, 2012.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escrito IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 312 p.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 269 p.

_____. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. 175 p. (Coleção Presença).

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 174 p.

_____. **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. 432 p.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 291 p.

FRANÇA, R. de; NOGUEIRA, S. N. B.; ARAUJO, M. C. C. A importância do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio? ENEM. **Geoconexões**, Natal, v. 2, p. 21-25, 2016.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 325-346, maio/ago. 2015.

_____. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 2, p. 122-137, maio/ago. 2016.

FRASER, N. Reconhecimento sem Ética? **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985. 125 p.

GALLI, R. A. et al. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 447-457, out./dez. 2013.

GALLO, S. **Deleuze e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 104 p.

_____. Imagens do outro na filosofia: o desafio da diferença. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 160-178, jan./jun. 2012.

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gênero e das sexualidade e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 71-83, 2010.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 439 p.

GUZMÁN, B. R. Colonialidade e cis-normatividade: entrevista com Viviane Vergueiro. **Iberoamérica Social**: revista-red de estudios sociales, Sevilla, p. 15-21, Dic. 2014. Disponível em: <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>. Acesso em: 15 dez. 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 396 p.

HEILBORN, M. L.; RODRIGUES, C. Gênero: breve história de um conceito. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, n. 20, p. 9-21, jul./dez. 2018.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: ANPOCS/Editora Sumaré, 1999. v. 2, p. 183-221.

HERMENEGILDO, G. R. C. Biopolítica e a construção da identidade homossexual na sociedade brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICANÁLISE, DIREITO E LITERATURA, 8., 2010, Nova Lima. **Anais...** Nova Lima: CONPDL, 2010.

HERNANDES, P. R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do ensino superior público. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 283-307, abr./jun. 2017.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

HUMEREZ, D. C. História de vida: instrumento para capacitação de dados na pesquisa qualitativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 32-37, 1998.

HUR, D. U. Poder e potência em Deleuze: forças e resistência. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 210-232, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2018**: novas estatísticas. Brasília: INEP, 2019. 40 p.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. 24 p.

JESUS, J. G. de. **Transfeminismo**: teorias e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015. 206 p.

JUNQUEIRA, R. D. A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas! Estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 123-139, 2010.

_____. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero. no cotidiano escolar. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 64-83, 2012.

KAAS, Hailey. O que é cissexismo? **Tranfeminismo**, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. 207 p.

KOGA, Y. N.; GUINDANI, E. R. Educação e neoliberalismo: interferências numa relação tirânica. **Simbiótica**, Vitória, v. 4, n. 2, p. 87-103, 2017.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 280 p.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 307-328, dez. 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. v. 1, 184 p.

_____. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2009. v. 1, p. 85-95.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. v. 1, 184 p.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 96 p.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. v. 1, 90 p.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo Paradigma? **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, p. 107-125, 1998.

MACRAE, E. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da. In: GREEN, J. et al. (Org.). **História do Movimento LGTB no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. v. 1, p. 39-62.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, set./dez. 2005.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MAZONI, Í.; CUSTÓDIO, L.; SAMPAIO, S. M. R. O bacharelado interdisciplinar da Universidade Federal da Bahia: o que dizem os estudantes. In: SAMPAIO, S. M. R. (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 229-248.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. 2. Ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80 p.

MELLO, L. et al. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, n. 2, p. 99-122, 2012.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 39, p. 403-429, jul./dez. 2012.

MÉLLO, R. P.; COSTA, A. G.; SAMPAIO, J. V. Regularidades e resistências: Brasil sem homofobia. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 39, n. 1, p. 161-183, jun. 2013.

MELO, K. **“Consciência, news e glamour”**: a Internet como espaço alternativo de sociabilidade e ativismo entre pessoas trans. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

MEYER, D. E.; PARAISO, M. A. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. 312 p.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 33-49.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993. 269 p.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 80 p.

MODESTO, R. G. **Sobre coragem e resistência: contando a história de Leona, professora e mulher trans**. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Ouro Preto, 2018.

MOIRA, A. et al. **Vida Trans**: a coragem de existir. Bauru: Astral Cultural, 2017. 176 p.

MOIRA, A. Transfobia na Unicamp: dias contados. Campinas, dez. 2018. Facebook: @amaramoira. Disponível em: <<http://www.facebook.com/amoiramar>>. Acesso em: 1 out. 2018.

MOTT, L. A revolução homossexual: o poder de um mito. **Revista da USP**, São Paulo, v. 49, p. 38-50, 2001.

NARDI, H. C. et al. O armário da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, p. 179-200, 2013.

NOGUEIRA, F. J. de S. “**Mariconas**”: itinerários das velhice travesti (des)montagens e (in)visibilidades. 2013. 232 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

NOGUERA, R. Dos condenados da terra à necropolítica: diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. **Revista Latinoamericana del Colégio Internacional de Filosofia**, Valparaíso, n. 3, p. 59-73, 2018.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, T. R. M.; PARAÍSO, M. A. Mapas, danças, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. **Pró-Posições**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 159-178, set./dez. 2012.

PAGLIARINI, B. Denúncia acerca do nome social entregue à ouvidoria da Unicamp. **Tranfeminismo**, São Paulo, mar. 2013. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/denuncia-acerca-do-nome-social-entregue-a-ouvidoria-da-unicamp/>>. Acesso em: 7 mar. 2019.

PAGLIARINI, B.; KASS, H.; VERGUEIRO, V. Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões Trans. **Tranfeminismo**, São Paulo, jun. 2011. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PARRÉ, S. H. G. **Aplicação dos parâmetros curriculares nacionais na área de orientação sexual no Ensino Fundamental**: um diagnóstico. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2001.

PASSETTI, E. Micropolítica como tecnologia governamental. **Revista Ecológica**, São Paulo, n. 17, p. 59-73, jan./abr. 2017.

PELÚCIO, L. “Ativismo soropositivo: a politização da AIDS”. **Ilha - Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 9, n. 1/2, p. 119-141, 2007.

_____. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009. v. 1, 263 p.

_____. **ONGs/Aids e Estado: conflito e parceria.** 2002. 293 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos**, Curitiba, v. 6, n. 1/2, p. 97-112, 2005.

_____. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos *queer* no Brasil. **Periodicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 15-39, maio/out. 2014.

PEREIRA, P. P. **De corpos e travessias: uma antropologia de corpos e afetos.** São Paulo: Annablume, 2014. 243 p.

PERES, W. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade dos estigmas à construção da cidadania.** 2005. 201 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PERLONGHER, N. **O negócio do michê: a prostituição viril.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 275 p.

PISCITELLI, A. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 141-157, 1998.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

_____. Recriando a (categoria) mulher? **Cultura & Gênero**, Campinas, p. 1-25, nov. 2001.

PRAÇA Sete de Setembro. **Belo Horizonte Surpreendente**, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://portalbelohorizonte.com.br/o-que-fazer/ao-ar-livre-e-esportes/pracas/praca-sete-de-setembro>>. Acesso em: 1 maio 2018.

PRECIADO, P. B. Terror anal: apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual. In: HOCQUENGHEM, G. **El deseo homosexual.** Barcelona: Melusina, 2009. p. 135-174.

QUEIROZ, M. I. P. de et al. **Experimentos com história de vida: Itália-Brasil.** São Paulo: Vértice, 1988. 195 p.

QUEM sou eu? **Portal G1**, Rio de Janeiro, abr. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/quadros/quem-sou-eu/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos.** Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010. 234 p.

A REINVENÇÃO do corpo. **CLAM**, Rio de Janeiro, set. 2005. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?infoid=586&sid=43>>. Acesso em: 5 set. 2019.

RIBEIRO, C. Saberes, poderes, verdades: imbricando rizomaticamente gêneros, sexualidades e E(e)ducação. **Revista Instrumento**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 147-154, jul./dez. 2010.

RISTOFF, D. I. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

_____. Vinte e um anos de educação superior expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, n. 3, p. 9-50, jan./jun. 2013.

ROCON, P. C.; SODRE, F.; RODRIGUES, A. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 260-269, jul./set. 2016.

RODRIGUES, C. O (Cis)gênero não existe. **Geledés**: instituto da mulher negra, São Paulo, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-cisgenero-nao-existe/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2011. 247 p.

_____. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 Edições, 2018. 208 p.

ROSEMBERG, F. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p. 151-198, 2002.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a 'economia política' do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993. 32 p.

_____. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

SABATINE, T. T. **Só as fortes sobrevivem! Envelhecimento, experiências geracionais e relacionamento entre travestis mais velhas e mais jovens**. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. **Travestis, territórios e prevenção de aids numa cidade do interior de São Paulo**. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

SAFFIOTI, H. Primórdios do conceito de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 12, p. 157-163, 1999.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 235 p.

SAMPAIO, S. S. **Foucault e a resistência**. Goiânia: Editora da UFG, 2006. 144 p.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA-FILHO, N. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008. 184 p.

SCOTT, J. “Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista”. **Debate Feminista**, São Paulo, p. 203-222, 1999.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre Diversidade Escolar e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, R D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério de Educação, 2009. v. 1, p. 125-139.

SILVA, A. L.; SILVA, D. J. Governo, subjetividade e resistência: Foucault e Certeau. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2., 2016, Franca. **Anais...** Franca: Unesp/Franca, 2016. p. 1-15.

SILVA, H. **Travestis: entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. 213 p.

SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. v. 1, 126 p.

SIMÕES, J. de A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. v. 1, 194 p.

SOARES, L. T. O papel da Rede Federal na expansão e na reestruturação da educação superior pública no Brasil. **Cadernos GEA**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 5-9, jan./jun. 2013.

SOUSA, K. S. E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais. **Antra**, [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

SOUZA, M. H. T. de et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015.

TIETA do Agreste. **Wikipedia**, San Francisco, jul. 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tieta_do_Agreste>. Acesso em: 18 set. 2019.

TRANSEXUAISSP. **Entrevista Bia Pagliarini Bagagli**. [S.l: s.n.]: 2015. 1 vídeo (13:25). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=INMi3pcnnIE>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Comissão de Direitos Humanos da USP. **II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) - 2002**. São Paulo: Comissão de Direitos Humanos da USP, 2002. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/ii-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-2002.html>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)**. São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/ii-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-2002.html>>. Acesso em: 13 set. 2019.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. **Nome Social - Aplicação no âmbito desta Universidade para estudantes de Graduação**. São Paulo: USP, 2018. 2 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). “Mulheres trans universitárias: A emergência de Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico”. 5 de junho de 2018b, 1h:05. WhatsApp.

_____. “Mulheres trans universitárias: A emergência de Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico”. 8 de janeiro de 2018c, 1h:20. WhatsApp

_____. “Mulheres trans universitárias: A emergência de Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico”. 7 de setembro de 2018d, 55min. WhatsApp

_____. “Mulheres trans universitárias: A emergência de Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico”. 5 de outubro de 2018a, 50min. WhatsApp

_____. “Mulheres trans universitárias: A emergência de Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico”. 10 de outubro de 2018e, 1h:15. WhatsApp

_____. “Abrir um canal pra mim me obrigou a pesquisar muita coisa e a descobrir muito coisa. Me fez gerar um leque de pesquisa muito grande, sobre legislações que eu não conhecia, sobre direitos que eu não conhecia. Foi assim que fui descobrindo o nome social, os direitos que eu tinha e onde eu podia adotar isso, fazer isso... E foi através disso que em 2015, no início de 2015 eu achei a lei que permitia adotar o nome social no SUS e em instituições de ensino. Então fui imprimir a lei e cheguei na cara e na coragem cheguei na secretaria da Universidade e disse que queria adotar o nome social, que é o nome com o qual eu me identifico, está aqui a lei que fala que pode, se vocês quiserem procurar aí”. 5 de junho de 2018b, 21h:05. WhatsApp

_____. “Aí eu dei um jeito de conhecer umas pessoas, uma menina trans lá da Usp. Eu conheci também uma drag, uma pessoa que faz drag que meio que me adotou e a partir desse ponto, em 2016, eu começo um trabalho de exploração de gênero no qual eu ia a algumas festas e lá eu tinha uma expressão feminina, eu me vestia com roupas que são entendidas como femininas e tinha uma postura entendida como feminina e usava o pronome e usava nome feminino, então eu fui meio que testando para ver se era isso mesmo. Se era isso mesmo, ou sei lá, se era uma questão de drag, se era uma questão estética mesmo”. 10 de outubro de 2018e, 10h:36. WhatsApp

_____. “Aí só em março de 2017 que eu fui contar para os meus pais mesmo. Porque eu queria estar muito certa que eu queria lutar essa luta, enfrentar essa batalha. E deu muito certo, eu tive uma aceitação deles, um apoio e aí desse ponto em diante eu deslanchei completamente porque aí poderia ser Maria Augusta 100% do tempo, em todos os lugares, no

facebook em tudo. Assim isso é o meu marco. Eu comecei a viver minha identidade de gênero plenamente a partir de março/ abril/maio eu acho 2017. É isso”. 10 de outubro de 2018e, 10h:42. WhatsApp

_____. “Ainda sobre apoio familiar, a primeira coisa que disse foi que era aceita pela família. (Aqui ela se refere que começa a entrevista dizendo que sempre foi aceita pela família). Isso é verdadeiro, além de ser verdadeiro o fato de que eu nunca cogitaria a ideia de que eu poderia ser expulsa de casa ou coisa parecida. Contudo, no começo da transição, não foi exatamente fácil a compreensão deles, porque afinal ninguém é educado sobre questões trans. Mas felizmente isso foi se acertando com o tempo”. 7 de setembro de 2018d, 21h:39. WhatsApp

_____. “Ao menos no meu caso, eu não me vejo fazendo outra coisa, mas pela minha experiência, a academia me pareceu mais acolhedora do que as experiências que tive fora, tanto antes de eu assumir minha transexualidade. Eu cheguei a trabalhar em hospital, em farmácia, apesar de que eu não tinha me assumido ainda, eu percebia que eram ambientes bem mais hostis, porque eu já estava pensando em me assumir, digamos assim”. 5 de outubro de 2018a, 16h:40min. WhatsApp

_____. “Até uma criança que desempenhava um papel de gênero não esperado para uma pessoa nascida menino, sempre fui sofrendo algumas retaliações, sempre fui tolhida em várias coisas pra ser normatizada, dentro do que a gente entende por um comportamento masculino padrão”. 10 de outubro de 2018e, 10h:15. WhatsApp

_____. “Continuei trabalhando mais nessa parte de neurobiologia, mais ligada ao comportamento da falta de sono na memória e no meu pós-doc (se referindo ao Pós-doutorado) eu meio que estou juntando as duas coisas. A neurogênese que é proliferação de neurônios no cérebro e o efeito da privação do sono sobre a neurogênese”. 5 de outubro de 2018a, 16h16. WhatsApp

_____. “E aí eu fui desenvolvendo e eu fui crescendo nisso, junto teve uma de um nascimento da minha sexualidade mesmo, de começar a me relacionar sexualmente e até de permitir o surgimento de uma questão romântica afetiva e meio que foi tudo ao mesmo tempo”. 10 de outubro de 2018e, 10h:37. WhatsApp

_____. “E certa forma eu fui a primeira de minha instituição e sou a primeira e única psicóloga do meu estado. Hoje já tenho notícia de uma outra que faz psicologia. Mas eu fui a primeira a ter graduação dentro do meu estado. Isso eu me formei em 2014. Eu fui a primeira mulher trans a ter o ensino superior. Hoje tenho notícias de várias outras que estão na universidade. Quando eu voltei lá (referindo-se à instituição que estudou), eu vi várias. Inclusive eu sou conhecida lá”. 8 de janeiro de 2018c, 15h:05. WhatsApp

_____. “E teve um outro caso, eu diria que foi o caso de discriminação mais violento que eu passei, desde que assumi minha identidade de gênero, foi na universidade, mas não por funcionários da universidade. Foi uma situação que, um dia eu saindo do instituto em que estudava e indo a outro instituto, que fica ali bem próximo no campus da USP, eu passei por uma base móvel da polícia militar, que ficava sempre situado ali no campus e dois policiais me chamaram, me abordaram, e eles já me abordaram de maneira bastante violenta, perguntando o que eu estava fazendo ali, e quando eu falei que eu era uma aluna e que estava indo para uma aula eles não acreditaram e falaram que eu provavelmente estava lá para dar o

cu para algum professor, com essas palavras, e só me liberaram depois que eu mostrei a carteirinha. Perto do campus existem vários pontos de prostituição, aí eles associaram o fato de eu ser trans com a prostituição que ocorre ali próximo ao campus”. 5 de outubro de 2018a, 16h:39. WhatsApp

_____. “É um grande amigo meu hoje. Ele teve uma época afastado e tudo. Hoje ele mora na Irlanda e a gente vai se encontrar na Espanha, agora, no final do ano (se referindo ao final de 2018) [...]. Depois teve uma controvérsia, teve alguma coisa (referindo-se a uma pequena desavença entre eles). Aí foi a época que ele começou a se montar, leonino muito vaidoso, e essa questão da vaidade que atrapalhou um pouco a gente”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:29. WhatsApp

_____. “Ele estudou comigo o primeiro ano, não deixa eu lembrar, ele estudou comigo o segundo ano, no primeiro ano eu tive aquelas amigas que são alternativas que aceita todo mundo, mas eram gays. Que foi legal também, que me sentida acolhida e tudo. No segundo ano que eu vim a ter um amigo LGBT mesmo, gay”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:25. WhatsApp

_____. “Ele pra mim foi uma figura muito importante pra me sentir bem. Acredito que para ele eu também tenha sido, mas ele era mais solto, ele era mais comunicativo, ele tinha mais amizades com as meninas. Eu não, ele era um porto seguro em termos emocionais. Isso envolve minha transexualidade também, acho que de alguma forma envolve minha transexualidade”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:27. WhatsApp

_____. “Em comparação com agora, eu acho que foi muito, muito mais violento. Porque todo o ambiente escolar desde o jardim da infância, depois ensino fundamental e médio, foi extremamente normativo... e eu fui inúmeras vezes corrigida e rechaçada e ridicularizada, por não ter uma expressão de gênero condizente com o sexo designado ao nascimento”. 10 de outubro de 2018e, 10h:18. WhatsApp

_____. “Então é muito complicado, mas se a gente for abrir mão e perder a esperança a gente não vai para lugar nenhum. Eu tenho muito medo de me formar em arquitetura para ter um diploma de gaveta é o que falam. Não que eu não consiga entrar na profissão, ainda mais que estou em um campo da construção civil que é um campo ainda mais difícil de se entrar, sendo como eu sou, porque eu já vejo relatos de mulheres cis, de mulheres biológicas, que sofrem nessa área que estou entrando, que as pessoas que estão abaixo não te respeitam por você ser mulher, não são respeitadas e tudo isso a gente vê em uma mulher cis e uma mulher trans abre muito mais preceito, muito mais coisas então eu sei que vai ser um mercado mais difícil. Mas eu já estou há oito anos nadando contra a corrente e não tenho medo de dar minha cara a tapa e correr atrás dos meus sonhos”. 5 de junho de 2018b, 20h:59. WhatsApp

_____. “Então eu nunca passei por algo assim, mas eu tenho muito receio, inclusive porque desde 2013 eu não trabalhava, e eu comecei a trabalhar agora, em maio, (se referindo a maio de 2018) como estagiária, dentro da prefeitura da cidade aqui onde resido. Eu tinha muito receio, porque eu estava fazendo curso, eu estava me formando e eu não tinha expectativa de como eu ia entrar no mercado, como ia surgir uma oportunidade de como eu ia entrar no mercado. Assim como eu tenho muito receio de quando meu estágio acabar se vão surgir outras vagas, porque sim é muito difícil”. 5 de junho de 2018b, 20h:54. WhatsApp

_____. “Então foi sempre algo que, a minha reação era sempre de esconder isso. E até interessante uma coisa, que acho que foge um pouco, talvez ao estereótipo, porque as pessoas tem muito estereótipo que as mulheres trans quando eram crianças eram meninos afeminados. Eu nunca chamei a atenção por ser uma criança afeminada. Eu sempre chamei mais a atenção por ser uma criança isolada, por ser uma criança quieta, tímida. Justamente porque eu tinha essa noção de que era algo que eu não deveria demonstrar”. 5 de outubro de 2018a, 16h:18. WhatsApp

_____. “Então... eu acho que não teve nenhum momento de minha vida que eu não experienciava algo. O que eu estou lembrando é que teve algum momento que eu comecei a me ater pra isso, né! Desde sempre, desde que eu me conheço por gente eu percebo alguma coisa. Mas foi na adolescência que eu fui entrar em contato com o tema, transexual, transexualidade, mais tarde transgênero”. 5 de outubro de 2018a, 16h:26. WhatsApp

_____. “Então eu tenho lembranças assim... durante o pré eu tinha muitas amigas mulheres, eu gostava muito de ficar com as meninas e a professora não deixava, eu estudei em uma creche, porque minha mãe trabalhava, então o jardim da infância eu fiz em uma creche e menino tinha de brincar com menino e menina com menina, tinha essa cisão entre os gêneros, aí queria brincar com as meninas eu tinha de ficar negociando com a professora, eu vou dormir direitinho à tarde então deixa eu brincar com a Maiara, deixa eu brincar com a Ingrid, sabe [...]”. 10 de outubro de 2018e, 10h30.

_____. “Era um colégio de freiras, e eu não via nada das irmãs, nada voltado para essa questão (do gênero e da sexualidade, sendo debatido) nem uma micropolítica, nem uma ação. A gente sofria calada mesmo. Por exemplo, eu via que nas quadrilhas eu via os meninos que não queriam ficar com as meninas assim mais “moreninhas”. Eles não queriam ficar com as mulheres negras, quero dizer, com as crianças negras. Do mesmo jeito as meninas não queriam ficar com os meninos negros”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:20. WhatsApp

_____. “Eu cheguei na universidade com 18 anos (me mudei de Botucatu pra Campinas, com suporte dos meus pais) sabendo que queria transicionar, na urgência pela transição. Eu ainda sinto que demorei mais do que deveria (obviamente isso é algo subjetivo). Gostaria de ter conseguido transicionar antes. Comecei a tomar hormônios por conta própria com 17 e desde então já era lida como mulher. Quer dizer, o fato de ter passabilidade antes mesmo da transição de certa forma ajudou a própria transição, as pessoas frequentemente me liam como lésbica curiosamente. A transição envolve muitos medos e receios que são também muito difíceis de serem racionalizados”. 7 de setembro de 2018d, 21h. WhatsApp

_____. “Eu começo a me hormonizar, eu começo a tomar hormônios com a ajuda de um professor endocrinologista da UNIFESP, que hoje a gente tem até um núcleo aqui de apoio a pessoas trans. E aí no final de 2016/2017 eu comecei a usar o nome social aqui na UNIFESP e eu fui lentamente fazendo esse processo, eu fui crescendo nisso, aí eu entrei com processo de retificação de nome”. 10 de outubro de 2018e, 10h30. WhatsApp

_____. “Eu diria isso foi muito importante para que eu continuasse na minha carreira acadêmica. Teve um período que passei entre o mestrado e o doutorado, eu passei cinco meses sem bolsa. E morando fora de casa, em São Paulo, durante esse período eu procurei emprego e tudo o mais. Eu passei cinco meses procurando emprego, em um primeiro momento empregos no minha área, então, em farmácia, indústria etc. E mais para frente, qualquer coisa e eu não consegui nada em cinco meses. E nessa fase, meus pais,

especialmente minha mãe, me sustentaram fora de casa. Coisa que, se eu não tivesse tido esse apoio, eu não saberia como eu teria me virado. Você está fazendo pós-graduação você sabe que uma bolsa de mestrado, ainda mais vivendo em São Paulo, não dá pra você guardar dinheiro, para fazer uma reserva para esse tipo de situação. Então como me manter sem essa ajuda da minha mãe? Então, esse apoio dos meus pais foi algo essencial para que eu conseguisse continuar nessa carreira”. 5 de outubro de 2018a, 16h:43min. WhatsApp

_____. “Eu disse assim: eu fui sua aluna, eu estou me descobrindo trans, eu gostaria de me hormonizar, o que eu faço? E aí ele prontamente me respondeu, me encaminhou para uma colega dele que atendia aqui, porque a gente tem um laboratório dos alunos também. E eu já fui encaminhada para ela e a gente já começou a trabalhar nessa questão”. 10 de outubro de 2018e, 10h35. WhatsApp

_____. “Eu dizia que ou você era ‘hetero’ ou você é ‘gay’, e eu não me sentia em nenhum dos dois lugares. E isso eu lembro por muito tempo, eu não me sentia nem gay nem hetero. Isso foi meio complexo, eu não me enquadrava em nenhum dos dois lugares”. 5 de junho de 2018b, 20h:21. WhatsApp

_____. “Eu entrei com ajuda de meus pais que contrataram um advogado para isso, além de ter de conseguir laudos, além de ter que ir com o processo em segunda instância porque o juiz de primeira instância havia negado pelo fato de eu não ter feito cirurgia de redesignação genital”. 7 de setembro de 2018d, 21h:36. WhatsApp

_____. “Eu era corrigida: não ande assim, não fale assim, não pisque assim, eu sempre era corrigida no ambiente escolar, depois na escola também e aí isso ficou muito forte, quando eu vou envelhecendo mais, aí eu já começo a pensar em uma terceira, quarta série que as pessoas começam a falar mesmo, sempre fui ridicularizada por ser bichinha, sempre chamada de bichinha, de viadinho, sempre que ficavam com raiva de mim, sempre falavam isso, cheguei até a sofrer assédio de um menino mais velho na escola, então era muito complicada essa situação”. 10 de outubro de 2018e, 14h:23. WhatsApp

_____. “Eu estudei em um colégio que tinha aulas de sexualidade às vezes. Sei lá, uma vez por ano, botavam o professor de biologia lá para falar. Só que assim, aquela história, primeiro os meninos, aí acabava aí vinha as meninas, era separado. E continua: era falado de formas diferentes, era totalmente diferente. E completamente heterocisnormativo. E falava do pênis para os meninos, e falava de camisinha, e de penetrar a vagina. Com certeza para as meninas falavam de outra coisa, deveria ter um componente moralizante, não deva, não faça. A questão da homossexualidade era tratada muito tangencialmente, as vezes de forma neutra: bom gente também existe isso, aí o sexo é dessa forma, mas algo bem assim, para cumprir uma tabela. E continua relatando, agora a lembrança de uma aula: mas eu lembro claramente de uma fala de uma professora de biologia que ela estava dando a aula sobre sexualidade, e ela estava falando sobre sexo anal, aí ela disse claramente que era antinatural e que machucava, aí abre aspas, mas que as bichas adoravam ser rasgadas, fecha aspas”. 10 de outubro de 2018e, 10h:24. WhatsApp

_____. “Eu fiz minha graduação em farmácia na Federal do Paraná, daí eu fiz meu mestrado em bioquímica na Universidade de São Paulo, meu doutorado foi em psicobiologia na Universidade Federal de São Paulo e agora estou fazendo meu pós-doc na psicobiologia também”. 5 de outubro de 2018a, 16h10. WhatsApp

_____. “Eu lembro que tinha uma professora de português que ela buscava falar sobre essa questão de uma forma mais neutra, sem se posicionar contra ou a favor. A de geografia, a galera de humanas até tentava falar, tinha uma professora de geografia que ela era bem jovem assim, tinha feito Unicamp, então tinha feito uma Universidade pública, mais aberta e ela falava assim: ‘pelo amor de deus, eu tenho um primo gay’, aí ela trazia contos para tentar desconstruir as pessoas sobre essas questões”. 10 de outubro de 2018e, 10h:05. WhatsApp

_____. “Eu morava em uma cidade... eu nasci aqui, (referindo-se à cidade em que trabalha) mas fui criada em uma cidade pequena, onde meu pai era vereador, político. Aí eu vim para esta que estou aqui agora, que trabalho atualmente. Aí passei dois anos aqui, aí que fui para a capital. Eu fui para a capital muito nova, com 12 anos de idade. Eu saí da casa da minha mãe com 10 anos de idade, para estudar fora, que foi essa primeira cidade que estou agora, que tem em torno de 200 mil habitantes. A cidade que eu morava, na época tinha entre 30 e 40 mil. Depois fui a essa de 200 mil habitantes e agora estou em Teresina que tem 1 milhão. Eu morava num apartamento confortável, num local privilegiado que é uma zona central de Teresina, não morava na zona leste, que tipo assim, seria a zona sul de um Rio de Janeiro, mas eu morava numa zona central que é uma zona cara também e um apartamento bom, próximo a universidade”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:10. WhatsApp

_____. “Eu passei por alguns episódios de discriminação por parte de alguns funcionários do instituto. Então, por exemplo, quando eu fui defender o meu mestrado, sempre que havia as defesas, a secretaria fazia a divulgação disso em um mural e eles insistiam em colocar meu nome civil, desconsiderando o fato que, tanto já existia a regulamentação interna permitindo o nome social. Como também ninguém sequer me conhecia pelo nome civil, até pelo ponto de vista lógico não fazia sentido, porque ninguém ia saber quem era aquela pessoa. E foi só quando teve a intervenção do meu orientador que a gente conseguiu que eles voltassem atrás. Quando eu tentei negociar isso, não tive sucesso”. 5 de outubro de 2018a, 16h:23. WhatsApp

_____. “Eu passei por essa parte da minha vida em 2010, sobre descobrir o que era transexualidade lá, onde eu tinha uma vertente social maior.[...] A primeira vez que eu me apaixonei foi dentro dessa etapa escolar, meus amigos mais próximos... porque antes eu não tinha... não podia dizer que eu tinha um amigo que eu era apegada a uma pessoa”. 5 de junho de 2018b, 20h:36. WhatsApp

_____. “Eu tinha muito medo, pois estaria em um campus onde é majoritariamente masculino, até hoje, estou quase me formando e meu campus é 95% (por cento) homem e 5% (por cento) mulher, quase que todas as mulheres estão concentradas no curso de arquitetura. E é um curso novo, arquitetura estava abrindo, minha turma foi a segunda a fazer o curso de arquitetura. Então assim, eu tinha muito receio, eu fui fazer o vestibular e fui com muito receio. Ao mesmo tempo eu me surpreendi porque há muito mais olhares, muito mais murmurinhos, um sentimento das pessoas te olhando e se sentir deslocada, mas nunca houve atitudes extremas, que eu já ouvi pessoas passando ou que eu já passei em outros locais, eu nunca sofri isso na faculdade então eu me surpreendi muito entrando no meu campus. Porque foi completamente o oposto do que eu achava, eu achava que ia ser muito mais difícil fazer o curso lá, andar lá, transitar lá” 5 de junho de 2018b, 20h:56. WhatsApp

_____. “Eu tive essa experiência de fazer dois cursos. Em 2013 eu passei no vestibular para jornalismo e cursei três semestres de jornalismo e na segunda metade de 2014 eu fiz essa transferência de curso e comecei a cursar arquitetura”. 5 de junho de 2018b, 20h:48. WhatsApp

_____. “Eu tive um encontro essa semana (referindo-se a semana anterior a entrevista, ou seja, junho de 2018) com uma professora que me deu aula no jardim da infância. Ela me falou que desde aquela época eu era uma pessoa muito delicada, muito afeminada, diferente dos demais. Dos demais meninos que eram como me enquadravam. E é muito importante a gente ter essa oportunidade de uma visão de fora, e uma visão de quem te observava com olhos mais maduros, então é muito interessante”. 5 de junho de 2018b, 20h:21. WhatsApp

_____. “Eu vim para São Paulo para fazer a faculdade em 2012 também no fundo com essa esperança de uma vez aqui em São Paulo, já poder começar a vivenciar essa questão do gênero, enfim. Não foi bem assim, quando eu mudei para cá, eu achei ainda um ambiente um pouco fechado onde eu fiz minha graduação. Eu sou da UNIFESP, eu fiz um curso B⁴⁴. E eu achei assim um contexto bem fechado, bem normativo. Sendo assim, aqui é um campus de saúde, um curso médico e sendo um curso médico é bem machista, bem homofóbico, bem misógino né”. 10 de outubro de 2018e, 10h:16. WhatsApp

_____. “Eu voltei lá o ano passado. Eu tenho um grande amigo meu talvez o maior amigo, que dá aula nessa universidade. Ele começou quando eu estava praticamente saindo, ele é professor de educação física. E ele é ativista, principalmente da causa negra. Ele é homossexual e é negro. Ele é muito ativista da causa, criou um grupo lá. Aí teve a semana da diversidade o ano passado lá, e ele levou uma mulher trans para falar, uma Drag... era uma semana toda voltada para a diversidade e eu estava lá esperando ele para a gente sair, eu não fui para assistir a palestra, meu intuito foi encontra-lo lá e depois procurar um barzinho para a gente ir. Acabei assistindo as palestras e para mim foi um momento mágico, foi a primeira vez que falei de minha transexualidade em público na universidade. Porque eu cresci com o Cassio (o amigo), ele foi meu amigo desde quando eu cheguei e eu o conheci no vôlei, no primeiro grupo de identificação que te falei. Eu vi ele crescer profissionalmente, eu o vi passar na universidade eu conheço toda a trajetória dele e ver ele dentro da universidade em que fui criada e fazer um evento que me contemplava pra mim foi muito emocionante. Aí teve uma hora que pedi para ter uma fala lá que foi uma fala bem emocionada, eu falei até assim: vê você falar de uma temática que me envolve, quando 10 anos atrás eu tive de passar na catraca aqui e ver hoje você falando sobre mim, eu posso te agradecer e dizer que te amo. Foi uma fala muito emocionada. Porque teve um evento, onde um amigo meu de infância, um cara super respeitado falando lá dentro da universidade sobre uma coisa que me contempla... Então foi uma primeira vez e única vez que falei abertamente em público sobre a transexualidade. Acho que foi a última vez que eu tive lá que foi o ano passado”. 8 de janeiro de 2018c, 15h:10. WhatsApp

_____. “Familiarmente falando eu tive vários momentos, eu tive um momento em que meus pais descobriram, inclusive é como eu falei em outro vídeo que meus pais descobriram de uma forma que eu não estava pronta para falar para eles. Muitas pessoas da minha família já sabiam, mas meus pais não. Então eles descobriram através da internet, então assim eu fui obrigada a adotar uma postura que ainda não estava preparada para assumir. Foi minha primeira grande dificuldade, porque me jogaram para fora de minha zona de conforto e foi uma coisa que eu não estava preparada para assumir. Mas de certa forma foi bom, eu passei por muita coisa. Minha mãe é muito religiosa, meu pai trabalha com mineração e é de uma família de caminhoneiros, então você já imagina que ele vem de uma família muito machista em contrapartida minha mãe vem de uma família muito religiosa. E assim, eu tive de desbravar muito coisa, foi uma construção. Pra minha mãe foi muito difícil, até hoje é muito

⁴⁴ Mudei o nome do curso por questões éticas de preservação da identidade da interlocutora.

difícil pra ela, por exemplo, me chamar pelo meu nome, Anne, ela me chama pelo nome de batismo, assim como muita gente da minha família. Pra ela foi muito difícil a primeira vez que comecei a me vestir, ela tinha muito medo, ela tem muito medo de como as pessoas vão me tratar na rua, mais medo do que eu. Da forma como as pessoas veem com preconceito, ela fica muito assustada com essas notícias que vazam de gente que mata as transexuais, que mata homossexuais, que violentam. Às vezes ela repreende muito mais as pessoas que me olham de forma esquisita na rua, do que eu, nota muito mais que eu, porque ela tem essa preocupação. Pouco depois que eu abordei sobre isso ela e meus pais se separam, e para meu pai era bem mais difícil, tanto que eu digo que estou em uma transição há basicamente oito anos e a minha relação com meu pai começou a melhorar a se estabilizar da gente conversar, dele aceitar, não digo nem aceitar, mas respeitar, de janeiro para cá (se referindo a janeiro de 2018). Então é bastante recente, eu passei por vários momentos de tribulação com meu pai. E assim o resto da família eu tive muitos primos que foi assim super fácil, muitos primos que eu me abria, muitos tios foi tranquilo, pra outros não. Pra minha avó foi muito surpreendente, ela nunca falou nada comigo, então eu nem posso dizer assim, da parte dos meus avós o que eles sentem, eles são muito reservados, ninguém nunca falou na minha cara, mas também ninguém nunca me destratou. Foi uma construção, foi degrau, por degrau, ao longo desses anos, até que um dia se tornou natural, hoje eu não tenho nenhum problema em nenhuma parte da família”. 5 de junho de 2018b, 20h:48. WhatsApp.

_____. “Foi muito complicado, mas eu comecei com 14 anos e fui me identificando com histórias. Com aquilo que as pessoas iam me relatando que as vezes pareciam que estavam falando sobre mim, sabe? E eu fui descobrindo o que é transexualidade e como era me sentir dessa forma e tudo mais, tanto que eu me transvestia, me vestia com trajes femininos, escondido dos meus pais. Eu já sabia bem antes de isso acontecer, mas eu não sabia do que se tratava, as vezes eu ficava meio drag queen e tudo mais e depois eu fui percebendo que era mais complexo”. 5 de junho de 2018b, 20h:15. WhatsApp

_____. “Foi muito surpreendentemente positivo, eu acho que de certa forma eles já estavam, vou usar essa expressão, calejados, porque eu já tinha me assumido gay com 16 anos. Aí eu acho que durante esses anos eles foram acostumando com a ideia de eu não ser normativa e aí meio que a transexualidade foi a cereja do bolo, então eles entendem meio que assim, no mesmo balaio essas coisas. Então foi muito tranquilo. No início teve uma questão de estranhamento... ‘ai, não sabemos como vamos lidar com isso, mas sim, a gente te respeita, vamos te apoiar, a gente te ama’. Então assim, deu quinze dias eles já estavam se esforçando para me chamar de filha, de usar o nome Maria Augusta. Minha mãe ‘olha trouxe um vestido para você’. Então nossa relação super melhorou e hoje é muito, muito melhor do que era na minha adolescência, porque aí a gente rompeu com essa barreira, hoje eu tenho total apoio dos meus pais e dos meus tios também”. 10 de outubro de 2018e, 10h:52. WhatsApp

_____. “Hoje em dia o portal da minha faculdade, depois que ele passou por uma reforma, em meados do ano passado (2017) hoje ele já tem essa função ativa, se você quiser colocar seu nome social, você mesma, no próprio portal de forma autônoma... Mas naquela época ele pediu pra abrir fazer essa mudança”. 5 de junho de 2018b, 21h:08. WhatsApp

_____. “Mas de fato eu vou ter de viver isso de frente. No final de 2015, começo de 2016, eu falei assim, eu vou viver isso eu vou correr atrás, sem saber ao certo aonde eu terminaria, mas eu disse assim, eu preciso começar a explorar essa questão identitária de uma forma mais frontal”. 10 outubro de 2018e, 10h:30. WhatsApp

_____. “Mas em relação a aceitação, eu meio que fiz assim: eu já tinha feito teatro, eu estava bem desinibida, eu estava bem engraçadinha. Aí tinha um grupinho de meninas que gostavam de mim nessa época. Eu não tive muitos problemas com amizades nessa época não. Tinha um grupinho de meninas que me tinham assim como uma pessoa engraçada, que eu fiquei sendo a engraçada do grupo. A gente vai usando o repertório que a gente tem para ser aceita né? Nessa época eu me utilizei do humor, da ‘caricaticice’ para ser aceita nesse grupo. Mas aí eu fui tomando hormônio, minha aparência foi mudando eles foram percebendo”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:52. WhatsApp

_____. “Melhora um pouquinho no ensino médio, porque aí já era uma época que eu era assumida enquanto gay, e aí tem os meus amigos próximos, eu tinha o apoio deles. Então com aquelas pessoas eu podia conversar sobre. Já existia uma flexibilização dentro desse ambiente”. 10 de outubro de 2018e, 10h:44. WhatsApp

_____. “Minha experiência com a escola não digo que foi tranquila, eu digo que foi muito conturbada, mas eu me apoiava muito nessa questão... eu digo que minha história (teria sido conturbada) mesmo que não fosse uma transexual. Meu pai trabalha com mineração e a gente mudava muito. Tinha ano que a gente mudava três vezes por ano, então por muito tempo fazer amizade, criar laços era uma coisa muito difícil sabe? Por essa questão mesmo de você ter pouco tempo na cidade era difícil de criar laços com as pessoas e eu sempre fui uma pessoa reclusa por causa disso, então era difícil. Mas o lado bom era que quando as pessoas me conheciam e poderiam praticar bullying, me chamar de gay eu já estava me mudando novamente. Eu já estava indo para outra cidade ver outras pessoas, então demoraria um tempão para começar a conversar com alguém criar um laço fazer amizade. Então nessa primeira fase da infância eu não tenho muita lembrança de bullying, até porque a gente mudava muito. Mas depois quando foi passando o tempo, digo assim sexta, sétima série que as crianças já tem uma mente assim mais moldada, aí eu já lembro mesmo de sofrer na pele o que eu chamo de bullying. Minhas lembranças mais recentes de preconceitos foram na sétima série. Mas eu me sinto muito agraciada com minha história escolar principalmente por causa disso. Na sétima série eu passei por um episódio onde eu fiquei quase um ano em uma cidade e foi muito difícil, as pessoas me chamavam de gay, as pessoas se afastavam de mim por causa disso... e era uma época onde eu não assumia nada, até porque como eu te disse eu não me sentia gay e não me sentia hetero, eu não sabia o que era”. 5 de junho de 2018b, 20h:19. WhatsApp

_____. “Minha mãe quando eu falei pra ela, mãe eu preciso de você. Foi quando eu falei pra ela e ‘botei’ ela na parede, eu preciso da senhora, eu preciso que a senhora me ajude, que você pague minha cirurgia. Minha mãe foi fazer a cirurgia comigo, me acompanhou em tudo. Foi pra São Paulo comigo”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:32. WhatsApp

_____. “Minhas experiências aqui são marcadas fortemente pelos privilégios de classe, raça e sobretudo aceitação e suporte familiar. A experiência de estar na universidade obviamente é muito mais libertadora do que eu tinha até então com a escola. Aliás, diria que foi por estar na universidade que percebi como vivia subjetivamente numa prisão, até então, ou isso ficou mais evidente pra mim. Na minha trajetória, vir para aqui significou a possibilidade de transicionar, então a universidade está intimamente ligada a afirmação da minha identidade - mas claro que essa é uma experiência particular minha, outras pessoas trans podem ter experiências bem diferentes com a universidade. Mas estar na universidade foi me dar conta também que ainda estava sozinha, porque não via nenhuma pessoa trans até então. Depois fui

conseguindo fazer contato com pessoas trans sobretudo pela internet, e o número de pessoas trans foi aumentando por aqui também”. 7 de setembro de 2018d, 21h. WhatsApp

_____. “Muita gente que me conhece teve comigo a experiência de ser a primeira transexual que entrou em contato e isso acontece comigo até hoje. Muitas pessoas só me conhecem ou me conheceram enquanto trans, ou foi a primeira trans que conheceram, então sempre teve muita curiosidade de saber como é e tudo mais e dentro de uma faculdade de comunicação de um campus de humanas, de debates filosóficos, de debate humanitário, isso foi muito tranquilo... Não existia preconceito, existiam debates, existia vamos entender o que é isso, vamos entender o que está acontecendo, de forma alguma me marginalizavam, me excluía, as vezes um olhar ou outro, mas era muito raro nesse primeiro momento”. 5 de junho de 2018b, 20h:49. WhatsApp

_____. “Não exista uma experiência universal em relação à transexualidade, tampouco é generalizável que pessoas trans sintam que se trate de uma experiência que se dá ‘desde que nasceram’ (pois isso seria uma essência, algo inato) ou ‘a partir de certo momento em suas vidas’. Talvez entre o ‘desde sempre’ e o ‘a partir de momento x’ esteja outro tipo de resposta”. 7 de setembro de 2018d, 21h:26. WhatsApp

_____. “Não me considero membro da militância, até porque assim, é muito difícil para mim. Eu não sou aquela pessoa que sai na rua, que dá a cara a tapa. Igual, eu tive a oportunidade de conhecer muitas travestis e transexuais ao longo desses últimos dois três anos, e eu me sentia muito sozinha, porque eu até por não conhecer ninguém assim como eu, antes do canal, eu não conhecia eu não tinha contato, parecia que a briga era minha e só minha, entende?” 5 de junho de 2018b, 20h:49. WhatsApp

_____. “Nessa minha primeira experiência que foi a experiência de entrar para a faculdade, eu entrei em um curso que foi muito aberto, porque a comunicação social em si era muito aberta. E o campus que eu estudava eram muitas pessoas que cursavam filosofia, direito, publicidade, jornalismo... Então foi um campus super tranquilo, um ano e meio eu não me lembro de ter passado por preconceito nenhum, eu não me lembro de alguém me olhando torto... me lembro de muitos debates que a gente teve com professores e alunos, mas debates construtivos sabe?” 5 de junho de 2018b, 20h:48. WhatsApp

_____. “O meu segundo para o terceiro ano foi a experiência mais, eu digo assim, privadas de conceitos, transfobia, então nesses dois últimos anos eu vivenciei muito isso. Porque foi assim, eu já estava uma pessoa mais aberta, uma pessoa mais madura também, uma pessoa mais disposta a dar a cara a tapa, não me importava com que as pessoas viam, até porque eu vinha de um lugar onde eu tinha sido muito bem acolhida, então eu cheguei aqui foi para dar a cara a tapa mesmo, então eu fui enfrentando muita coisa. Foi um tempo que eu trabalhei em um jornal, eu estava iniciando o terceiro ano, então me tornei uma pessoa muito visada e não estava mais naquela fase de quero me esconder, eu estava na fase de foda-se, essa sou eu. Eu tive muita sorte porque eu passei por uma fase que me moldou e me fortaleceu e que foi base para mim enfrentar esses dois anos, base para mim correr atrás dos meus sonhos e base para saber que existem pessoas que vão me aceitar do jeito que eu sou, independente de gênero, independente de sexualidade”. 5 de junho de 2018b, 20h:47. WhatsApp

_____. “Pois estaria em um campus onde é majoritariamente masculino. Até hoje estou quase me formando e meu campus é 95% homem e 5 por cento mulher, quase todas as mulheres estão concentradas no curso de arquitetura. E é um curso novo, arquitetura estava

abrindo, minha turma foi a segunda a fazer o curso de arquitetura. Então assim, eu tinha muito receio, eu fui fazer o vestibular e fui com muito receio”. 5 de junho de 2018b, 20h:40. WhatsApp

_____. “Porque eu saio e encontro eles por aí e eles vão me contando que percebiam que eu usava cinta, percebiam que meu cabelo estava crescendo, percebiam que eu andava maquiada na universidade. Só que eles não falavam nada, não tinha ninguém que me discriminasse, ninguém. Tinham aqueles alunos que eram bem conservadores, mas eles não faziam nenhum comentário a meu respeito. E eu não me sentia psicologicamente fragilizada, porque tinha esse grupo de meninas que me acolheram”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:53. WhatsApp

_____. “Quando eu fui fazer direito eu fui porque meu pai queria, e também porque na época eu não sabia bem o que eu queria [...] Aí quando eu fui para o direito, eu fui para uma universidade muito elitizada. E foi quando eu tinha de 17 para 18 anos. Isso tem 10 anos. Então, os primeiros períodos da universidade eu gostei porque teve filosofia, sociologia, português, mas quando começou a entrar para disciplinas que eu não me identificava, aí pronto. Eu já estava naquele meio elitista e ainda não gostava do curso”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:49. WhatsApp

_____. “Quando eu fui para a arquitetura eu mudei de campus e era um campus de engenharia e foi um momento que eu estava tomando muitas decisões na minha vida, mediante a me vestir 100% do meu tempo de maneira feminina e eu estava desbravando muito coisa na minha transição e na minha vida pessoal e tava mudando de curso e tava indo para um núcleo de engenharia onde eu tinha muito medo, porque querendo ou não a maior parte do preconceito, ou transfobia mesmo, ou homofobia ela vem do gênero masculino, o homem em si é mais reservado é mais machista é mais preconceituoso, te joga mais para a margem, não te dá liberdade de você se mostrar, de você abrir... acham que você está cantando, ou que andar com você é mostrar para todo mundo que tem interesse, ou... muito conceito assim fechado né?” 5 de junho de 2018b, 20h:54. WhatsApp

_____. “Quando eu me mudei para uma cidade chamada Ourilândia do Norte, no Pará, eu estava na oitava série. Essa cidade era uma cidade pequena, a Vale tinha acabado de se instalar lá, tinha uns quatro mil habitantes, então todo mundo que chegava lá era novo. E talvez porque todo mundo era novo, não ter aquelas panelinhas e tal. Na escola onde eu estudei era muito fácil todo mundo ser amigo de todo mundo porque estávamos todos passando pela mesma situação: filhos de mineradores que não tinham essa abertura porque mudavam muito e do nada chegavam a uma cidade, onde construíram uma escola para a gente estudar e estava quase todo mundo no mesmo barco, por assim dizer. Então ali foi muito fácil de me expor e criar laços”. 5 de janeiro de 2018b, 20h:48. WhatsApp

_____. “Quando eu saí da cidade pequena para esta que estou atualmente, eu vim estudar em uma escola que é extremamente de elite aqui. Aí eu sou negra, quer dizer, eu sou parda, mas me considero negra, e ainda tinha esse agravante aí. Eu era afeminada e ainda sofria racismo, porque eu era minoria lá, porque nessa escola só estudava gente da alta sociedade daqui. E eu percebia essa questão da diferença com relação à cor”. 8 janeiro de 2018c, 14h:15. WhatsApp

_____. “Saí de uma universidade elitista, que não me sentia bem, mas tinha esse repertório de ser engraçada com um grupo de amigas, aí fui para um curso onde me identifico. Mas onde foi a questão da identidade foi mais forte, a “disforia de gênero” foi mais forte na psicologia, pela necessidade do momento. Foi onde eu conheci meu marido também. Aí foi quando eu

larguei tudo e resolvi viver de prostituição e não deu certo e foi quando eu retornei e pedi ajuda pra minha mãe e ela pagou minha cirurgia, aí quando eu voltei cirurgiada, eu também tive uma questão psicológica, porque eu estava ainda muito na defensiva. Isso foi em 2010, era muita novidade ainda naquela época”. 8 de janeiro de 2018c, 14h:17. WhatsApp

_____. “Sempre fui uma criança que desempenhava um papel de gênero não esperado para uma pessoa nascida menino, sempre fui sofrendo algumas retaliações, sempre fui tolhida em várias coisas pra ser normatizada, dentro do que a gente entende por um comportamento masculino padrão”. 10 de outubro de 2018e, 10h:38. WhatsApp

_____. “Sou uma mulher trans, branca de classe média que é aceita pelo meu pai e minha mãe. Tive uma infância boa (apesar de não estar muito certa sobre o que isso signifique), estudei em um colégio particular católico em Botucatu desde bem pequena até cerca dos 13 anos quando mudei pra outro colégio, porém não mais católico. Apesar de sempre ir muito bem na escola, hoje pude perceber como esse espaço significou uma prisão para mim. Não é algo que eu consiga racionalizar muito, mas acho que não é difícil de entender em virtude do fato de eu não ter tido contato com nenhuma pessoa trans na minha infância e adolescência. Um dos lugares mais traumáticos para mim foram as aulas de educação física, pois a escola católica em que estudei os meus primeiros anos era gigantesca, tinha muitas quadras, e isso permitia com que as aulas fossem separadas por gênero e eu nunca me senti à vontade nestas aulas”. 7 de setembro de 2018d, 21h:00. WhatsApp

_____. “Teve um caso de uns banheiros do instituto, que uma professora, em nenhum momento ela me citou, mas uma professora ela colocou um aviso na porta do banheiro feminino dizendo que era de uso exclusivamente de mulheres, com exclusivamente grifado. Então, eu não tenho cem por cento de certeza em dizer que aquilo era um recado para mim, é algo vamos dizer no mínimo suspeito né”. 5 de outubro de 2018a, 16h:43. WhatsApp

_____. “Tinha um ou outro que tinha uma fala discriminatória (né), mas eram bem pontuais, eu até lembro quem eram as pessoas, como foram poucos, eu lembro as pessoas, lembro o nome. Eu sempre fui uma pessoa querida, por ser muito calada, eu até acho que eu era mais querida antes do que agora, porque antes eu era mais calada, porque geralmente se você é uma pessoa mais calada você se torna uma pessoa fofa né? Aí sempre tinha uma pessoa para me proteger, eu nunca sofri na escola muito não, por conta que eu tinha uma irmã muito protetora, ela é 5 anos mais velha do que eu. Eu tenho 28 oito anos. A minha irmã me protegia. Um dia eu sofri uma discriminação na porta da escola e minha irmã ficou sabendo, ela veio me proteger. Ela ficou uma fera, pulou em cima dessa menina... entendeu”? 8 de janeiro de 2018c, 14h:13. WhatsApp

_____. “Um dos motivos de eu ter aberto o canal foi que fui conhecendo essas pessoas e eu sempre imaginava que, as informações para mim chegavam de uma forma tão difícil que eu queria de alguma forma que essas informações chegassem de uma forma muito mais fácil. [...] Então eu queria muito focar nessa parte no meu canal, de trazer esse lado da transexualidade, e trazer também sobre vivências de uma transexual, para que as pessoas comecem a entender que transexual não é absurdo, não é um mito, é somente mais uma pessoa no meio de bilhões de pessoas. E esse foi muito o foco do meu canal e até hoje são os dois pilares que sustentam o meu canal. E meu canal não é grande, não é rentável é puramente ‘hobby’, então o que me sustenta mesmo é esse feedback, ou de outras pessoas que falam que veem meus vídeos e dizem que mudaram o conceito do que pensavam sobre uma pessoa trans. Então essa

integração que a gente faz de pessoas trans, então esse vínculo serve de muita ajuda, me ajuda”. 5 de junho de 2018b, 20h:52. WhatsApp

_____. “Uma vez eu peguei um ônibus e a menina estava falando de mim para mim. Ela até falou de uma forma pejorativa, assim: ‘tinha um traveco que estudava aqui psicologia’ eu peguei e falei pra ela, você sabia que esse termo traveco é pejorativo, quando você quiser se reportar a uma pessoa nessas condições procure uns termos mais adequados, até porque você vai se formar em psicologia. Aí depois encontrei ela novamente e ela com outra postura. Era aluna de um amigo meu, já tinha se assumido lésbica, já tinha assumido o cabelo afro, porque ela usava o cabelo alisado, mas na época eu me senti invadida da forma como ela falou. Mas as pessoas conhecem minha história lá e quando eu saí as pessoas me conheciam como a pioneira, a primeira”. 8 de janeiro de 2018c, 15h:17. WhatsApp

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA. Entenda como Funcionam os Bacharelados interdisciplinares da UFJF. **Arquivo de Notícias**, Juiz de Fora, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2013/01/entenda-como-funcionam-os-bacharelados-interdisciplinares-da-ufjf/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Ambulatório do Núcleo de assistência multiprofissional à pessoa trans da Unifesp é inaugurado**. São Paulo: Unifesp, 2017. São Paulo. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/campus/sao/noticias/639-ambulatorio-do-nucleo-de-assistencia-multiprofissional-a-pessoa-trans-da-unifesp-e-inaugurado>>. Acesso em: 2 out. 2019.

_____. **Resolução nº 127, de 13 de julho de 2016**. Dispõe sobre a utilização do nome social n UNIFESP. São Paulo: UNIFESP, 2016. 2 p.

VALE, A. F. C. **O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário**. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 160 p.

VENCATO, A. P. A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 211-229, 2014.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pró-Posições**, São Paulo, v. 23, p. 253-278, 2012.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.

VIANNA, C. P.; CAVALEIRO, M. C. Políticas públicas de educação e diversidade: gênero e (homo) sexualidades. **Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 27-45, 2012.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004.

VIEIRA JUNIOR, L. A. M. “**Quantas curtidas merece essa trans?**”: a recepção da transexualidade nas mídias digitais. 2018. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

VIEIRA, H. Toda Cisgeneridade é a mesma? Subalternidade nas experiências normativas. **Geledés**: instituto da mulher negra, São Paulo, nov. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/toda-cisgeneridade-e-a-mesma-subalternidade-nas-experiencias-normativas/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

VILELA, E. Acontecimento e resistência: as palavras sem centro. In: KOHAN, W. (Org.). **Foucault 80 anos**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2006. p. 107-127.

ZUIN, A. Á. S. Educação a distância ou educação distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 935-954, out. 2006.